



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1266

Terça-feira - 25 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Ascurra.....	1
Bela Vista do Toldo.....	2
Biguaçu.....	20
Bom Retiro.....	21
Braço do Trombudo.....	22
Caçador.....	22
Camboriú.....	30
Campo Alegre.....	40
Campos Novos.....	40
Canoinhas.....	41
Capinzal.....	115
Catanduvas.....	115
Chapadão do Lageado.....	117
Concórdia.....	117
Cordilheira Alta.....	128
Coronel Freitas.....	130
Coronel Martins.....	131
Corupá.....	132
Curitibanos.....	135
Ermo.....	150
Faxinal dos Guedes.....	151
Forquilha.....	151
Fraiburgo.....	153
Garopaba.....	154
Gaspar.....	154
Guaramirim.....	158
Ibiam.....	158
Ilhota.....	162
Imbituba.....	162
Irineópolis.....	163
Itaiópolis.....	166
Itapoá.....	166
Joaçaba.....	166
Lages.....	168
Lauro Muller.....	169
Lebon Regis.....	169
Leoberto Leal.....	173
Luzerna.....	173
Meleiro.....	174
Morro da Fumaça.....	175
Navegantes.....	175
Nova Trento.....	176
Novo Horizonte.....	176
Orleans.....	182
Passos Maia.....	183
Paulo Lopes.....	183
Peritiba.....	184
Porto Belo.....	184
Porto União.....	185

Rio do Sul.....	187
Santa Rosa do Sul.....	195
Santa Terezinha do Progresso.....	196
São Bento do Sul.....	200
São Domingos.....	207
São João do Sul.....	208
São José.....	209
São Lourenço do Oeste.....	211
Schroeder.....	214
Serra Alta.....	218
Timbó.....	220
Turvo.....	245
Vargem Bonita.....	245

Associações

AMUREL.....	248
EGEM.....	249

Consórcios

CINCO.....	250
------------	-----

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pregão 32/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

EDITAL DE PREGÃO N.32/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 08/07/2013 as 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para Transporte Escolar, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 25 de junho de 2013.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Ata de Registros de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 03

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 005/2013 – REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2013

Processo Administrativo nº 018/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.318.341, inscrito no CPF sob nº 754.056.019-34, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, 1100, centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa AUTO ELETRICA E PEÇAS SILVESTRE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.145.465/0001-17, com sede na Rua Adão Tyska, nº 319, bairro Centro, na cidade de Bela Vista do Toldo/SC, neste ato representado por, Sr. ZENILDO SILVESTRE, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.455.367, inscrito no CPF sob nº 049.747.759-95, residente e domiciliado na Rua Adão Tyska, 319, no município de Bela Vista do Toldo/SC, CEP 89478000, denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do edital de pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA DOS LOTES

Denominação: AUTO ELÉTRICA E PEÇAS SILVESTRE LTDA – ME

Endereço: Rua Adão Tyska, nº 319, Bela Vista do Toldo/SC

CNPJ: 06.145.465/0001-17

Representante Legal: ZENILDO SILVESTRE

CPF: 049.747.759-95

Lote – 31					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
RADIADOR DE AGUA	VISCONDE	UN	1	708,85	708,85
AMORTEC. DIANT.	MONROE	UN	4	170,1226	680,49
BUCHA BANDEJA	AXIOS	PC	20	12,7592	255,18
PASTILHA FREIO	SYL	JG	8	70,8844	567,08
LONA DE FREIO	FRASLE	PC	8	17,0123	136,10
ROLAMEN-TO CUBO DIANTEIRO	FAG	UN	16	66,1588	1.058,54
AMORTE-CEDOR TRASEIRO	MONROE	UN	4	289,2084	1.156,83
ESCAPA-MENTO COMPLETO	PIONEIRO	UN	4	678,6001	2.714,40

VELA IGNI-ÇÃO	BOSCH	UN	24	18,9025	453,66
SUPORTE MOTOR	BORFLEX	PC	12	68,049	816,59
BANDEJA	CPM	UN	8	42,5306	340,24
COXIN DE AMORTECE-DOR	AXIOS	UN	16	37,805	604,88
CORREIA DE COMAN-DO	DAYCO	UN	6	42,5306	255,18
ROLA-MENTO DO CUBO TRASEIRO	FAG	UN	16	45,366	725,86
BUCHA SUSPENSÃO TRASEIRA	AXIOS	UN	16	15,122	241,95
CABO DE VELA	BOSCH	UN	4	144,6042	578,42
MOLA ASPI-RAL	ALIPERTI	UN	12	76,5552	918,66
SUPORTE CAIXA	BORFLEX	UN	4	24,5733	98,29
CORREIA DE COMAN-DO	DAYCO	UN	1	85,0613	85,06
SUPORTE ESCAPA-MENTO (BORRA-CHA)	BORFLEX	UN	20	5,6708	113,42
ROLAMEN-TOS GRAN-DE CUBO DIANTEI-RO.	FAG	UN	20	113,4151	2.268,30
KIT REPA-RO ESTABI-LIZADOR	KIT CIA	UN	32	28,3538	907,32
PALHETA LIMPADOR DE PARA-BRISA	DYNA	UN	20	56,7075	1.134,15
CORREIA DENTADA	DAYCO	UN	20	189,0251	3.780,50
Terminal		PC	24	85,0613	2.041,47
ROLAMEN-TO TENSOR	NYTRON	UN	20	113,4151	2.268,30
KIT.EMBRE-AG.	LUK	PC	10	359,1477	3.591,48
PARABRISA	SEKURIT	UN	10	330,7939	3.307,94
kit Amorte-cedor		UN	36	33,0794	1.190,86
33.000,00					
Lote – 32					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
AMORTEC. DIANT.	MONROE	UN	1	561,8115	561,81
BUCHA BANDEJA	AXIOS	PC	4	125,765	503,06
BANDEJA	CPM	UN	2	148,7148	297,43

COXIN DE AMORTECE-DOR	AXIOS	UN	4	82,6193	330,48
CORREIA DE COMANDO	DAYCO	UN	1	49,5716	49,57
PASTILHA FREIO	SYL	JG	2	44,9816	89,96
LONA DE FREIO	FRASLE	PC	2	51,4076	102,82
ROLAMEN-TO CUBO DIANTEIRO	FAG	UN	2	74,3574	148,71
ROLA-MENTO DO CUBO TRASEIRO	FAG	UN	2	74,3574	148,71
AMORTE-CEDOR TRASEIRO	MONROE	UN	1	297,4296	297,43
BUCHA SUSPENSÃO TRASEIRA	AXIOS	UN	4	26,6218	106,49
VELA IGNI-ÇÃO	BOSCH	UN	4	16,5239	66,10
CABO DE VELA	BOSCH	UN	1	90,8813	90,88
SUPORTE CAIXA	BORFLEX	UN	1	74,3574	74,36
SUPORTE MOTOR	BORFLEX	PC	2	66,0955	132,19
3.000,00					
Lote – 33					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
AMORTEC. DIANT.	MONROE	UN	1	560,98	560,98
BUCHA BANDEJA	AXIOS	PC	4	35,0608	140,24
BANDEJA	CPM	UN	2	210,3645	420,73
COXIN DE AMORTECE-DOR	AXIOS	UN	4	40,9042	163,62
CORREIA DE COMANDO	DAYCO	UN	1	52,5911	52,59
PASTILHA FREIO	SYL	JG	2	105,1823	210,36
LONA DE FREIO	FRASLE	PC	2	97,391	194,78
ROLAMEN-TO CUBO DIANTEIRO	FAG	UN	2	131,4778	262,96
ROLA-MENTO DO CUBO TRASEIRO	FAG	UN	2	315,5468	631,09
AMORTE-CEDOR TRASEIRO	MONROE	UN	1	420,7291	420,73
BUCHA SUSPENSÃO TRASEIRA	AXIOS	UN	2	70,1215	140,24

ESCAPA-MENTO COMPLETO	PIONEIRO	UN	1	1116,1008	1.116,10
VELA IGNI-ÇÃO	BOSCH	UN	4	19,4782	77,91
CABO DE VELA	BOSCH	UN	1	140,243	140,24
MOLA ASPI-RAL	ALIPERTI	UN	4	87,6519	350,61
SUPORTE CAIXA	BORFLEX	UN	1	157,7734	157,77
SUPORTE MOTOR	BORFLEX	PC	2	157,7734	315,55
SUPORTE ESCAPA-MENTO (BORRA-CHA)	BORFLEX	UN	8	11,6869	93,50
5.450,00					
Lote – 34					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
AMORTEC. DIANT.	MONROE	UN	2	520,725	1.041,45
BUCHA BANDEJA	AXIOS	PC	4	69,4311	277,72
BANDEJA	CPM	UN	4	433,9441	1.735,78
COXIN DE AMORTECE-DOR	BORFLEX	UN	8	40,5014	324,01
CORREIA DE COMANDO	DAYCO	UN	2	43,3944	86,79
PASTILHA FREIO	SYL	JG	4	86,7888	347,16
LONA DE FREIO	FRASLE	PC	4	86,7888	347,16
ROLAMEN-TO CUBO DIANTEIRO	FAG	UN	4	86,7888	347,16
ROLA-MENTO DO CUBO TRASEIRO	FAG	UN	4	277,7242	1.110,90
AMORTE-CEDOR TRASEIRO	MONROE	UN	4	173,5776	694,31
BUCHA SUSPENSÃO TRASEIRA	AXIOS	UN	4	106,0752	424,30
ESCAPA-MENTO COMPLETO	PIONEIRO	UN	2	1076,1813	2.152,36
VELA IGNI-ÇÃO	BOSCH	UN	8	17,3578	138,86
CABO DE VELA	BOSCH	UN	2	121,5043	243,01
SUPORTE CAIXA	BORFLEX	UN	2	69,4311	138,86
SUPORTE MOTOR	BORFLEX	PC	4	104,1466	416,59

SUPORTE ESCAPAMENTO (BORRACHA)	BORFLEX	UN	12	14,4648	173,58
10.000,00					
Lote – 38					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
BATERIA 150 AMP	TUDOR	UN	8	495,9025	3.967,22
BATERIAS 120 AMP	TUDOR	UN	15	396,7213	5.950,82
BATERIAS 100 AMP	TUDOR	UN	16	376,8852	6.030,16
BATERIAS 90 AMP	TUDOR	UN	16	307,459	4.919,34
BATERIAS 60 AMP	TUDOR	UN	16	208,2787	3.332,46
24.200,00					
Lote – 40					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
BUCHA BANDEJA	AXIOS	PC	4	16,4125	65,65
BANDEJA	CPM	UN	2	268,5185	537,04
COXIN DE AMORTECEDOR	AXIOS	UN	4	80,5556	322,22
PASTILHA FREIO	SYL	JG	1	71,6049	71,60
LONA DE FREIO	FRASLE	PC	1	125,3086	125,31
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	FAG	UN	2	161,1111	322,22
ROLAMENTO DO CUBO TRASEIRO	FAG	UN	2	170,0617	340,12
BUCHA SUSPENSÃO TRASEIRA	AXIOS	UN	2	59,6708	119,34
VELA IGNIÇÃO	BOSCH	UN	4	26,8519	107,41
CABO DE VELA	BOSCH	UN	1	125,3086	125,31
SUPORTE CAIXA	BORFLEX	UN	1	99,4513	99,45
SUPORTE MOTOR	BORFLEX	PC	2	99,4513	198,90
AMORTECEDOR TRAS.	MONROE	PC	1	465,4321	465,43
2.900,00					
TOTAL DOS LOTES R\$					
78.550,00					

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para AQUISIÇÕES DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, LUBRIFICANTES E GRAXAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS E MAQUINAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA

O prazo de entrega é de máximo 08 dias úteis contados da data de recebimento da Autorização de fornecimento.

As autorizações de Fornecimento expedida(s) após a assinatura da Ata de Registro indicará(ão):

o nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
o e-mail e telefone (fax) do setor, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
o item e a quantidade solicitada;
a data da expedição da Autorização de fornecimento;
o prazo de entrega (data e horário);
o endereço do local onde o objeto solicitado deverá ser entregue. A Contratante expedirá por meio de e-mail e/ou ofício e/ou fax à Contratada a Autorização de Fornecimento. A Contratada deverá confirmar por escrito, enviada por e-mail, o recebimento da Ordem no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, será aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia. Após esse período, a contratada ficará sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O objeto deverá ser entregue no almoxarifado da Prefeitura, em dias úteis e em horário de expediente: das 08 (oito) às 17h00min, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação e/ou incorreções, a Contratada deverá complementar e/ou corrigir em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de (02 dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Diretoria de Compras de por meio de cheque nominal ou em conta corrente indicada pela empresa contratada.

Na Nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o número do contrato, a descrição dos produtos, quantidades, preços unitários e o

valor total.

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

A despesa estimada onerará as dotações orçamentárias inerentes a compra.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 05/2013 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.

Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interposição judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência. E ainda será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 5 dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s), por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e multa prevista no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. 05/2013 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);

A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA – FORO

O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Bela Vista do Toldo, 14 de Junho de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

DETENTORA:

AUTO ELÉTRICA E PEÇAS SILVESTRE LTDA – ME

ZENILDO SILVESTRE

049.747.759-95

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek

CPF: 044.088.849-28

Nome: Emerson Diego Kucarz

CPF: 060.629.749-93

Atas de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 02

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 005/2013 – REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2013

Processo Administrativo nº 018/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.318.341, inscrito no CPF sob nº 754.056.019-34, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, 1100, centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa TRATORANA TERRAPLANAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.737.235/0001-00, com sede na Avenida Rubens Ribeiro da Silva, nº 777, Fundos, bairro Campo da Água Verde, na cidade de Canoinhas/SC, neste ato representado por, Sr. ADILSON LINO DE OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade nº 4.522.852, inscrito no CPF sob nº 047.524.679-92, residente e domiciliado na Rua Estrada Geral de Arroios, s/n, no município de Canoinhas/SC, CEP 89460000, denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do edital de pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA DOS LOTES

Denominação: TRATORANA TERRAPLANAGEM LTDA

Endereço: AVENIDA RUBENS RIBEIRO DA SILVA, 777 – CANOINHAS/SC

CNPJ: 07.737.235/0001-00

Representante Legal: ADILSON LINO DE OLIVEIRA

CPF: 047.524.679-92

Lote – 25					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
BOMBA HIDRAULICA	medal	UN	1	2600	2.600,00
JOGO REPARO DO COMANDO	apc	UN	1	175	175,00
DISCO DE FREIO	unitec	UN	4	840	3.360,00
DISCO SEPARADOR	unitec	UN	2	800	1.600,00
CARDAN COMPLETO	nc	UN	1	4500	4.500,00
ROLAMENTO CARDAN	nc	UN	1	300	300,00
BOMBA D'ÁGUA	nc	UN	1	1980	1.980,00
DENTES	ecoplan	UN	20	178	3.560,00
PARAFUSO DO DENTE	fey	UN	40	6	240,00
ESCAPAMENTO COMPLETO	silemack	UN	1	480	480,00
JOGO DE PINOS DA CONCHA	pim	JG	1	4700	4.700,00
REPARO DA INCLINAÇÃO	apc	UN	6	61	366,00
REPARO DA ELEVACÃO	apc	UN	6	95	570,00
24.431,00					
Lote – 26					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
BOMBA HIDRAULICA	medal	UN	1	2797,66	2.797,66
REPARO DO PISTÃO	agel	UN	8	189,8409	1.518,73
DENTES DA CONCHA CENTRAL	metisa	UN	20	63,9464	1.278,93
DENTES DA CONCHA DIREITA	metisa	UN	20	63,9464	1.278,93
DENTES DA CONCHA ESQUERDA	metisa	UN	20	63,9464	1.278,93
PARAFUSO DO DENTE	fey	UN	120	6,9941	839,29
ESCAPAMENTO COMPLETO	silemack	UN	1	479,598	479,60
TERMINAL DE DIREÇÃO	tanaka	UN	4	73,1387	292,55
EMBUCHAMENTO DIANTEIRO	pim	UN	1	5295,5609	5.295,56

EMBUCHAMENTO TRASEIRO	pim	JG	2	10571,1385	21.142,28
DISCO DE FREIO	nc	UN	4	280,7646	1.123,06
DISCO SEPARADOR	nc	UN	2	629,4723	1.258,94
CONVERSOR	h.a.	UN	1	5315,5441	5.315,54
43.900,00					
Lote – 27					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
DENTES DIANTEIROS	ecoplan	UN	40	69,7985	2.791,94
PARAFUSO DO DENTE	fey	UN	80	3,4899	279,19
PISTÃO DO GIRO (COMPLETO)	apc	UN	2	1979,2746	3.958,55
EMBUCHAMENTO DIANTEIRO	pim	UN	2	1246,3946	2.492,79
EMBUCHAMENTO TRASEIRO	pim	JG	2	1844,664	3.689,33
JOGO DE DISCO DE FREIO	nc	JG	1	517,0045	517,00
BOMBA HIDRAULICA	medal	UN	1	1097,0266	1.097,03
BOMBA D'ÁGUA	nc	UN	1	387,0803	387,08
MANGUEIRA RAD.	nc	UN	4	17,3997	69,60
PLATOR EMBR.	lad	PC	1	717,9233	717,92
DISCO DE EMBRAGEM	lad	UN	1	399,644	399,64
ROLAMENTO DE EMBRAGEM	nc	UN	1	49,9555	49,96
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	ntn	UN	2	58,1318	116,26
ROLAMENTO PEQUENO CUBO DIANTEIRO	ntn	UN	4	40,9914	163,97
PARAFUSO DE RODA	nc	UN	12	5,1052	61,26
REPARO DO LEVANTE	apc	UN	8	71,0146	568,12
REPARO DO ESTABILIZADOR	apc	UN	8	28,4776	227,82
REPARO DO GIRO	apc	UN	8	28,4776	227,82
REPARO DO CILINDRO DA CAÇAMBA	apc	UN	8	24,4892	195,91

VALVULA DA TRANSMISSÃO	nc	UN	1	925,8418	925,84
CAPA DA TRANSMISSÃO	nc	UN	2	197,9474	395,89
MANGA DO EIXO	panegossi	UN	2	368,5639	737,13
CAMISA DA DIREÇÃO	j.j.	UN	1	309,5546	309,55
HASTE DO PISTÃO DA DIREÇÃO	panegossi	UN	3	40,1339	120,40
20.500,00					
Lote – 29					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
EMBUCHAMENTO DO EIXO DIANTEIRO COMPLETO	pim	JG	1	2986,05	2.986,05
REPARO DO PISTÃO	apc	UN	10	129,9148	1.299,15
FACA DE LAMINA COM PARAFUSOS	metisa	JG	3	576,622	1.729,87
CANTO LAMINA	metisa	UN	4	300,0333	1.200,13
PÉ DE ESCARIFICADOR	ecoplan	UN	30	180,9914	5.429,74
DENTES DO ESCARIFICADOR	ecoplan	UN	30	41,193	1.235,79
PARAFUSO DO CUBO DIANTEIRO	nc	UN	20	14,2207	284,41
PARAFUSO DO CUBO TRASEIRO	nc	UN	20	13,0914	261,83
PORCA DO PARAFUSO DA RODA	nc	UN	40	3,098	123,92
CASTANHA DO PARAFUSO DA RODA	nc	UN	40	8,2146	328,58
CORRENTE DA TRACÇÃO LATERAL	tc	UN	2	787,4838	1.574,97
RETENTOR	nok	UN	4	24,9836	99,93
REGULAGEM DE FREIOS	nc	UN	8	54,964	439,71
SAPATA DE FREIO	nc	UN	4	283,9139	1.135,66
ESPELHO DE FREIO	nc	UN	2	2298,4933	4.596,99
Pino	pim	UN	8	50,9666	407,73
JOGO DE LONAS DE FREIO	nc	JG	4	60,96	243,84

TUBO DE FREIO	nc	UN	2	81,1668	162,33
CILINDRO DE RODA DE FREIO	nc	UN	8	119,9214	959,37
24.500,00					
Lote – 30					
DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL		
DENTES	ecoplan	UN	20	199,173	3.983,46
PARAFUSO DO DENTE	fey	UN	20	7,9186	158,37
BOMBA	medal	UN	1	5047,1472	5.047,15
COROA E PINHÃO	nc	UN	1	3108,0687	3.108,07
DENTES	ecoplan	UN	20	42,7607	855,21
PONTA	ecoplam	UN	20	30,6848	613,70
DENTES DIANTEIROS	ecoplan	UN	25	48,0068	1.200,17
CONVERSOR DO TORQUE	h. a.	UN	1	1484,7462	1.484,75
DISCO SEPARADOR	nc	UN	1	80,2753	80,28
SEPARADOR	nc	UN	1	49,4915	49,49
CILINDRO	j.j.	UN	1	4008,8147	4.008,81
HASTE CILINDRO	j.j.	UN	1	742,3731	742,37
KIT REPARO HID. DO ESTABILIZADOR	apc	UN	2	118,7797	237,56
KIT REPARO HID. DO LEVANTE	apc	UN	2	99,9729	199,95
KIT REPARO HID. DO GIRO	apc	UN	2	51,4712	102,94
KIT REPARO HID. DA PROFUNDIDADE	apc	UN	2	80,3743	160,75
KIT REPARO HID. DA CAÇAMBA	apc	UN	2	60,5776	121,16
KIT EMBUCHAMENTO DIANTEIRO	pim	UN	1	1484,7462	1.484,75
KIT EMBUCHAMENTO TRASEIRO	pim	UN	1	4861,059	4.861,06
28.500,00					
TOTAL DOS LOTES R\$					
141.831,00					

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para AQUISIÇÕES DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, LUBRIFICANTES E GRAXAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO



DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS E MAQUINAS.**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA**

O prazo de entrega é de máximo 08 dias úteis contados da data de recebimento da Autorização de fornecimento.

As autorizações de Fornecimento expedida(s) após a assinatura da Ata de Registro indicará(ão):

- o nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- o e-mail e telefone (fax) do setor, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- o item e a quantidade solicitada;
- a data da expedição da Autorização de fornecimento;
- o prazo de entrega (data e horário);
- o endereço do local onde o objeto solicitado deverá ser entregue.

A Contratante expedirá por meio de e-mail e/ou ofício e/ou fax à Contratada a Autorização de Fornecimento. A Contratada deverá confirmar por escrito, enviada por e-mail, o recebimento da Ordem no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia. Após esse período, a contratada ficará sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O objeto deverá ser entregue no almoxarifado da Prefeitura, em dias úteis e em horário de expediente: das 08 (oito) às 17h00min, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação e/ou incorreções, a Contratada deverá complementar e/ou corrigir em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de (02 dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Diretoria de Compras de por meio de cheque nominal ou em conta corrente indicada pela empresa contratada.

Na Nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o número do contrato, a descrição dos produtos, quantidades, preços unitários e o

valor total.

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

A despesa estimada onerará as dotações orçamentárias inerentes a compra.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 05/2013 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.

Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interposição judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência. E ainda será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 5 dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s), por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e multa prevista no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. 05/2013 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);

A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA – FORO

O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Bela Vista do Toldo, 14 de Junho de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

DETENTORA:

TRATORANA TERRAPLANAGEM LTDA

Adilson Lino de Oliveira

047.524.679-92

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek

Nome: Emerson Diego Kucarz

CPF: 044.088.849-28

CPF: 060.629.749-93

Atas Registros de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 01

PREGÃO (PRESENCIAL) nº 005/2013 – REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2013

Processo Administrativo nº 018/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.318.341, inscrito no CPF sob nº 754.056.019-34, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, 1100, centro, no município de Bela Vista do Toldo, SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa GAPSKI & CIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.285.982/0001-30, com sede na Rua Alinor Vieira Corte, nº 765, bairro da Água Verde, na cidade de Canoinhas/SC, neste ato representado por, Sr. FERNANDO GAPSKI, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.883.850.4, inscrito no CPF sob nº 020.418.139-97, residente e domiciliado na Rua Mario Mayer nº 417, Água Verde, no município de Canoinhas/SC, CEP 89460000, denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como do edital de pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA DOS LOTES

Denominação: GAPSKI & CIA LTDA - EPP

Endereço: RUA ALINOR VIEIRA CORTE, 765 – CANOINHAS/SC

CNPJ: 02.285.982/0001-30

Representante Legal: FERNANDO GAPSKI

CPF: 020.418.139-97

Lote - 1				
DESCRIÇÃO	QTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	185,9674	743,87
MOLA 2º	UN	4	177,1584	708,63
MOLA 3º	UN	2	155,6253	311,25
MOLA 4º	UN	2	130,6176	261,24

PINO DE CENTRO	UN	8	6,8514	54,81
PINO MOLA DIANT.	PC	6	8,809	52,85
JUMELO DIAT.	UN	2	30,342	60,68
GRAMPO DE MOLA	UN	8	23,0012	184,01
PARAFUSO DE RODA	UN	24	10,7665	258,40
BOMBA HIDRAULICA (CAÇAMBA)	UN	1	2990,1595	2.990,16
JOGO DE REPARO DO PISTÃO DA CAÇAMBA	UN	1	608,7984	608,80
BOMBA D'ÁGUA	UN	1	631,3103	631,31
MANGUEIRA RAD.	UN	3	10,7665	32,30
RADIADOR DE ÁGUA	UN	1	734,0817	734,08
SUPORTE DO RADIADOR	UN	4	10,7665	43,07
SUPORTE MOTOR	PC	4	88,0898	352,36
ESCAPAMENTO COMPLETO	UN	1	489,3878	489,39
CAIXA E BOMBA DE DIREÇÃO	UN	1	3621,4698	3.621,47
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	4	53,8327	215,33
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	4	161,498	645,99
13.000,00				
Lote - 2				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	287,3675	1.149,47
MOLA 2º	UN	4	278,4513	1.113,81
MOLA 3º	UN	2	187,2857	374,57
MOLA 4º	UN	2	175,3946	350,79
PINO DE CENTRO	UN	8	10,9002	87,20
PINO MOLA TRAS.	PC	6	12,8821	77,29
JUMELO TRAS.	PC	2	47,5646	95,13
GRAMPO DE MOLA	UN	8	32,7007	261,61
PARAFUSO DE RODA	UN	24	16,8458	404,30
COROA E PINHÃO	UN	1	1337,7553	1.337,76
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	1535,9413	1.535,94
JOGO DE PLANETARIAS	UN	1	743,1974	743,20
ARRUELA ENCOSTO	JG	1	61,4377	61,44
CRUZETAS	PC	1	153,5941	153,59
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	222,9592	445,92
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	309,1701	618,34
ROLAMENTO DO CENTRO	UN	1	109,0023	109,00
PONTA DE EIXO	UN	2	346,8255	693,65
CRUZETA DO CARDAN	UN	3	62,4286	187,29
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	4	187,2857	749,14
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	190,2585	190,26
PLATOR EMBR.	PC	1	445,9184	445,92
DISCO DE EMBRAGEM	UN	1	277,4604	277,46
ROLAMENTO DE EMBREAGEM	UN	1	73,3288	73,33

VALVULA DO PEDAL	UN	1	396,3719	396,37
JOGO DE CANOS FLEXIVEIS DE FREIO	UN	4	88,1928	352,77
TAMBOR DE FREIO	UN	2	395,381	790,76
REBITE ALUMINIO	UN	400	0,0991	39,64
CUICA DE FREIO	UN	2	183,322	366,64
CATRACA DE FREIO	UN	2	101,0748	202,15
FLEXIVEL CUICA FREIO TRASEIRO	UN	4	22,7914	91,17
RETENTOR DE CUBO	UN	4	24,7732	99,09
13.875,00				
Lote - 3				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	120,0675	480,27
MOLA 2º	UN	4	114,3022	457,21
MOLA 3º	UN	2	107,5785	215,16
MOLA 4º	UN	2	95,0917	190,18
PINOI MOLA	UN	4	8,6447	34,58
JUMELO DIAT.	UN	2	29,7762	59,55
GRAMPO DE MOLA	UN	6	22,092	132,55
CAIXA DE DIREÇÃO	UN	1	758,8128	758,81
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	4	55,7103	222,84
BARRA DE DIREÇÃO COMPRIDA	UN	1	456,2482	456,25
BARRA DE DIREÇÃO CURTA	UN	1	254,5385	254,54
PLATOR EMBR.	PC	1	432,2351	432,24
DISCO DE EMBRAGEM	UN	1	187,3019	187,30
ROLAMENTO DE EMBREAGEM	UN	1	66,2761	66,28
REBITE ALUMINIO	UN	300	0,0961	28,83
JOGO DE CANOS FLEXIVEIS DE FREIO	UN	4	85,4865	341,95
TAMBOR DE FREIO	UN	4	364,9986	1.459,99
CILINDRO MESTRE DE FREIO DUPLO	UN	1	393,8142	393,81
CILINDRO AUXILIAR	UN	4	182,4993	730,00
FLEXIVEL DE FREIO	UN	2	22,092	44,18
CANO DE FREIO	UN	4	28,8157	115,26
BOMBA D'ÁGUA	UN	1	633,9449	633,94
MANGUEIRA RAD.	UN	3	12,4868	37,46
RADIADOR DE AGUA	UN	1	595,524	595,52
SUPORTE MOTOR	PC	4	43,2235	172,89
ESCAPAMENTO COMPLETO	UN	1	432,2351	432,24
CARDAN BOMBA DA CAÇAMBA	UN	1	373,6433	373,64
CRUZETA CARDAN DA BOMBA DA CAÇAMBA	UN	2	58,5919	117,18
JOGO DE REPARO DO PISTÃO DA CAÇAMBA	UN	1	575,353	575,35
10.000,00				
Lote - 4				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	190	760,00
MOLA 2º	UN	4	189	756,00

MOLA 3º	UN	2	185	370,00
MOLA 4º	UN	2	150	300,00
PINO DE CENTRO	UN	10	11	110,00
PINOI MOLA	UN	8	13	104,00
JUMELO TRAS.	PC	2	49	98,00
GRAMPO DE MOLA	UN	6	43	258,00
PARAFUSO DE RODA	UN	12	13	156,00
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	1650	1.650,00
COROA E PINHÃO	UN	1	1300	1.300,00
JOGO DE PLANETARIAS	UN	1	750	750,00
ARRUELA ENCOSTO	JG	1	59	59,00
CRUZETAS	PC	1	145	145,00
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	233	466,00
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	215	430,00
ROLAMENTO DO CENTRO	UN	1	114	114,00
PONTA DE EIXO	UN	2	260	520,00
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	4	180	720,00
RETENTOR DE CUBO	UN	4	23	92,00
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	185	185,00
CRUZETA DO CARDAN PRINCIPAL	UN	2	59	118,00
9.461,00				
Lote - 5				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	124,9312	499,72
MOLA 2º	UN	4	122,9323	491,73
MOLA 3º	UN	2	114,9367	229,87
MOLA 4º	UN	2	98,9455	197,89
PINO DE CENTRO	UN	8	8,995	71,96
PINOI MOLA	UN	6	8,995	53,97
GRAMPO DE MOLA	UN	4	22,9873	91,95
JUMELO DIAT.	UN	2	30,9829	61,97
FLEXIVEL DO PISTÃO DA CAÇAMBA	UN	2	115,9362	231,87
CAIXA E BOMBA DE DIREÇÃO	UN	1	3747,9362	3.747,94
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	4	52,9708	211,88
BARRA DE DIREÇÃO CURTA	UN	2	78,9565	157,91
FLEXIVEL DE DIREÇÃO	UN	2	78,9565	157,91
PLATOR EMBR.	PC	1	449,7523	449,75
DISCO DE EMBRAGEM	UN	1	204,8872	204,89
ROLAMENTO DE EMBREAGEM	UN	1	68,962	68,96
RADIADOR DE AGUA	UN	1	589,6753	589,68
BOMBA D'ÁGUA	UN	1	644,645	644,65
SUPORTE DO RADIADOR	UN	4	10,9939	43,98
SUPORTE MOTOR	PC	4	44,9752	179,90
ESCAPAMENTO COMPLETO	UN	1	466,743	466,74

RESERVATORIO DE AGUA P/ RADIA-DOR	UN	1	132,9268	132,93
MANGUEIRA RAD.	UN	4	22,9873	91,95
9.080,00				
Lote - 6				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	194,3025	777,21
MOLA 2º	UN	4	191,3071	765,23
MOLA 3º	UN	2	177,3576	354,72
MOLA 4º	UN	2	144,4767	288,95
PINO DE CENTRO	UN	10	10,9603	109,60
PINOI MOLA	UN	8	12,9531	103,62
JUMELO TRAS.	PC	2	46,8304	93,66
GRAMPO DE MOLA	UN	4	32,8809	131,52
PARAFUSO DE RODA	UN	24	12,9531	310,87
AMORTECEDOR TRASEIRO	UN	4	98,6427	394,57
COROA E PINHÃO	UN	1	1345,1279	1.345,13
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	1644,0452	1.644,05
ARRUELA ENCOSTO	JG	1	61,7762	61,78
CRUZETAS	PC	1	144,4767	144,48
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	224,188	448,38
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	212,2313	424,46
PONTA DE EIXO	UN	2	259,0617	518,12
CRUZETA DO CARDAN	UN	4	62,7726	251,09
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	6	189,3143	1.135,89
RETENTOR DE CUBO	UN	6	22,917	137,50
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	184,3323	184,33
VALVULA BOMBA DA CAÇAMBA	UN	1	223,1916	223,19
CARDAN BOMBA DA CAÇAMBA	UN	1	443,394	443,39
CRUZETA CARDAN DA BOMBA DA CAÇAMBA	UN	2	58,7871	117,57
JOGO DE REPARO DO PISTÃO DA CAÇAMBA	UN	1	617,7624	617,76
REBITE ALUMINIO	UN	450	0,0996	44,82
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	4	124,5489	498,20
TAMBOR DE FREIO	UN	3	376,6358	1.129,91
12.700,00				
Lote - 7				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	6	178,77	1.072,62
MOLA 2º	UN	4	177,7752	711,10
MOLA 3º	UN	3	158,7992	476,40
MOLA 4º	UN	3	134,8295	404,49
PINO DE CENTRO	UN	8	6,9912	55,93
PINOI MOLA	UN	8	8,9886	71,91
GRAMPO DE MOLA	UN	6	22,971	137,83
JUMELO DIAT.	UN	6	30,9609	185,77
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	4	164,7916	659,17

PLATOR EMBR.	PC	1	444,4381	444,44
DISCO DE EMBRAGEM	UN	1	275,6515	275,65
ROLAMENTO DE EMBREAGEM	UN	1	71,9091	71,91
RADIADOR DE AGUA	UN	1	769,0277	769,03
BOMBA D'ÁGUA	UN	1	644,1855	644,19
SUPORTE DO RADIADOR	UN	4	10,9861	43,94
SUPORTE MOTOR	PC	4	88,8876	355,55
ESCAPAMENTO COMPLETO	UN	1	489,3812	489,38
MANGUEIRA RAD.	UN	3	22,971	68,91
CAIXA E BOMBA DE DIREÇÃO	UN	1	3695,3277	3.695,33
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	4	52,9331	211,73
BARRA DE DIREÇÃO CURTA	UN	2	489,3812	978,76
FLEXIVEL DE DIREÇÃO	UN	2	121,8459	243,69
ROLAMENTO CANOTE	UN	2	41,947	83,89
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	2	159,798	319,60
REBITE ALUMINIO	UN	300	0,0999	29,97
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	4	134,8295	539,32
TAMBOR DE FREIO	UN	2	398,4962	796,99
VALVULA DE DESCARGA	UN	4	32,9583	131,83
SERVO FREIO (BASE DE TROCA)	UN	2	598,2436	1.196,49
CILINDRO AUXILIAR	UN	4	186,7639	747,06
CILINDRO MESTRE DE FREIO DUPLO	UN	3	434,4507	1.303,35
FLEXIVEL DE FREIO	UN	2	22,971	45,94
CANO DE AR	UN	2	68,9129	137,83
17.400,00				
Lote - 8				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	286,2425	1.144,97
MOLA 2º	UN	4	276,305	1.105,22
MOLA 3º	UN	4	193,8111	775,24
MOLA 4º	UN	4	175,9208	703,68
PINO DE CENTRO	UN	10	10,9329	109,33
JUMELO TRAS.	PC	4	47,7073	190,83
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	4	185,8599	743,44
RETENTOR DE CUBO	UN	8	22,8598	182,88
PARAFUSO DE RODA	UN	24	16,8964	405,51
GRAMPO DE MOLA	UN	8	31,8049	254,44
CARDAN BOMBA DA CAÇAMBA	UN	1	447,2563	447,26
CRUZETA CARDAN DA BOMBA DA CAÇAMBA	UN	4	58,6403	234,56
JOGO DE REPARO DE PISTÃO	JG	1	616,2198	616,22
COROA E PINHÃO	UN	1	1341,769	1.341,77

CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	1540,5496	1.540,55
ARRUELA ENCOSTO	JG	1	58,6403	58,64
CRUZETAS	PC	1	144,1159	144,12
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	228,5977	457,20
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	208,7196	417,44
PONTA DE EIXO	UN	2	297,177	594,35
CRUZETA DO CARDAN	UN	4	58,6403	234,56
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	197,7867	197,79
11.900,00				
Lote - 9				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	196,1419	784,57
MOLA 2º	UN	4	186,2856	745,14
MOLA 3º	UN	2	182,343	364,69
MOLA 4º	UN	2	136,018	272,04
PINO DE CENTRO	UN	8	12,8133	102,51
JUMELO DIAT.	UN	2	88,7074	177,41
PINOI MOLA	UN	6	12,8133	76,88
GRAMPO DE MOLA	UN	4	31,5404	126,16
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	4	196,1419	784,57
RETENTOR DE CUBO	UN	4	32,526	130,10
PLATOR EMBR.	PC	1	739,2284	739,23
DISCO DE EMBRAGEM	UN	1	416,9248	416,92
ROLAMENTO DE EMBREAGEM	UN	1	152,7739	152,77
CILINDRO DE EMBREAGEM	UN	1	167,5584	167,56
ATUADOR	UN	1	196,1419	196,14
RADIADOR DE AGUA	UN	1	2266,9671	2.266,97
BOMBA D'ÁGUA	UN	1	542,1008	542,10
SUORTE DO RADIADOR	UN	4	22,6697	90,68
RESERVATORIO DE AGUA P/ RADIADOR	UN	1	142,9175	142,92
MANGUEIRA RAD.	UN	3	73,9228	221,77
CAIXA DE DIREÇÃO	UN	1	2955,9279	2.955,93
BOMBA DE DIREÇÃO HIDRAULICA	UN	1	729,372	729,37
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	4	108,4202	433,68
BARRA DE DIREÇÃO	UN	2	423,8243	847,65
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	4	133,0611	532,24
14.000,00				
Lote - 10				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	198,3475	793,39
MOLA 2º	UN	4	222,2756	889,10
MOLA 3º	UN	2	176,425	352,85
MOLA 4º	UN	2	169,4478	338,90
PINO DE CENTRO	UN	8	24,9188	199,35
GRAMPO DE MOLA	UN	8	44,8538	358,83
PARAFUSO DE RODA	UN	24	15,948	382,75

CARDAN BOMBA DA CAÇAMBA	UN	1	647,8886	647,89
CRUZETA CARDAN DA BOMBA DA CAÇAMBA	UN	2	179,4153	358,83
JOGO DE REPARO DO PISTÃO DA CAÇAMBA	UN	1	617,986	617,99
COROA E PINHÃO	UN	1	3189,6053	3.189,61
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	6478,8858	6.478,89
ARRUELA ENCOSTO	JG	1	149,5127	149,51
CRUZETAS	PC	1	298,0287	298,03
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	228,2561	456,51
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	443,5545	887,11
PONTA DE EIXO	UN	2	617,986	1.235,97
CRUZETA DO CARDAN	UN	2	159,4803	318,96
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	2	198,3536	396,71
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	228,2561	228,26
REBITE ALUMINIO	UN	450	0,0997	44,87
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	6	179,4153	1.076,49
TAMBOR DE FREIO	UN	2	428,6032	857,21
VALVULA PNEUMATICA	UN	1	121,6037	121,60
CATRACA DE FREIO	UN	2	134,5615	269,12
CUICA DE FREIO	UN	4	198,3536	793,41
VALVULA DE DESCARGA	UN	2	328,928	657,86
22.400,00				
Lote - 11				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	850	3.400,00
MOLA 2º	UN	4	850	3.400,00
MOLA 3º	UN	3	720	2.160,00
PINOI MOLA	UN	6	65	390,00
PINO DE CENTRO	UN	8	13	104,00
JUMELO DIAT.	UN	2	180	360,00
RADIADOR DE AGUA	UN	1	2800	2.800,00
BOMBA D'ÁGUA	UN	1	650	650,00
SUORTE DO RADIADOR	UN	4	18	72,00
RESERVATORIO DE AGUA P/ RADIADOR	UN	1	179	179,00
MANGUEIRA RAD.	UN	3	105	315,00
CAIXA DE DIREÇÃO	UN	1	3900	3.900,00
BOMBA DE DIREÇÃO HIDRAULICA	UN	1	1050	1.050,00
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	4	170	680,00
BARRA DE DIREÇÃO	UN	2	577	1.154,00
PLATOR EMBR.	PC	1	1400	1.400,00
DISCO DE EMBRAGEM	UN	1	899	899,00
ROLAMENTO DE EMBREAGEM	UN	1	339	339,00

CILINDRO DE EMBREAGEM	UN	1	199	199,00
ATUADOR	UN	1	899	899,00
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	355	710,00
RETENTOR DE CUBO	UN	2	39	78,00
25.138,00				
Lote - 12				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	225	900,00
MOLA 2º	UN	4	235	940,00
MOLA 3º	UN	3	170	510,00
PINO DE CENTRO	UN	8	13	104,00
GRAMPO DE MOLA	UN	6	23	138,00
PARAFUSO DE RODA	UN	24	13	312,00
CARDAN BOMBA DA CAÇAMBA	UN	1	179	179,00
CRUZETA CARDAN DA BOMBA DA CAÇAMBA	UN	2	113	226,00
JOGO DE REPARO DO PISTÃO DA CAÇAMBA	UN	1	650	650,00
COROA E PINHÃO	UN	1	3900	3.900,00
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	6700	6.700,00
ARRUELA ENCOSTO	JG	1	299	299,00
CRUZETAS	PC	1	332	332,00
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	267	534,00
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	480	960,00
PONTA DE EIXO	UN	2	1120	2.240,00
CRUZETA DO CARDAN	UN	2	199	398,00
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	2	320	640,00
RETENTOR DE CUBO	UN	2	38	76,00
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	361	722,00
RETENTOR DE CUBO	UN	2	39	78,00
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	220	220,00
BARRA ESTABILIZADOR	UN	1	1300	1.300,00
REBITE ALUMINIO	UN	450	0,1	45,00
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	6	150	900,00
TAMBOR DE FREIO	UN	2	399	798,00
VALVULA DE DESCARGA	UN	2	229	458,00
CATRACA DE FREIO	UN	2	115	230,00
CUICA DE FREIO	UN	4	650	2.600,00
ROLAMENTO DO SUPORTE REI	UN	1	215	215,00
27.604,00				
Lote - 13				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	187,1117	748,45
MOLA 2º	UN	4	186,1217	744,49

MOLA 3º	UN	3	157,4114	472,23
PINO DE CENTRO	UN	6	8,9101	53,46
JUMELO DIAT.	UN	4	32,6703	130,68
PINOI MOLA	UN	8	8,9101	71,28
CAIXA E BOMBA DE DIREÇÃO	UN	1	3712,5337	3.712,53
BARRA DE DIREÇÃO	UN	2	445,504	891,01
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	2	54,4505	108,90
RADIADOR DE AGUA	UN	1	1089,0099	1.089,01
BOMBA D'ÁGUA	UN	1	643,5058	643,51
SUPORTE DO RADIADOR	UN	4	15,8401	63,36
SUPORTE MOTOR	PC	2	91,0808	182,16
MANGUEIRA RAD.	UN	3	22,7702	68,31
PLATOR EMBR.	PC	1	472,7293	472,73
DISCO DE EMBREAGEM	UN	1	276,6085	276,61
ROLAMENTO DE EMBREAGEM	UN	1	71,2806	71,28
9.800,00				
Lote - 14				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	240,7875	963,15
MOLA 2º	UN	4	241,3646	965,46
MOLA 3º	UN	3	158,1325	474,40
PINO DE CENTRO	UN	8	9,1647	73,32
GRAMPO DE MOLA	UN	4	26,6609	106,64
PARAFUSO DE RODA	UN	48	13,3305	639,86
REBITE ALUMINIO	UN	400	8,3315	3.332,60
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	6	120,8073	724,84
TAMBOR DE FREIO	UN	4	332,4283	1.329,71
CATRACA DE FREIO	UN	2	88,8975	177,80
CUICA DE FREIO	UN	2	165,7975	331,60
VALVULA DO PILOTO	UN	1	232,4498	232,45
SERVO FREIO (BASE DE TROCA)	UN	1	602,37	602,37
CILINDRO MESTRE DE FREIO DUPLO	UN	1	306,4339	306,43
CILINDRO DE RODA	UN	6	68,3186	409,91
COROA E PINHÃO	UN	1	1124,7572	1.124,76
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	1374,7033	1.374,70
ARRUELA ENCOSTO	JG	1	49,1561	49,16
CRUZETAS	PC	1	138,0535	138,05
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	1	185,7932	185,79
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	178,2949	356,59
PONTA DE EIXO	UN	2	94,9795	189,96
CRUZETA DO CARDAN	UN	2	295,7695	591,54
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	4	157,466	629,86
RETENTOR DE CUBO	UN	4	19,1625	76,65
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	120,8073	241,61

RETENTOR DE CUBO	UN	2	17,4962	34,99
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	165,7975	165,80
15.830,00				
Lote - 15				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
PIVO SUPERIOR	UN	2	69	138,00
PIVOT INFERIOR	UN	2	72	144,00
BIELETA	UN	2	24,6	49,20
BUCHA DE BIELETA	UN	4	7,8	31,20
TERMINAL CURTO	UN	2	37,8	75,60
TERMINAL LONGO	UN	2	55	110,00
BRAÇO AUXILIAR	UN	1	176	176,00
BRAÇO PITMAN	UN	1	92	92,00
COIFA DIANT.	PC	1	23,5	23,50
BUCHA BANDEJA	PC	4	45	180,00
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	176	352,00
ROLAMENTO PEQUENO CUBO DIANTEIRO	UN	2	112	224,00
RETENTOR DE CUBO	UN	4	9	36,00
HOMOCINETICA	UN	2	265	530,00
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	2	149,8	299,60
BARRA DE DIREÇÃO COMPRIDA	UN	1	330	330,00
BARRA DE DIREÇÃO CURTA	UN	1	299	299,00
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	2	56,8	113,60
PASTILHA FREIO	JG	1	99,6	99,60
PARAFUSO DE RODA	UN	12	4,7	56,40
3.359,70				
Lote - 16				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	83,6125	334,45
MOLA 2º	UN	4	75,7494	303,00
MOLA 3º	UN	4	68,863	275,45
MOLA 4º	UN	4	59,0255	236,10
MOLA 5º	UN	4	51,5489	206,20
JUMELO TRAS.	PC	4	62,8621	251,45
PINOI MOLA	UN	4	10,8213	43,29
BUCHA DE MOLA	UN	8	32,464	259,71
PINO DE CENTRO	UN	4	10,8213	43,29
AMORTECEDOR TRASEIRO	UN	2	123,7567	247,51
GRAMPO DE MOLA	UN	4	25,2826	101,13
COROA E PINHÃO	UN	1	3443,1524	3.443,15
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	3590,716	3.590,72
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	2	32,464	64,93
REBITE ALUMINIO	UN	100	0,0984	9,84
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	2	195,7678	391,54
ROL.CUBO TRAZ	PC	2	186,6189	373,24
ROLAMENTO PONTA DO PINHÃO	UN	1	482,0413	482,04
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	122,9697	122,97

FLANGE CARDAN	UN	2	265,6146	531,23
LUVA DO CARDAN	UN	1	304,9649	304,96
PONTEIRA DESLIZANTE DO CARDAN	UN	1	174,1251	174,13
PONTEIRA DO CARDAN COM ROSCA	UN	1	162,32	162,32
RETENTOR DO PINHÃO	UN	1	24,5939	24,59
TAMBOR DE FREIO	UN	2	140,3822	280,76
PATIM DE FREIO	PC	4	97,392	389,57
RETENTOR DE CUBO	UN	4	8,8538	35,42
PONTA DE EIXO	UN	2	462,3662	924,73
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	1	300,0461	300,05
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	195,7678	391,54
PARAFUSO DE RODA	UN	12	16,7239	200,69
14.500,00				
Lote - 17				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	214,5672	858,27
MOLA 2º	UN	4	214,5672	858,27
MOLA 2º A	UN	4	184,3327	737,33
MOLA 3º	UN	4	168,0451	672,18
MOLA 4º	UN	4	139,9563	559,83
MOLA 5º	UN	4	136,5427	546,17
MOLA 6º	UN	4	66,3208	265,28
MOLA 7º	UN	4	29,2592	117,04
MOLA 8º	UN	4	29,2592	117,04
MOLA 9º	UN	4	63,3948	253,58
SUPORTE MOLA DIANT.	UN	2	90,0207	180,04
JUMELO DIAT.	UN	2	87,7775	175,56
PINOI MOLA	UN	8	17,5555	140,44
BUCHA DE MOLA	UN	8	8,7777	70,22
PINO DE CENTRO	UN	4	12,679	50,72
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	2	731,479	1.462,96
GRAMPO DE MOLA	UN	4	41,9381	167,75
GUIA DO GRAMPO DE MOLA	UN	4	48,7653	195,06
ROLAMENTO PEQUENO CUBO DIANTEIRO	UN	2	438,8874	877,77
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	360,863	721,73
PATIM DE FREIO	PC	4	237,9745	951,90
RETENTOR DE CUBO	UN	4	41,9381	167,75
PARAFUSO DE RODA	UN	10	25,3579	253,58
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	4	263,3324	1.053,33
REBITE ALUMINIO	UN	260	0,0975	25,35
BARRA DE DIREÇÃO CURTA	UN	1	1316,6621	1.316,66
BARRA DE DIREÇÃO COMPRIDA	UN	1	1658,019	1.658,02
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	4	136,5427	546,17
15.000,00				
Lote - 18				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	

MOLA 1º	PC	2	139,415	278,83
MOLA 2º	UN	2	154,3556	308,71
MOLA 3º	UN	2	149,3764	298,75
MOLA 4º	UN	2	144,3971	288,79
MOLA 5º	UN	2	139,4179	278,84
MOLA 6º	UN	2	132,447	264,89
MOLA 7º	UN	2	128,4637	256,93
MOLA 8º	UN	2	114,5219	229,04
MOLA 9º	UN	2	112,5302	225,06
MOLA 10ª	UN	2	109,5427	219,09
MOLA 11º	UN	2	99,5842	199,17
MOLA 12º	UN	2	94,605	189,21
MOLA 13º	UN	2	69,709	139,42
PINO DE CENTRO 12 X 12 CB	UN	4	8,9626	35,85
GRAMPO MOLA 18 X 82 X 460	UN	2	39,5349	79,07
SAPATA DE GRAM- PO	UN	1	93,6092	93,61
COROA E PINHÃO	UN	1	4481,2906	4.481,29
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	4969,2534	4.969,25
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	4	254,6369	1.018,55
REBITE ALUMINIO	UN	260	0,0996	25,90
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	2	448,1291	896,26
ROLAMENTO PEQUENO CUBO TRASEIRO	UN	2	247,9647	495,93
ROLAMENTO CARDAN	UN	2	496,9253	993,85
RETENTOR DO PINHÃO	UN	1	54,7713	54,77
PATIM DE FREIO	PC	4	247,9647	991,86
RETENTOR DE CUBO	UN	2	52,7796	105,56
PONTA DE EIXO	UN	2	2290,4374	4.580,87
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	1	756,8402	756,84
ROLAMENTO LATE- RAL COROA	UN	1	994,8465	994,85
PARAFUSO DE RODA	UN	10	24,8961	248,96
24.000,00				
Lote - 19				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	465,535	1.862,14
MOLA 2º	UN	4	456,4074	1.825,63
MOLA 3º	UN	4	367,27	1.469,08
SUPORTE MOLA DIANT.	UN	4	164,7752	659,10
JUMELO DIAT.	UN	4	78,4171	313,67
PINOI MOLA	UN	8	16,8746	135,00
BUCHA DE MOLA	UN	8	14,393	115,14
PINO DE CENTRO	UN	4	12,9041	51,62
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	4	203,4874	813,95
BARRA DE DIRE- ÇÃO COMPRIDA	UN	2	618,4032	1.236,81
BARRA DE DIRE- ÇÃO CURTA	UN	2	485,3919	970,78
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	4	59,3588	237,44

GRAMPO DE MOLA	UN	8	22,8303	182,64
GUIA DO GRAMPO DE MOLA	UN	4	44,2709	177,08
ROLAMENTO PEQUENO CUBO DIANTEIRO	UN	4	88,3433	353,37
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	4	124,0777	496,31
PATIM DE FREIO	PC	8	60,5499	484,40
RETENTOR DE CUBO	UN	4	17,8672	71,47
PARAFUSO DE RODA	UN	24	11,1174	266,82
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	4	62,9322	251,73
REBITE ALUMINIO	UN	260	0,0993	25,82
12.000,00				
Lote - 20				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	4	458,8809	1.835,52
MOLA 2º	UN	4	469,6781	1.878,71
MOLA 3º	UN	4	368,9042	1.475,62
JUMELO TRAS.	PC	4	90,9764	363,91
PINOI MOLA	UN	4	12,9966	51,99
BUCHA DE MOLA	UN	8	12,9966	103,97
PINO DE CENTRO	UN	4	14,7962	59,18
AMORTECEDOR TRASEIRO	UN	4	198,9483	795,79
GRAMPO DE MOLA	UN	4	32,9914	131,97
SAPATA DE GRAM- PO	UN	4	40,9894	163,96
COROA E PINHÃO	UN	2	1399,6366	2.799,27
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	2	2149,442	4.298,88
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	4	81,8787	327,51
REBITE ALUMINIO	UN	260	0,1	26,00
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	4	144,9624	579,85
ROLAMENTO PEQUENO CUBO TRASEIRO	UN	4	125,9673	503,87
ROLAMENTO PON- TA DO PINHÃO	UN	2	88,9769	177,95
ROLAMENTO CARDAN	UN	2	98,9743	197,95
FLANGE CARDAN	UN	4	80,979	323,92
LUA DO CARDAN	UN	2	176,9541	353,91
PONTEIRA DESLI- ZANTE DO CARDAN	UN	2	188,9509	377,90
PONTEIRA DO CAR- DAN COM ROSCA	UN	2	188,9509	377,90
RETENTOR DO PINHÃO	UN	2	25,4934	50,99
PATIM DE FREIO	PC	8	53,986	431,89
RETENTOR DE CUBO	UN	4	22,994	91,98
PONTA DE EIXO	UN	4	398,8964	1.595,59
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	2	149,7611	299,52
ROLAMENTO LATE- RAL COROA	UN	4	198,9483	795,79
PARAFUSO DE RODA	UN	24	13,6964	328,71

20.800,00				
Lote - 21				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	2	376,675	753,35
MOLA 2º	UN	2	386,6234	773,25
MOLA 3º	UN	2	354,5207	709,04
SUPORTE MOLA DIANT.	UN	2	237,5398	475,08
JUMELO DIAT.	UN	4	187,8453	751,38
PINOI MOLA	UN	4	13,5169	54,07
BUCHA DE MOLA	UN	4	27,7295	110,92
PINO DE CENTRO	UN	2	13,5169	27,03
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	2	164,9858	329,97
BARRA DE DIREÇÃO COMPRIDA	UN	1	472,098	472,10
BARRA DE DIREÇÃO CURTA	UN	1	313,0755	313,08
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	2	98,3952	196,79
GRAMPO DE MOLA	UN	4	38,7617	155,05
GUIA DO GRAMPO DE MOLA	UN	2	58,6395	117,28
ROLAMENTO PEQUENO CUBO DIANTEIRO	UN	2	83,0892	166,18
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	76,5296	153,06
PASTILHA FREIO	JG	4	98,3952	393,58
DISCO DE FREIO	UN	4	159,0225	636,09
RETENTOR DE CUBO	UN	2	22,8595	45,72
PARAFUSO DE RODA	UN	10	13,4175	134,18
CANO DE FREIO DIREITO	UN	1	16,3992	16,40
CANO DE FREIO ESQUERDO	UN	1	16,3992	16,40
6.800,00				
Lote - 22				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	2	385,465	770,93
MOLA 2º	UN	2	375,8177	751,64
MOLA 3º	UN	2	369,538	739,08
JUMELO TRAS.	PC	2	76,3229	152,65
PINOI MOLA	UN	4	15,4578	61,83
BUCHA DE MOLA	UN	4	15,4578	61,83
PINO DE CENTRO	UN	2	11,5933	23,19
AMORTECEDOR TRASEIRO	UN	2	130,4252	260,85
GRAMPO DE MOLA	UN	4	30,4325	121,73
SAPATA DE GRAMPO	UN	2	47,3395	94,68
COROA E PINHÃO	UN	1	1497,4743	1.497,47
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	2366,9755	2.366,98
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	1	57,0006	57,00
REBITE ALUMINIO	UN	130	0,0966	12,56
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	1	140,0863	140,09
ROLAMENTO PEQUENO CUBO TRASEIRO	UN	1	111,1029	111,10

ROLAMENTO PONTA DO PINHÃO	UN	1	192,2564	192,26
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	85,984	85,98
FLANGE CARDAN	UN	2	76,3229	152,65
LUVA DO CARDAN	UN	1	162,1137	162,11
PONTEIRA DESLIZANTE DO CARDAN	UN	1	172,9341	172,93
PONTEIRA DO CARDAN COM ROSCA	UN	1	182,5953	182,60
RETENTOR DO PINHÃO	UN	1	32,3648	32,36
PATIM DE FREIO	PC	4	51,204	204,82
RETENTOR DE CUBO	UN	2	17,8731	35,75
PONTA DE EIXO	UN	2	675,3126	1.350,63
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	1	192,2564	192,26
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	192,2564	384,51
PARAFUSO DE RODA	UN	12	10,6272	127,53
10.500,00				
Lote - 23				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	2	379	758,00
MOLA 2º	UN	2	379	758,00
MOLA 3º	UN	2	359	718,00
SUPORTE MOLA DIANT.	UN	2	245	490,00
JUMELO DIAT.	UN	2	189	378,00
PINOI MOLA	UN	4	13,5	54,00
BUCHA DE MOLA	UN	4	27	108,00
PINO DE CENTRO	UN	2	13,5	27,00
AMORTECEDOR DIANTEIRO	UN	2	169	338,00
BARRA DE DIREÇÃO COMPRIDA	UN	1	469,5	469,50
BARRA DE DIREÇÃO CURTA	UN	1	330	330,00
TERMINAL DE DIREÇÃO	UN	2	99	198,00
GRAMPO DE MOLA	UN	4	44	176,00
GUIA DO GRAMPO DE MOLA	UN	2	59	118,00
ROLAMENTO PEQUENO CUBO DIANTEIRO	UN	2	85	170,00
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	77	154,00
PATIM DE FREIO	PC	4	69,7	278,80
RETENTOR DE CUBO	UN	2	23	46,00
PARAFUSO DE RODA	UN	12	13	156,00
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	2	112,3	224,60
REBITE ALUMINIO	UN	130	0,1	13,00
5.962,90				
Lote - 24				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$	R\$ FINAL	
MOLA 1º	PC	2	399,075	798,15
MOLA 2º	UN	2	396,1013	792,20
MOLA 3º	UN	2	386,1739	772,35
JUMELO TRAS.	PC	2	78,4261	156,85

PINOI MOLA	UN	4	15,8838	63,54
BUCHA DE MOLA	UN	4	15,8838	63,54
PINO DE CENTRO	UN	2	12,5085	25,02
AMORTECEDOR TRASEIRO	UN	2	123,0991	246,20
GRAMPO DE MOLA	UN	4	31,7675	127,07
SAPATA DE GRAMPO	UN	2	48,644	97,29
COROA E PINHÃO	UN	1	1538,7392	1.538,74
CAIXA SATÉLITE COMPLETA	UN	1	2382,564	2.382,56
JOGO DE LONAS DE FREIO	JG	2	58,5714	117,14
REBITE ALUMINIO	UN	130	0,0993	12,91
ROLAMENTO GRANDE CUBO TRAS.	UN	2	143,9466	287,89
ROLAMENTO PEQUENO CUBO TRASEIRO	UN	2	113,6682	227,34
ROLAMENTO PONTA DO PINHÃO	UN	1	197,5543	197,55
ROLAMENTO CARDAN	UN	1	88,3534	88,35
FLANGE CARDAN	UN	2	78,4261	156,85
LUVIA DO CARDAN	UN	1	164,4962	164,50
PONTEIRA DESLIZANTE DO CARDAN	UN	1	169,7577	169,76
PONTEIRA DO CARDAN COM ROSCA	UN	1	178,6923	178,69
RETENTOR DO PINHÃO	UN	1	31,7675	31,77
PATIM DE FREIO	PC	4	54,6004	218,40
RETENTOR DE CUBO	UN	2	17,8692	35,74
PONTA DE EIXO	UN	2	662,9484	1.325,90
ROLAMENTO COLO PINHÃO	UN	1	197,5543	197,55
ROLAMENTO LATERAL COROA	UN	2	197,5543	395,11
PARAFUSO DE RODA	UN	12	10,9201	131,04
11.000,00				
Lote - 35				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
AMORTEC.DIANT.	UN	1	593,6842	593,68
BUCHA BANDEJA	PC	2	69,8452	139,69
BANDEJA	UN	4	261,9195	1.047,68
COXIN DE AMORTECEDOR	UN	2	40,743	81,49
CORREIA DE COMANDO	UN	1	43,6533	43,65
PASTILHA FREIO	JG	2	87,3065	174,61
LONA DE FREIO	PC	2	67,9051	135,81
ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	UN	2	97,0072	194,01
ROLAMENTO DO CUBO TRASEIRO	UN	2	79,5459	159,09
AMORTECEDOR TRASEIRO	UN	2	130,9598	261,92
BUCHA SUSPENSÃO TRASEIRA	UN	2	26,192	52,38
ESCAPAMENTO COMPLETO	UN	1	951,6409	951,64
VELA IGNIÇÃO	UN	4	17,4613	69,85

CABO DE VELA	UN	1	130,9598	130,96
MOLA ASPIRAL	UN	2	122,2291	244,46
SUPORTE CAIXA	UN	1	69,8452	69,85
SUPORTE MOTOR	PC	2	104,7678	209,54
SUPORTE ESCAPAMENTO (BORRACHA)	UN	8	17,4613	139,69
4.700,00				
Lote - 36				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
VALVULA DESCARGA RAPIDA 3/8 " X 1/2" NPT	UN	2	25	50,00
VALVULA REGULADORA PRESSÃO MB MODERNA PLAST.	UN	2	135,6	271,20
TIRANTE DUPLO MB	UN	4	215,6	862,40
TIRANTE SIMPLES MB	UN	4	215,6	862,40
PINO TIRANTE DUPLO MB	UN	4	70	280,00
PINO TIRANTE SIMPLES MB	UN	4	60	240,00
PINO TENSOR LONGO MB	UN	4	20	80,00
BUCHA TENSOR 60 X 50 X 36,5 MM SEM ABA	UN	8	5	40,00
BALANCA TE 70.730/00 (560 X 82 mm PINO 56mm)	UN	2	165	330,00
PINO BALANCA (50x215mm) COM CHAVETAS CONICAS	UN	2	49,8	99,60
CUBO DE RODA TRASEIRO MB 1313 TRACAO	UN	2	399	798,00
COMPRESSOR AR MBB OM 366 (REFRIG. AGUA)	UN	1	1088	1.088,00
HELICE PLÁSTICA MB (FURO 34mm) 10 PAS	UN	1	59	59,00
EMBUCHAMENTO MB ÓLEO 030 36,95 mm	UN	1	315	315,00
FILTRO AR EXTERNO MBB/VW/FORD	UN	2	122	244,00
FILTRO COMBUSTIVEL 3/4 LITRO MB	UN	1	11	11,00
FILTRO LUBRIFICANTE MBB OM-352-A	UN	1	21	21,00
EIXO PILOTO 15 DENTES G3-G6	UN	1	470	470,00
ENGRENAGEM 4ª VELOC FIXA 29 DENTES G3-G6/40	UN	1	255	255,00
ENGRENAGEM 5ª FIXA 38 DENTES G3-36/40	UN	1	277	277,00

ENGRENAGEM CARRETEL 2ª E 3ª G3-36/40 17/23 D	UN	1	412	412,00
ROLAMENTO F-52385 GAIOLA CXUN G3- 36/40	UN	1	38,9	38,90
ROLAMENTO F-52386 GAIOLA CXUN G3- 36/40	UN	1	34	34,00
ROLAMENTO QJ-209 PILOTO CX G3- 36/40	UN	1	135	135,00
ROLAMENTO F-45813 PILOTO CXUN G3-36 NU 209	UN	1	114	114,00
JG JUNTA CAMBIO MB G3-36/G3-40/ G3-50/G3-60	UN	1	5,6	5,60
RETENTOR PILOTO G3-36/40/50/60	UN	4	9,2	36,80
RETENTOR SAIDA CAMBIO G3-36/40/50/60	UN	1	14,8	14,80
7.444,70				
Lote - 37				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
BOMBA HIDRAULICA	UN	1	1297,43	1.297,43
CRUZETAS	PC	4	244,5193	978,08
FLANGE	UN	2	349,3132	698,63
MANGUEIRA RAD.	UN	4	143,418	573,67
REPARO DO PISTÃO	UN	8	135,5335	1.084,27
VALVULA 4 CIRCUITOS VW	UN	2	359,2936	718,59
VALVULA ABRIR PORTA ONIBUS - ALAVANCA PRETA	UN	6	91,8195	550,92
VALVULA DESCARGA RAPIDA FORD CARGO E VW	UN	2	113,7763	227,55
PINO TIRANTE V VW 24-250 24-220 26-310	UN	8	50,8999	407,20
BALANCA TE 711.044/00 (499x105mmPINO 50mm)	UN	4	179,6468	718,59
PINO BALANCA (50x226mmm) COM CHAVETAS CONICAS	UN	4	48,9039	195,62
COMPRESSOR AR VW	UN	1	2135,8008	2.135,80
HELICE PLÁSTICA MOTOR CUMMINS (7 PAS) 560mm	UN	1	126,5512	126,55
EMBUCHAMENTO VIGA VWC STD 40,80mm	UN	4	349,3132	1.397,25
FILTRO COMBUSTIVEL VW/FORD/SC/ VOLVO	UN	8	119,7645	958,12
FILTRO LUBRIFICANTE CUMMINS	UN	4	96,5103	386,04

ENGRENAGEM 5ª EATON FS	UN	1	621,7775	621,78
EIXO PILOTO CAMBIO EATON	UN	3	721,5813	2.164,74
ENGRENAGEM CAMBIO EATON	UN	3	554,909	1.664,73
ROLAMENTO PILOTO CAMBIO EATON	UN	4	198,6095	794,44
17.700,00				
Lote - 39				
DESCRIÇÃO	QNTD	R\$ UN	R\$ FINAL	
OLEO 68	BD	100	199,2686	19.926,86
Óleo 10 W	BD	60	254,0669	15.244,01
OLEO 15W40	BD	50	234,1401	11.707,01
Óleo 40	BD	50	199,2682	9.963,41
OLEO ATF	BD	4	273,9937	1.095,97
OLEO WBF 100	BD	3	254,0669	762,20
OLEO 90	BD	10	244,1035	2.441,04
Fluido Freio Dot 3 (Frasco 500 ml)	FR	200	16,9378	3.387,56
GRAXA PINO	BD	9	298,9023	2.690,12
GRAXA ROLAMENTO	BD	2	518,0973	1.036,19
OLEO DOIS TEMPOS 500 ml	UN	200	25,9049	5.180,98
OLEO CORRENTE MOTO SERRA GALÃO 5 LITROS	GL	30	31,8829	956,49
OLEO SEMI SINTÉTICO	LT	1000	22,9158	22.915,80
Óleo Hidraulico 80 W	LT	250	17,9341	4.483,53
OLEO LUBRIFICANTE 90	LT	250	16,9378	4.234,45
OLEO SINTETICO	LT	200	34,8719	6.974,38
113.000,00				
TOTAL DOS LOTES R\$478.955,30				

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para AQUISIÇÕES DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, LUBRIFICANTES E GRAXAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS E MAQUINAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA

O prazo de entrega é de máximo 08 dias úteis contados da data de recebimento da Autorização de fornecimento.

As autorizações de Fornecimento expedida(s) após a assinatura da Ata de Registro indicará(ão):

o nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
o e-mail e telefone (fax) do setor, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
o item e a quantidade solicitada;
a data da expedição da Autorização de fornecimento;
o prazo de entrega (data e horário);
o endereço do local onde o objeto solicitado deverá ser entregue. A Contratante expedirá por meio de e-mail e/ou ofício e/ou fax à Contratada a Autorização de Fornecimento. A Contratada deverá confirmar por escrito, enviada por e-mail, o recebimento da Ordem no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do empenho, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia. Após esse período, a contratada ficará sujeita à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O objeto deverá ser entregue no almoxarifado da Prefeitura, em dias úteis e em horário de expediente: das 08 (oito) às 17h00min, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Constatadas irregularidades no objeto, esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação e/ou incorreções, a Contratada deverá complementar e/ou corrigir em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de (02 dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Diretoria de Compras de por meio de cheque nominal ou em conta corrente indicada pela empresa contratada.

Na Nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o número do contrato, a descrição dos produtos, quantidades, preços unitários e o valor total.

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada ao contratado, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Caso o contratado não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

A despesa estimada onerará as dotações orçamentárias inerentes a compra.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 05/2013 e nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de

habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para entrega.

Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência. E ainda será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Em caso de possível atraso na entrega do objeto por fato superveniente a vontade da Contratada, a Contratada deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 5 dias úteis. Caso a Contratada não cumpra o prazo inicial e nem o prazo prorrogado aceito pela Contratante, ser-lhe-á aplicada a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s), por dia de atraso na entrega do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia útil, quando será devida a multa pelos dias de atraso somada a sanção de rescisão unilateral e multa prevista no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão nº. 05/2013 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S);

A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA NONA – FORO

O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Bela Vista do Toldo, 14 de Junho de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

DETENTORA:

GAPSKI & CIA LTDA

Fernando Gapski

020.418.139-97

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Emerson Diego Kucarz
CPF: 060.629.749-93

Biguaçu**PREFEITURA****Lei Nº 3372/2013**

LEI Nº 3372/2013 DE 19 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) à "LIGA DE FUTEBOL DA COMARCA DE BIGUAÇU", CNPJ n. 82.703.190/0001-78, mediante convênio, pagável em 04 (quatro) parcelas mensais, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a atender despesas de manutenção da referida entidade e constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2013 com a seguinte classificação:: 1501.27.812.0005.2045 - Apoio ao Esporte Amador, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela recebida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, na forma estabelecida nas normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3372/2013, de 19/06/2013
Sancionada em 19/06/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Lei Nº 3373/2013

LEI Nº 3373/2013 DE 21 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI Nº 2773/2009.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam revogadas as disposições da Lei 2773/2009, de 24 de maio de 2009.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3373/2013, de 21/06/2013
Sancionada em 21/06/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Contrato Número 10.108/2013 - PP 24/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.108/2013
PROCESSO: PP 24/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Valor: R\$ 6.195,00 (SEIS MIL CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS).
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.109/2013 - PP 24/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.109/2013
PROCESSO: PP 24/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24HS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 33.183,60 (TRINTA E TRÊS REAIS E CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.113/2013 - PP 58/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.113/2013
PROCESSO: PP 58/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E

MATERIAIS CIRURGICO PARA CASTRAMÓVEL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA EPP

Valor: R\$ 7.153,80 (SETE MIL CENTO E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Bom Retiro

PREFEITURA

627.06.13 - P. Des. Prof. Jackson a. Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 627/13 de 21.06.13

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Jackson Antonio Gaspar, para atuar como Professor 20 horas semanais na Escola do Campo Cambará Professora Margarida Buggler Wiggers, no período de 21 de junho com término no dia 31 de julho de 2013, para Contratação de Professor ACT - Séries Iniciais, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Arnili Janete Bruggermann Hemckemeier que se encontra em tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 21 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

628.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Madalena S. Michels

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 628/13 de 24.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 20 de junho de 2013, a funcionária Madalena Stuepp Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambará

Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 24 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

629.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Pamela D. Justina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 629/13 de 24.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 12 e 13 de junho de 2013, a funcionária Pamela Della Justina, ocupante do cargo de Zeladora - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto de Saúde Canoas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 24 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

630.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Pamela D. Justina

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 630/13 de 24.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 18 e 19 de junho de 2013, a funcionária Pamela Della Justina, ocupante do cargo de Zeladora - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto de Saúde Canoas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 24 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

631.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Eli a. B. Althoff

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 631/13 de 24.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 19 de junho de 2013, a funcionária Eli Aparecida Borba Althoff, Ocupante do cargo de Chefe de Serviços - Padrão I - Nível 30, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 24 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Minuta Prorrogação de Pzo Material Expediente

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna Público a prorrogação de licitação na Modalidade Pregão Presencial objetivando Aquisição de Material de Expediente e suprimentos de informática para atender o FMS, passando a vigorar o que segue:

1- A data de abertura e apresentação de documentos e propostas (envelopes 1 e 2) passará a ser no dia 02/07/2013, às 09h30min na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00, ou no email licitacoespmbr@gmail.com. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 24 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Anula Pregão Presencial 25/2013**

Anulação Processo Administrativo 27/2013.

Pregão Presencial 25/2013 - Registro de Preço

O município de Braço do Trombudo comunica a anulação do processo licitatório Pregão Presencial 25/2013 que tem como objeto Registro de Preços que objetiva a Aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo. A anulação se dá pelo motivo de apresentar erros na elaboração do edital na questão da proposta e descrição do objeto, conforme impugnação apresentada pela empresa Simones & Simones Ltda.

Braço Trombudo, 24 de junho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Resultado Habilitação e Proposta Tomada Preço 1/2013

Resultado de Julgamento Habilitação e Proposta

Processo Administrativo 37/2012

Tomada de Preço 1/2013.

O município de Braço do Trombudo, torna público aos interessados, que divulga o resultado do julgamento da habilitação e proposta referente a Tomada de Preço 1/2013 com a finalidade de contratação de empresa especializada em engenharia para Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Prefeito Ervino Vermoehlen com 167,33 m. Houve apenas uma empresa participante, considerada vencedora do certame.

Braço do Trombudo, em 21 de junho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Caçador**PREFEITURA****Lei Nº 3.007**

L E I Nº 3.007, de 20 de junho de 2013.

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COM-PDEC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Caçador, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade

ou à vida de seus integrantes.

Art. 3º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Caçador tem por finalidade coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, conforme as competências principais abaixo elencadas, com fulcro no art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012:

I - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNP-DEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres;

XVII - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

XVIII - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;

XIX - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;

XX - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

XXI - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;

XXII - fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres;

XXIII - elaborar mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

XXIV - elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 4º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 5º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 6º A Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa Civil - COMPDEC fica vinculada para fins orçamentários como Unidade Orçamentária, dentro do órgão PODER EXECUTIVO - UG-PREFEITURA, com dotação(ões) específica(s) as suas finalidades, na forma da legislação e regulamentos em vigor, ou de outra forma caso haja mudanças na estrutura orçamentária.

Parágrafo único. Serão incluídos nas épocas próprias no PPA, na LDO e na LOA, recursos específicos e contínuos para atendimento das finalidades da COMPDEC, obedecendo-se as classificações e títulos contábeis cabíveis.

Art. 7º Deverão constar dos currículos do ensino fundamental e médio, os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8º A COMPDEC compor-se-á de:

I - Coordenador;

II - Conselho Municipal;

III - Secretaria;

IV - Comissão Técnica;

V - Comissão Comunitária.

Art. 9º O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo coordenar, organizar e executar as atividades de proteção defesa civil no âmbito do Município, além de outras definidas por lei ou regulamento.

Art. 10. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, que será composto por 07 (sete) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, entre eles o Prefeito Municipal e o

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal através de Decreto, o qual também indicará os membros que responderão como presidente e secretário deste conselho, por prazo indeterminado.

§ 1º Os suplentes substituirão os titulares nos casos comunicados de ausência(s) ou vacância(s).

§ 2º O Secretário substituirá o presidente em eventual ausência ou vacância deste, no caso de não nomeação de novo presidente.

§ 3º A atuação como membro conselheiro será considerada prestação de serviço público relevante e não fará jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Seção I Do Fundo

Art. 11. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil de Caçador - FUMPDEC, do qual será ordenador de despesas o Coordenador Geral da COMDEC - Caçador.

Art. 12. Compete ao FUMPDEC:

I - administrar os recursos financeiros advindos das diferentes fontes de origem, aplicando-os nas atividades da COMPDEC - Caçador, tanto nos períodos de normalidade como nos de anormalidade;

II - implementar meios de captação de recursos junto ao poder público, bem como a particulares, instituições e empresas nacionais e internacionais, para aplicação nas ações de educação, planejamento, prevenção, socorro, assistência e recuperação, desenvolvidas pela COMPDEC - Caçador;

III - ordenar as despesas emergenciais para atendimento das necessidades oriundas de emergências, de desastre iminente ou de calamidade, observando a legislação vigente que versa a respeito das licitações e contratos públicos;

IV - ordenar despesas para manutenção da estrutura da COMPDEC - Caçador e investimento em ações preventivas visando minimizar os efeitos de potenciais desastres;

V - prestar informações sobre as movimentações realizadas no FUMPDEC, através de relatórios e prestação de contas na periodicidade definida pelo Prefeito Municipal.

Seção II Das Receitas do Fundo

Art. 13. Constituem receitas do FUMPDEC:

I - os auxílios, doações, subvenções, premiações e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, destinadas à prevenção e resposta aos efeitos danosos de fenômenos adversos;

II - os recursos transferidos da União, Estados e Municípios através de convênios que firmam estratégias e programas de defesa civil;

III - os recursos provenientes de donativos e contribuições de pessoas físicas e jurídicas para fins exclusivos de aplicação em defesa civil;

IV - as remunerações decorrentes de aplicações dos saldos de recursos auferidos no mercado financeiro;

V - outros recursos financeiros que lhe forem legalmente disponibilizados e atribuídos.

Seção III Dos Recursos Oriundos do Estado e da União

Art. 14. COMPDEC movimentará os recursos provenientes do Estado e da União através do uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil S.A. e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 15. Caberá sua gestão ao titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Caçador.

Art. 16. O titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC terá como atribuições:

I - abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil S.A., onde será assinado um Contrato para operação do cartão;

II - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos arts. 58 e 64 da Lei Federal nº 4.320 de 1964;

III - gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Defesa Civil;
IV - cadastrar ou descadastrar o nome dos portadores do Cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público;

V - prestar contas junto ao Estado e ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SUNPDEC, na forma e prazo da legislação e demais normas em vigor, fazendo a juntada de todos os documentos comprobatórios de receitas, despesas e outros, inclusive fotos, relatórios, etc. que se fizerem necessários;

VI - outras prestações de contas e outros procedimentos inerentes ao exercício do cargo.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O estado de calamidade e a situação de emergência, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado na forma estabelecida pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Art. 18. A COMPDEC - Caçador manterá estreito intercâmbio com os órgãos congêneres federais, estaduais e municipais, públicos e privados, objetivando receber e fornecer subsídios técnicos relativos à defesa civil.

Art. 19. Os titulares das funções previstas nesta Lei deverão indicar suplentes para responderem por suas atividades em casos de ausência ou impedimentos.

Parágrafo único - Nos casos de impedimento definitivo, ou desligamento da estrutura, o suplente assumirá a função do respectivo titular até habilitação de novo representante.

Art. 20. Os servidores que de alguma forma efetivamente colaborem nas ações de defesa civil, exercerão as atividades definidas nesta lei, sem prejuízo das funções que ocupam originalmente em seus locais de trabalho, e não perceberão qualquer remuneração

adicional para tanto.

Parágrafo único. A colaboração será considerada como prestação de serviço relevante e registrada na ficha funcional do servidor.

Art. 21. As pessoas jurídicas ou físicas que decidirem prestar serviço voluntário à COMPDEC - Caçador deverão firmar o respectivo termo de adesão específico, em consonância com a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 22. Fica instituído o símbolo da COMPDEC - Caçador, a ser empregado em seus documentos e em todas as suas ações, o modelo padrão previsto pela Secretaria Nacional da Defesa Civil, conforme descrição no Anexo I, desta LEI.

Parágrafo único. O símbolo da COMPDEC - Caçador poderá ser utilizado por terceiros mediante autorização expressa da Coordenadoria Geral.

Art. 23. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Fica revogada a Lei nº 2.391, de 19 de dezembro de 2006 e o Decreto nº 3.688, de 08 de fevereiro de 2007.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de junho de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I



Lei Nº 3.008

L E I Nº 3.008, de 20 de junho de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação de Reservistas Duque de Caxias A.R.D.C., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação de Reservistas Duque de Caxias A.R.D.C., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.496.650/0001-67, estabelecida na Rua General Sampaio, nº 176, centro, neste Município de Caçador, a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser repassado após a aprovação desta LEI.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o presente artigo, se

destinam a custear parte das despesas da XXVI Festa da Fogueira e do Quentão, a ser realizada no mês de junho do corrente ano.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013:

02.01 - Gabinete do Prefeito

Programa 04.122.0033.2.013 Contribuições à Entidades

Elemento 3.3.50.00.00 R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de junho de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.009

L E I Nº 3.009, de 20 de junho de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 20.000,00

4.4.90.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Total R\$ 160.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 5.598

DECRETO Nº 5.598, de 20 de junho de 2013.

Autoriza o Município a firmar Termo de Permissão de Uso do Estádio Municipal Prefeito Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, a título gratuito, com o Caçador Atlético Clube - CAC, de conformidade com o que estabelece o artigo 118, II, § 2º e § 3º da Lei Orgânica do Município.

O Prefeito Municipal de Caçador, no de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso, a título gratuito, do Estádio Municipal Prefeito Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, com o Caçador Atlético Clube - CAC, conforme minuta do Termo de Permissão, em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente para todos os fins e efeitos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de junho de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

João Darci Coelho

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Santa Catarina, 195, Caçador, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal de Caçador, GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, separado judicialmente, empresário, inscrito no CPF sob nº 550.201.009-00, portador do RG nº 3.484.366, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador- SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ, sob nº 05.137.218/0001-06, com sede no Município de Caçador, neste ato representada por seu Presidente, Sr. JOÃO DARCI COELHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 619.027.809-49, portador do RG nº 10R 1687.627, doravante denominado PERMITENTE; e CAÇADOR ATLÉTICO CLUBE - CAC, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.754.034/0001-95, com sede no Município de Caçador, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.397, de 19 de dezembro de 2006, representado neste ato pelo Sr. DENILSON ARAUJO DE FARIAS, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.113.970, inscrito no CPF sob o nº 637.735.549-15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, acordaram e ajustaram, nos termos do art. 101, I, g, c/c art. 118, II, §§ 2º e 3º, da Lei Orgânica Municipal, a permissão de uso, a título precário, temporário e sem exclusividade, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O PERMITENTE permite o uso das instalações do Estádio Municipal Prefeito Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, compreendendo o campo de futebol, vestiários, salas para alojamento de atletas e sanitários, para o PERMISSIONÁRIO disputar os jogos oficiais do

Campeonato Catarinense 2013 e Copa Santa Catarina, conforme a tabela da Federação Catarinense de Futebol.

CLÁUSULA SEGUNDA

A permissão de uso vigora até 31/12/2013, podendo ser renovada ou revogada, a critério da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA

O imóvel objeto da presente Permissão de Uso destina-se para treinamento e para a realização de jogos oficiais em que O PERMISSIONÁRIO representar o Município de Caçador no Campeonato Estadual 2013 e a Copa Santa Catarina, sendo expressamente vedada a utilização do imóvel para outro fim, sob pena de rescisão do presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA

O PERMITENTE deverá respeitar as datas dos jogos oficiais programados pela Federação Catarinense de Futebol.

Parágrafo Único - A data dos jogos das fases e etapas ou qualquer alteração no calendário já definido deverá ser comunicado pelo PERMISSIONÁRIO com a antecedência mínima de 48 horas.

CLÁUSULA QUINTA

O PERMISSIONÁRIO deverá agendar previamente junto à Fundação Municipal de Esportes as datas e horários para treinamento.

Parágrafo Único - O PERMITENTE reserva-se o direito de suspender os horários de treinamentos agendados, mediante simples aviso verbal, a qualquer momento, se entender que o campo não oferece condições de uso ou houver algum compromisso relevante para o uso do PERMITENTE.

CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSIONÁRIO se obriga a zelar pela boa conservação do objeto da cessão, bem como das construções existentes sobre o mesmo, empregando para tanto todo cuidado e diligência devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica, o PERMISSIONÁRIO autorizado a realizar a exploração da venda dos ingressos dos jogos oficiais que realizar no estádio Municipal, podendo, ainda, comercializar o uso de cadeiras de sua propriedade que, às suas expensas, colocar no aludido estádio, bem como a exploração da venda de bebidas.

CLÁUSULA OITAVA

Será de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO, a reparação de qualquer dano material ocasionado nos bens ora cedidos, tendo o mesmo o prazo de 15 (quinze) dias para reparar o dano ou indenizá-lo.

CLÁUSULA NONA

Será de responsabilidade exclusiva do PERMISSIONÁRIO, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram do presente contrato, bem como da atividade para a qual a presente permissão lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis, em especial o seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio.

CLÁUSULA DÉCIMA

O PERMITENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO, com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste contrato. Da mesma forma, O PERMITENTE não será responsável, a qualquer título que seja, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de evento danoso proveniente de sua culpa e, ainda, decorrente de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

O PERMISSIONÁRIO se obriga, ainda, a restituir o uso do espaço cedido, ao término do prazo da permissão ou das atividades, nas mesmas condições em que recebeu.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Fica vedada a construção de qualquer benfeitoria pelo PERMISSIONÁRIO sem a expressa autorização escrita do PERMITENTE.

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, fica estabelecido que qualquer benfeitoria que o PERMISSIONÁRIO venha a construir no imóvel objeto desta Permissão, reverterá automaticamente, ao patrimônio do Município, sem qualquer obrigação de indenizar ou direito de retenção, podendo o Município, contudo exigir a reposição do imóvel na situação anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

No caso de não cumprimento de qualquer exigência formulada pelo PERMITENTE, bem como na hipótese de não cumprimento de qualquer obrigação assumida no presente termo, ensejará a rescisão, ficando ainda o PERMISSIONÁRIO sujeito à responsabilização civil e administrativa que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

À presente permissão aplicam-se às normas e princípios de direito administrativo e subsidiariamente os de direito civil.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador/SC., para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo de Permissão de uso a título precário e gratuito, juntamente com 02 (duas) testemunhas, adiante firmadas.

Caçador, 20 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

JOÃO DARCI COELHO

Presidente Fundação Municipal de Esportes

DENILSON ARAÚJO DE FARIAS

Caçador Atlético Clube

PERMISSIONÁRIO

TESTEMUNHAS

Portaria Interna Nº 002

PORTARIA INTERNA Nº 002, de 20 de junho de 2013.

Determina procedimentos para aquisição de materiais e serviços.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado, a partir desta data, que as aquisições de materiais ou serviços (incluindo os serviços de manutenção mecânica), devem ter prévia autorização do Setor de Compras desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º O pagamento pela aquisição ou serviço realizado sem prévia autorização, será de responsabilidade de quem o autorizou.

Art. 3º Esta Portaria Interna entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de junho de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

SECRETÁRIO DA FAZENDA.

ASSIS PEREIRA

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria Nº 22.755

PORTARIA Nº 22.755, de 20 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador;

R E S O L V E:

RETIFICAR a Portaria 22.679, de 27 de maio de 2013, que concedeu licença nojo a Diversos Servidores Públicos Municipais, no que diz respeito ao número de dias de afastamento das servidoras Fabíola Linhares Gonçalves, Sandra Regina Jarschel e Valéria Gonçalves Pereira, por serem contratadas através de Emprego Público, regido pela CLT, conforme prevê o artigo 473, que passam a ser os seguintes:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
12016	Fabíola Linhares Gonçalves	Agente Comunitária de Saúde - ESF	006	2 dias	13/05/2013
11955	Sandra Regina Jarschel	Agente Comunitária de Saúde - ESF	006	2 dias	10/05/2013
12034	Valéria Gonçalves Pereira	Agente Comunitária de Saúde - ESF	006	2 dias	04/04/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação PR 16-2013 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ANTICONCEPCIONAL VETERINÁRIO E RAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ZOONÓSES.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 17/07/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 17/07/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195,

e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de Junho de 2013.
LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Presidente da FUNDEMA

Aviso de Licitação PR 47-2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 47/2013
TIPO: Menor Preço

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA A FEIRA DO PRODUTOR RURAL.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 16/07/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 16/07/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC, 20 de Junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Data Abertura Propostas TP 01-2013 Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA ABERTURA PROPOSTAS TP 01-2013 FMS

Fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas às 14:00 horas do dia 25 (vinte e cinco) de junho de 2012, na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111.

Caçador/SC, 21 de junho de 2013.

Parecer Minha Casa Minha Vida 03-2013

EDITAL

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, por intermédio do setor de Tributação e Fiscalização faz saber a todos os interessados que,

Considerando que a Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010 instituiu isenção de impostos e taxas de competência do município incidentes sobre as obras residenciais integrantes do programa "Minha Casa, Minha Vida"; do governo federal;

Considerando que a Secretaria Municipal de Assistência Social informou que os imóveis abaixo relacionados integram o programa "Minha Casa, Minha Vida; e

Considerando que a mencionada lei dispõe competir à Secretaria da Fazenda elaborar cadastro de todos os benefícios concedidos nos seus termos, bem como também publicar parecer conclusivo sobre os pedidos de isenção, e, tendo chegado a esta secretaria os pedidos abaixo mencionados:

PROTOCOLO	CONTRATO	NOME DO BENEFICIÁRIO	IDENTIFICAÇÃO/LOCALIZAÇÃO IMÓVEL
7528/2013	8.4444.0365061-6	CARLOS ALEXANDRE MEIRELLES	LOTE 40 QUADRA "C" LOTEAMENTO MANTOVANI, COM ÁREA DE 300,87M2 – 01.06.141.0114.001

RESOLVE

Emitir, no presente edital, parecer favorável aos pedidos de isenção acima relacionados, DEFERINDO, com fundamento na Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010, as isenções de taxas e tributos especificados no art. 2º da mencionada lei, para os integrantes do Programa "Minha Casa Minha Vida".

Determina, outrossim, a publicação deste edital com o parecer favorável no Diário Oficial dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único do citado diploma legal.

Caçador, 21 de junho de 2013.
GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

Ata de Registro de Preço Nº 92 - 2013 - Prefeitura

Ata de Registro de Preço nº 92/2013 - PREFEITURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013 Registro de Preços para a atualização de preços constantes na Ata Principal de nº17/2013, datada de 12 de março de 2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DESTINADOS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, Referente ao processo licitatório nº 05/2013, Pregão Presencial nº 03/2013 Fornecedor, MARCOS BULLE DA COSTA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36, com sede no Município de Caçador/SC, . o preço registrado na Ata de Registro de Preços será de R\$ 3,48 para o item 97 - Pratos de Vidro-fundo da marca Marinex. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. Os preços dos demais itens constantes da Ata Principal nº 17/2013 permanecem inalterados

Ata de Registro de Preço Nº 93 - 2013 - Prefeitura

Ata de Registro de Preço nº 93/2013 - PREFEITURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013 O objeto da presente Ata é atualização de preços constantes na Ata Principal de nº19/2013, datada de 13 de março de 2013 para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E INSUMOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, Referente ao processo licitatório nº 04/2013, Pregão Presencial nº 02/2013 Fornecedor, AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó/SC, o preço registrado na Ata de Registro de Preços será de R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) o litro de Leite UHT -Integral Longa Vida da marca Piracanjuba, que corresponde ao ITEM 16. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. Os preços dos demais itens constantes da Ata Principal nº 19/2013 permanecem inalterados.

IPASC**Portaria N.º 601, de 19 de Junho de 2013.**

PORTARIA n.º 601, de 19 de junho de 2013.

Encerra benefício do Servidor inativo ARGEMIRO TELES DE OLIVEIRA.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício do Servidor inativo ARGEMIRO TELES DE OLIVEIRA, Matrícula 1321, oriundo do Tesouro Municipal, integrado ao IPASC pela Lei Complementar nº 124, de 04/04/2008, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 14 de junho de 2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 19 de junho de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 600, de 19 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 600, de 19 de junho de 2013.

Regulamenta e disciplina a atualização cadastral denominada Censo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais Ativos e seus dependentes, vinculados ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no Ano de 2013.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto Municipal nº 5.596, de 19 de junho de 2013, que estabelece normas gerais para atualização cadastral denominada Censo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais Ativos do Município de Caçador;

CONSIDERANDO, ainda, que o cadastramento é uma ferramenta de aprimoramento necessária ao cadastro funcional dos Servidores Públicos Municipais Ativos e seus dependentes e que confere ainda mais eficiência nos processos de gestão de pessoas,

DETERMINA:

Art. 1º A atualização cadastral denominada Censo Previdenciário será executado pela equipe técnica do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, sob a supervisão da Diretoria Executiva do IPASC.

Art. 2º Todos os Servidores Públicos Municipais Ativos, do Município de Caçador, deverão cadastrar-se obrigatoriamente do ano de 2013.

Art. 3º O Censo Previdenciário ocorrerá nos períodos e local aqui definido, obedecendo aos critérios contidos nesta Portaria.

Art. 4º O Censo Previdenciário é presencial e deverá ser efetuado, obrigatoriamente, pelo próprio servidor/segurado, na sede do IPASC, mediante apresentação do original dos seguintes documentos:

I - documento de identidade com foto (Cédula de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação);

II - CPF;

III - comprovante de residência atualizado (conta de luz, água ou telefone);

IV - Cartão com o número do PASEP/PIS/NIT;

V - Título de Eleitor;

VI - Carteira de Trabalho, Certidão de Tempo de Contribuição - CTC ou declaração de tempo de contribuição de outros órgãos, quando for o caso;

VII - Certidão de Casamento, ou de Nascimento (quando for o caso), atualizada;

VIII - documentos de guarda ou tutela de menor.

Art. 5º O Censo Previdenciário dar-se-á por matrícula, de acordo com o vínculo com a Administração Municipal, de forma que, o servidor que possuir mais de uma matrícula deverá recadastrar-se em cada uma delas e apresentar a documentação específica para cada vínculo.

Art. 6º Os Servidores Públicos Municipais Ativos deverão dirigir-se, no período determinado, na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, sita a Rua General Osório, nº 52, Centro, munidos da documentação solicitada, na forma do Anexo Único, que fica fazendo parte integrante desta Portaria.

Art. 7º Os Servidores Públicos Municipais Ativos que estiverem sob internação hospitalar, poderão realizar o cadastramento por meio de agendamento de visita domiciliar.

§ 1º Toda solicitação de Agendamento da visita domiciliar será previamente confirmada pela equipe técnica, via telefone ou e-mail.

§ 2º Na data da visita domiciliar, o servidor apresentará a documentação original, exigida nesta Portaria, bem como, de seus dependentes, se for o caso.

Art. 8º Os Servidores Públicos Municipais Ativos, regularmente afastados/licenciados/cedidos, com ou sem ônus para o Município deverão proceder, obrigatoriamente, ao seu cadastramento.

Art. 9º Não serão cadastrados os servidores que comparecerem ao IPASC, sem a documentação completa exigida.

Art. 10. A inexistência de declarações, irregularidades de documentos ou outras irregularidades constatadas no decorrer do processo de cadastramento ou posteriormente, poderão sofrer as sanções previstas em lei específica.

I - a Equipe Técnica poderá requisitar informações, solicitar documentos e realizar diligências necessárias para a validação do cadastramento;

II - caso haja alguma alteração no que está estabelecido nesta Portaria, será comunicada através dos meios de comunicação;

III - os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de julho de 2013,

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 19 de junho de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 600, de 19/06/2013

SECRETARIA	Nº DE SERVIDORES	DATA INICIO	DATA FIM
GABINETE DO PREFEITO	11	01/07/2013	05/07/2013
ADMINISTRAÇÃO	60	15/07/2013	19/07/2013
AGRICULTURA	28	08/07/2013	12/07/2013
ASSISTENCIA SOCIAL	39	15/07/2013	19/07/2013
TURISMO	2	01/07/2013	05/07/2013
DITTESC	33	22/07/2013	31/07/2013
EDUCAÇÃO	439	02/09/2013	30/09/2013
FAZENDA	29	08/07/2013	12/07/2013
FUNDAÇÃO CULTURA	4	01/07/2013	05/07/2013
FUNDEMA	16	01/07/2013	05/07/2013
INFRAESTRUTURA	167	22/07/2013	31/07/2013
IPPUC	7	01/07/2013	05/07/2013
PROCURADORIA GERAL	11	01/07/2013	05/07/2013
SAÚDE	216	01/08/2013	31/08/2013
CÂMARA MUNICIPAL	16	01/07/2013	05/07/2013
TOTAL	1101		

CALENDÁRIO DE ATENDIMENTO

DE 01/07 A 05/07/2013	DE 08/07 A 12/07/2013	DE 15/07 A 19/07/2013	DE 22/07 A 31/07/2013	DE 01/08 A 31/08/2013	DE 02/09 A 30/09/2013
GABINETE	FAZENDA	ADMINIS- TRAÇÃO	DITTESC	SAÚDE	EDUCAÇÃO
TURISMO	AGRICUL- TURA	ASSIST SOCIAL	INFRAES- TRUTURA		
CULTURA					
FUNDEMA					
IPPUC					
PROCURA- DORIA					
CÂMARA MUN					

Camboriú

PREFEITURA

PR 18/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2013-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFECCÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE MUNICIPAL, CONFORME PORTARIAS GM/MS 2373/2009, SAS/MS/211/2011 E PORTARIA GM/MS 40/2012, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 09 (Nove) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Termo de Errata PR 15/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 015/2013-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 015/2013 - FUNDESB, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA TUBOS E GALERIAS PARA SEREM APLICADOS NAS REDES PLUVIAIS E CÓRREGOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterada a descrição dos itens do lote 4, do Anexo I, no Edital.

- onde lê-se: LOTE 4

Item - 14 - Galeria 2,00 x 1,00

Item - 15 - Galeria 2,00 x 1,50

Item - 16 - Galeria 2,00 x 2,00

Item - 17 - Galeria 2,50 x 2,50

Item - 18 - Galeria 1,50 x 1,50

- leia-se: LOTE 4

Item - 14 - Galeria de concreto 2,00 x 1,00 COMPRIMENTO DE UM METRO COM ESPESSURA MINIMA DE 18CM COM TB45

Item - 15 - Galeria de concreto 2,00 x 1,50 COMPRIMENTO DE UM METRO COM ESPESSURA MINIMA DE 18CM COM TB45

Item - 16 - Galeria de concreto 2,00 x 2,00 COMPRIMENTO DE UM METRO COM ESPESSURA MINIMA DE 18CM COM TB45

Item - 17 - Galeria de concreto 2,50 x 2,50 ESPESSURA MINIMA DE 25CM COM TB45

Item - 18 - Galeria de concreto 1,50 x 1,50 ESPESSURA MINIMA DE 15CM COM TB45

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 08/07/2013 as 15h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 24 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Editais de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 676, 678, 680, 682, 684, 686, 689, 691/2011

Editais de Penalidade

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 676/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DBX4855	55959846B	6130/0	21/09/2010	R\$ 191,53	214 * II
IBF3357	55948590C	6599/2	08/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
IBF3357	55948591C	6912/0	08/10/2010	R\$ 53,20	232
MHV4005	55948936C	6653/2	17/09/2010	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 678/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	VAlor dA Infração	EnquAdrAmEnto
MEM8565	55371940C	6920/0	18/10/2010	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 680/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DOE5270	55948956C	6920/0	28/10/2010	R\$ 127,69	233
KEP7404	55948525C	6700/1	28/10/2010	R\$ 127,69	230 * XVI
MDY1553	55374093C	5045/0	17/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
MDY8870	55373220C	5010/0	03/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEJ4788	55371489C	5010/0	18/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MEJ4788	55374283C	5010/0	20/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MER9733	55374193C	5010/0	29/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MER9733	55374194C	5118/0	29/10/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHG3763	55372729C	6599/2	19/09/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 682/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMZ7399	55373235C	5614/2	17/11/2010	R\$ 127,69	182 * V
AXW0015	55948705C	5525/0	05/11/2010	R\$ 85,12	181 * XV
LZP6826	55372560C	6556/1	29/04/2010	R\$ 191,53	230 * I
MAQ3715	55948445C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
MER3339	55373917C	5452/1	23/10/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MES7885	55949116C	6599/2	13/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MES7885	55949117C	5835/0	13/11/2010	R\$ 127,69	195
MES7885	55949118C	6637/2	13/11/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MFZ1089	55371936C	5720/0	12/10/2010	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 684/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNY4296	55373524C	5665/0	19/10/2010	R\$ 85,12	182 * X
GPZ0949	55948429C	6920/0	29/09/2010	R\$ 127,69	233
KIJ0888	55948549C	5185/1	19/11/2010	R\$ 127,69	167
LXG8479	55373222C	5738/0	07/10/2010	R\$ 191,53	186 * II
MDT3749	55948703C	6769/2	24/10/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MDZ1342	55948713C	6599/2	21/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDZ1342	55948714C	5347/0	21/11/2010	R\$ 85,12	178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 686/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAM8363	55369536C	6599/2	10/10/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 689/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABD9073	55541871B	5665/0	29/09/2008	R\$ 85,12	182 * X
ABD9073	55541872B	6599/2	29/09/2008	R\$ 191,53	230 * V
ALY9195	55949422C	6122/0	29/11/2010	R\$ 191,53	214 * I
ARS9401	55948444C	6920/0	17/11/2010	R\$ 127,69	233
BWD7500	55371865C	6726/1	12/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
BWD7500	55371867C	6602/0	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * VI
GTX5972	55949101C	5010/0	07/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
ILT8824	55949061C	6041/2	13/12/2010	R\$ 127,69	207
INE6629	55949201C	5274/2	26/11/2010	R\$ 191,53	175
INE6629	55949202C	5215/1	26/11/2010	R\$ 191,53	170
INE6629	55949203C	5185/1	26/11/2010	R\$ 127,69	167
JYW3261	55372990C	5185/1	14/06/2010	R\$ 127,69	167
MAC9670	54886596B	6599/2	22/09/2008	R\$ 191,53	230 * V
MAU5113	55542180B	6920/0	09/09/2008	R\$ 127,69	233
MBT5816	55948754C	5010/0	15/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBT5816	55948755C	6599/2	15/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBU8323	55373349C	6599/2	13/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBU8323	55373350C	5045/0	13/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
MCI8219	55542482B	5452/1	23/08/2008	R\$ 127,69	181 * VIII
MCI8219	55542483B	6599/2	23/08/2008	R\$ 191,53	230 * V
MCR2118	55949603C	5720/0	09/12/2010	R\$ 127,69	186 * I
MCW8087	55373547C	5835/0	26/11/2010	R\$ 127,69	195
MCW8087	55373548C	7030/2	26/11/2010	R\$ 191,53	244 * I
MDR2784	55955060B	5010/0	23/09/2008	R\$ 574,61	162 * I
MEI4746	55949301C	7366/2	24/11/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MFI0681	55371527C	6548/1	14/08/2010	R\$ 85,12	229

MFY7484	55949430C	6599/2	30/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGN1698	55948765C	5819/2	30/11/2010	R\$ 574,61	193
MGR0278	55949375C	5207/0	01/12/2010	R\$ 53,20	169
MHC3431	55540139B	7048/1	28/09/2008	R\$ 191,53	244 * II
MHN8771	55374269C	5541/6	19/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT2432	54886598B	6556/1	22/09/2008	R\$ 191,53	230 * I
MHT2432	54886599B	6637/1	22/09/2008	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 691/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CZL6210	55373778C	5274/1	21/11/2010	R\$ 191,53	175
MAR6950	55373834C	5169/1	23/08/2010	R\$ 957,69	165
MFE3933	55374144C	5169/1	23/09/2010	R\$ 957,69	165
MIZ2010	55949103C	5169/1	07/11/2010	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) Nº 70/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 70/2013

Considerando a anulação do processo licitatório nº 64/2013

O objeto da licitação consiste na AQUISIÇÃO DE 01 motocicleta, zero quilômetro, para a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)
01	01	Und.	MOTOCICLETA, nova, zero quilômetro, ano 2012 ou 2013, modelo 2013 ou 2014, injeção eletrônica, flex (gasolina/etanol), partida elétrica, freio a disco dianteiro, 150 cilindradas, trail, capacidade mínima do tanque de combustível 10 litros.	9.500,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/07/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 05/07/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 – Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 – Saneamento; Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano; Programa – 0077 – Águas de Campo Alegre; Projeto: 2.124 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 70/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 24 de junho de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretário Municipal de Administração interina

Julgamento Pregão 67/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 67/2013)

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 67/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de livros de inglês para alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Distribuidora Curitiba de Papéis e livros S/A. Passou-se ao credenciamento da licitante, sendo Sr. Darwyn Oliveira Furlan representante da empresa Distribuidora Curitiba de Papéis e livros S/A. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL. A licitante apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 31.722,00, não concedendo desconto. Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e habilitação da empresa Distribuidora Curitiba de Papéis e livros S/A. a Pregoeira Adjudica sua proposta declarando-a vencedora, com o valor global de R\$ 31.722,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Processo Seletivo Para Instrutor

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL n. 001/2013

"ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMA RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARATER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE CAMPOS NOVOS, VISANDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina a Legislação em vigor TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial, (Instrutor (a) de Artesanato geral e costura) para o quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme especificado no ANEXO I do Edital n.001/2013, regido pela legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas no Edital. As Inscrições estão abertas entre os dias uteis de 25 de junho de 2013 até 15 de julho de 2013, sito a Rua São João Batista, 347-Centro da cidade de Campos Novos, junto a AMPLASC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (049)3541-0855.



Campos Novos -SC, em 21 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso Processo Seletivo Para Médico Comunitário

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL n. 002/2013

"ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMA RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE CAMPOS NOVOS, VISANDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina a Legislação em vigor TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial, (Médico Comunitário) para o quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme especificado no ANEXO I do Edital n.002/2013, regido pela legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas no Edital. As Inscrições estão abertas entre os dias úteis de 25 de junho de 2013 até 15 de julho de 2013, sito a Rua São João Batista, 347-Centro da cidade de Campos Novos, junto a AMPLASC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (049)3541-0855.

Campos Novos -SC, em 21 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Portaria Nº 09/FME/2013

PORTARIA Nº 09/FME/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizado o servidor JOSÉ CARVALHO JUNIOR, efetivo no cargo de Professor, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

§1º. O adiantamento de que trata o caput deste artigo, refere-se à concessão de diárias para despesas com deslocamento de servidores públicos e de agentes políticos, bem como para custear estadas dos mesmos quando ausentes do município em situações de devido pernoite.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe a responsabilidade da conferência das solicitações de diárias e ajudas de custo, a emissão de cheque nominal com o valor pecuniário a

ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 13/05/2013 e 18/05/2013.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 11 de maio de 2013.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 11/05/2013.

Portaria Nº 10/FME/2013

PORTARIA Nº 10/FME/2013

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005 e através da Portaria nº 481/2008, RESOLVE:

CONSIDERANDO, que há a necessidade de estruturação das atividades de Futebol de Salão, Ginástica, Tênis de Campo, e não havendo profissionais aprovados através de concurso público; RESOLVE:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO

Art. 1º - Ficam contratados temporariamente os profissionais aprovados no processo seletivo previsto no Edital 001/FME/2013 a seguir relacionados:

I - "FABIANO POFFO", na função de Professor Técnico de Futebol de Salão, com 40 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 002836G/SC, junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 11/06/2013 a 13/12/2013".

II - "CARLA REGINA FIGURA", na função de Professora de Ginástica, com 30 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 8327G/SC, junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 11/06/2013 a 13/12/2013".

III - "ANA CARLA SAMPAIO ARTNER", na função de Professora de Ginástica, com 30 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 015839G/SC, junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 11/06/2013 a 13/12/2013".

IV - "MARCELO DARCI BORGES MUNIZ", na função de Professor Técnico de Tênis de Campo, com 20 horas, com 2º grau não habilitado, Registro no CREF/SC nº 4503-P/SC, junto a Fundação Municipal de Esportes pelo período 11/06/2013 à 13/12/2013".

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 11 de junho de 2013.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente



LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 11/06/2013.

Portaria Nº 11/FME/2013
PORTARIA Nº 11/FME/2013

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005 e através da Portaria nº 481/2008, Resolve:
EXONERAR A PEDIDO

Art.1º- Fica exonerado a pedido LAÉRCIO JOSÉ JUNGLES MARTINS, concursado no cargo de Servente, junto à Fundação Municipal de Esportes, a partir de 13/06/2013.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2013.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 13/06/2013.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Atas de Registro de Preço Mês 07/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 1/7

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/07/2012 a 31/07/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Compro
<u>Material: 01-01-0055 - CENOURA</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	15	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	4.500,000	1,7300	7.785,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,8067	8.130,15	
<u>Material: 01-01-6092 - MILHO PARA PIPOCA</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	3	EUGENIO STEIDEL (6099)	PINDUCA	1.000,000	3,4900	3.490,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,5933	3.593,30	
<u>Material: 01-01-6406 - SAGÚ TIPO 1</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	2	EUGENIO STEIDEL (6099)	NEVE	900,000	3,6400	3.276,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7567	3.381,03	
<u>Material: 01-01-6427 - BROCOLIS.</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	18	EUGENIO STEIDEL (6099)	IN NATURA	300,000	2,6000	780,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,8000	840,00	
<u>Material: 01-01-7644 - ACELGA</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	16	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	500,000	2,4500	1.225,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,5333	1.266,65	
<u>Material: 01-01-7740 - BATATA INGLESA LAVADA.</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	12	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	5.000,000	1,0800	5.400,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,3867	6.933,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 2/7

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/07/2012 a 31/07/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-01-7836 - ALIMENTO COM SOJA CREMOSO (TIPO IOGURTE) SABOR FRUTAS VERMEL</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	6	TOP - COMERCIAL LTDA - ME (12936)	NATURIS SOJA	225,000	2,0000	450,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,0000	450,00	
<u>Material: 01-01-7930 - DUZIA DE OVOS VERMELHOS</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	5	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Granja Feliz	6.200,000	2,8400	17.608,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,8933	17.938,46	
<u>Material: 01-01-7936 - MARACUJÁ AZEDO EMB. DE 1 A 5KG.</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	10	SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA (6262)	IN NATURA	500,000	4,7400	2.370,00	Sim ***
						Preço Médio -->		5,6850	2.842,50	
<u>Material: 01-01-7940 - CEBOLA NACIONAL EMB. DE 1 A 5KG</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	14	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	3.600,000	1,8000	6.480,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,1300	7.668,00	
<u>Material: 01-01-7942 - ALHO NACIONAL IN NATURA</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	17	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	430,000	11,0000	4.730,00	Sim ***
						Preço Médio -->		11,8333	5.088,32	
<u>Material: 01-01-7949 - MAÇA VERMELHA</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	9	EUGENIO STEIDEL (6099)	IN NATURA	9.000,000	1,5600	14.040,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,7867	16.080,30	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 3/7

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/07/2012 a 31/07/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-01-7956 - BETERRABA LAVADA</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	13	SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA (6262)	IN NATURA	1.700,000	1,2300	2.091,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9733	3.354,61	
<u>Material: 01-01-9615 - FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDO, TIPO POLENTINA</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	1	EUGENIO STEIDEL (6099)	QUAKER	1.250,000	3,9800	4.975,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,0833	5.104,13	
<u>Material: 01-01-9616 - ADOÇANTE LÍQUIDO COMPOSTO 100% EDUCOLRANTE NATURAL</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	4	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	jasmine	25,000	12,8400	321,00	Sim ***
						Preço Médio -->		12,8975	322,44	
<u>Material: 01-01-9617 - BANANA COMUM</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	8	SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA (6262)	IN NATURA	23.000,000	1,2000	27.600,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,2500	28.750,00	
<u>Material: 01-09-0022 - ARLA 32</u>										
25/2012		06/07/2012	06/07/2013	1	AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA (13170)	SHELL	4.800,000	3,7000	17.760,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7250	17.880,00	
<u>Material: 02-05-0116 - RECAPAGEM DE PNEU CONVENCIONAL 1.000 X 20 16 LONAS LISO.</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	1	PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA (12471)		1,000	265,0000	265,00	Sim ***
						Preço Médio -->		304,2500	304,25	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 4/7

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/07/2012 a 31/07/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 02-05-0117 - RECAPAGEM DE PNEU CONVENCIONAL 1.000 X 20 16 LONAS, BORRACHU										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	2 RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (12470)			1,000	344,0000	344,00	Sim ***
							Preço Médio -->	345,0000	345,00	
Material: 02-05-0120 - RECAPAGEM DE PNEU CONVENCIONAL 7.50 X 16, 12 LONAS LISO.										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	16 FM PNEUS LTDA (12841)			1,000	168,5000	168,50	Sim ***
							Preço Médio -->	169,1667	169,17	
Material: 02-05-3991 - RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 295/80R22.5										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	7 FM PNEUS LTDA (12841)			1,000	380,0000	380,00	Sim ***
							Preço Médio -->	383,2500	383,25	
Material: 02-05-4037 - RECAPAGEM DE PNEU 1300X24 BORRACHUDO										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	3 GRANDO PNEUS LTDA (13171)			1,000	595,0000	595,00	Sim ***
							Preço Médio -->	629,0000	629,00	
Material: 02-05-6994 - RECAPAGEM DE PNEU 1.100X22 LISO										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	5 RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (12470)			1,000	366,0000	366,00	Sim ***
							Preço Médio -->	367,0000	367,00	
Material: 02-05-6995 - RECAPAGEM DE PNEU 19.5X24 BORRACHUDO										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	6 GRANDO PNEUS LTDA (13171)			1,000	992,0000	992,00	Sim ***
							Preço Médio -->	1.075,0000	1.075,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 5/7

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/07/2012 a 31/07/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 02-05-6996 - RECAPAGEM DE PNEU 12.5/80-18 BORRACHUDO</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	8	GRANDO PNEUS LTDA (13171)		1,000	584,0000	584,00	Sim ***
							Preço Médio -->	613,0000	613,00	
<u>Material: 02-05-6997 - RECAPAGEM DE PNEU 12-16.5 BORRACHUDO</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	9	GRANDO PNEUS LTDA (13171)		1,000	388,0000	388,00	Sim ***
							Preço Médio -->	444,6667	444,67	
<u>Material: 02-05-6998 - RECAPAGEM DE PNEU 10.5/65-16 BORRACHUDO</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	10	GRANDO PNEUS LTDA (13171)		1,000	295,0000	295,00	Sim ***
							Preço Médio -->	311,0000	311,00	
<u>Material: 02-05-7038 - RECAPAGEM DE PNEU 17.5X25</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	13	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (12470)		1,000	865,0000	865,00	Sim ***
							Preço Médio -->	876,6667	876,67	
<u>Material: 02-05-7039 - RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5 LISO</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	14	FM PNEUS LTDA (12841)		1,000	328,5000	328,50	Sim ***
							Preço Médio -->	329,1667	329,17	
<u>Material: 02-05-7040 - RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5 BORRACHUDO</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	15	FM PNEUS LTDA (12841)		1,000	358,5000	358,50	Sim ***
							Preço Médio -->	363,1250	363,13	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 6/7

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/07/2012 a 31/07/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 02-05-7208 - SERVIÇOS DE TORNO MECÂNICO E SOLDA INDUSTRIAL</u>										
27/2012		17/07/2012	17/07/2013	1	SYDORAK & CIA. LTDA. (7690)		1.500,000	36,0000	54.000,00	Sim ***
							Preço Médio -->	36,0000	54.000,00	
<u>Material: 02-05-7229 - SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL</u>										
28/2012		27/07/2012	27/07/2013	4	WILSON JOSE PEREIRA-MEI (13172)		1.200,000	28,0000	33.600,00	Sim ***
							Preço Médio -->	28,5000	34.200,00	
<u>Material: 02-05-7300 - RECAPAGEM PNEU 900 X 20 LISO</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	11	FM PNEUS LTDA (12841)		1,000	228,0000	228,00	Sim ***
							Preço Médio -->	261,2500	261,25	
<u>Material: 02-05-7301 - RECAPAGEM PNEU 900 X 20 BORRACHUDO</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	12	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (12470)		1,000	275,0000	275,00	Sim ***
							Preço Médio -->	284,2500	284,25	
<u>Material: 02-05-7302 - PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</u>										
28/2012		27/07/2012	27/07/2013	1	JOSÉ CARLOS SELVINO DA COSTA (12228)		600,000	37,0000	22.200,00	Sim ***
							Preço Médio -->	38,5000	23.100,00	
<u>Material: 02-05-7303 - PEQUENOS REPAROS EM CABEAMENTO DE INFORMÁTICA</u>										
28/2012		27/07/2012	27/07/2013	2	ELETRICA TF LTDA. (10227)		400,000	39,0000	15.600,00	Sim ***
							Preço Médio -->	39,5000	15.800,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 7/7

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/07/2012 a 31/07/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 02-05-7304 - PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICOS</u>										
28/2012		27/07/2012	27/07/2013	3	WILSON JOSE PEREIRA-MEI (13172)		600,000	32,0000	19.200,00	Sim ***
							Preço Médio -->	33,0000	19.800,00	
<u>Material: 03-01-1342 - RECAPAGEM DE PNEUS 1400X24</u>										
26/2012		12/07/2012	12/07/2013	4	GRANDO PNEUS LTDA (13171)		1,000	690,0000	690,00	Sim ***
							Preço Médio -->	693,0000	693,00	
<u>Material: 03-01-2183 - COUVE FLOR</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	19	EUGENIO STEIDEL (6099)	IN NATURA	300,000	2,9500	885,00	Sim ***
							Preço Médio -->	3,0267	908,01	
<u>Material: 03-01-3334 - ABOBRINHA VERDE</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	11	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	4.500,000	2,2500	10.125,00	Sim ***
							Preço Médio -->	3,1375	14.118,75	
<u>Material: 03-01-4570 - ABACAXI</u>										
24/2012		04/07/2012	04/07/2013	7	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	1.500,000	2,6900	4.035,00	Sim ***
							Preço Médio -->	3,0267	4.540,05	

Atas de Registro de Preço Mês 08/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 1/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-01-6010 - ERVA PARA CHIMARRÃO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	34	EUGENIO STEIDEL (6099)	canoinhas	1,000	5,0300	5,03	Sim ***
						Preço Médio -->		5,0300	5,03	
<u>Material: 01-01-6146 - CARNE BOVINA TIPO PATINHO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	28	EUGENIO STEIDEL (6099)	pamplona	1,000	14,4900	14,49	Sim ***
						Preço Médio -->		14,5800	14,58	
<u>Material: 01-01-7646 - KIWI</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	37	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	1,000	9,5000	9,50	Sim ***
						Preço Médio -->		9,6000	9,60	
<u>Material: 01-01-7658 - FLOCOS DE MILHO ACUCARADOS. EMBALAGENS DE 1.0 KG.</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	12	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	GOLD FLAKES	1,000	5,1900	5,19	Sim ***
						Preço Médio -->		7,9300	7,93	
<u>Material: 01-01-7660 - BEBIDA LÁCTEA PRONTA SABOR CHOCOLATE. EMBALAGENS CARTONADAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	17	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	marajoara	1,000	0,8900	0,89	Sim ***
						Preço Médio -->		1,1167	1,12	
<u>Material: 01-01-7692 - SALSICHA TIPO VINA, CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	18	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	rigor	1,000	3,8900	3,89	Sim ***
						Preço Médio -->		4,6233	4,62	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 2/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-01-7754 - IOGURTE INTEGRAL COM POLPA DE FRUTA, MORANGO E COCO.</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	36	EUGENIO STEIDEL (6099)	daninha	1,000	2,8400	2,84	Sim ***
						Preço Médio -->		2,8450	2,85	
<u>Material: 01-01-7842 - GRANOLA TRADICIONAL, COM AVEIA FLOCOS, GÉRMEM DE TRIGO, FLOC</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	14	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	JASMINE	1,000	12,9300	12,93	Sim ***
						Preço Médio -->		14,8700	14,87	
<u>Material: 01-01-7844 - AÇUCAR MASCADO ORGANICO EMB. 0,5 A 1 KG</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	1	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	docican	1,000	4,9900	4,99	Sim ***
						Preço Médio -->		8,0800	8,08	
<u>Material: 01-01-7856 - CHOCOLATE EM PÓ DIET S/ ADIÇÃO DE AÇUCAR REFINADO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	3	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	LOWÇUCAR	1,000	26,8100	26,81	Sim ***
						Preço Médio -->		38,3550	38,35	
<u>Material: 01-01-7865 - ESSENCIA DE BAUNILHA LÍQUIDA 30ML</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	10	EUGENIO STEIDEL (6099)	arcolor	1,000	4,5400	4,54	Sim ***
						Preço Médio -->		4,5967	4,60	
<u>Material: 01-01-7869 - MELADO DE CANA</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	11	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	aurea	1,000	5,7900	5,79	Sim ***
						Preço Médio -->		6,8200	6,82	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 3/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-01-7880 - UVA PASSA ESCURA S/ SEMENTE EMB 200G										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	15	EUGENIO STEIDEL (6099)	la violetera	1,000	3,8900	3,89	Sim ***
						Preço Médio -->		3,8950	3,90	
Material: 01-01-7881 - FARINHA DE MULTICEREAIS (LINHAÇA, CENTEIO, GERGELIM, FIBRA										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	16	EUGENIO STEIDEL (6099)	panfacil	1,000	31,4800	31,48	Sim ***
						Preço Médio -->		33,1400	33,14	
Material: 01-01-9581 - CHÁ DIVERSOS SABORES CXA COM 25 SACHES CONFORME EDITAL										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	29	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	zaionc	1,000	1,4900	1,49	Sim ***
						Preço Médio -->		2,0667	2,07	
Material: 01-01-9588 - SOPÃO PCT COM 200 GRAMAS, DIVERSOS SABORES										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	50	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Sol do Oriente	1,000	2,3900	2,39	Sim ***
						Preço Médio -->		2,6633	2,66	
Material: 01-01-9605 - SALSICHÃO CONGELADO										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	49	EUGENIO STEIDEL (6099)	fricasa	1,000	16,6800	16,68	Sim ***
						Preço Médio -->		16,8650	16,86	
Material: 01-01-9618 - LEITE DE SOJA LONGA VIDA										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	2	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	PURITY	1,000	3,0000	3,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7633	3,76	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 4/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-01-9619 - CHOCOLATE EM PÓ, SEM ADIÇÃO LEITE DE VACA E SEUS DERIVADOS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	4	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	de casa	1,000	9,9000	9,90	Sim ***
						Preço Médio -->		11,9500	11,95	
<u>Material: 01-01-9620 - FRASCOS/CAIXAS/GARRAFAS DE 200 ML DE LEITE DE COCO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	5	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	bom coco	1,000	1,4900	1,49	Sim ***
						Preço Médio -->		2,0533	2,05	
<u>Material: 01-01-9621 - GELATINA, SABORES DIVERSOS EM KG.</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	6	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	PONTALI	1,000	5,3100	5,31	Sim ***
						Preço Médio -->		7,0333	7,03	
<u>Material: 01-01-9622 - GELATINA DIET, PACOTES/CAIXAS DE 12 GRAMAS DE PÓ.</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	7	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	LOWÇUCAR	1,000	0,6900	0,69	Sim ***
						Preço Médio -->		1,1133	1,11	
<u>Material: 01-01-9623 - QUILOS DE PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS, COM LEITE</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	8	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	PONTALI	1,000	5,1300	5,13	Sim ***
						Preço Médio -->		6,7067	6,71	
<u>Material: 01-01-9624 - PUDIM DIET, SEM LEITE, SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR REFINADO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	9	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	apti	1,000	1,2900	1,29	Sim ***
						Preço Médio -->		1,3200	1,32	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 5/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-01-9625 - FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR, EMBALAGENS DE 1KG</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	13	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	sao braz	1,000	5,8700	5,87	Sim ***
						Preço Médio -->		5,8750	5,88	
<u>Material: 01-01-9626 - ADOCANTE EM PÓ PARA FORNO E FOGÃO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	20	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	LOWÇUCAR	1,000	7,4500	7,45	Sim ***
						Preço Médio -->		12,1000	12,10	
<u>Material: 01-01-9627 - BALAS SORTIDAS - MASTIGÁVEIS - VÁRIOS SABORES PCT 200 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	21	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	tofano	1,000	1,9800	1,98	Sim ***
						Preço Médio -->		2,9733	2,97	
<u>Material: 01-01-9628 - BANHA PCT COM 500 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	22	EUGENIO STEIDEL (6099)	fricasa	1,000	4,7900	4,79	Sim ***
						Preço Médio -->		5,0467	5,05	
<u>Material: 01-01-9629 - BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	24	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Três Irmãos	1,000	10,5000	10,50	Sim ***
						Preço Médio -->		11,1467	11,15	
<u>Material: 01-01-9630 - BOMBOM (TIPO OURO BRANCO)</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	25	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	fofao	1,000	0,5700	0,57	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6100	0,61	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 6/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-01-9631 - BOMBOM (TIPO SONHO DE VALSA)</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	26	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	fofao	1,000	0,5700	0,57	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6100	0,61	
<u>Material: 01-01-9632 - SALGADINHO DE MILHO ASSADO (TIPO FANDANGOS)</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	30	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	bistex	1,000	2,9800	2,98	Sim ***
						Preço Médio -->		3,2400	3,24	
<u>Material: 01-01-9633 - CREME DE LEITE UHT HOMOGEINIZADO LIGHT 200 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	31	EUGENIO STEIDEL (6099)	tirol	1,000	2,3700	2,37	Sim ***
						Preço Médio -->		2,3700	2,37	
<u>Material: 01-01-9634 - FORMAS DE CUQUE DIVERSOS (ABACAXI, BANANA, FAROFA)</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	32	EUGENIO STEIDEL (6099)	pao de ló	1,000	15,6900	15,69	Sim ***
						Preço Médio -->		16,3800	16,38	
<u>Material: 01-01-9635 - DOCE DE FRUTAS DIET 450 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	33	EUGENIO STEIDEL (6099)	de la casa	1,000	9,4200	9,42	Sim ***
						Preço Médio -->		9,4350	9,44	
<u>Material: 01-01-9636 - COXA COM SOBRECOXA TEMPERADO PARA ASSAR NO ESPETO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	35	EUGENIO STEIDEL (6099)	macedo	1,000	5,6900	5,69	Sim ***
						Preço Médio -->		5,7800	5,78	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 7/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 01-01-9637 - LEITE CONDENSADO DIET395 GRAMAS, CAIXA OU LATA										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	38	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	lowcucar	1,000	4,9500	4,95	Sim ***
						Preço Médio -->		4,9500	4,95	
Material: 01-01-9638 - MAÇO DE CEBOLINHA										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	40	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	1,000	2,4000	2,40	Sim ***
						Preço Médio -->		2,4433	2,44	
Material: 01-01-9639 - MAÇO DE SALSINHA										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	41	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	In - Natura	1,000	2,4000	2,40	Sim ***
						Preço Médio -->		2,4433	2,44	
Material: 01-01-9640 - PAÇOCA DE AMENDOIM 20 GRAMAS CADA UNIDADE										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	42	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	SANTA HELENA	1,000	0,2500	0,25	Sim ***
						Preço Médio -->		0,5467	0,55	
Material: 01-01-9641 - BOLO TIPO PANETONE 500 GRAMAS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	43	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Três Irmãos	1,000	5,6800	5,68	Sim ***
						Preço Médio -->		5,6850	5,69	
Material: 01-01-9642 - PERNIL SUÍNO SEM OSSO FATIADO E TEMPERADO										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	45	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Do Valle	1,000	8,7800	8,78	Sim ***
						Preço Médio -->		8,8067	8,81	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 8/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 01-01-9643 - PREPARO PRONTO PARA BOLO DIET 300 GRAMAS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	46	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	LOWÇUCAR	1,000	4,9800	4,98	Sim ***
						Preço Médio -->		6,9400	6,94	
Material: 01-01-9644 - REFRIGERANTE DIET 2 LITROS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	48	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	cini	1,000	2,9800	2,98	Sim ***
						Preço Médio -->		3,2967	3,30	
Material: 01-01-9645 - SORVETE POTE 200ML, NOS SABORES DE MORANGO E CHOCOLATE										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	51	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Chocobom	1,000	2,4800	2,48	Sim ***
						Preço Médio -->		3,3900	3,39	
Material: 01-01-9646 - SUCO DE SOJA TIPO ADES										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	52	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	PURITY	1,000	2,7000	2,70	Sim ***
						Preço Médio -->		3,1400	3,14	
Material: 01-01-9647 - SUSPIRO PACOTE 120 GRAMAS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	53	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	maria clara	1,000	2,2900	2,29	Sim ***
						Preço Médio -->		4,4200	4,42	
Material: 01-01-9648 - TORRÃO DE AMENDOIM EMBALADO INDIVIDUALMENTE 50 GRAMAS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	54	EUGENIO STEIDEL (6099)	dbonn	1,000	1,4700	1,47	Sim ***
						Preço Médio -->		1,4750	1,48	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 9/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-01-9649 - BOLACHA RECHEADA - TIPO TORTINHA PCT 160 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	55	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	isabela	1,000	1,3500	1,35	Sim ***
						Preço Médio -->		1,5167	1,52	
<u>Material: 01-01-9650 - BOLACHA RECHEADA SABOR CHOCOLATE E MORANGO</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	56	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	isabela	1,000	1,3500	1,35	Sim ***
						Preço Médio -->		1,5100	1,51	
<u>Material: 01-01-9651 - BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE 170 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	57	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	nestle	1,000	3,9800	3,98	Sim ***
						Preço Médio -->		4,4233	4,42	
<u>Material: 01-01-9652 - PIPOCA DOCE EMBALAGENS 55 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	58	CEREALISTA TORRE ALTA LTDA (11644)	PIPOTECA	1,000	0,4400	0,44	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0600	1,06	
<u>Material: 01-01-9653 - CONDIMENTOS EM PÓ 10 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	59	EUGENIO STEIDEL (6099)	bretzke	1,000	5,3900	5,39	Sim ***
						Preço Médio -->		5,4700	5,47	
<u>Material: 01-01-9654 - AÇUCAR COLORIDO 40 GRAMAS</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	60	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	luisa	1,000	3,0500	3,05	Sim ***
						Preço Médio -->		3,0700	3,07	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 10/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-01-9655 - CHUMBINHO DE PRATA 40 GRAMAS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	61	EUGENIO STEIDEL (6099)	horta sabor	1,000	1,4900	1,49	Sim ***
						Preço Médio -->		1,4900	1,49	
Material: 01-01-9656 - ANILINA COLORIDA - NAS CORES VERDE, AMARELO E VERMELHO										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	62	EUGENIO STEIDEL (6099)	arcolor	1,000	7,8700	7,87	Sim ***
						Preço Médio -->		8,1100	8,11	
Material: 01-01-9657 - PIRULITO PCT COM 400 GRAMAS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	63	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	tofano	1,000	2,9800	2,98	Sim ***
						Preço Médio -->		4,8667	4,87	
Material: 01-01-9659 - CEREAL INFANTIL, C/ VITAMINAS, SAIS MINERAIS (TIPO MUCILON)										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	69	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	NUTRIMENTAL	1,000	6,5900	6,59	Sim ***
						Preço Médio -->		7,4433	7,44	
Material: 01-01-9660 - CEREAL INT., VITAMINAS, FERRO, AVEIA E CEVADA (TIPO NESTON)										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	70	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	nutrimenmtal	1,000	6,5900	6,59	Sim ***
						Preço Médio -->		8,1100	8,11	
Material: 01-01-9661 - IOGURTE LIGHT COM POLPA DE FRUTAS (MORANGO E COCO)										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	72	EUGENIO STEIDEL (6099)	daninha	1,000	2,4400	2,44	Sim ***
						Preço Médio -->		2,4450	2,45	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 11/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-04-5461 - BAUNILHA 40 GR</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	23	EUGENIO STEIDEL (6099)	incas	1,000	1,9700	1,97	Sim ***
Preço Médio -->								1,9833	1,98	
<u>Material: 01-04-5622 - NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, CONFORME MODELO</u>										
33/2012		30/08/2012	30/08/2013	1	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA EPP (12695)	ALBGRAF	80.000,000	0,1700	13.600,00	Sim ***
Preço Médio -->								0,2300	18.400,00	
<u>Material: 01-04-7899 - CAPA DE NOTA DE PRODUTOR RURAL</u>										
33/2012		30/08/2012	30/08/2013	2	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA EPP (12695)	ALBGRAF	20.000,000	0,1600	3.200,00	Sim ***
Preço Médio -->								0,2100	4.200,00	
<u>Material: 01-06-0019 - PREGO 18 x 36</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	13	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	GERDAU	1,000	5,2000	5,20	Sim ***
Preço Médio -->								5,3933	5,39	
<u>Material: 01-06-0020 - PREGO 17 x 27</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	12	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Gerdal	1,000	5,1100	5,11	Sim ***
Preço Médio -->								5,3020	5,30	
<u>Material: 01-06-0022 - CIMENTO PORTLAND CP 320, SACO COM 50 KG</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	1	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Supremo	1,000	19,4900	19,49	Sim ***
Preço Médio -->								20,4350	20,43	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 12/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-06-0041 - TUBO DE PVC ESGOTO DE 100MM, BARRA C/ COM 6 M										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	18	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	24,0000	24,00	Sim ***
Preço Médio -->								25,0667	25,07	
Material: 01-06-0204 - PREGO 20X48										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	16	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	GERDAU	1,000	5,2000	5,20	Sim ***
Preço Médio -->								5,3767	5,38	
Material: 01-06-0205 - LUVA DE PVC ESGOTO 50 MM										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	32	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	0,7900	0,79	Sim ***
Preço Médio -->								0,8600	0,86	
Material: 01-16-0203 - REFRIGERANTE 2 LITROS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	47	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	prudy	1,000	1,5900	1,59	Sim ***
Preço Médio -->								2,5367	2,54	
Material: 01-16-0205 - PREGO 25 X 72										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	15	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	GERDAU	1,000	6,1000	6,10	Sim ***
Preço Médio -->								6,2333	6,23	
Material: 01-16-0216 - FERRO CA 50 - 20 MM - R - 12 (BARRAS RETAS), BARRAS COM 12 M										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	9	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	VOTORAÇO	1,000	92,2000	92,20	Sim ***
Preço Médio -->								93,5000	93,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 13/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-16-1522 - DISCO DIAMANTADO 350mm										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	41	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	JRC	1,000	208,8500	208,85	Sim ***
Preço Médio -->								267,0167	267,02	
Material: 01-16-2323 - POTES DE LENÇOS UMEDECIDOS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	66	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	baby whipes	1,000	8,4800	8,48	Sim ***
Preço Médio -->								8,4900	8,49	
Material: 01-16-2324 - SABONETE PARA BEBÊ, NEUTRO, HIPOALERGÊNICOS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	67	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	123 baby	1,000	0,7500	0,75	Sim ***
Preço Médio -->								1,4267	1,43	
Material: 01-16-2325 - XAMPU PARA BEBÊ, HIPOALERGÊNICOS, ANTILÁGRIMAS										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	68	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	pLMOLIVE	1,000	5,3900	5,39	Sim ***
Preço Médio -->								7,0300	7,03	
Material: 01-16-6803 - PREGO 20 X 42										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	42	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	GERDAU	1,000	5,0000	5,00	Sim ***
Preço Médio -->								5,2433	5,24	
Material: 01-16-6874 - T DE PVC ESGOTO 50MM										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	33	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	1,7400	1,74	Sim ***
Preço Médio -->								1,7833	1,78	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 14/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-16-6876 - T DE PVC ESGOTO 25MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	39	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	KRONA	1,000	0,2500	0,25	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2633	0,26	
<u>Material: 01-16-7686 - PREGO 26 X 84</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	14	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	BENORTE	1,000	6,4000	6,40	Sim ***
						Preço Médio -->		6,7833	6,78	
<u>Material: 01-16-8498 - ÓLEO DE GIRASSOL</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	71	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	sinha	1,000	5,1500	5,15	Sim ***
						Preço Médio -->		5,3433	5,34	
<u>Material: 01-16-8652 - PASTEL</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	44	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Três Irmãos	1,000	2,4000	2,40	Sim ***
						Preço Médio -->		2,4467	2,45	
<u>Material: 01-16-8812 - CAIXA DE BOMBOM</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	27	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	garoto	1,000	6,4200	6,42	Sim ***
						Preço Médio -->		6,8125	6,81	
<u>Material: 01-16-9180 - T DE PVC ESGOTO 40MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	36	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	0,6300	0,63	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6990	0,70	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 15/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-16-9818 - TIJOLOS DE BARRO MACIÇOS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	3	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Elagi	1,000	0,4200	0,42	Sim ***
Preço Médio -->								0,4250	0,43	
Material: 02-05-7209 - HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJU										
31/2012		17/08/2012	17/08/2013	1	BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA (13182)		1.000,000	580,0000	580.000,00	Sim ***
Preço Médio -->								580,0000	580.000,00	
Material: 03-01-0016 - JOELHO DE PVC ESGOTO 100 MM 45°										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	24	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	2,5000	2,50	Sim ***
Preço Médio -->								2,5867	2,59	
Material: 03-01-0023 - BARRA DE FERRO 3/8 " , BARRA COM 12 METROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	8	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	VOTORAÇO	1,000	23,7900	23,79	Sim ***
Preço Médio -->								24,3950	24,40	
Material: 03-01-0399 - BARRA DE FERRO 5,00 MM, BARRA C/ 12 METROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	5	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Gerdal	1,000	5,6900	5,69	Sim ***
Preço Médio -->								5,7300	5,73	
Material: 03-01-0658 - TUBO DE PVC ESGOTO 150 MM, BARRA COM 06 METROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	19	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	65,0000	65,00	Sim ***
Preço Médio -->								70,5500	70,55	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 16/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 03-01-1062 - BARRA DE FERRO 1/4, BARRA C/ 12 METROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	6	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	VOTORAÇO	1,000	10,5000	10,50	Sim ***
						Preço Médio -->		10,8667	10,87	
Material: 03-01-1142 - BARRA DE FERRO 5/16, BARRA C/ 12 METROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	7	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	VOTORAÇO	1,000	16,1900	16,19	Sim ***
						Preço Médio -->		16,7450	16,75	
Material: 03-01-1584 - FERRO CA-60 4,2 MM. BARRA COM 12 METROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	10	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Gerdal	1,000	4,0000	4,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,2967	4,30	
Material: 03-01-2659 - ARAME RECOZIDO										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	11	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Belga	1,000	4,9900	4,99	Sim ***
						Preço Médio -->		5,2925	5,29	
Material: 03-01-2665 - JOELHO DE PVC ESGOTO, SD 90° 25 MM - 1ª LINHA										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	37	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	0,2000	0,20	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2133	0,21	
Material: 03-01-2673 - TUBO DE ESGOTO 40 MM - BARRA COM 6 METROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	21	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	9,8800	9,88	Sim ***
						Preço Médio -->		10,5700	10,57	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 17/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 03-01-2906 - JOELHO DE PVC ESGOTO 100MM 90°										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	23	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	1,9000	1,90	Sim ***
						Preço Médio -->		2,0833	2,08	
Material: 03-01-2941 - TIJOLOS 6 FUROS										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	4	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Ceaca	1,000	0,4300	0,43	Sim ***
						Preço Médio -->		0,4350	0,44	
Material: 03-01-2946 - CARVAO										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	64	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	general	1,000	4,5900	4,59	Sim ***
						Preço Médio -->		5,1300	5,13	
Material: 03-01-4895 - EMUSTAB										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	65	CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB (13033)	selecta	1,000	3,2900	3,29	Sim ***
						Preço Médio -->		3,5733	3,57	
Material: 03-01-5693 - T DE PVC ESGOTO 100 MM 1º QUALIDADE										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	26	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	3,9000	3,90	Sim ***
						Preço Médio -->		4,0250	4,03	
Material: 03-01-5803 - TELA PARA ARMAÇÃO DE TUBO DE CONCRETO. FIO 3.8. LARGURA DE 0										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	2	BUSCHLE & LEPPER S.A. (8278)		1,000	745,0000	745,00	Sim ***
						Preço Médio -->		745,0000	745,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 18/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 03-01-5971 - PREGO 12 X 15</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	40	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	GERDAU	1,000	6,5800	6,58	Sim ***
						Preço Médio -->		6,8900	6,89	
<u>Material: 03-01-6700 - LUVAS DE PVC ESGOTO 100MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	25	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	1,9500	1,95	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9633	1,96	
<u>Material: 03-01-6701 - LUVAS DE PVC ESGOTO 150MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	29	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	PVC BRAZIL	1,000	6,7200	6,72	Sim ***
						Preço Médio -->		8,9933	8,99	
<u>Material: 03-01-7161 - CAL HIDRATADA VIRGEM C/ 20 KG.</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	17	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	TANCAL	1,000	5,7500	5,75	Sim ***
						Preço Médio -->		5,8000	5,80	
<u>Material: 03-01-7166 - JOELHO PVC 90 GR 50MM P/ ESGOTO</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	31	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	0,7800	0,78	Sim ***
						Preço Médio -->		0,8033	0,80	
<u>Material: 03-01-7167 - JOELHO PVC 90 GR 40MM P/ ESGOTO</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	34	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	0,3400	0,34	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3833	0,38	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 19/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 03-01-7452 - JOELHOS DE PVC ESGOTO 90° 150MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	27	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	16,7500	16,75	Sim ***
						Preço Médio -->		17,0267	17,03	
<u>Material: 03-01-7453 - JOELHOS DE PVC ESGOTO 45° 150MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	28	SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (7109)	KRONA	1,000	15,6000	15,60	Sim ***
						Preço Médio -->		16,6600	16,66	
<u>Material: 03-01-7455 - T DE PVC ESGOTO 150MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	30	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	PVC BRAZIL	1,000	15,5400	15,54	Sim ***
						Preço Médio -->		18,7325	18,73	
<u>Material: 03-01-7456 - LUVAS DE PVC ESGOTO 40MM</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	35	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	PVC BRAZIL	1,000	0,3100	0,31	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3667	0,37	
<u>Material: 03-01-7457 - LUVAS DE PVC ESGOTO 25MM (ÁGUA)</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	38	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S/A. (CANOINHAS) (10645)	KRONA	1,000	0,2100	0,21	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2100	0,21	
<u>Material: 03-01-7458 - TUBO DE ESGOTO 50 MM, BARRA C/ 6 METROS - 1ª LINHA</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	20	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	16,9900	16,99	Sim ***
						Preço Médio -->		17,3300	17,33	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 20/20

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/08/2012 a 31/08/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 03-01-7460 - TUBO DE ESGOTO 25 MM, BARRA C/ 6 METROS - 1ª LINHA</u>										
30/2012		16/08/2012	16/08/2013	22	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA (9921)	Plastilit	1,000	6,6000	6,60	Sim ***
						Preço Médio -->		6,9000	6,90	
<u>Material: 03-01-7768 - LINGUIÇINHA SUÍNA</u>										
29/2012		10/08/2012	10/08/2013	39	EUGENIO STEIDEL (6099)	frimesa	1,000	11,5900	11,59	Sim ***
						Preço Médio -->		12,2200	12,22	
<u>Material: 03-01-8965 - PERSIANAS EM PVC, LISA, COR BEGE OU SIMILAR, LÂMINA DE 90 MM</u>										
32/2012		21/08/2012	21/08/2013	1	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (13185)		200,000	43,7500	8.750,00	Sim ***
						Preço Médio -->		43,8333	8.766,66	
<u>Material: 03-01-8966 - PERSIANA EM TECIDO NUANCE, LISA COR BEGE OU SIMILAR, LÂMINA</u>										
32/2012		21/08/2012	21/08/2013	2	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (13185)		400,000	31,0000	12.400,00	Sim ***
						Preço Médio -->		32,3333	12.933,32	
<u>Material: 03-01-8967 - PERSIANA EM TECIDO BLACK OUT POLIESTER, LISA, COR BEGE OU SI</u>										
32/2012		21/08/2012	21/08/2013	3	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (13185)		200,000	65,9000	13.180,00	Sim ***
						Preço Médio -->		66,5667	13.313,34	

Atas de Registro de Preço Mês 09 e 10/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 1/4

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/09/2012 a 31/10/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 01-01-6049 - LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO, PCTE ALUMINIZADO C/ 400G										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	16	Extra Dist. de Medicamentos e Prod. Hospit. Ltda (15697)	ITAMBÉ	1,000	7,5500	7,55	Sim ***
						Preço Médio -->		9,0150	9,02	
Material: 01-01-7817 - FORTINI EM PÓ, SABOR BAUNILHA, EMBALAGEM COM 400 GR, NUTRIÇÃO										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	1	Extra Dist. de Medicamentos e Prod. Hospit. Ltda (15697)	SUPPORT	1,000	24,9000	24,90	Sim ***
						Preço Médio -->		25,4250	25,43	
Material: 01-01-7818 - FORTINI EM PÓ, SABOR NEUTRO, EMBALAGEM DE 400 GR, NUTRIÇÃO P										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	2	Extra Dist. de Medicamentos e Prod. Hospit. Ltda (15697)	SUPPORT	1,000	24,9000	24,90	Sim ***
						Preço Médio -->		26,8650	26,87	
Material: 01-01-7819 - FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES NAN 1, LATA COM 40										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	3	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (13102)	NAN I	1,000	25,1000	25,10	Sim ***
						Preço Médio -->		25,1000	25,10	
Material: 01-01-7820 - FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES NAN II, LATA COM 4										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	4	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (13102)	NAN II	1,000	21,8200	21,82	Sim ***
						Preço Médio -->		21,8200	21,82	
Material: 01-01-7821 - FORMULA NESTOGENO I, EMBALAGEM COM 400 GR, FORMULA INFANTIL										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	5	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (13102)	NESTOGENO I	1,000	17,1600	17,16	Sim ***
						Preço Médio -->		17,1600	17,16	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 2/4

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/09/2012 a 31/10/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-01-7822 - FORMULA NESTOGENO II, EMBALAGEM COM 400 GR, FORMULA INFANTIL</u>										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	6 SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	(13102)	NESTOGENO II	1,000	14,2500	14,25	Sim ***
						Preço Médio -->		14,2500	14,25	
<u>Material: 01-01-7823 - SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTREN ACTIVE, LATA COM 400 GR, SUPLEME</u>										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	7 CM HOSPITALAR LTDA	(15698)	NESTLE RPO (NI	1,000	28,8500	28,85	Sim ***
						Preço Médio -->		29,2033	29,20	
<u>Material: 01-01-7824 - SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTREN JUNIOR, LATA COM 400 GR, É UM AL</u>										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	8 CM HOSPITALAR LTDA	(15698)	NUTREN JUNIOF	1,000	29,9800	29,98	Sim ***
						Preço Médio -->		31,7500	31,75	
<u>Material: 01-01-7825 - SUPLEMENTO ALIMENTAR SISTAGEM, EMBALAGEM COM 400 GR</u>										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	9 SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	(13102)	SUSTAGEN	1,000	28,3700	28,37	Sim ***
						Preço Médio -->		29,8250	29,83	
<u>Material: 01-01-7826 - FORMULA INFANTIL NAN COMFORT 1, EMBALAGEM COM 400 GR, COM PR</u>										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	10 SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	(13102)	NAN COMFORT I	1,000	23,0800	23,08	Sim ***
						Preço Médio -->		23,0800	23,08	
<u>Material: 01-01-7827 - LEITE SUSTAGEM KIDS, EMBALAGEM COM 380 GR</u>										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	11 Extra Dist. de Medicamentos e Prod. Hospit. Ltda	(15697)	MEAD JOHNSON	1,000	19,0000	19,00	Sim ***
						Preço Médio -->		19,0250	19,02	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 3/4

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/09/2012 a 31/10/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-01-7828 - FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES NAN SOY, LATA COM 400 GR										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	12	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (13102)	NAN SOY	1,000	30,2500	30,25	Sim ***
						Preço Médio -->		30,2500	30,25	
Material: 01-01-7829 - SUPLEMENTO NUTRICIONAL PEDIASURE, LATA COM 400 GR, SUPLEMENT										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	13	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (13102)	PEDIASURE	1,000	24,2200	24,22	Sim ***
						Preço Médio -->		31,8400	31,84	
Material: 01-01-7830 - SUPLEMENTO ALIMENTAR ENSURE, LATA COM 400 GR, SUPLEMENTO ALI										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	14	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (13102)	ENSURE	1,000	24,2200	24,22	Sim ***
						Preço Médio -->		28,9350	28,94	
Material: 01-01-9662 - FORMULA INFANTIL NAN COMFORT 2, EMBALAGEM COM 400 GR, COM PR										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	15	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA (13102)	NAN COMFORT I	1,000	19,7200	19,72	Sim ***
						Preço Médio -->		19,7200	19,72	
Material: 01-01-9663 - LEITE EM PO DESNATADO/INSTANTANEO EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.										
35/2012		11/10/2012	11/10/2013	17	Extra Dist. de Medicamentos e Prod. Hospit. Ltda (15697)	ITAMBÉ	1,000	7,9500	7,95	Sim ***
						Preço Médio -->		7,9500	7,95	
Material: 02-01-0053 - LIMPEZA, DESENTUPIMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE FOSSAS										
34/2012		05/09/2012	05/09/2013	1	PRESTADORA DE SERVICOS DUFFECK LTDA. (8142)		250,000	80,0000	20.000,00	Sim ***
						Preço Médio -->		80,0000	20.000,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 4/4

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/09/2012 a 31/10/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 02-05-7307 - SERVIÇOS ELÉTRICOS - VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS</u>										
36/2012		15/10/2012	15/10/2013	1	RENATO KNOREK EPP (6148)		500,000	20,0000	10.000,00	Sim ***
Preço Médio -->								20,0000	10.000,00	

Atas de Registro de Preço Mês 11 e 12/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 1/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-03-0036 - FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890 (S015329)										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	147	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MASTER	200,000	4,5000	900,00	Sim ***
							Preço Médio -->	4,7900	958,00	
Material: 01-03-0038 - CD-R VIRGEM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 700 MB/80 MIN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	38	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	SMARTBUY	1.500,000	0,4900	735,00	Sim ***
							Preço Médio -->	0,5600	840,00	
Material: 01-03-7767 - BOLAS DE ISOPOR 50 MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	179	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ISOLAN	150,000	0,2100	31,50	Sim ***
							Preço Médio -->	0,6050	90,75	
Material: 01-03-7768 - BOLAS DE ISOPOR 35MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	180	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ISOLAN	150,000	0,1000	15,00	Sim ***
							Preço Médio -->	0,2800	42,00	
Material: 01-03-7769 - CANETA COM GLITTER - ESTOJO COM 10 CORES										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	181	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	SLIM	50,000	7,5000	375,00	Sim ***
							Preço Médio -->	11,4333	571,67	
Material: 01-03-7770 - CAPA PARA CD DE PAPEL C 50 UNIDADE										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	183	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MAXPRINT	200,000	4,6000	920,00	Sim ***
							Preço Médio -->	4,7500	950,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 2/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 01-03-7771 - COLCHETE Nº 08, CAIXA COM NO MINI. 72										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	215	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	GASFER	30,000	2,0700	62,10	Sim ***
						Preço Médio -->		2,9233	87,70	
Material: 01-04-0026 - EXTRATOR DE GRAMPO, TIPO ESPÁTULA, EM AÇO CROMADO										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	67	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MARCARI	50,000	0,4300	21,50	Sim ***
						Preço Médio -->		0,5550	27,75	
Material: 01-04-0056 - BORRACHA BRANCA M 40										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	16	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ZAP	100,000	0,1000	10,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,1333	13,33	
Material: 01-04-5035 - PILHA ALCALINA PALITO										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	155	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ELGIN	500,000	0,9900	495,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,1433	571,65	
Material: 01-04-5327 - ALFINETE PARA MAPAS										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	2	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	JOCAR	30,000	1,1000	33,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,1667	35,00	
Material: 01-04-5645 - PAPEL VERGE 180G, MEDINDO 210X297CM, CORES DIVERSAS, PCT C50										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	109	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	OFF PAPER	15,000	6,0500	90,75	Sim ***
						Preço Médio -->		6,2333	93,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 3/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-04-5657 - CORRETIVO LÍQUIDO, A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, SECAGEM RÁPIDA.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	37	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	GOLLER	150,000	0,5300	79,50	Sim ***
						Preço Médio -->		0,5700	85,50	
<u>Material: 01-04-7904 - PERCEVEJO CAIXA COM 100 UNIDADE</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	99	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	JOCAR	50,000	0,8500	42,50	Sim ***
						Preço Médio -->		0,8967	44,84	
<u>Material: 01-04-7905 - TRANSPARENCIA PARA RETRO PROJETOR, TAMANHO A4, PCTE C/ 50 FO</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	145	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	DATA JET	25,000	20,9000	522,50	Sim ***
						Preço Médio -->		32,5567	813,92	
<u>Material: 01-05-0005 - LÁPIS PRETO N.º 2 (FABRICAÇÃO NACIONAL)</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	86	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LEONORA	100,000	0,1000	10,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,1533	15,33	
<u>Material: 01-05-0100 - ENVELOPE PARDO 240MM x 340MM SEM TIMBRE</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	57	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	IPECOL	120,000	0,1100	13,20	Sim ***
						Preço Médio -->		0,1250	15,00	
<u>Material: 01-05-0983 - FITA CREPE (19 X 50)</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	70	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	SICAD	150,000	1,5300	229,50	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9375	290,63	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 4/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-05-1088 - COLA LÍQUIDA BRANCA PARA PAPEL TUBO C/ 40 GR.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	54	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ALMATA	130,000	0,3400	44,20	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3650	47,45	
<u>Material: 01-05-6528 - RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE 30 CM. GRADUAÇÃO MILIMÉTRICA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	133	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	WALLEU	100,000	0,2600	26,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2650	26,50	
<u>Material: 01-05-6581 - FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12X40</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	68	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	EMBALANDO	150,000	0,4200	63,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,4625	69,38	
<u>Material: 01-05-6650 - FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE 48X50.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	69	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	TIGH TAPEL	150,000	1,7000	255,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9100	286,50	
<u>Material: 01-05-6651 - CARTOLINA DIVERSASA CORES 66 X 50CM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	35	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ALOFORM	200,000	0,2300	46,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2700	54,00	
<u>Material: 01-05-6652 - EMBORRACHADO E.V.A 59.5 X 40CM DIVERSAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	42	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	DUBUFLEX	1.500,000	0,9200	1.380,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,9925	1.488,75	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 5/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-05-6712 - PAPEL CREPOM 0,48 CM X 2,00M, DIVERSAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	93	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	RST	30,000	0,3100	9,30	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3567	10,70	
<u>Material: 01-05-6713 - BOLAS DE ISOPOR 100 MM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	178	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ISOLAN	150,000	0,9200	138,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,9600	444,00	
<u>Material: 01-05-6714 - CAPA PARA CD DE ACRILICO TRANSPARENTE</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	182	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	PLASC	200,000	0,6400	128,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6650	133,00	
<u>Material: 01-05-6715 - COLA COLORIDA CXA C/ 6 UNIDADES, ATOXICA, GLICERINA, SEM SOL</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	185	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIRATININGA	100,000	2,1300	213,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,4700	247,00	
<u>Material: 01-05-6716 - COLA COLORIDA COM GLITTER, CXA C/ 6 UNID. ATOXICA, GLICERINA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	186	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIRATININGA	100,000	2,6900	269,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,1133	311,33	
<u>Material: 01-05-6717 - COLA PARA EVA 35 G</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	187	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	ACRILEX	100,000	0,8900	89,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,2100	121,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 6/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-05-6718 - CORRETIVO LIQUIDO CANETA, A BASE DE AGUA, SEM ODOR, NAO TOXI</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	190	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	JOCAR	50,000	1,6200	81,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9200	96,00	
<u>Material: 01-05-6719 - KIT DE PINTURA FACIL C/ 06 CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	197	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	YUR	50,000	11,6900	584,50	Sim ***
						Preço Médio -->		15,8633	793,17	
<u>Material: 01-05-6720 - LIVRO ATA - 50 PAGINAS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	202	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	SÃO DOMINGOS	50,000	2,7500	137,50	Sim ***
						Preço Médio -->		3,3700	168,50	
<u>Material: 01-05-6721 - REFIL PARA LAPISEIRA 0,5 C; 12 UNID</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	204	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	CONCEPT	150,000	0,2900	43,50	Sim ***
						Preço Médio -->		1,4133	212,00	
<u>Material: 01-05-6722 - TINTA GUACHE 250 ML</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	209	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ARTMAX	200,000	1,3100	262,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,6200	324,00	
<u>Material: 01-05-6723 - PASTA SUSPensa MARMORIZADA, COM VISOR</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	210	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	FRAMA	1.500,000	0,7600	1.140,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,8650	1.297,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 7/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-05-6724 - PASTAS SUSPensa KRAFT COM VISOR</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	211	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	FRAMA	500,000	0,6700	335,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,7400	370,00	
<u>Material: 01-05-6725 - PAPEL SULFITÃO , TAM. APROX. 66X 96CM, 180G/M2</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	212	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	INTERNACIONAL	200,000	0,7200	144,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,7200	144,00	
<u>Material: 01-05-6726 - PAPEL LAMINADO 66 X 50 CM, VARIAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	107	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	RST	100,000	0,3900	39,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3900	39,00	
<u>Material: 01-08-0039 - BATERIA 60 AMPERES</u>										
38/2012		29/11/2012	29/11/2013	2	ROSICLÉIA MADZGALLA DE OLIVEIRA ME (15722)	HERBO	20,000	165,0000	3.300,00	Sim ***
						Preço Médio -->		165,0000	3.300,00	
<u>Material: 01-09-0002 - GASOLINA COMUM</u>										
37/2012		19/11/2012	19/11/2013	1	STANG & STANG LTDA (13009)		70.000,000	2,4600	172.200,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,4767	173.369,00	
<u>Material: 01-13-8246 - PERCEVEJO LATONADO, CAIXA C/ 100 UND</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	119	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	JOCAR	30,000	0,8500	25,50	Sim ***
						Preço Médio -->		0,8967	26,90	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 8/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou	
<u>Material: 01-13-8247 - PERFURADOR COM 02 FUROS, EM METAL, MIN. 20 FOLHAS</u>											
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	120	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	ESFERA	30,000	5,1700	155,10	Sim	***
						Preço Médio -->		6,3625	190,88		
<u>Material: 01-16-1167 - APLICADOR DE SILICONE</u>											
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	6	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	GOLLER	20,000	7,6800	153,60	Sim	***
						Preço Médio -->		8,2233	164,47		
<u>Material: 01-16-2198 - DVD-R 4.7 GB</u>											
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	40	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MAXPRINT	1.000,000	0,6500	650,00	Sim	***
						Preço Médio -->		0,7325	732,50		
<u>Material: 01-16-2326 - BARBANTE FIO CRU Nº 08, ROLO COM 70M</u>											
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	9	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	VALTEX	5,000	0,7000	3,50	Sim	***
						Preço Médio -->		1,0800	5,40		
<u>Material: 01-16-6234 - CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA EM ACRÍLICO COR CRISTAL</u>											
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	33	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	NOVACRIIL	30,000	23,1300	693,90	Sim	***
						Preço Médio -->		26,2325	786,98		
<u>Material: 01-16-6679 - ELÁSTICO EM LATEX Nº 18 EMB 100GR</u>											
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	41	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	MAMUTH	100,000	1,6000	160,00	Sim	***
						Preço Médio -->		1,8750	187,50		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 9/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-16-7808 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR. 26/6.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	77	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	BRW	100,000	1,4500	145,00	Sim ***
							Preço Médio -->	1,6467	164,67	
<u>Material: 01-16-8054 - CANETA P/ CD PONTA GROSSA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	29	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LYKE	50,000	0,9200	46,00	Sim ***
							Preço Médio -->	1,1467	57,34	
<u>Material: 01-16-8281 - FITA DUPLA FACE 18 X 30</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	193	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	EPA	100,000	2,5100	251,00	Sim ***
							Preço Médio -->	2,6100	261,00	
<u>Material: 01-16-8283 - MOLHA DEDO. GLICERINA 12G</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	89	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	RADEX	50,000	1,2000	60,00	Sim ***
							Preço Médio -->	1,6967	84,84	
<u>Material: 01-16-8478 - BATERIA 9V</u>										
38/2012		29/11/2012	29/11/2013	5	ROSICLÉIA MADZGALLA DE OLIVEIRA ME (15722)	HERBO	20,000	370,0000	7.400,00	Sim ***
							Preço Médio -->	370,0000	7.400,00	
<u>Material: 01-16-9324 - BATERIA 70 AMPERES.</u>										
38/2012		29/11/2012	29/11/2013	3	ROSICLÉIA MADZGALLA DE OLIVEIRA ME (15722)	HERBO	5,000	205,0000	1.025,00	Sim ***
							Preço Médio -->	205,0000	1.025,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 10/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-22-0556 - ALFABETO EM EVA COM 72 LETRAS 5X4X0,5 CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	161	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	REICHEL	200,000	1,8500	370,00	Sim ***
						Preço Médio -->		5,3250	1.065,00	
Material: 01-22-0557 - BALÕES LATEX NATURAL N° 7 C/ 50 UNID. COR AZUL.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	162	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	IBB	50,000	3,4300	171,50	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7500	187,50	
Material: 01-22-0558 - BALÕES LATEX NATURAL N° 7 C/ 50 UNID. COR BRANCO.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	163	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	IBB	50,000	3,4300	171,50	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7500	187,50	
Material: 01-22-0559 - BALÕES LATEX NATURAL N° 7 C/ 50 UNID. COR VERDE.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	164	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	IBB	50,000	3,4300	171,50	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7500	187,50	
Material: 01-22-0560 - BALÕES LATEX NATURAL N° 7 C/ 50 UNID. COR VERMELHO.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	165	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	IBB	50,000	3,4300	171,50	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7500	187,50	
Material: 01-22-0561 - BALÕES TIPO CANUDO. C/ 50 UNID CORES SORTIDAS										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	166	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 11/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-22-0562 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID CORE AMARELO.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	167	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	
Material: 01-22-0563 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR AZUL.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	168	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	
Material: 01-22-0564 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR LARAJA.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	169	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	
Material: 01-22-0565 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR LILÁS.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	170	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	
Material: 01-22-0566 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR ROSA.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	171	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	
Material: 01-22-0567 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR VERDE.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	172	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 12/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-22-0568 - BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR VERMELHO.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	173	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIC-PIC	50,000	4,1600	208,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,0275	301,38	
Material: 01-22-0574 - CARIMBO PERFURADOR P/ EVA										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	184	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	TOKE E CRIE	50,000	8,9000	445,00	Sim ***
						Preço Médio -->		8,9000	445,00	
Material: 01-22-0578 - COLA RELEVO C/ 6 FRASCOS DE 20G.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	189	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	LEO E LEO	200,000	4,1000	820,00	Sim ***
						Preço Médio -->		8,5167	1.703,34	
Material: 01-22-0579 - DIMENSIONAL GLITTER VÁRIAS CORES 35 ML										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	191	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	ACRILEX	200,000	2,8900	578,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,2600	652,00	
Material: 01-22-0580 - FITA DE PRESENTE, LAÇO PRONTO 2M X 3CM.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	192	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	GLICERINA	100,000	2,4500	245,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,4500	245,00	
Material: 01-22-0581 - FITA FITILHO LARGO PLÁSTICO 10 M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	195	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	NIZURI	100,000	4,6800	468,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,6800	468,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 13/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-22-0583 - LAÇO PRONTO 1,7 X 38 CM C/ 10 UNID.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	198	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	GLICERINA	100,000	5,9000	590,00	Sim ***
						Preço Médio -->		5,9000	590,00	
Material: 01-22-0584 - LÁPIS DE CERA GIZÃO CXA C/ 12 CORES.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	199	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	PIRATININGA	150,000	1,0000	150,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0533	158,00	
Material: 01-22-0585 - LÁPIS DE COR SEXTAVADO C/ 12 CORES C/ CERTIFICADO FSC.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	200	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LABRA	150,000	2,0000	300,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,1825	627,38	
Material: 01-22-0586 - MASSA DE MODELAR C/ 06 CORES, 80 G										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	203	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	ACRYLEX	150,000	0,8900	133,50	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0425	156,38	
Material: 01-22-0588 - TINTA DIMENSIONAL METÁLICO ML										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	208	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	ACRILEX	200,000	1,9500	390,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9667	393,34	
Material: 01-22-0604 - LIVRO PROTOCOLO E CORRESPONDÊNCIAS C/ 100 FOLHAS FORMATO										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	88	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MEGALIFE	30,000	2,9500	88,50	Sim ***
						Preço Médio -->		3,7167	111,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 14/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 01-25-0001 - APLICADOR COLA QUENTE SILICONE 11MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	7	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	SERTIC	20,000	11,8500	237,00	Sim ***
						Preço Médio -->		12,0900	241,80	
Material: 01-25-0002 - CAIXA DE PAPELÃO PARA ARQUIVO MORTO MEDIDAS MÍNIMAS 344X125X										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	8	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MÁXIMA	500,000	1,0000	500,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0825	541,25	
Material: 01-25-0003 - BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 7MMX30CM.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	10	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	RENDICOLA	500,000	0,2200	110,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2550	127,50	
Material: 01-25-0004 - BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 11MM X 30CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	11	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	RENDICOLA	1.000,000	0,4500	450,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,5025	502,50	
Material: 01-25-0005 - BLOCO DE POST-IT GDE C/ 01 BLOCO DE 100 FOLHAS 102MM X 76MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	12	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LYKE	60,000	1,7200	103,20	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9700	118,20	
Material: 01-25-0006 - BLOCO DE POST-IT PQNO PACOTE C/ 04 BLOCOS DE 100 FOLHAS 38MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	13	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	BRW	50,000	1,4000	70,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,7667	88,34	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 15/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0007 - BOBINA DE PAPEL PARDO 1,20 X 80MM C/ 200M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	14	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	SAMPA	1,000	60,0000	60,00	Sim ***
Preço Médio -->								106,2000	106,20	
Material: 01-25-0008 - BOBINA P/ MÁQUINA DE CALCULAR 57MM X 30M CX C/ 30 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	15	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	CARIOCA	3,000	17,9400	53,82	Sim ***
Preço Médio -->								19,2933	57,88	
Material: 01-25-0010 - CADERNO GDE, CAPA DURA, 200 FOLHAS, 10 MAT, ESPIRAL 208X280M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	18	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MEGALIFE	120,000	4,4000	528,00	Sim ***
Preço Médio -->								4,9267	591,20	
Material: 01-25-0011 - CADERNO PEQUENO, CAPA DURA 100 FOLHAS, FORMATO APROXIMADO										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	19	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MEGALIFE	120,000	1,5900	190,80	Sim ***
Preço Médio -->								2,1733	260,80	
Material: 01-25-0012 - CADERNO 1/4 BROCHURA C/ 48 FOLHAS FORMATO 142 X 205MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	20	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	JANDAIA	110,000	0,4900	53,90	Sim ***
Preço Médio -->								0,5400	59,40	
Material: 01-25-0013 - CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS 100MM X 140MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	21	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	SHENG	30,000	5,2000	156,00	Sim ***
Preço Médio -->								7,2667	218,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 16/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0015 - CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA COR AZUL</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	25	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	JOCAR	200,000	0,2300	46,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3125	62,50	
<u>Material: 01-25-0016 - CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA PRETA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	26	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	JOCAR	150,000	0,2300	34,50	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3125	46,88	
<u>Material: 01-25-0017 - CANETA ESFEROGRÁFICA GROSSA COR VERMELHA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	27	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	JOCAR	200,000	0,2300	46,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3125	62,50	
<u>Material: 01-25-0018 - CANETA HIDROCOR, ESTOJO C/ 12 CORES, PONTA 0.4MM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	28	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LEONORA	50,000	1,2100	60,50	Sim ***
						Preço Médio -->		1,6433	82,17	
<u>Material: 01-25-0019 - CANETA P/ E.V.A COR PRETA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	31	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LYKE	50,000	0,9200	46,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0233	51,17	
<u>Material: 01-25-0020 - CANETA P/ E.V.A COR VERMELHA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	32	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LYKE	50,000	0,9200	46,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0233	51,17	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 17/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0021 - CARTOPLEX DIVERSAS CORES 66 X 50CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	34	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	REIPEL	200,000	0,3600	72,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,4100	82,00	
Material: 01-25-0022 - COLA INSTANTÂNEA 03 GR										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	43	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	SUPERBOND	100,000	3,5100	351,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,1375	413,75	
Material: 01-25-0023 - CLIPES Nº 0 CX C/ 100 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	44	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	NEW	130,000	0,7400	96,20	Sim ***
						Preço Médio -->		0,7850	102,05	
Material: 01-25-0024 - CLIPES Nº 1.0 CX C/ 100 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	45	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	NEW	130,000	0,7400	96,20	Sim ***
						Preço Médio -->		0,7850	102,05	
Material: 01-25-0026 - CLIPES Nº 6.0 CX C/ 100 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	48	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	NEW	150,000	0,9800	147,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,1075	166,13	
Material: 01-25-0027 - CLIPES Nº 8.0 CX C/ 100 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	49	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	NEW	150,000	0,7400	111,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,9300	139,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 18/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0031 - ENVELOPE PARDO 260MM x 360MM SEM TIMBRE</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	58	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	IPECOL	120,000	0,1200	14,40	Sim ***
						Preço Médio -->		0,1350	16,20	
<u>Material: 01-25-0032 - ENVELOPE BRANCO 114MM X 229MM SEM TIMBRE</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	59	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	IPECOL	120,000	0,0400	4,80	Sim ***
						Preço Médio -->		0,0400	4,80	
<u>Material: 01-25-0033 - ESPIRAL 12MM C/ 100 UN</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	60	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MARES	100,000	7,5900	759,00	Sim ***
						Preço Médio -->		7,8200	782,00	
<u>Material: 01-25-0034 - ESPIRAL 14MM C/ 100 UN</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	61	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MARES	100,000	9,4600	946,00	Sim ***
						Preço Médio -->		9,8800	988,00	
<u>Material: 01-25-0035 - ESPIRAL 17MM C/ 100 UN</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	62	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MARES	100,000	11,3900	1.139,00	Sim ***
						Preço Médio -->		11,6200	1.162,00	
<u>Material: 01-25-0036 - ESPIRAL 20MM C/ 100 UN</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	63	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	IBA	100,000	11,8500	1.185,00	Sim ***
						Preço Médio -->		13,0450	1.304,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 19/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0038 - ETIQUETA AUTO ADESIVA BCA RETANGULAR TAM. 25.4 X 101.6 X 2 C										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	66	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	POLIFIX	4,000	4,5000	18,00	Sim ***
						Preço Médio -->		11,8433	47,37	
Material: 01-25-0040 - FITA CREPE 45MM X 50M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	71	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	SICAD	150,000	3,7700	565,50	Sim ***
						Preço Médio -->		4,6250	693,75	
Material: 01-25-0041 - FITA DUPLA FACE 12MM X 40M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	72	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	SICAD	20,000	1,7200	34,40	Sim ***
						Preço Médio -->		2,2067	44,13	
Material: 01-25-0042 - FITA PLASTICA MARRON 48MM X 50M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	73	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	TIGH TAPE	30,000	1,7900	53,70	Sim ***
						Preço Médio -->		1,9100	57,30	
Material: 01-25-0043 - GRAMPEADOR DE METAL P/ GRAMPO 9 X 10, TAM. GRANDE										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	74	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	ESFERA	50,000	22,0500	1.102,50	Sim ***
						Preço Médio -->		24,0200	1.201,00	
Material: 01-25-0045 - GRAMPEADOR PROFISSIONAL, CAPACIDADE MÍN. 150 FOLHAS										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	76	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	LYKE	20,000	49,0400	980,80	Sim ***
						Preço Médio -->		54,2300	1.084,60	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 20/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0046 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR 9 X 10 CX 5000 UN.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	78	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	BACHI	50,000	8,6400	432,00	Sim ***
						Preço Médio -->		8,6400	432,00	
Material: 01-25-0047 - GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 20MM P/ ATÉ 190 FLS.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	79	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	BACCHI	20,000	7,0000	140,00	Sim ***
						Preço Médio -->		8,0000	160,00	
Material: 01-25-0049 - LÂMINA DE ISOPOR DE 15MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	82	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ISOPACK	100,000	2,3500	235,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,6750	267,50	
Material: 01-25-0050 - LÂMINA DE ISOPOR DE 20MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	83	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ISOPACK	100,000	3,1900	319,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,8450	384,50	
Material: 01-25-0051 - LÂMINA DE ISOPOR DE 25MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	84	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ISOPACK	100,000	3,9900	399,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,7450	474,50	
Material: 01-25-0052 - LÁPIS BORRACHA. CX C/ 12 UN.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	85	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LABRA	150,000	0,9000	135,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,9750	146,25	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 21/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0053 - LIVRO ATA C/ 100 FLS, 205MM X 300MM.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	90	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MEGALIFE	50,000	4,1400	207,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,9550	247,75	
Material: 01-25-0054 - ORGANIZADOR PORTA CANETA TRIPLO, ACRÍLICO.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	91	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	NOVACRIL	20,000	4,0500	81,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,8250	136,50	
Material: 01-25-0055 - PAPEL ALMAÇO A4, C/ PAUTA. PACTE C/ 16 FLS.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	92	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MEGALIFE	30,000	0,6600	19,80	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6700	20,10	
Material: 01-25-0057 - PAPEL DUPLA FACE, 48CM X 66CM, DIVERSAS CORES										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	94	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	REIPEL	100,000	0,2900	29,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3333	33,33	
Material: 01-25-0058 - PAPEL FOTO BRILHANTE GLOSSY, TAM. A4, CX C/ 50 FLS										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	95	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	VISION	20,000	14,6200	292,40	Sim ***
						Preço Médio -->		19,1833	383,67	
Material: 01-25-0059 - PAPEL GRANITO, BCO TAM. A4, CX C/ 50 FLS										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	96	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	OFF PAPER	20,000	8,4500	169,00	Sim ***
						Preço Médio -->		9,2967	185,93	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 22/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0060 - PAPEL MILIMETRADO A4, CX C/ 50 FLS.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	97	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	FILLIPAPER	20,000	3,8300	76,60	Sim ***
						Preço Médio -->		3,8300	76,60	
<u>Material: 01-25-0061 - PAPEL SEDA 466MM X 659MM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	98	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	RST-PAPEIS	20,000	0,0800	1,60	Sim ***
						Preço Médio -->		0,0833	1,67	
<u>Material: 01-25-0062 - PAPEL STÊNCIL A ALCOOL UNIVERSAL, CX C/ 100 FLS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	100	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	HELIOS	20,000	22,0000	440,00	Sim ***
						Preço Médio -->		24,3567	487,13	
<u>Material: 01-25-0063 - PAPEL CARTÃO FOSCO 280G, 50 X 70 PCTE 10 CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	101	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	REIPEL	10,000	3,6500	36,50	Sim ***
						Preço Médio -->		5,0650	50,65	
<u>Material: 01-25-0064 - PAPEL CAMURÇA 40 X 60, VÁRIAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	102	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	RST	50,000	0,2600	13,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2850	14,25	
<u>Material: 01-25-0066 - PAPEL CREPOM 48 X 200CM, VÁRIAS CORES, CX C/ 20 FLS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	104	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	RST	20,000	6,2100	124,20	Sim ***
						Preço Médio -->		6,7800	135,60	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 23/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0067 - PAPEL SULFITE 75G, 210 X 297, COLORIDO</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	105	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	BOREAL	20,000	9,9800	199,60	Sim ***
						Preço Médio -->		12,0400	240,80	
<u>Material: 01-25-0070 - PAPEL VERGÊ 85G 210 X 297, VÁRIAS CORES CX C/ 50 FLS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	108	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	OFFPAPER	30,000	4,0000	120,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,5500	136,50	
<u>Material: 01-25-0071 - PAPEL TÉRMICO P/ FAX 215 MM X 30 M, CX C/ 20 UND.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	110	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	ALOFORME	6,000	65,0200	390,12	Sim ***
						Preço Médio -->		67,5567	405,34	
<u>Material: 01-25-0072 - PASTA PLÁSTICA C/ ELÁSTICO, DIVERSAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	111	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ALAPLAST	120,000	0,8000	96,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,9625	115,50	
<u>Material: 01-25-0073 - PASTA POLIONDA C/ ELÁSTICO, 7CM DIVERSAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	112	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ALAPLAST	120,000	1,9000	228,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,2000	264,00	
<u>Material: 01-25-0074 - PASTA POLIONDA C/ ELÁSTICO, 5CM DIVERSAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	113	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ALAPLAST	120,000	1,4600	175,20	Sim ***
						Preço Médio -->		2,0650	247,80	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 24/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0075 - PASTA AZ. 35 X 28 X 8CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	114	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	FRAMA	300,000	3,8000	1.140,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,0675	1.220,25	
Material: 01-25-0076 - PASTA AZ. 35 X 28 X 5CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	115	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	FRAMA	150,000	3,8000	570,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,0675	610,13	
Material: 01-25-0082 - PINCEL ATOMICO AZUL, PONTA DE NYLON, CX C/ 12 UN.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	122	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LYKE	5,000	6,9700	34,85	Sim ***
						Preço Médio -->		7,5900	37,95	
Material: 01-25-0083 - PINCEL ATOMICO PRETO, PONTA DE NYLON, CX C/ 12 UN.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	123	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LYKE	5,000	6,9700	34,85	Sim ***
						Preço Médio -->		7,5900	37,95	
Material: 01-25-0084 - PINCEL ATOMICO VERDE, PONTA DE NYLON, CX C/ 12 UN.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	124	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LYKE	5,000	6,9700	34,85	Sim ***
						Preço Médio -->		7,5900	37,95	
Material: 01-25-0085 - PINCEL ATOMICO VERMELHO, PONTA DE NYLON, CX C/ 12 UN.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	125	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LYKE	5,000	6,9700	34,85	Sim ***
						Preço Médio -->		7,5900	37,95	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 25/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0086 - PINCEL P/ QUADRO BCO, AZUL, PONTA DE NYLON CX C/ 12 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	126	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MASTER	5,000	9,7200	48,60	Sim ***
						Preço Médio -->		11,8400	59,20	
Material: 01-25-0087 - PINCEL P/ QUADRO BCO, PRETO, PONTA DE NYLON CX C/ 12 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	127	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MASTER	5,000	9,7300	48,65	Sim ***
						Preço Médio -->		11,8433	59,22	
Material: 01-25-0088 - PINCEL P/ QUADRO BCO, VERMELHO, PONTA DE NYLON CX C/ 12 UN										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	128	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MASTER	5,000	9,7200	48,60	Sim ***
						Preço Médio -->		11,8400	59,20	
Material: 01-25-0089 - PINCEL P/ CONTORNO Nº 00										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	129	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LEONORA	20,000	0,5600	11,20	Sim ***
						Preço Médio -->		2,1950	43,90	
Material: 01-25-0091 - PORTA CLIPS C/ IMA.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	131	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	CONCEPT	20,000	2,9000	58,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,9000	58,00	
Material: 01-25-0092 - PRANCHETA ACRÍLICA, TAM. A4.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	132	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	WALLEU	30,000	5,9000	177,00	Sim ***
						Preço Médio -->		5,9000	177,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 26/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0095 - ROLOS PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO C/ 10 METROS.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	135	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	POLIFIX	30,000	8,6600	259,80	Sim ***
						Preço Médio -->		11,0700	332,10	
<u>Material: 01-25-0096 - SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAM.OFÍCIO, C/ 04 FUROS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	136	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	DAC	200,000	0,0500	10,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,0500	10,00	
<u>Material: 01-25-0097 - TECIDO TNT 1.40 M LARGURA DIVERSAS CORES.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	137	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	SANTA FÉ	100,000	0,7700	77,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,9233	92,33	
<u>Material: 01-25-0098 - TESOURA INOX MULTIUSO, 20 CM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	138	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	JOCAR	50,000	2,1700	108,50	Sim ***
						Preço Médio -->		2,6167	130,84	
<u>Material: 01-25-0099 - TINTA P/ CARIMBO 42 ML, NA COR PRETA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	139	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	RADEX	50,000	1,1500	57,50	Sim ***
						Preço Médio -->		1,5833	79,17	
<u>Material: 01-25-0100 - TINTA P/ TECIDO 250 ML, SOLUVEL EM AGUA, NÃO TÓXICA, DIVERSA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	140	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	ACRILEX	120,000	6,5800	789,60	Sim ***
						Preço Médio -->		7,2867	874,40	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 27/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
<u>Material: 01-25-0101 - TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR BRANCO.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	141	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	RADEX	30,000	8,2200	246,60	Sim ***
						Preço Médio -->		9,8033	294,10	
<u>Material: 01-25-0102 - TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR DOURADO.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	142	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	COLORART	30,000	10,1900	305,70	Sim ***
						Preço Médio -->		11,4300	342,90	
<u>Material: 01-25-0103 - TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR PRATA.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	143	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	COLORART	30,000	10,1900	305,70	Sim ***
						Preço Médio -->		11,4300	342,90	
<u>Material: 01-25-0104 - TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR PRETA.</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	144	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	RADEX	30,000	8,2200	246,60	Sim ***
						Preço Médio -->		9,8033	294,10	
<u>Material: 01-25-0106 - PAPEL CARBONO AZUL OU PRETO A4 CX C/ 100 FLS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	146	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	CIS	20,000	12,9500	259,00	Sim ***
						Preço Médio -->		16,5250	330,50	
<u>Material: 01-25-0108 - AGENDA TELEFONICA INDICE A/Z, CAPA DURA, ESPIRAL TAM. AP 122</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	148	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	TILIBRA	100,000	6,0800	608,00	Sim ***
						Preço Médio -->		9,5267	952,67	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 28/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0109 - CANETA PONTA FINA P/ MARCAR CD/TUBO DE ENSAIO AZUL OU PRETO</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	149	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LYKE	100,000	0,9300	93,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0150	101,50	
<u>Material: 01-25-0110 - AGENDA ANUAL, TAM. 132 X 212 MM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	150	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	FRAMA	300,000	6,5000	1.950,00	Sim ***
						Preço Médio -->		8,6633	2.598,99	
<u>Material: 01-25-0111 - PAPEL CONTINUO CARBONADO C/ 03 VIAS CAIXA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	151	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ALOFORM	20,000	70,3500	1.407,00	Sim ***
						Preço Médio -->		74,6750	1.493,50	
<u>Material: 01-25-0112 - PILHA ALCALINA GRANDE</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	152	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ELGIN	500,000	4,1900	2.095,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,1900	2.095,00	
<u>Material: 01-25-0113 - PILHA ALCALINA MÉDIA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	153	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	BIC	500,000	2,4700	1.235,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,7833	1.391,65	
<u>Material: 01-25-0114 - PILHA ALCALINA PEQUENA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	154	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ELGIN	1.000,000	0,9900	990,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,1725	1.172,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 29/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0115 - BATERIA DE LÍTIO 3V CR 2032										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	157	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ELGIN	100,000	1,0700	107,00	Sim ***
							Preço Médio -->	3,0733	307,33	
Material: 01-25-0117 - AGENDA P/ CARTÃO DE VISITAS C/ 120 LUGARES.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	159	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	ACP	50,000	4,8000	240,00	Sim ***
							Preço Médio -->	7,3500	367,50	
Material: 01-25-0118 - ALBUM DE FOTOGRAFIAS ESPIRAL P/ 40 FOTOS 10 X 15.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	160	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	FOTOSUL	50,000	21,0000	1.050,00	Sim ***
							Preço Médio -->	21,0000	1.050,00	
Material: 01-25-0120 - BLOCO RASCUNHO PAPEL JORNAL A4 C/ 100 FLS.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	176	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	S.R.	100,000	3,0000	300,00	Sim ***
							Preço Médio -->	3,3167	331,67	
Material: 01-25-0121 - BLOCO FOLHA FLIP-CHART 64X88 CM C/ 50 FLS.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	177	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	CREPPIL	50,000	15,1200	756,00	Sim ***
							Preço Médio -->	19,1550	957,75	
Material: 01-25-0125 - LÁPISEIRA 0.5										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	201	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	JOCAR	50,000	0,6800	34,00	Sim ***
							Preço Médio -->	0,9933	49,67	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 30/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0127 - REFIL P/ LAPISEIRA 0.7 C/ 12 UNID.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	205	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	CONCEPT	150,000	0,3500	52,50	Sim ***
						Preço Médio -->		1,4333	215,00	
Material: 01-25-0142 - CANETA ESFEROGRAFICA AZUL PONTA MÉDIA										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	22	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ITA	500,000	0,2900	145,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3325	166,25	
Material: 01-25-0143 - CANETA ESFEROGRAFICA PRETA PONTA MÉDIA										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	23	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ITA	150,000	0,2900	43,50	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3325	49,88	
Material: 01-25-0144 - CANETA ESFEROGRAFICA NA COR VERMELHA PONTA MÉDIA										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	24	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ITA	200,000	0,2900	58,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3325	66,50	
Material: 01-25-0145 - CARTOLINA BRANCA 66 X 50 CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	36	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ALOFORM	200,000	0,2300	46,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2700	54,00	
Material: 01-25-0146 - CLIPES Nº 4.0 CAIXA COM 100 UNIDADE										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	47	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	NEW	150,000	0,7400	111,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,9150	137,25	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 31/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0147 - CLIPS BINDER 15MM, CAIXA COM 12										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	50	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	CIS	50,000	1,5200	76,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,7333	86,67	
Material: 01-25-0148 - CLIPS BINDER 25 MM, CAIXA COM 12										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	51	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	CIS	50,000	1,8300	91,50	Sim ***
						Preço Médio -->		2,7533	137,67	
Material: 01-25-0149 - CLIPS BINDER 41 MM, CAIXA COM 12										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	52	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	CIS	50,000	6,2000	310,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,7467	337,34	
Material: 01-25-0150 - CLIPS BINDER 51 MM, COM 12										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	53	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	CIS	50,000	9,0800	454,00	Sim ***
						Preço Médio -->		9,7800	489,00	
Material: 01-25-0151 - COLA EM BASTÃO MINIMO 08 GRAMAS										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	55	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LEONORA	150,000	0,3400	51,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3500	52,50	
Material: 01-25-0152 - ESTILETE EM PLASTICO, LAMINA DE AÇO COM LARGURA DE 9.00 MM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	64	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MASTER	100,000	0,3400	34,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,3750	37,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 32/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0153 - ESTILETE EM PLASTICO LAMINA DE AÇO COM LARGURA 18MM, MEDINDO</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	65	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	MASTER	40,000	0,5100	20,40	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6050	24,20	
<u>Material: 01-25-0154 - GRAMPEADOR COM ESTRUTURA METALICA E BASE PLASTICA, BASE MIN</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	75	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	JOCAR	50,000	5,8000	290,00	Sim ***
						Preço Médio -->		7,8650	393,25	
<u>Material: 01-25-0155 - GRAMPO TRILHO METAL , CAIXA COM 50 UND</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	80	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	BRK	100,000	3,2800	328,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,8725	387,25	
<u>Material: 01-25-0156 - GRAMPO TRILHO PLASTICO, CAIXA C 50 UND</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	81	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	JOCAR	50,000	3,5000	175,00	Sim ***
						Preço Médio -->		4,1825	209,13	
<u>Material: 01-25-0157 - PASTA CATÁLOGO, TAM. AP DE 243 X 333 MM, C/ MÍN.20 ENVELOPE</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	116	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	DAC	20,000	4,3900	87,80	Sim ***
						Preço Médio -->		4,6433	92,87	
<u>Material: 01-25-0158 - RÉGUA EM POLIESTER CRISTAL TRANSPARENTE COM 30 CM . ESCALA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	134	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	WALLEU	100,000	0,6300	63,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6600	66,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 33/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0159 - SUPORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE DE MESA, COM CORTADOR META</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	158	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	WALLEU	30,000	7,3000	219,00	Sim ***
						Preço Médio -->		9,0100	270,30	
<u>Material: 01-25-0160 - GRAMPEADOR DE PRESSÃO P/ MADEIRA CAP. DO CARREGADOR DE NO MI</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	196	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	CIS	15,000	35,0000	525,00	Sim ***
						Preço Médio -->		35,5333	533,00	
<u>Material: 01-25-0161 - TESOURA DE PICOTE GRANDE, MIN. 15 CM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	206	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	GOLLER	50,000	2,0800	104,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,9933	199,67	
<u>Material: 01-25-0162 - TINTA ACRIPUFF 35ML, VARIAS CORES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	207	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ACRILEX	200,000	1,7600	352,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,8967	379,34	
<u>Material: 01-25-0164 - COLCHETE Nº 10, CAIXA COM NO MIN. 72 UNID</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	216	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	GASFER	30,000	2,4700	74,10	Sim ***
						Preço Médio -->		3,1667	95,00	
<u>Material: 01-25-0165 - PASTA SANFONADA A4, COM 12 DIVISORIAS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	217	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	P.K.	20,000	6,8900	137,80	Sim ***
						Preço Médio -->		8,5000	170,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 34/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0166 - PASTA SANFONA A4, COM 31 DIVISORIAS										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	218	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	P.K.	20,000	15,1200	302,40	Sim ***
						Preço Médio -->		17,7350	354,70	
Material: 01-25-0173 - EMBORRACHADO E.V.A COM BOLINHAS, COM 2MM, 40 CMX60CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	226	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LEOLEO	250,000	2,3200	580,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,5533	638,33	
Material: 01-25-0174 - EMBORRACHADO E.V.A COM GLITTER, COM 2MM, 40 CM X 60 CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	227	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LEOLEO	250,000	2,7300	682,50	Sim ***
						Preço Médio -->		2,8733	718,33	
Material: 01-25-0175 - EMBORRACHADO E.V.A FELPUDO COM 2MM, 40CM X 60 CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	228	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	EVETEX	250,000	2,7500	687,50	Sim ***
						Preço Médio -->		2,8133	703,33	
Material: 01-25-0176 - EMBORRACHADO E.V.A LISTRADO COM 2MM, 40CMX 60 CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	229	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LEOLEO	250,000	2,3200	580,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,6400	660,00	
Material: 01-25-0177 - EMBORRACHADO E.V.A XADREZ 2MM, 40CM X 60 CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	230	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	EVETEX	250,000	2,3500	587,50	Sim ***
						Preço Médio -->		2,8075	701,88	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 35/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 01-25-0178 - EMBORRACHADO E.V.A PUDIM 2MM, 40 CM X 60 CM										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	231	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LEOLEO	250,000	2,9900	747,50	Sim ***
						Preço Médio -->		2,9900	747,50	
Material: 01-25-0179 - LAPIS DE COR SEXTAVADO,TAMANHO GRANDE C/ 24 CORES C/ CERTIFI										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	232	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LABRA	10,000	5,4700	54,70	Sim ***
						Preço Médio -->		6,1867	61,87	
Material: 01-25-0180 - LAPIS DE COR SEXTAVADO AQUARELO, TAMANHO GRANDE, C/ 24 CORES										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	233	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	FABER	10,000	32,0000	320,00	Sim ***
						Preço Médio -->		33,1333	331,33	
Material: 01-25-0181 - PASTA PLASTICA PARA ARQUIVO MORTO										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	234	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ALPLAST	300,000	1,8900	567,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,5550	766,50	
Material: 01-25-0182 - PASTA C/ ABA ELASTICO, PLASTICA, TAMANHO A4										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	235	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ALAPLAST	100,000	0,8000	80,00	Sim ***
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	117	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ICL	150,000	0,6800	102,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,8450	126,75	
Material: 01-25-0183 - PASTA C/ GRAMPO TRILHO, PLASTICA, TAMANHO A4										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	236	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ALAPLAST	200,000	0,7700	154,00	Sim ***
						Preço Médio -->		1,0525	210,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 36/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 01-25-0184 - CAPA DE POLIPROPILENO PARA ENCADERNAÇÃO , TAMANHO A4</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	238	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	IBA	100,000	0,2500	25,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,2767	27,67	
<u>Material: 01-25-0185 - IMÃ MAGNETICO, BOTÃO PARA QUADRO BRANCO COM CAPA</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	239	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	GOLLER	10,000	3,2100	32,10	Sim ***
						Preço Médio -->		3,5550	35,55	
<u>Material: 01-25-0186 - SUPORTE PARA DUREX PEQUENO</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	240	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	WALLEU	5,000	4,0200	20,10	Sim ***
						Preço Médio -->		5,1400	25,70	
<u>Material: 01-25-0187 - ESPIRAL 07MM C/ 48 UNIDADES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	241	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	IBA	10,000	2,0000	20,00	Sim ***
						Preço Médio -->		5,9667	59,67	
<u>Material: 01-25-0188 - ESPIRAL 33MM C/ 27 UNIDADES</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	242	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	IBA	40,000	9,6200	384,80	Sim ***
						Preço Médio -->		11,0033	440,13	
<u>Material: 01-25-0189 - BOLAS DE ISOPOR 150MM</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	243	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ISOLAM	50,000	1,9800	99,00	Sim ***
						Preço Médio -->		3,9900	199,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 37/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 01-25-0190 - ESTOJO DE CANETA EM GEL COLORIDA, COM 6 CORES.										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	244	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	YINS	10,000	4,3500	43,50	Sim ***
						Preço Médio -->		4,4250	44,25	
Material: 01-25-0191 - PINCEL PARA PINTURA Nº16										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	130	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	LEONORA	20,000	0,7700	15,40	Sim ***
						Preço Médio -->		1,2750	25,50	
Material: 01-25-0192 - PASTA C/ GRAMPO TRILHO, EM PAPELÃO, TAMANHO A4										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	118	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	FRAMA	200,000	0,5500	110,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,6350	127,00	
Material: 01-26-0145 - COLA PARA ISOPOR, DE 40 G										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	56	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	KOALA	120,000	0,6000	72,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,7567	90,80	
Material: 01-26-0277 - COLA PARA LANTEJOLA 90G										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	188	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	ACRILEX	100,000	1,2500	125,00	Sim ***
						Preço Médio -->		2,2400	224,00	
Material: 01-26-0278 - FITA EM TECIDO MOTIVOS DIVERSOS 10M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	194	JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO ME (12704)	MARKACOM	100,000	6,2500	625,00	Sim ***
						Preço Médio -->		6,2500	625,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 38/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Material: 03-01-0291 - ALMOFADA P/ CARIMBO Nº3										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	3	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	RADEX	30,000	1,4300	42,90	Sim ***
						Preço Médio -->		1,5650	46,95	
Material: 03-01-1132 - APONTADOR										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	5	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	LYKE	40,000	0,0800	3,20	Sim ***
						Preço Médio -->		0,1133	4,53	
Material: 03-01-1560 - ALFINETE										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	1	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	BACHI	25,000	2,4700	61,75	Sim ***
						Preço Médio -->		2,8450	71,13	
Material: 03-01-3279 - LAPISEIRA GRAFITE 0,7										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	87	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	TRIS	50,000	0,6800	34,00	Sim ***
						Preço Médio -->		0,9150	45,75	
Material: 03-01-4732 - FITA PARA IMPRESSORA OLIVETTI DM 209L										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	214	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	MASTERPRINT	10,000	4,3600	43,60	Sim ***
						Preço Médio -->		4,8333	48,33	
Material: 03-01-5653 - MASSA ASFÁLTICA CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE										
40/2012		19/12/2012	19/12/2013	2	COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA (12688)		500,000	150,0000	75.000,00	Sim ***
						Preço Médio -->		150,0000	75.000,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 39/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
Material: 03-01-6237 - BATERIA 100 AMPERES										
38/2012		29/11/2012	29/11/2013	4	ROSICLÉIA MADZGALLA DE OLIVEIRA ME (15722)	HERBO	25,000	305,0000	7.625,00	Sim ***
Preço Médio -->								305,0000	7.625,00	
Material: 03-01-6280 - MASSA ASFÁLTICA CBUQ, FAIXA C, COM APLICAÇÃO PARA										
40/2012		19/12/2012	19/12/2013	1	COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (12688)		6.000,000	192,0000	1.152.000,00	Sim ***
Preço Médio -->								192,0000	1.152.000,00	
Material: 03-01-6285 - APAGADOR PARA QUADRO BRANCO										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	4	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	CARBRINK	30,000	2,1700	65,10	Sim ***
Preço Médio -->								2,7200	81,60	
Material: 03-01-7555 - CANETA MARCA TEXTO										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	30	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	JOCAR	500,000	0,4600	230,00	Sim ***
Preço Médio -->								0,4967	248,35	
Material: 03-01-7937 - BATERIA 45 AMPERES										
38/2012		29/11/2012	29/11/2013	1	ROSICLÉIA MADZGALLA DE OLIVEIRA ME (15722)	HERBO	20,000	125,0000	2.500,00	Sim ***
Preço Médio -->								125,0000	2.500,00	
Material: 03-01-8456 - CD RW TUDO C/ 100 UNIDADES 700MB 80M										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	39	K&K PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (12283)	ELGIM	1.000,000	1,1400	1.140,00	Sim ***
Preço Médio -->								1,3300	1.330,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 40/40

Relação dos Registros de Preços (Geral)

(Período de 01/11/2012 a 31/12/2012)

Número Registro	Nr. ATA	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprova
<u>Material: 03-01-9439 - PASTA PLÁSTICA OFÍCIO EM L</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	237	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	JOCAR	50,000	0,4300	21,50	Sim ***
						Preço Médio -->		0,4900	24,50	
<u>Material: 03-01-9775 - BATERIA ALCALINA 09 VOLTS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	156	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (12653)	ELGIN	20,000	4,6300	92,60	Sim ***
						Preço Médio -->		6,2600	125,20	
<u>Material: 03-01-9776 - BLOCO DE FOLHA FLIP-CHAT SERILHADO 63 X 51 CM C/ 50 FLS</u>										
39/2012		13/12/2012	13/12/2013	175	MÁXIMA PAPELARIA LTDA (11585)	SAMPA	50,000	15,6000	780,00	Sim ***
						Preço Médio -->		21,3667	1.068,34	

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 67/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 67/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 63/2013

PREGÃO ELETRONICO N.º PMC 05/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 67/2013. Data de assinatura: 04/06/2013. Contratada: SUPER AUTO MOTOR LTDA, CNPJ: 72.297.468/0004-43. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS NOVOS COM 07 LUGARES. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 101.650,00 (cento e um mil seiscentos e cinquenta reais). Prazo: 04/06/2013 à 04/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 68/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 68/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 63/2013

PREGÃO ELETRONICO N.º PMC 05/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 68/2013. Data de assinatura: 03/06/2013. Contratada: MALLON & CIA LTDA, CNPJ: 83.189.605/0001-08. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO, CARROCERIA ABERTA COM 02 (DOIS) LUGARES. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 28.891,00 (vinte e oito mil oitocentos e noventa e um reais). Prazo: 04/06/2013 à 04/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 69/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 69/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 19/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 69/2013. Data de assinatura: 07/06/2013. Contratada: JOSÉ CARLOS SELVINO DA COSTA - ME, CNPJ: 02.420.563/0001-64. Objeto Contratado: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 5.252,80 (cinco mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos). Vigência: 07/06/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 70/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 70/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 58/2013

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 10/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 70/2013. Data de assinatura: 12/06/2013. Contratada: SICAL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Objeto Contratado: REFORMA DA ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 76.962,89 (setenta e seis mil novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Prazo: 12/06/2013 à 12/07/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Edital de Concorrência Pública Nº 09/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 79/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 09/2013

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/07/2013, às 14h15min, a abertura das propostas para Registro de Preços para a aquisição parcelada de materiais para confecção de artesanato, destinados às Secretarias, Fundos e Fundações Municipais, pelo período de 12 meses. Informações (47) 3621-7705. Protocolo dos envelopes até às 14h00min do dia 30/07/2013. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 48/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 84/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 48/2013

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/07/2013, às 10h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ARLA 32 DESTINADO AOS CAMINHÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Entrega dos envelopes até às 10h00min do dia 09/07/2013. Informações 3621 7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Resoluções 011 e 012/2013 - Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 11/2013

Dispõe sobre aprovação da proposta de Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o Município de Capinzal/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 20 de junho de 2013, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995, e

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Considerando a Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução do CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o Município de Capinzal/SC.

Art. 2º O Reordenamento do SCFV visa unificar a lógica do cofinanciamento federal e o estabelecimento de metas de atendimento do público prioritário (em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção de Estatuto de Crianças e Adolescentes; crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência), respeitando-se as características de cada faixa etária, qualificar e equalizar a oferta do serviço de proteção social básica para crianças, adolescentes e idosos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 20 de junho de 2013.

DANIELA BORTOLI

Presidente

ROSELAINE BEVILAQUA

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 12/2013

Dispõe sobre aprovação do Plano de Ação 2013 para cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 20 de junho de 2013, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995, e

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Considerando que uma das atribuições do CMAS é acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social, bem como zelar pela implementação e efetivação do SUAS e acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos;

Resolve:

Art. 1º Aprovação do Plano de Ação 2013 para cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º O Plano de Ação é um instrumento de planejamento utilizado para ordenar e garantir o lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou a continuidade da transferência regular automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 20 de junho de 2013.

DANIELA BORTOLI

Presidente

ROSELAINE BEVILAQUA

Secretária

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.910 de 17 de Junho de 2013

DECRETO Nº 1.910 de 17 de junho de 2013

"NOMEIA OS MEMBROS PARA O COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.360 de 9 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, na forma prescrita no art. 5º da Lei 2.360/2012, conforme segue:

I - REPRESENTANTES ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: DOUGLAS ANTONIOLLI MICHOT

Suplente: CAROLINE JOANA LESNIESKI JOHANN

b) Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto:

Titular: MARGARETE PETTER DUTRA

Suplente: ANA PAULA FERNANDES

c) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: SILVANA APARECIDA RIBEIRO

Suplente: ROSA APARECIDA FABRIS

d) Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular: JULIANO DE DEUS E SILVA

Suplente: DÉBORA ANDRADE

e) Diretoria de Assistência Social:
Titular: DIEGO GREZELLE
Suplente: JANETE COUTO DE OLIVEIRA

f) Diretoria de Habitação:
Titular: SANDRA MARIA DILDA BUCCO
Suplente: TISSYANA BEGNINI

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Representante dos Usuários:
Titular: ANTONIO MOREIRA PINTO
Suplente: SUZANA SACCHET
Titular: ILSE ROCHA
Suplente: IVONETE TORCATTO
b) Representante de Entidades e Organizações de Assistência Social:
Titular: JULIANA MOREZ MENEGAT
Suplente: MARILETE CHILANTTI
Titular: JULIANA HESS
Suplente: LIGIA REGINA PARIZOTTO

c) Representante de Entidades de Trabalhadores do Setor:
Titular: LEANDRO GUERRA
Suplente: RONAN CORATO
Titular: IOLANDA PAZZA
Suplente: NADIESCA AZEREDO

Art. 2º Os Conselheiros ora nomeados terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, na forma prescrita no art. 13 da Lei Municipal 2.360.

Art. 3º Pela participação no Conselho, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 1.836 de 27 de julho de 2012.

Catanduvas(SC), 17 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

Segundo Adendo ao Edital: Processo Licitatório Nº 0051/2013 - Tomada de Preço Nº 0007/2013

SEGUNDO ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2013
TOMADA DE PREÇO Nº 0007/2013

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEIe

CONSIDERANDO as diversas interpretações geradas pelos proponentes devido ao documento exigido para participação deste Processo;

CONSIDERANDO a necessidade de dar entendimento claro à questão;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar concorrência desleal entre as empresas;

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a data da Sessão

Pública desta Licitação em virtude das alterações realizadas e dúvidas levantadas com grande proximidade à data anteriormente agendada;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do Edital de Processo Licitatório nº 0051/2013, Tomada de Preço nº 0007/2013, conforme segue:

a) Fica acrescido à alínea "g" do item 6.3.4 do Edital a seguinte redação:

Onde se lê:

g) O proponente interessado no fornecimento dos produtos de origem mineral (paralelepípedos, pó de pedra, pedrisco e pedra britada) deverá apresentar autorização para sua exploração, emitida pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

Lê-se:

g) O proponente interessado no fornecimento dos produtos de origem mineral (paralelepípedos, pó de pedra, pedrisco e pedra britada) deverá apresentar autorização para sua exploração, emitida pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

g.1) O documento exigido nesta alínea poderá ser exclusivo do proponente, bem como de seu fornecedor imediato, ambos cientes da responsabilidade objetiva estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

b) Ficam alteradas as datas e prazos previstos no preâmbulo do edital, da forma como segue:

Onde se lê:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: até as 09h00min do dia 25 de junho de 2013;

- Limite para impugnação ao edital: até as 17h30min do dia 21 de junho de 2013;

- Início da Sessão pública de Tomada de Preço: as 09h15min do dia 25 de junho de 2013.

Lê-se:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: até as 09h00min do dia 9 de julho de 2013;

- Limite para impugnação ao edital: até as 17h30min do dia 5 de julho de 2013;

- Início da Sessão pública de Tomada de Preço: as 09h15min do dia 9 de julho de 2013.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 24 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº 0062/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0062/2013
Processo Licitatório nº 0050/2013
Pregão nº 0033/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de gêneros alimentícios para o Hospital Municipal e ESFs, visando o desenvolvimento de suas atividades e das obrigações do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: CAPINZAL CENTER LTDA

Valor do Contrato: R\$ 12.913,93 (doze mil novecentos e treze reais e noventa e três centavos).

Prazo de vigência: de 24 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 24 de junho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

P o R T a R I a Nº 225/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 225/2013

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do servidor Público MÁRCIO MACIEL, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Saúde, matriculado sob o nº 2508/02, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 13.06.13 a 27.06.13, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 13.06.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de junho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

P o R T a R I a Nº 221/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 221/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC e conforme dispõe o art. 17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, combinados com os arts 16 e 17 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 ,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a funcionária LUCELIA KEMPNER INACIO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Educação, cultura e Esportes a partir deste mês.

Art. 2º O vencimento básico será correspondente ao nível V, código 3.3.02, da tabela de vencimentos, anexo IV, da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, que dispõe sobre Cargos, Vencimentos e Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 21 de junho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

P o R T a R I a Nº 223/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 223/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.5º, inciso II, da Lei Complementar nº 026 de 04.05.2006,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2012/2013, a CARLOS ARTHUR COELHO SCUR, matriculado sob o nº 2544/02, ocupante do cargo efetivo de Medico do PSF, vinculado ao Programa de Saúde da Família - PSF, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 24.06.2013 à 13.07.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 24 de junho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 7/2013 - Fmec

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2013 - FMEC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem, preenchimento de súmulas e julgamentos para os jogos do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Sete - Edição 2013, jogos da XIX Olimpíada Interbairros e Futsal Sênior - Edição 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/07/2013.

Abertura: dia 08/07/2013, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 24 de junho de 2013.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Diretor Superintendente da FMEC

Balancete Financeiro - Concórdia - Maio 2013

- Balancete Financeiro Fundação Mun de Cultura
- Balancete Financeiro Fundação Mun de Defesa do Meio Ambiente
- Balancete Financeiro Fundação Mun de Esportes
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Assistência ao Servidor
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Assistência Social
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Desenv Agropecuario
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Habitação de Interesse Social
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Infância e Adolescência
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Saúde
- Balancete Financeiro Prefeitura

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	948,17	ORÇAMENTÁRIA	95.941,88
Receitas Orçamentárias	948,17	Despesas Correntes	89.869,43
Receitas Correntes	948,17	Pessoal e Encargos Sociais	47.481,06
Receita Patrimonial	777,14	Outras Despesas Correntes	42.388,37
Receita de Serviços	30,60	Despesas IntraOrçamentárias	6.072,45
Outras Receitas Correntes	140,43	Despesas Intraorçamentárias Correntes	6.072,45
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	250.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	250.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	107.683,15	EXTRAORÇAMENTÁRIA	107.683,15
Depósitos	11.741,25	Depósitos	11.741,25
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.741,25	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.741,25
Obrigações em Circulação	95.941,90	Obrigações em Circulação	95.941,90
Obrigações a Pagar	89.572,03	Obrigações a Pagar	95.941,90
Fornecedores	41.737,41	Fornecedores	41.737,41
Pessoal a Pagar	47.834,62	Pessoal a Pagar	47.834,62
Encargos Sociais a Recolher	5.932,34	Encargos Sociais a Recolher	5.932,34
Obrigações Tributárias	437,53	Obrigações Tributárias	437,53
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	256.305,45	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	411.311,74
Bancos Conta Movimento	256.305,45	Bancos Conta Movimento	6.311,74
		Aplicação Financeira de Recursos Próprios	405.000,00
TOTAL	614.936,77	TOTAL	614.936,77
Notas:			

SANDRA MARA ROMAN
Ordenador de despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	811,22	ORÇAMENTÁRIA	63.912,95
Receitas Orçamentárias	811,22	Despesas Correntes	61.159,12
Receitas Correntes	811,22	Pessoal e Encargos Sociais	22.632,48
Receita Patrimonial	811,22	Outras Despesas Correntes	38.526,64
		Despesas de Capital	1.211,58
		Investimentos	1.211,58
		Despesas IntraOrçamentárias	1.542,25
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.542,25
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	80.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	80.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	70.654,28	EXTRAORÇAMENTÁRIA	71.516,84
Depósitos	6.741,32	Depósitos	6.741,32
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6.741,32	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6.741,32
Obrigações em Circulação	63.912,96	Obrigações em Circulação	64.775,52
Obrigações a Pagar	60.940,04	Obrigações a Pagar	64.775,52
Fornecedores	39.192,47	Fornecedores	40.055,03
Pessoal a Pagar	21.747,57	Pessoal a Pagar	21.747,57
Encargos Sociais a Recolher	2.777,42	Encargos Sociais a Recolher	2.777,42
Obrigações Tributárias	195,50	Obrigações Tributárias	195,50
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	289.526,20	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	305.561,91
Bancos Conta Movimento	2,76	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	305.561,91
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	289.523,44		
TOTAL	440.991,70	TOTAL	440.991,70

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

EDSON LUIS GONCALVES
Ordenador de Despesa

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	6.915,82	ORÇAMENTÁRIA	338.402,35
Receitas Orçamentárias	6.915,82	Despesas Correntes	321.850,84
Receitas Correntes	6.915,82	Pessoal e Encargos Sociais	68.679,20
Receita Patrimonial	1.190,42	Outras Despesas Correntes	253.171,64
Receita de Serviços	5.725,40	Despesas de Capital	9.450,00
		Investimentos	9.450,00
		Despesas IntraOrçamentárias	7.101,51
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	7.101,51
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	320.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	320.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	353.818,82	EXTRAORÇAMENTÁRIA	359.514,07
Depósitos	14.912,41	Depósitos	14.906,32
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	14.912,41	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	14.906,32
Obrigações em Circulação	338.906,41	Obrigações em Circulação	344.607,75
Obrigações a Pagar	220.454,28	Obrigações a Pagar	344.607,75
Fornecedores	146.406,54	Fornecedores	152.107,88
Pessoal a Pagar	74.047,74	Pessoal a Pagar	74.047,74
Encargos Sociais a Recolher	6.367,56	Encargos Sociais a Recolher	6.367,56
Obrigações Tributárias	644,57	Obrigações Tributárias	644,57
Débitos Diversos a Pagar	111.440,00	Débitos Diversos a Pagar	111.440,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	512.426,52	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	495.244,74
Bancos Conta Movimento	512.426,52	Bancos Conta Movimento	495.244,74
TOTAL	1.193.161,16	TOTAL	1.193.161,16

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDO DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR - FUMAS**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	341.772,80	ORÇAMENTÁRIA	430.344,73
Receitas Orçamentárias	341.772,80	Despesas Correntes	430.344,73
Receitas Correntes	205.888,60	Outras Despesas Correntes	430.344,73
Receita de Contribuições	160.886,69		
Receita Patrimonial	2.378,87		
Receita de Serviços	224,11		
Outras Receitas Correntes	42.398,93		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	135.884,20		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	433.394,95	EXTRAORÇAMENTÁRIA	433.394,95
Depósitos	3.050,22	Depósitos	3.050,22
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	3.050,22	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	3.050,22
Obrigações em Circulação	430.344,73	Obrigações em Circulação	430.344,73
Obrigações a Pagar	430.344,73	Obrigações a Pagar	430.344,73
Fornecedores	430.344,73	Fornecedores	430.344,73
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	539.589,43	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	451.017,50
Bancos Conta Movimento	295.089,43	Bancos Conta Movimento	329.517,50
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	244.500,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	121.500,00
TOTAL	1.314.757,18	TOTAL	1.314.757,18

Notas:

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Ordenadora de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	52.770,45	ORÇAMENTÁRIA	99.591,75
Receitas Orçamentárias	52.770,45	Despesas Correntes	98.306,96
Receitas Correntes	52.770,45	Pessoal e Encargos Sociais	10.129,71
Receita Patrimonial	690,08	Outras Despesas Correntes	88.177,25
Transferencias Correntes	52.080,37	Despesas IntraOrçamentárias	1.284,79
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.284,79
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	102.635,29	EXTRAORÇAMENTÁRIA	100.398,79
Depósitos	3.043,54	Depósitos	3.043,54
Consignações	967,50	Consignações	967,50
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.076,04	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.076,04
Obrigações em Circulação	99.591,75	Obrigações em Circulação	97.355,25
Obrigações a Pagar	98.306,96	Obrigações a Pagar	97.355,25
Fornecedores	88.177,25	Fornecedores	85.940,75
Pessoal a Pagar	10.129,71	Pessoal a Pagar	10.129,71
Encargos Sociais a Recolher	1.284,79	Encargos Sociais a Recolher	1.284,79
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	284.966,56	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	310.381,76
Bancos Conta Movimento	130.511,33	Bancos Conta Movimento	147.938,67
Bancos Conta Vinculada	154.455,23	Bancos Conta Vinculada	162.443,09
TOTAL	510.372,30	TOTAL	510.372,30

Notas:

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

FUMDEAGRO - FUNDO MUNIC. DE DESENV.AGROPECUARIO**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	6.334,81	ORÇAMENTÁRIA	3.429,01
Receitas Orçamentárias	6.334,81	Despesas Correntes	3.429,01
Receitas Correntes	6.334,81	Outras Despesas Correntes	3.429,01
Receita Patrimonial	260,92		
Receita Agropecuária	1.727,00		
Receita de Serviços	3.348,38		
Outras Receitas Correntes	998,51		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.435,30	EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.435,30
Depósitos	6,29	Depósitos	6,29
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29
Obrigações em Circulação	3.429,01	Obrigações em Circulação	3.429,01
Obrigações a Pagar	3.429,01	Obrigações a Pagar	3.429,01
Fornecedores	3.429,01	Fornecedores	3.429,01
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	112.066,06	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	114.971,86
Bancos Conta Movimento	112.066,06	Bancos Conta Movimento	114.971,86
TOTAL	121.836,17	TOTAL	121.836,17

Notas:

RUIMAR SCORTEGAGNA
Ordenador da Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

FUNDO MUN. DE HABITACAO DE INTER.SOCIAL DE CDIA.**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	379,16	ORÇAMENTÁRIA	38.447,66
Receitas Orçamentárias	379,16	Despesas Correntes	1.147,66
Receitas Correntes	379,16	Outras Despesas Correntes	1.147,66
Receita Patrimonial	379,16	Despesas de Capital	37.300,00
		Investimentos	37.300,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	4.323,17		
Transferências Financeiras Recebidas	4.323,17		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	38.453,95	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.153,95
Depósitos	6,29	Depósitos	6,29
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29
Obrigações em Circulação	38.447,66	Obrigações em Circulação	1.147,66
Obrigações a Pagar	38.447,66	Obrigações a Pagar	1.147,66
Fornecedores	38.447,66	Fornecedores	1.147,66
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	115.594,04	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	119.148,71
Bancos Conta Movimento	115.594,04	Bancos Conta Movimento	119.148,71
TOTAL	158.750,32	TOTAL	158.750,32

Notas:

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	62.685,82	ORÇAMENTÁRIA	240,00
Receitas Orçamentárias	62.685,82	Despesas Correntes	240,00
Receitas Correntes	62.685,82	Outras Despesas Correntes	240,00
Receita Patrimonial	363,63		
Outras Receitas Correntes	62.322,19		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	17.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	17.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	240,00	EXTRAORÇAMENTÁRIA	240,00
Obrigações em Circulação	240,00	Obrigações em Circulação	240,00
Obrigações a Pagar	240,00	Obrigações a Pagar	240,00
Fornecedores	240,00	Fornecedores	240,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	89.260,08	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	168.705,90
Bancos Conta Movimento	89.260,08	Bancos Conta Movimento	168.705,90
TOTAL	169.185,90	TOTAL	169.185,90

Notas:

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	1.762.281,51	ORÇAMENTÁRIA	3.421.257,65
Receitas Orçamentárias	1.762.281,51	Despesas Correntes	3.172.801,12
Receitas Correntes	1.762.281,51	Pessoal e Encargos Sociais	1.140.011,24
Receita Tributária	24.922,30	Outras Despesas Correntes	2.032.789,88
Receita Patrimonial	11.861,32	Despesas de Capital	113.067,89
Transferências Correntes	1.720.959,33	Investimentos	113.067,89
Outras Receitas Correntes	4.538,56	Despesas IntraOrçamentárias	135.388,64
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	135.388,64
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.445.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	1.445.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.668.097,60	EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.668.573,48
Realizável	5.527,60	Realizável	5.527,60
Créditos em Circulação	5.527,60	Créditos em Circulação	5.527,60
Depósitos	240.602,10	Depósitos	240.602,10
Consignações	66.747,70	Consignações	66.747,70
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	173.854,40	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	173.854,40
Obrigações em Circulação	3.421.967,90	Obrigações em Circulação	3.422.443,78
Obrigações a Pagar	3.244.776,13	Obrigações a Pagar	3.422.443,78
Fornecedores	2.125.656,83	Fornecedores	2.125.819,25
Pessoal a Pagar	1.119.119,30	Pessoal a Pagar	1.119.119,30
Encargos Sociais a Recolher	176.878,31	Encargos Sociais a Recolher	176.878,31
Recursos Especiais a Liberar	313,46	Recursos Especiais a Liberar	626,92
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.933.863,53	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.719.411,51
Bancos Conta Movimento	3.911.191,77	Bancos Conta Movimento	3.637.478,24
Bancos Conta Vinculada	22.671,76	Bancos Conta Vinculada	81.933,27
TOTAL	10.809.242,64	TOTAL	10.809.242,64

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Balanco Financeiro
 Período de Referência: Maio / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	10.611.733,40	ORÇAMENTÁRIA	7.316.743,70
Receitas Orçamentárias	10.611.733,40	Despesas Correntes	6.231.177,02
Receitas Correntes	10.608.706,54	Pessoal e Encargos Sociais	3.387.606,93
Receita Tributária	1.933.701,56	Juros e Encargos da Dívida	6.575,75
Receita de Contribuições	188.577,87	Outras Despesas Correntes	2.836.994,34
Receita Patrimonial	66.759,14	Despesas de Capital	497.044,65
Receita de Serviços	96.922,91	Investimentos	497.044,65
Transferencias Correntes	9.034.220,72	Despesas IntraOrçamentárias	588.522,03
Outras Receitas Correntes	503.951,63	Despesas Intraorçamentárias Correntes	588.522,03
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.215.427,29		
Receitas de Capital	3.026,86		
Alienação de Bens	3.026,86		
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.433.523,17
		Transferencias Financeiras Concedidas	2.433.523,17
EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.339.539,17	EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.303.544,89
Realizável	7.820,41	Realizável	7.820,41
Créditos em Circulação	7.820,41	Créditos em Circulação	7.820,41
Depósitos	963.444,11	Depósitos	963.444,11
Consignações	74.529,48	Consignações	74.529,48
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	888.914,63	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	888.914,63
Obrigações em Circulação	7.368.274,65	Obrigações em Circulação	7.332.280,37
Obrigações a Pagar	6.857.350,19	Obrigações a Pagar	7.332.280,37
Fornecedores	3.259.161,94	Fornecedores	3.219.206,16
Pessoal a Pagar	3.598.188,25	Pessoal a Pagar	3.598.188,25
Encargos Sociais a Recolher	381.089,17	Encargos Sociais a Recolher	381.089,17
Obrigações Tributárias	117.013,39	Obrigações Tributárias	117.013,39
Recursos Especiais a Liberar	961,50	Recursos Especiais a Liberar	4.923,00
Precatórios de Pessoal a Pagar	11.860,40	Precatórios de Pessoal a Pagar	11.860,40
Serviços da Dívida a Pagar	6.575,75	Serviços da Dívida a Pagar	6.575,75
Operações de Crédito em Liquidação	6.575,75	Operações de Crédito em Liquidação	6.575,75
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.321.368,95	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19.218.829,76
Caixa	3.847,82	Caixa	4.303,58
Bancos Conta Movimento	1.512.648,38	Bancos Conta Movimento	1.642.788,29
Bancos Conta Vinculada	125.608,71	Bancos Conta Vinculada	300.015,63
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	11.330.249,03	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	10.790.237,13
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	5.349.015,01	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	6.481.485,13
TOTAL	37.272.641,52	TOTAL	37.272.641,52

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato: Nº 15/2013**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 15/2013 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: IPM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, licenciamento de sistemas de Gestão Pública integrados.
VALOR TOTAL: R\$ 106.715,20 (cento e seis mil, setecentos e quinze reais e vinte centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903911

DATA ASSINATURA: 20.06.2013

DATA VENCIMENTO: 19.06.2017

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Decreto N. 465/2013**

DECRETO Nº 465/2013, DE 20 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família, à Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 466/2013

DECRETO Nº 466/2013, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. MARILENE SALETE VANAZZI, ocupante

do cargo de Gerente de Educação, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 467/2013

DECRETO Nº 467/2013, DE 21 DE JUNHO DE 2013

"INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CAI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70, em especial Lei Nº 1000/2012 e demais alterações e pertinências legais,

Considerando a necessidade de instituir e nomear a Comissão de Avaliação de Informações - CAI,

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação de Informações - CAI, destinada a prestar informações ao Cidadão, no Município de Cordilheira Alta, esclarecendo dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Art 2º - O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art 3º - A Comissão Municipal de Avaliação de Informações - CAI terá a seguinte composição:

I - Presidente - Sonia Cristina D.T. Briancini

II - Membros: Solange Maria Dervanoski Lanzarin
Andréia Regina Di Domenico

Art 4º - Os servidores públicos designados para representação na Comissão, exercerão suas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único - A representação referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 468/2013

DECRETO Nº 468/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar Nº. 93/2013.

DECRETA

Art. 1º Atribui Função de confiança, na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. ZENILDA MALACARNE STAKONSKI, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para responder cumulativamente com suas funções, pelo assessoramento na Unidade de Saúde de Fernando Machado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 469/2013

DECRETO Nº 469/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar Nº. 93/2013.

DECRETA

Art. 1º Atribui Função de confiança, na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. ANDRÉIA REGINA DI DOMÊNICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para responder cumulativamente com suas funções, pela coordenação do serviço de organização do Mural Público da Prefeitura Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 470/2013

DECRETO Nº 470/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"EXONERA E DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO PUBLICO DO SERVIDOR QUE MENCIONA, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Declarar, nos termos do Art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001, a Exoneração e a Vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de cargos de provimento efetivo da administração direta do Município de Cordilheira Alta, em virtude da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria voluntária, concedida ao Servidor Municipal, Sr. VALDIR ANTONIO PERIN, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a partir de 30 de junho de 2013.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Decreto N. 471/2013

DECRETO Nº471/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"EXONERA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DE SERVIDOR MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 30 de junho de 2013, o Sr. ENIO TECHIO, e declara vacância do cargo de Operador de Máquinas , do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração direta do Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignados no orçamento municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 472/2013

DECRETO Nº472/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o

disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Concede à Servidora Municipal, Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, 20 (vinte) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 23/01/2012 à 22/01/2013, que serão gozadas no período de 15/07/2013 à 03/08/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LICIANE M. PASA Ciente em: _____/_____/2013

Decreto N. 473/2013

DECRETO Nº473/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 35, parágrafo I da Lei Complementar Nº 18/2011, DECRETA:

Art. 1º Remove, de ofício, no interesse da Administração, a servidora Sra. SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, para a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato Aviso de Licitação- Pregão 26/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 71/2013

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 26/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustível.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 05/07/2013

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 05/07/2013

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 21 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contratos e Aditivos

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º Termo Aditivo nº 103/2013

Contratada: MECANICA BEIRA RIO LTDA - ME

Objeto: Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula terceira - Do Objeto, aditivando-se o valor de R\$ 8.500,00, sendo 125 horas, totalizando 25% do valor lícitado.

Valor: 8.500,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Termo Supressivo nº 14 /2013 ao Contrato nº 89/2013

Contratada: MEDICATO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.ME

Objeto: Cláusula Primeira - Da Alteração Contratual: a "Cláusula Terceira - Do Preço e Condições De Pagamento " passa vigorar com a seguinte redação: 3.1. a Contratante pagará a Contratada, pelo objeto o preço proposto de R\$ 5.160,89. O valor é o total referente a aquisição dos seguintes itens: 05,09,15,21,26,45.

Valor: 224,00

Vigência 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 104 /2013

Contratada: DEOCLÉCIO PALUDO & CIA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de Lixeiras Metálicas

Valor: 12.700,00

Vigência: 31/12/2013

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 105 /2013

Contratada: CESAR AUGUSTO BARELLA 683030339672

Objeto: Contratação de mão de obra especializada para execução de instalações e serviços elétricos

Valor: 12.200,00

Vigência: 31/12/2013

Coronel Martins

PREFEITURA

Aviso Público Nº002/2013

AVISO PÚBLICO Nº002/2013

ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - 40 HORAS

Considerando, o pedido de exoneração por parte de duas servidoras contratadas em caráter temporário para os cargos de agente comunitário de saúde e auxiliar de saúde bucal,

Considerando, que no processo seletivo para admissão de servidores anteriormente realizado pela Administração Municipal não há candidatos classificados para os cargos abrangidos pelo presente aviso público;

Considerando que o não preenchimento urgente de tais vagas acarretará no bloqueio do repasse de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde – SUS, oriundos do Fundo Nacional de Saúde – FNS;

Considerando, que a administração pública Municipal está realizando ampla reforma administrativa, com o intuito de realizar concurso público destes e outros cargos de provimento efetivo no menor espaço de tempo possível;

Considerando que a admissão temporária de servidores para os dois cargos através do presente aviso público preservará os princípios esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial da impessoalidade.

O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Coronel Martins/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Dirceu Favretto, no uso das suas atribuições, emite aviso público às pessoas que desejarem inscreverem-se para atuação perante a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, pelo período aproximado de 06 meses (ou até a homologação de concurso público), de acordo com os requisitos a seguir, atendendo ao que dispõe a Lei Complementar nº 008 de 11 de julho de 2003, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições estarão abertas dos dias 26 a 28 de junho de 2013, das 08h00m às 11:45h00m e das 13h00m às 17h00m, junto ao setor de Recursos Humanos no Centro Administrativo Municipal.

Os candidatos deverão anexar à ficha de inscrição:
Cópia dos documentos de identificação pessoal (CPF, RG e Quitação Eleitoral);
Cópia dos diplomas de escolaridade;
Documentos comprobatórios dos seguintes critérios de avaliação: tempo de serviço profissional e participação em cursos na área de atuação;
Certidão nascimento dos filhos - caso possua;
E) Comprovante de residência conforme quadro de vagas, para o quadro de Agente Comunitário de Saúde;
Parágrafo Único: O não atendimento das alíneas "b" e "c" afetará na pontuação dos candidatos.

DAS VAGAS

O processo de seleção de que trata este Aviso Público visa a contratação de profissionais pelo prazo de 06 meses para atendimento de excepcional emergência ou até a realização e contratação de

profissionais através de concurso público.

Quadro de vagas:

Função	Vagas	Carga Horária	Vencimento	Habilitação
Agente Comunitário de Saúde, com atuação na linha São Miguel, Linha May, Linha Mores e Bairro Bela Vista.	01	40	R\$ 791,33	Ensino Médio
Auxiliar de Saúde Bucal	01	40	R\$ 867,23	Ensino Médio e curso específico

DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

O processo de seleção será coordenado por uma comissão recomendada pelo Setor de Recursos Humanos e nomeada através de ato do Prefeito Municipal;

A Comissão de Seleção será composta por um funcionário interno do Setor de Recursos Humanos e por dois profissionais nomeados pela administração;

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A primeira etapa do processo de seleção constará da avaliação do tempo de atuação na área profissional junto a pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, sendo que cada semestre de atuação contará com 0,50 pontos, sendo pontuação máxima 6,00 (seis) pontos.

Escolaridade 20,00 (vinte) pontos para doutorado, 15,00 (quinze) pontos mestrado, 10,00 (dez) pontos para pós-graduação, 5,00 (cinco) pontos para ensino superior;

Cursos de Aperfeiçoamento e especialização, 0,50 ponto a cada 80 horas de cursos, sendo a pontuação máxima 4,00 pontos;

DA CLASSIFICAÇÃO:

Os candidatos serão classificados utilizando-se da somatória dos pontos conforme critérios do item 4;

Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior número de filhos;

Persistindo o empate, terá preferência o candidato com maior idade.

DOS PRAZOS:

Inscrição: 26 a 28 de junho de 2013;

Divulgação do resultado final: 02 de julho de 2013;

Prazo para recurso: 04 de julho de 2013.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As vagas de que trata este aviso público serão preenchidas até o suprimento das vagas por concurso público ou teste seletivo.

Coronel Martins-SC, 24 de junho de 2013.

Dirceu Favretto

Prefeito Municipal

FICHA DE INSCRIÇÃO

AVISO PÚBLICO Nº 002/2013

(n.º _____)

Nome do Candidato (a): _____

Endereço: _____



Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

RG: _____ CPF: _____

E-mail: _____

Cargo

Agente Comunitário de Saúde 40 hs

Auxiliar de Saúde Bucal 40 hs

Documentos anexos:

() RG () CPF () Comprovante de quitação eleitoral () Comprovante de Escolaridade () Tempo de serviço () Comprovante de cursos de aperfeiçoamentos () certidão de nascimento dos filhos - caso possua.

Abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas Aviso Público 002/2013 do Setor de Recursos Humanos.

Coronel Martins/SC, ____ de junho de 2013.

Assinatura do Candidato (a)

FICHA DE INSCRIÇÃO (via do candidato)
AVISO PÚBLICO Nº 002/2013

(n.º ____)

Nome do Candidato (a): _____

RG: _____ CPF: _____

Cargo

Agente Comunitário de Saúde 40 hs

Auxiliar de Saúde Bucal 40 hs

Visto do Responsável

Corupá**PREFEITURA****Portaria Nº 2583/13**

PORTARIA Nº 2583/13

EXONERA A SRA. CRISTIANE MARILEI KUJAVSKI DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido, a servidora Sra. CRISTIANE MARILEI KUJAVSKI, aprovada e classificada em 4º lugar no Concurso Público nº 001/2010, nomeada através da Portaria nº 2052/12 de 01 de Agosto de 2012, para o cargo de Auxiliar Administrativa,

com vencimento mensal com o Fator - 02, com carga horária de 35 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de Junho de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2584/13

PORTARIA Nº 2584/13

EXONERA A PEDIDO A SRA. CRISTINA LUY DE OLIVEIRA DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido, a servidora Sra. CRISTINA LUY DE OLIVEIRA, aprovada no Concurso público nº 001/2010, conforme Portaria nº 1298/11 de 18 de Abril de 2011, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com o vencimento mensal Fator - 02, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de Junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de Junho de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2585/13

PORTARIA Nº 2585/13

EXONERA A PEDIDO A SRA. DAIANE BOTEGA URACH DO CARGO DE ENFERMEIRO ESF.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedida, a servidora Sra. DAIANE BOTEGA URACH, aprovada e classificada em 6º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, conforme Portaria nº 2561/13 de 10 de maio de 2013, para o cargo de Enfermeira ESF, com o vencimento mensal de fator 31, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis

do Trabalho.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de Junho de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2589/13

PORTARIA Nº 2589/13

EXONERA A PEDIDO O SR. SAULO NERIS DOS SANTOS DO CARGO DE VIGIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, do cargo de Vigia, o servidor Sr. SAULO NERIS DOS SANTOS, conforme Concurso Público nº 001/1998 e Portaria nº 124/99 de 05 de Maio de 1999, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 12 de Junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Contrato 39A/10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039A/2010

SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 041/10

Edital de Credenciamento nº 004/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: CLÍNICA MÉDICA BEM VIVER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.872.608/0001-55, estabelecida na Rua Intendente Ernesto Blunk, 44 - Centro, Município de Corupá, CEP 89.278-000, Estado de Santa Catarina.

Objeto: REFERENTE CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS NAS ÁREAS DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, CARDIOLOGISTA e PSIQUIATRIA, para o atendimento das necessidades das pessoas do Município, cujo objeto é atender aos munícipes na área médica, através de consultas, em função da inexistência de profissionais no Município para atenderem estas especialidades e a demanda existente, em conformidade com o Anexo VI do Edital (Tabela de Preços para as Consultas), nos prazos, tipos e quantidades solicitadas em ato formal do MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Sexta do Contrato original, prorrogar-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2012 até o dia 31 de Dezembro de 2012.

Data da Assinatura: 01/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 037/2013 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 028/13

Pregão Presencial 012/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPA FORMULADO POR COMPANHIA DE SEGURO HABILITADA JUNTO A SUSEP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 1.303,79 (Hum mil, trezentos e três reais e setenta e nove centavos), referentes ao endosso de inclusão do veículo Kiabesta Furgão 2.7 Diesel, placa MBP-3793.

Data da Assinatura: 03/06/2013

Data da Vigência: 27/03/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 067/2010 - Quarto Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2010

QUARTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 069/10

Tomada de Preços No 007/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa.

Objeto: Licença Do Direito De Uso De Softwares E Execução De Serviços Complementares Celebrado Entre O Município De Corupá E A Empresa Betha Sistemas Ltda.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme prevê o inciso IV, do art. 57 da Lei 8.666/93, o contrato de locação de programas de computador pode estender-se pelo prazo de 48 meses (quarenta e oito), desta forma, prorroga-se a vigência do contrato em 06 (seis) meses, iniciando a contagem em 23/06/2013 até 31/12/2013.

Data da Assinatura: 23/06/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 100/2013 - Primeiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

Processo de licitação nº 068/13

Dispensa de Licitação 022/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: METAQUÍMICA LABORATÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.697/0001-50, Inscrição Estadual Isento, situada a Rua Argentina, 33 - Bairro Centro, CEP 89251-260, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação De Laboratório Para Análise De Água Dos Poços De Monitoramento E Da Lagoa De Decantação Do Aterro Controlado De Corupá-Sc.

CLÁUSULA 1ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme disposto na Cláusula Décima do Contrato firmado, o Município de Corupá-SC passa para a Autarquia Águas de Corupá, inscrita no CNPJ sob o nº 14.797.046/0001-98 as despesas orçamentárias tendo como a seguinte dotação:

DOTAÇÃO - METAQUIMICA						
Orgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA				
Unidade	02	DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
Funcional	17.512.0072.1.008	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ÁGUAS DE CORUPÁ				
Elemento	3.3.90.39.51	SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS				
Código Reduzido	1					

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 175/2011 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 175/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 132/11

Tomada de Preços No 017/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COMUNITÁRIA entre os lindeiros dos imóveis e o Município de Corupá, conforme Lei Complementar Municipal nº 007/2009 e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC/PRO/FDM, referente ao contrato de Empréstimo nº 2010090, das (RUA 74 - JOSÉ PASQUALINI compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 6 0,00), (RUA JOÃO TOZINI compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 14 6,81m), (RUA KLARA HERMANN compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 22 0,00m), (RUA ADELE HERMANN compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 11 0,00m), (RUA 20 ANO BOM compreendendo o trecho da Est 20 0,00m a 36 0,00m e RUA 77 CARLOS EDUARDO WEBER compreendendo o trecho da Est OPP à 05 5,71m) e RUA HELMUTH ROBERT ROEDER compreendendo o trecho da Est OPP até Est. 6 0,00 (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão total de 1622,52 metros, no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 30 de Dezembro de 2012 até o dia 31 de Dezembro de 2013.

Data da Assinatura: 30/12/2012

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 177/2011 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 119/11

Tomada de Preços No 014/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA estabelecida na

cidade de Canoinhas estado de Santa Catarina, na Rodovia BR-280, 4517, Bairro Boa Vista, CEP 89460-000.

Objeto: Obtenção da proposta mais vantajosa visando à contratação de empresa especializada em engenharia para construção do Centro De Educação Infantil no bairro Bomplandt, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativo anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Segunda do contrato firmado, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 120 (cento e vinte) dias, de 20 de agosto de 2012 até o dia 16 de fevereiro de 2013.

Data da Assinatura: 20/08/2012

Data da Vigência: 16/02/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 094/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 094/2013

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 048/2006 QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O inciso VIII do Artigo 6º da Lei Complementar n. 048/2006 passará a vigorar com o a seguinte redação:

“Art. 6º - ()

VIII - Todas as vias públicas constantes do loteamento deverão ser construídas pelo proprietário, recebendo, no mínimo, meio-fio e revestimento com brita, rede de abastecimento de água, galerias de águas pluviais, rede de energia elétrica, iluminação pública, sistema de esgotamento sanitário e tratamento, independente do sistema de coleta de águas pluviais e a marcação das quadras e lotes;

Art. 2º. Fica acrescentada a alínea “e” ao inciso III do artigo 10 da Lei Complementar n. 048/2006 com a seguinte redação:

Art. 10 - ()

III - ()]

e) anteprojeto de sistema de esgotamento sanitário e tratamento, independente do sistema de coleta de águas pluviais.

Art. 3º. Fica alterado o inciso I e incluído o inciso VI do artigo 17 da Lei Complementar n. 048/2006 sendo que o atual inciso VI passa a ser inciso VII:

Art. 17 - ()

I - projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados, perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios, calçamento ou revestimento em brita e sarjetas;

()

VI - projeto de sistema de esgotamento sanitário e tratamento, independente do sistema de coleta de águas pluviais.

VII - os projetos de execução, citados neste artigo, deverão ser acompanhados de:

orçamentos;

cronograma físico-financeiro.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 06 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

LENORA ELISA BORSARINI

Secretária de Planejamento

HERCILIO BEPPLER

Secretário Municipal Transportes e Obras

Lei Complementar Nº 091/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 091/2013

INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - NF-E E O RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-E, a ser emitida por todas as pessoas físicas ou jurídicas contribuintes do Imposto Sobre Serviço de (ISS), estabelecidas no Município de Curitibanos.

§ 1º A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços NF-E é documento obrigatório a ser emitido ao término da prestação de serviços independente do recebimento do mesmo, esteja ou não o contribuinte inscrito no Cadastro Econômico Fiscal, mesmo tendo direito a isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

§ 2º O conteúdo da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E, campos de dados e codificações necessárias serão estabelecidos mediante Decreto.

§ 3º Caberá ao regulamento disciplinar a emissão da NF-E definindo, em especial, os contribuintes sujeitos a sua utilização, por faixa de receita bruta ou estrutura operacional, e ou enquadramento fiscal.

§ 4º - Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NF-E ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e a sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

§ 5º Não incidirá custo relativo às emissões de NF-E quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Art. 2º É facultada às pessoas físicas inscritas no Cadastro Econômico e Fiscal, solicitar a geração e a impressão da NF-E junto ao departamento de tributação, mediante o pagamento de taxa de

expediente a ser especificada em regulamento.

§ 1º A emissão da NF-E pelo contribuinte não inscrito no Cadastro Econômico e Fiscal será condicionada ao pagamento do ISSQN devido juntamente com a taxa de expediente fixada pelo município.

§ 2º - A liberação para impressão da NF-E dar-se-á mediante comprovação do recolhimento da taxa e respectivo imposto quando devido.

Art. 3º. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas - NF-E, mantendo-se as exigências do Decreto n. 4.111/2011 que tratou do Gerenciamento Eletrônico do Imposto sobre Serviços - ISS.

Art. 4º Fica instituída no âmbito da legislação municipal a figura do Recibo Provisório de Serviço - RPS, destinado a operacionalizar o uso da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-E, cabendo ao regulamento dispor sobre sua forma e utilização.

Parágrafo Único - Emitido o RPS, este deverá ser convertido em NF-E, no prazo regulamentado mediante decreto.

Art. 5º A geração da NF-E constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do imposto, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo Único - Sobre a insuficiência ou não recolhimento do ISSQN no prazo legal incidirão os devidos acréscimos moratórios estabelecidos na legislação municipal.

Art. 6º . Os tomadores de serviços responsáveis pela retenção do imposto, cujo prestador tenha sede em outra localidade, estão obrigados a gerar declaração eletrônica na forma regulamentar.

Art. 7º Nas infrações relativas à NF-E, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 15 UFM para cada NF-E não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
II - 15 UFM para cada emissão de NF-E com registro indevido de informação que gere dedução ou supressão da base de cálculo;
III - 15 UFM para cada NF-E indevidamente cancelada, conforme disposto em regulamento.

Art. 8º Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 15 UFM para cada RPS não emitida;
II - 15 UFM para cada RPS emitido e não convertido em NF-E, nos prazos regulamentares;
III - 15 UFM para cada RPS não convertido em NF-E e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

§ 1º Aplicar-se-á multa igual a 15 UFM, no caso da constatação da não emissão do RPS em procedimento fiscal.

§ 2º A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no parágrafo único, do art. 2º da presente Lei Complementar, implicará em multa diária correspondente a 1,0% (um por cento) até atingir o máximo de 30% (trinta por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sendo que, expirado este prazo, a multa devida será igual a 100% (cem por cento) do valor ao respectivo imposto.

Art. 9º. O uso indevido do sistema de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-E, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de aumentar a renda para

efeito de financiamentos e congêneres ou registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais será punida com multa igual a 20 (vinte) UFM.

Art. 10. É de competência do Departamento de Tributação, todos os atos relativos a operacionalização do sistema da NF-E.

Parágrafo Único - As especificidades dos procedimentos de rotina não previstos no regulamento da NF-E, poderão ser baixadas por meio de Instrução Normativa expedida pelo Diretor de Tributos.

Art. 11. O município poderá autorizar a utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN, cuja utilização será regulamentada em decreto.

Art. 12. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos em Decreto.

Art. 13. O Executivo Municipal regulamentará a presente lei complementar no prazo de 60 (trinta) dias a contar da sua publicação.

Art. 14. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de abril de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 092/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 092/2013

DISPÕE SOBRE O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE VALOR INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a deixar de ajuizar execuções fiscais, cujo valor total da dívida seja igual ou inferior a um salário mínimo, conforme dispõe o art. 14, § 3º, II da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º. Para o caso de já existir execução fiscal em trâmite contra o mesmo contribuinte a dívida independente do valor deverá ser ajuizada e, requerido o seu apensamento ao processo já em curso.

Art. 3º. A dívida inscrita com valor inferior ao mínimo legal deverá ser mantida no sistema até que atinja o montante superior a um salário mínimo, quer seja por decorrência sua própria atualização, ou pela sua adição com outros tributos que venha a ser lançados em desfavor do contribuinte.

Art. 4º. Não ultrapassando o valor do salário mínimo até o esgotamento do prazo prescricional, deverá a mesma ser cancelada de ofício pelo diretor de tributação.

Art. 5º. A presente lei aplica-se a eventuais execuções fiscais já deflagradas e que não estejam garantidas por penhora.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 093/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 093/2013

INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual a valorização que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 2º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo Único - Considera-se ocorrido o fato gerador na data da conclusão da obra.

Art. 3º O Município pode cobrar Contribuição de Melhoria relativa às obras executadas em conjunto com o Estado ou com a União, tomando como limite máximo para o lançamento o valor despendido pelo Município na execução da obra.

Art. 4º Será publicado edital prévio ao início das obras acompanhado do orçamento total ou parcial do custo da obra, e especificará obrigatoriamente:

I - a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

II - a delimitação da área direta e indiretamente beneficiada;

III - o fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas;

IV - valor atual de cada imóvel para posterior constatação do valor da valorização decorrente da obra.

V - o memorial descritivo do projeto.

VI - prazo não inferior de 30 (trinta dias) para impugnação pelos interessados, de quaisquer dos elementos referidos nos incisos anteriores, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sendo que a impugnação será dirigida ao diretor de tributos para decisão.

VII - a impugnação será julgada pelo diretor de tributos, com possibilidade de recurso da decisão em última instância ao conselho formado pelos Secretários de Administração, Planejamento e Obras no prazo de 15 dias da ciência da decisão.

§ 1º - A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo

rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso I, pelos imóveis situados na área direta ou indiretamente beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º - A avaliação anterior ao início das obras e a posterior referente a valorização, será realizada por comissão composta por 3 (três) representantes do Poder Executivo indicados e nomeados pelo Prefeito, e um representante das corretoras imobiliárias estabelecidas no município a ser indicado pelo CRECI.

Art. 5º Os levantamentos e constatações referentes as áreas e imóveis beneficiados são de responsabilidade da Secretaria de Planejamento, sendo que os dados necessários a elaboração do edital previsto no art. 4º, deverão ser enviados ao setor de tributação do município.

CAPÍTULO II

DA INCIDÊNCIA, DA NÃO INCIDÊNCIA E DAS ISENÇÕES

Art. 6º. Será devida a Contribuição de Melhoria no caso de valorização de imóveis em virtude de quaisquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, construção, alargamento, pavimentação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de ruas, parques, praças, campos de esportes, vias públicas, logradouros públicos e estradas de rodagem;

II - construção de pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, desobstrução de barras, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - nivelamento, retificação, impermeabilização ou iluminação de vias públicas e logradouros públicos.

VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - aterros, canalização e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 6º. Não incidirá Contribuição de Melhoria sobre os imóveis de propriedade da administração direta, indireta ou fundacional do Município.

Parágrafo único - Em relação a imóveis do Estado e da União, não incidirá a contribuição desde que igual tratamento seja dispensado ao município pelos referidos entes públicos.

CAPÍTULO III

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 7º. O contribuinte do tributo é o proprietário, o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título, de imóvel por natureza ou acessão física, valorizado localizado na zona de influência da obra pública, ao tempo do lançamento.

§ 1º A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se



aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.

§ 2º Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.

§ 3º Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

§ 4º No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta.

CAPÍTULO IV DA BASE DE CÁLCULO

Art. 8º. A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, avaliações, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento.

§ 1º Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 9º. O cálculo do valor da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra e levará em conta a situação do imóvel, percentual de valorização, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

§ 1º A determinação do valor individual será estabelecido diante da comprovação da efetiva valorização imobiliária ocorrida, tendo por base o valor de mercado antes e depois da realização da obra pública.

CAPÍTULO V LANÇAMENTO

Art. 10. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, conforme art. 9º.

Art. 11. O lançamento da Contribuição de Melhoria será notificado ao sujeito passivo pessoalmente ou pela via postal no endereço constante do cadastro, sendo obrigação do contribuinte mantê-lo atualizado.

§ 1º - Não sendo encontrado o sujeito passivo no endereço constante de seu cadastro ou recusada a notificação, será o mesmo notificado por edital.

§ 2º - dentre as demais informações, constará da notificação o valor da valorização do imóvel em decorrência da obra pública para conhecimento do contribuinte.

Art. 12. Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido de revisão fundamentado à autoridade lançadora, contra:

- I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;
- II - cálculo dos índices atribuídos;
- III - valor da Contribuição de Melhoria;
- IV - valor da valorização do imóvel.

§ 1º O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 2º Da decisão da autoridade lançadora caberá recurso ao Secretário da Administração.

Art. 13 - Julgada procedente a reclamação, será revisto o lançamento e concedido ao contribuinte prazo de 15 (quinze) dias para pagamento dos débitos vencidos ou da diferença apurada, sem acréscimo.

Parágrafo único. No caso de indeferimento o contribuinte responderá pelo pagamento de multa, juros de mora, atualização monetária e outras cominações eventualmente cabíveis.

CAPÍTULO VI DA COBRANÇA

Art. 14. A contribuição poderá ser arrecadada em até 24 (vinte e quatro parcelas) mensais, vencendo juros de mora e atualização com base na SELIC.

§ 1º - O valor da contribuição de melhoria poderá ser pago integralmente com desconto de 10% se feito à vista nos primeiros 30 (trinta) dias após a notificação do lançamento.

Art. 15. A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará na atualização monetária do débito e na cobrança de juros e multa no percentual de 15% sobre o valor do débito.

Art. 16. Não será admitido o pagamento de qualquer prestação sem que estejam quitadas todas as anteriores.

Art. 17. O não pagamento de três parcelas, consecutivas ou alternadas, importará na inscrição em dívida ativa de toda a dívida em parcela única com ajuizamento de execução fiscal.

Parágrafo único - A dívida poderá ser parcelada, mediante o pagamento de 20% sobre o total do saldo devedor, em até 24 parcelas e em caso de reincidir em nova inadimplência, somente com o pagamento de 50% do valor do tributo devido.

CAPÍTULO VII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Das certidões referentes à situação fiscal de imóveis constarão os débitos eventualmente existentes relativos à Contribuição de Melhoria.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os artigos 382 a 394 da Lei complementar 28/2002.

Curitiba, 08 de maio de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

AMAURY SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 095/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 095/2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS A ADERIR AO PROGRAMA COHAB OPORTUNIDADES O QUAL VISA INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Curitiba autorizado a aderir ao Programa COHAB OPORTUNIDADES, conforme consta do Programa que passa a fazer parte integrante da presente LEI.

Art. 2º. O Programa COHAB Oportunidade consiste na implementação da Política Habitacional do Estado de Santa Catarina com o fito de entregar Unidades Habitacionais na área urbana ou área de expansão do Município, proveniente de financiamento realizado entre Cohab/SC e o Mutuário.

Art. 3º. O Município poderá ceder ou doar áreas aos Municípios para construção das unidades habitacionais devendo constituir em lotes individualizados, os quais serão gravados com o ônus da hipoteca em favor do agente financeiro.

§ 1º. Fica, desde já, caso tenha interesse, o Município autorizado a financiar com a Companhia de Habitação de Estado de Santa Catarina - COHAB/SC, unidades habitacionais para fins de atender a demanda existente no Município.

§ 2º. Caso o agente financeiro seja instituição diversa da COHAB/SC, esta figurará como interveniente anuente ao financiamento.

Art. 4º. Para incentivar a implementação das unidades habitacionais aliado ao caráter social do presente Programa, fica o Município autorizado a isentar os tributos municipais referentes a obra.

Parágrafo Único: Os tributos municipais a que se refere este artigo consistem nas taxas e no Imposto sobre serviço incidentes sobre a obra.

Art. 5º. Fica o Município autorizado a intervir na área do mutuário, com serviços de terraplanagem e preparação do terreno destinado a construção da unidade habitacional.

Art. 6º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.004/2013

LEI Nº 5.004/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CURITIBANENSE DE CICLISMO - ASCCICLI.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de autoria do Poder

Legislativo :

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a " ASSOCIAÇÃO CURITIBANENSE DE CICLISMO - ASCCICLI., entidade dedicada à promoção e execução de projetos voltados ao desenvolvimento do ciclismo em várias modalidades, enaltecendo o esporte e a educação no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º. Fica assegurado à "Associação Curitibanense de Ciclismo - ASCCICLI", todos os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos cinco dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.005/2013

LEI Nº 5.005/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE CAMERAS DE VIDEO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina para a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONVENIO Nº

TERMO DE CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIENCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos seis dias do mês de junho de 2013, o MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ

sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531.619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15 e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na rua Artista Bitencourt n. 30 Florianópolis-SC inscrita no CNPJ/MF SOB O NO 82.951.294/0001-00 doravante denominada SSP representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Cédula de Identidade n. 372513, SSP/SC e do PF n. 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis SC, representado por seu Comandante Geral Nazareno Marcineiro, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF n. 376.568.999-87, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis SC, representado por seu Delegado Geral Aldo Pinheiro D'Ávila, residente e domiciliado em Florianópolis SC, portador da Carteira de Identidade n. 375.513, SSP/SC e do CPF n. 252.157.529-15, doravante denominado PMSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Curitiba/SC.

CLAUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 d Lei Complementar n. 1014 de 94 de maio de 2000, Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX da Constituição Estadual e na Lei Municipal nº 5.005 de seis de junho de 2013.

CLAUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

I. O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica de nº Banco do Brasil, tendo como titular: inscrito sob o CNPJ nº

II. A SSP manterá os recursos da contra-partida oriundos do BNDES em conta específica.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

I - Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP/PMSC com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Curitiba/SC

II - Repassar o montante de R\$ 108.322,50 (cento e oito mil, trezentos e vinte e dois reais, cinquenta centavos) à SSP/SC conforme planilha de custos em anexo até prazo de 90 dias após a assinatura da presente lei.

III - Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Curitiba/SC, após o período de garantia;

IV - Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do numero de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação.

V - Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento.

VI - Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento.

VII - Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP/PMC

I - Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação do videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo a apreciação do Município de Curitiba/SC

II - Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a CLAUSULA PRIMEIRA;

III - Responsabilizar-se pela contratação da rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes.

IV - Responsabiliza-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Curitiba/SC, em nome da SSP/PMC e o Prefeito Municipal de Curitiba/SC.

CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

CLAUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de contas do repasse previsto na CLAUSULA QUARTA se dará na forma da Instrução Normativa N. TC-14/2012.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP/PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente convênio, se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes, elegem o foro da comarca de Curitiba/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste

Termo.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA
Secretário de Estado de Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO
Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'AVILA
Delegado Geral da Polícia Civil

Testemunha 1 Testemunha 2.

Lei Nº 5.006/2013

LEI Nº 5.006/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA COM A FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS HABITACIONAIS DE SANTA CATARINA - FECOOHASC

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de Cooperação e Parceria com a Federação das Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina - FECOOHASC objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas ou complementares de caráter técnico e operacional a partir da especialização de cada uma das entidades parcerias, para a provisão de financiamento de habitações à população do Município de Curitiba através da elaboração de projetos e busca de recursos no Ministério das Cidades.

Art. 2º. A execução do termo de Cooperação a ser celebrado será gerenciado pela Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação.

Art. 3º. Fica fazendo parte integrante desta lei, o Termo de Cooperação em anexo.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 6 de junho de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Lei Nº 5.007/2013

LEI Nº 5.007/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO A ENTIDADE SOCIAL, POR INTERESSE PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Conselho da

Igreja do Bairro São José 50 m2 (cinquenta metros quadrados) de lajotas em cimento retiradas da Av. Salomão Carneiro de Almeida, que serão destinadas ao pátio do estacionamento da Igreja para melhoria da urbanização.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de junho de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

LENORA ELISA BORSARINI
Secretária de Planejamento

HERCILIO BEPLER
Secretário Municipal Transportes e Obras

Lei Nº 5.008/2013

LEI Nº 5.008/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS MÓVEIS E DESAFETAR DO USO PÚBLICO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar os veículos abaixo relacionados, do patrimônio Municipal, autorizando ainda a sua desafetação pública.

I - VW KOMBI ano/modelo 1996/1997, a gasolina, cor branca, placas MBC 6170

III - GM CORSA ST, ano/modelo 2003/2003, a gasolina, cor branca, placas MCJ 9016

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda dos bens descritos no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal procederá a desafetação e a baixa dos veículos descritos nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de junho de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.009/5013

LEI Nº 5.009/5013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, em consonância com as Leis Federais 11.445/07, 12.305/10, com o art. 241, da Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar Estadual n.º 484/2010, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município;

Art. 2º. Deverão ser delegadas mediante convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

Art. 3º. Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento;

Art. 4º. O Município exigirá a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual n.º 13.517/05.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.010/2013

LEI Nº 5.010/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio de cooperação técnica-financeira com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.001/0001-19, visando a conjunção de esforços, para realização da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2013, bem como para o funcionamento do restaurante e da praça de alimentação.

Parágrafo Único : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar às convenientes, o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para atendimento dos objetivos do convênio.

Art. 3º - As convenientes deverão prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003.

Parágrafo Único: As contas prestadas de acordo com o caput deste artigo deverão ser encaminhadas também à Câmara de Vereadores de Curitiba/SC para apreciação, no prazo máximo de trinta dias.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONVÊNIO Nº 023/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Aos doze dias do mês de junho de 2013, o MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal

ramos, 860, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531.619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, doravante denominado MUNICÍPIO, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CURITIBANOS - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.001/0001-19, neste ato representada por seu presidente, doravante denominado CONVENENTE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 5.010 de 12/06/2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e de conformidade com o Regulamento Geral da EXPOCENTRO aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para realização da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2013, especificamente para a venda de stands, divulgação do evento, bem como para o funcionamento do restaurante e da praça de alimentação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 30 de setembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

As CONVENENTES obrigam-se a:

I - Cumprir os termos do Regulamento Geral da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2013, para comercialização de stands, bem como dos espaços para restaurante e praça de alimentação, sob a coordenação e supervisão da Comissão Central Organizadora - CCO da EXPOCENTRO 2013.

II - comercializar os espaços do Pavilhão da Indústria e Comércio da EXPOCENTRO, do restaurante e da praça de alimentação, cujos valores provenientes do resultado serão destinados em sua totalidade ao MUNICÍPIO.

III - fiscalizar os serviços disponibilizados na Feira, de forma a garantir que os valores sejam condizentes com aqueles praticados no mercado, inclusive na praça de alimentação;

IV - disponibilizar ao MUNICÍPIO 06 (seis) stands no Pavilhão da Indústria e comércio com área de 3,00m X 3,00 m .

V - assumir o custeio das seguintes despesas:

- Divulgação do evento, em conjunto com o município com o material gráfico necessário e divulgação na mídia;
- Fornecimento de refeições, durante o período da festa ao pessoal envolvido na realização do evento, devidamente credenciado pela CCO
- Confecção dos ingressos e todo o material necessário para entrada na festa;
- Aluguel do equipamento de leitor ótico para instalação na bilheteria e nas entradas do Parque.
- Outras despesas decorrentes da exata consecução dos objetivos do presente convenio, voltados especificamente ao evento EXPOCENTRO 2013.

VI viabilizar conta bancária específica, com a seguinte denominação: ACIC/PMC-CCO Expocentro 2013, onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VII - manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos,

resultantes do presente Convênio;

VIII - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

IX - manter cadastro das entidades e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;

X - não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

§ 1º Para locação dos espaços da praça de alimentação, deverá ser estabelecido um valor mínimo, na forma prevista no Regulamento geral.

§ 2º A empresa responsável pelo restaurante deverá garantir o fornecimento de no mínimo 500 (quinhentas) refeições/dia, devendo ser requisito para o locador, possuir empresa com tradição e experiência no ramo e toda infraestrutura necessária.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a:

I - colocar à disposição das CONVENENTES as instalações do Parque de Exposições Pouso do Tropeiro para a realização da EXPOCENTRO 2013 no que tange aos atingimento dos objetivos deste convênio.

II - suportar o pagamento da água e energia elétrica do Parque durante a realização do evento;

III - demarcar os espaços a serem comercializados com a entrega do mapa e montagem dos stands com lay-out previamente elaborado;

IV - elaborar e aprovar o Regulamento Geral da EXPOCENTRO CURITIBANOS 2013,

V - Transferir á CONVENENTE o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil destinado a suportar as despesas advindas da execução do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos arrecadados, bem como das respectivas despesas, deverá ser apresentada até o dia 10 de setembro de 2013, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina .

Parágrafo único. O saldo remanescente apurado na prestação de contas deverá ser devolvido ao município através de transferência bancária.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO:

I - efetuar acompanhamento da execução física do objeto do presente Convênio;

II - assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Convênio no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante que possa comprometer sua continuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de CURITIBANOS para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 2 (duas) vias, perante as testemunhas abaixo.

Curitibanos, SC, 12 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

ACIC

Lei Nº 5.011/2013

LEI Nº 5.011/2013

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "ÁUREA CARDOSO MONDINI. "

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Áurea Cardoso Mondini" a rua sem denominação, situada no Bairro Bom Jesus, iniciando na Rua Carlos Goetten com término na Rua Manoel Rodrigues de Lima, posicionada paralelamente entre a Rua Balduino Pereira de Souza e a Rua Capitão Potiguara.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desta lei, o histórico da senhora Áurea Cardoso Mondini.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 06 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 5.012/2013

LEI Nº 5.012/2013

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "EVALDO RONCHI"

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Evaldo Ronchi" a rua sem denominação, situada no Bairro Santo Antônio, iniciando ao Leste com a Rua José Francisco de Carvalho e ao oeste, confrontando com a propriedade do Sr. Adelino Caramori, posicionada entre a Quadra "A" e a Quadra "B" do referido bairro.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desta lei, o histórico do Senhor Evaldo Ronchi.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 06 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.305/2013

DECRETO Nº 4.305/2013

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos ,

RESOLVE

Art. 1º. Ficam transferidos para o patrimônio da Secretaria Municipal de Transportes e Obras os veículos abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para ser utilizado nas atividades daquela secretaria:

- Um veículo GM/Kadett, Fiorino Ipanema, Placas MAR 0438, chassi 9BGKZ35BWWB417304. Patrimônio n. 19282
- Um veículo Fiat Fiorino EI Placas MDC-4865, Chassi 9BD25504568783310, Patrimônio n. 19287
- Um veículo vw Kombi Placas MFZ 4050, chassi 9BWGB07X63P009248, Patrimônio n. 19283.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 27 de maio de 2013

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e sete dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

HERCILIO BEPLER

Secretário Municipal Transportes e Obras

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Secretário de Educação e Cultura

Decreto Nº 4.306/2013

DECRETO Nº 4.306/2013

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 91/2013 QUE INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NF-E PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 091/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do que determina a Lei Complementar nº 091/2013,

DECRETA

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NF-E

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO E DAS FORMALIDADES DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 1º. Considera-se Nota Fiscal Eletrônica de Serviços- NF-E, o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município regularmente autorizado pela Fazenda Municipal, com o objetivo de registrar as operações relativas às prestações de serviços previstas na lista de serviços constante do Código Tributário Municipal.

Art. 2º O acesso ao sistema de emissão de gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E se dará por login e senha que será disponibilizada em endereço eletrônico, mediante solicitação de acesso.

Art. 3º Os contribuintes efetuarão o cadastro do seu login e senha no site www.curitiba.sc.gov.br, em seguida procederão ao preenchimento da solicitação de acesso, sendo que a mesma deverá ser impressa, assinada com firma reconhecida pelo representante legal quando se tratar de pessoa jurídica e pelo titular quando pessoa física, e protocolizada na prefeitura, ficando dispensado o reconhecimento de firma, quando o usuário utilizar certificação e/ou assinatura digital.

§ 1º - Os condomínios residenciais e comerciais deverão encaminhar o formulário com firma reconhecida do síndico ou responsável, acompanhado da ata da assembleia que o eleger.

§ 2º - Os órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações da União, dos Estados e dos Municípios deverão encaminhar o formulário acompanhado da cópia do ato administrativo que nomeia e autoriza o servidor a representá-lo neste ato.

§ 3º - Para os casos em que o signatário do formulário for procurador, é obrigatório anexar procuração com firma reconhecida do outorgante, autorizando a representá-lo neste ato.

Art. 4º. Após a solicitação da senha web, na conformidade com o caput e comprovação pelo setor de tributação da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio da senha web.

§ 1º - No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, para, no prazo de até 10 dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 5º. Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o

número de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ ou para número de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF, junto ao Ministério da Fazenda.

Art. 6º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada por seu detentor a qualquer tempo.

Art. 7º A pessoa detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E.

SEÇÃO II

DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NF-E

Art. 8º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, Anexo I, conterá as seguintes informações:

- I - número sequencial;
- II - código de verificação de autenticidade;
- III - data e hora da emissão;
- IV - identificação do prestador de serviços, com:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço com número de telefone;
 - c) e-mail;
 - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - e) inscrição Municipal;
 - f) nome fantasia
- V - identificação do tomador de serviços, com:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço com número de telefone;
 - c) e-mail;
 - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- VI - discriminação do serviço;
- VII - local da prestação do serviço;
- VIII - valor total da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E;
- IX - valor da dedução se houver;
- X - valor da base de cálculo;
- XI - código de situação tributária;
- XII - código do serviço conforme item da Lista de Serviços;
- XIII - alíquota e valor do ISS;
- XIV - indicação de isenção ou imunidade relativa ao ISS, quando for o caso;
- XV - indicação de retenção de ISS na fonte ou substituição tributária, quando for o caso;
- XVI - número e data do documento anteriormente emitido, em caso de substituição.

§ 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Curitiba", e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E".

§ 2º O número da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico por série e por estabelecimento do prestador do serviço.

§ 3º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E de contribuinte optante do Simples Nacional, conterá:

I - No campo destinado às informações complementares as expressões:

- a) "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL";
- b) "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI";
- c) Quaisquer outras informações que o contribuinte entender como necessárias à emissão.

§ 4º Caso a ME ou EPP optante do Simples Nacional estiver impedida de recolher o ISS na forma desse regime em decorrência de haver ultrapassado o sublimite estabelecido, em face do disposto no § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E será emitida com as seguintes expressões:

I - "ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 20 DA LC 123/2006";

II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI".

§ 5º - Para os contribuintes optantes do Simples Nacional, o aplicativo não gerará débito do imposto.

Art. 9º Os tributos federais deverão ser informados nos campos específicos "IRRF, CSLL, INSS, COFINS, PIS", quando for o caso.

Parágrafo Único - O destaque dos tributos federais é considerado mera indicação de controle e não gera redução no valor da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E e na base de cálculo do ISS.

SEÇÃO III

DA OBRIGATORIEDADE E DOS PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NF-E

Art. 10 Todos os prestadores de serviços, contribuintes do Imposto Sobre Serviços - ISS, inscritos no cadastro tributário do município, estão obrigados a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E, independentemente de gozar de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal, e, deverão observar os seguintes prazos para a adesão da emissão:

I - voluntariamente, a partir da data de publicação deste Decreto;
II - a partir de 1º de julho de 2013, para os prestadores de serviços inscritos no cadastro tributário do município, cuja receita bruta anual de serviços no exercício anterior seja igual ou superior a R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), considerando-se todos os estabelecimentos da pessoa jurídica localizado no município de Curitiba, ficando obrigados à sua emissão a partir de 01 de julho de 2013;

III - a partir de 1º de agosto, para os prestadores de serviços inscritos no cadastro tributário do município, cuja receita bruta anual de serviços no exercício anterior seja igual ou superior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), considerando-se todos os estabelecimentos da pessoa jurídica localizado no município de Curitiba, ficando obrigados à sua emissão a partir de 01 de agosto de 2013;

IV - a partir de 1º de setembro para os prestadores de serviços inscritos no cadastro tributário do município, cuja receita bruta anual de serviços no exercício anterior seja igual ou superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), considerando-se todos os estabelecimentos da pessoa jurídica localizado no município de Curitiba, ficando obrigados à sua emissão a partir de 01 de setembro de 2013;

V - obrigatoriamente, a partir de 1º de outubro de 2013 para os demais contribuintes, exceto, os dispensados da obrigatoriedade;

§ 1º No caso de início de atividades durante o ano calendário anterior, os limites a que se refere este artigo, serão proporcionais ao número de meses em que a empresa houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 2º A adesão à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E, uma vez deferida, é definitiva

§ 3º Fica estipulado um período de transição de 120 dias a contar da data de obrigatoriedade do uso da NF-E para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem

nas penalidades previstas na legislação, salvo no caso de comprovada má fé.

SEÇÃO IV

DA DISPENSA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NF-E

Art. 11 Estão dispensados da obrigatoriedade prevista no artigo anterior:

I - os profissionais autônomos;

II - as instituições financeiras;

III - os microempreendedores individuais - MEI;

IV - os contribuintes cujos estabelecimentos sejam de rudimentar organização, assim entendidos aqueles que não disponham de recursos tecnológicos que possibilitem a utilização dos aplicativos para emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E ou cuja utilização seja inviável.

§ 1º Os contribuintes que se enquadrem na situação prevista no inciso IV deverão encaminhar requerimento à Fazenda Municipal declarando sua condição, que será analisada pelas autoridades fiscais do Município.

§ 2º Prestadores de serviço que exerçam atividades que impliquem grande fluxo de tomadores e reduzido valor por serviço prestado, poderão requerer a Fazenda Municipal regime especial de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E, consistente em nota fiscal eletrônica diária, centralizando todas as operações realizadas no dia.

§ 3º Os prestadores de serviços inscritos no cadastro tributário municipal, dispensados da emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E, poderão optar por sua emissão.

SEÇÃO V

DA AUTORIZAÇÃO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NF-E

Art. 12 Para emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E o contribuinte mediante a utilização de seu login e senha, deverá solicitar Autorização de Uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, através do Portal de Serviços do Município no endereço eletrônico <http://www.curitibanos.sc.gov.br> e aguardar liberação.

§ 1º Ao solicitar autorização para emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E o contribuinte deverá apresentar os documentos fiscais impressos anteriormente e não emitidos para inutilização junto Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Sendo entregues, os documentos previstos no parágrafo anterior, o pedido será autorizado, a Fazenda Municipal liberará a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E pelo próprio portal web e fornecerá login de acesso para uso do aplicativo emissor daquele documento fiscal, em até 3 dias úteis.

§ 3º Os prestadores de serviços que optarem pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E deverão iniciar sua emissão imediatamente após o deferimento da autorização.

§ 4º Passa a ser vedada a utilização de notas fiscais impressas, sejam estas de qualquer tipo ou modelo, ressalvada expressa autorização da Fazenda Municipal.

Art. 13 A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E deve ser emitida pela rede mundial de computadores, disponível no endereço eletrônico <http://www.ccuritibanos.sc.gov.br>, mediante a utilização de login e senha web.

Parágrafo Único - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E emitida poderá ser impressa em tantas vias quanto forem necessárias, devendo ser entregue ao tomador de serviços no momento da sua emissão, salvo se enviada por e-mail mediante solicitação deste.

Art. 14 - O recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS relativo às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas emitidas será efetuado através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM emitido pelo aplicativo de emissão de nota fiscal.

Art. 15 Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E e a Conjugada, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual 50 UFM's (cinquenta Unidades Fiscais Municipais).

Art. 16 Nas infrações relativas à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 50 UFM's (cinquenta Unidades Fiscais Municipais) para cada Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E não emitida;

II - 50 UFM's (cinquenta Unidades Fiscais Municipais) para cada emissão indevida de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E tributáveis como isentos, imunes ou não tributáveis;

III - 50 UFM's (cinquenta Unidades Fiscais Municipais) para cada Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E indevidamente cancelada)

SEÇÃO VI

DO CANCELAMENTO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 17 A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do aplicativo fiscal web, em até 2 (dois) dias da data de sua emissão.

§ 1º Havendo o cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 2º Não se admite cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

§ 3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NF-E e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 18. Após a data prevista no caput do artigo anterior, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E somente poderá ser cancelada por meio de Processo Administrativo, nas seguintes condições:

I - O Contribuinte que desejar cancelar a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, deverá protocolar requerimento próprio, encaminhado ao diretor de tributos, expondo os motivos do cancelamento e identificando:

- a) o número do documento a ser cancelado;
- b) o tomador do Serviço.

SEÇÃO VII

DA CARTA DE CORREÇÃO

Art. 19 Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NF-E.

Parágrafo Único - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NF-E apenas quanto aos campos de identificação do tomador do serviço.

CAPÍTULO II

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DE RPS E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 20 Nos casos previstos neste regulamento, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NF-em na forma regulamentar.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NF-em, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário de contribuintes;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário de contribuintes;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III - numeração seqüencial;

IV - a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

V - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NF-e NO PRAZO DE 10 DIAS SUBSEQUENTES A SUA EMISSÃO, PODENDO SER CONSULTADO NO SITE www.curitiba.gov.br, SENDO QUE QUALQUER IRREGULARIDADE PODERÁ SER DENUNCIADA NO TELEFONE (049) 32457200.

§ 2º Todas as informações descritas no § 1º deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 21 O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento

prestador;

II - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal Eletrônica;

III - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 22 O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado pelo contribuinte, devendo conter todos os dados previstos no § 1º do art. 22 deste Regulamento.

Parágrafo único - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

Art. 23 Havendo prova fundada de que a emissão do RPS esteja impossibilitando a perfeita identificação dos serviços prestados, apuração da receita auferida e do imposto devido, o setor de tributação poderá vincular a validade do RPS à prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal.

SEÇÃO II DA CONVERSÃO DO RPS EM NF-E

Art. 24. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais - NF-E, até dez dias úteis subsequentes a sua emissão.

Art. 25. Fica o prestador de serviço obrigado quando o tomador de serviço tiver informado endereço eletrônico, após a conversão do RPS, de enviar a NF-E impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado do setor de tributação ("on-line").

SEÇÃO III INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS

Art. 26. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E poderá ser emitida por outras ferramentas gerenciais ou fiscais usadas pelas empresas contábeis ou pelo próprio contribuinte e exportada/importada para a ferramenta E-nota, conforme layout disponível na página de acesso ao sistema.

Art. 27. O desenvolvimento das rotinas de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E no padrão do aplicativo fornecido pelo Município de Curitiba é de total responsabilidade do contribuinte, que deverá seguir estritamente as regras contidas no manual do integrador.

Art. 28 . Fica autorizada a utilização de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-E conjugada) para os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nos termos do modelo conceitual aprovado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Art. 29 Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-E conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Econômico deste Município e solicitem autorização.

Art. 30. A solicitação deve ser realizada na forma prevista no art. 3º deste decreto, devendo constar o nome e endereço do contribuinte, o CNPJ, a inscrição estadual e a inscrição municipal.

§ 1º. A autorização pelo órgão competente será registrada no Cadastro do contribuinte, no sistema de Cadastro Econômico, e terá validade por tempo indeterminado.

§ 2º. O contribuinte que passar a utilizar NF-E conjugada sem autorização do Fisco Municipal se sujeitará às penalidades cabíveis na legislação tributária vigente.

Art. 31. O contribuinte, ao solicitar autorização para emissão Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NF-E conjugada), autoriza a Administração Tributária Municipal a recepcionar os arquivos digitais das NF-E conjugadas, mediante integração de sistemas de informação entre o Município, a Federação Catarinense de Municípios e a Secretaria de Estado da Fazenda, nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM - Federação Catarinense de Municípios.

Art. 32. O Secretário de Administração fica responsável por dirimir eventuais dúvidas ou omissões pertinentes à matéria.

CAPITULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NF-E emitidas poderão ser consultadas no site do Município para fins de verificação da autenticidade do documento emitido, bastando que o consulente informe o código de verificação de autenticidade constante da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-E)

Art. 34. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS-e ficarão armazenadas em meio magnético na Fazenda Municipal até o vencimento do prazo decadencial previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 35. O descumprimento ao disposto neste Decreto considerase infração relativa às obrigações acessórias, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação tributária.

Art. 36. O imposto não recolhido, relativo às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NF-E emitidas, será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa do município com os acréscimos legais devidos e posterior cobrança judicial.

Art. 37. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de junho de 2013.
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos três dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.307/2013

DECRETO Nº 4.307/2013

HOMOLOGA EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM REGIME EXCEPCIONAL NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA-NOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 para contratação de pessoal nas Secretarias de Educação e Cultura, Planejamento, Ação Social, Obras e Saúde em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público,

resultante da falta de servidores efetivos, nos casos de licenças ou afastamentos do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 5 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto as cinco dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal.

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.308/2013

DECRETO Nº 4.308/2013

DETERMINA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma do que estabelece a Lei Complementar n. 026/2002 :

DECRETA

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 76 da Lei Complementar n. 026/2002 todos os servidores que se encontrem em licença por moléstia por prazo igual ou superior a 02 (dois) anos, devem ser encaminhados à perícia médica no prazo máximo de 30 dias a contar da publicação do presente decreto, para fins de reavaliação médica objetivando a aposentadoria e verificação da incapacidade para o serviço público.

Art. 2º. No mesmo prazo do artigo anterior, os servidores em readaptação devem ser encaminhados à perícia médica, para reavaliação e verificação da incapacidade para o serviço público, na forma do que determina o art. 23,§ 1º da Lei Complementar n. 026/2013.

Art. 3º . Compete ao Departamento de Pessoal a convocação dos servidores a que se referem os artigos 1º e 2º, para submissão à reavaliação médica, bem como a designação das datas e o controle das perícias.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 18 de junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Editai de Pregão Presencial Nº 24/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos

legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de um veículo para uso na Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, conforme especificação mínima constante no Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 05/07/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 05/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de Junho de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Editai de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 22/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de gêneros alimentícios e perecíveis para a Casa de Proteção Infante Juvenil e no Abrigo Temporário Municipal, no período de 2013, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/07/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 09/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de Junho de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 131/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de portas e janelas para o depósito de materiais e atletismo, na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 10/07/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 10/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 21 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 135/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição calha de alumínio e prestação de serviço de reparo no telhado, para manutenção do Parque Pousado do Tropeiro, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 05/07/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 05/07/2013, será realizada Sessão Pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 21 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Ermo**PREFEITURA****Ddecreto Nº. 024, de 20 de Junho de 2013.**

DECRETO Nº. 024, de 20 de junho de 2013.

Convoca a 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Portaria nº. 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 11 de julho 2013, com início às 8h e término às 12h, no Centro Público de Convivência do Idoso, situado a Rua Oscar de Oliveira Lopes s/n - Bairro Bela Vista, no Município de Jacinto Machado - SC, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte de Jacinto Machado e Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte de Ermo.

Art. 2º A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:

"Art. 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira."

Art. 3º A 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura será presidida pelo Secretário de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, Valmir Possamai e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo da Prefeitura Municipal de Ermo, Ivan Delavechia de Vargas.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes expedirá o regulamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de junho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato do Contrato Nº 21/2013 - 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 03/2012

EXTRATO DO CONTRATO nº 21/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: Farmácia Tramontin Ltda ME

OBJETO: Aquisição de medicamentos especiais não previstos na listagem da farmácia básica, para distribuição gratuita à população, durante o exercício de 2013.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado em R\$ 10.671,01 (dez mil, seiscentos e setenta e um reais e um centavo), passando para R\$ 53.355,06 (cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos).

Data da assinatura: 10/06/2013.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Aditivo de Contrato. Número do Contrato: 0114/2012. Q

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Aditivo De Contrato. Contratante: Município de Faxinal dos Guedes. Contratada: Ampla Assessoria E Planejamento Ltda Epp. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração do plano de saneamento básico para o município de Faxinal dos Guedes. Número do Contrato: 0114/2012. Quarto Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0058/2012 na Modalidade Tomada de Preços nº 0009/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de junho de 2013.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 22/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material médico e odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de julho de 2013 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 24 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato FMS Nº. 56/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 56/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DANNY CONFECÇÕES LTDA-ME

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para os participantes do Programa SISPRENATAL, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 6.648,80 (seis mil seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0101.2052.3390 (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 16/FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 13 de junho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 138/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 138/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BORTOLOTO IND E COM DE LATICINIOS ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA - SC.

VALOR - R\$ 15.686,00 (quinze mil seiscentos e oitenta e seis reais).

VIGÊNCIA - 31/10/2013

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390 (30), (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 85/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 143/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 143/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - HT COM. DE GENEROS ALIMENTICIOS

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a aquisição de material de limpeza e higiene, através de empresa de ramo pertinente, para manutenção dos Programas CREAS e CRAS, por meio da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 14.886,50 (quatorze mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

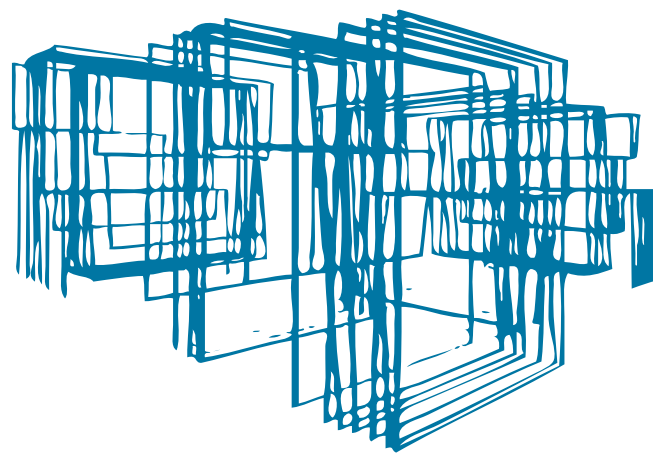
DOTAÇÃO - 1301.2025.3390 (178), 1301.2029.3390 (183).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 91/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 19 de junho de 2013.

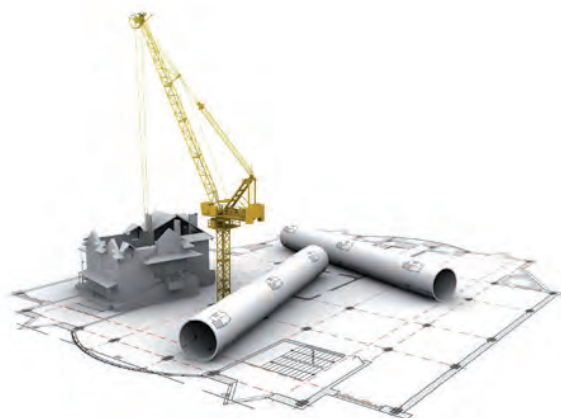
VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0149/2013

DECRETO Nº. 149, DE 25 DE ABRIL DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0021, DE 09 DE ABRIL DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0021 de 09 de abril de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 25 DE ABRIL DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1640/2013

PORTARIA N.º 1.640, DE 24 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PRICILA DAL MAGRO CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 010.112.449-00, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1641/2013

PORTARIA N.º 1.641, DE 24 DE JUNHO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 025/2013, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de JULIANA HEPP RIOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.687.459-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0015/2013-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0015/2013 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais para utilização dos pacientes que freqüentam as oficinas terapêuticas do centro de Atenção Psicossocial (CAPS), . Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia 08.07.2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de junho de 2013.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

Aviso do Pregão Presencial Nº 0093/2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0093/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de instrumentos musicais e materiais afins para uso da fanfarra do Centro de Educação Municipal do bairro das Nações. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 9:15 horas do dia 08.07.2013. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº43/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2013
PMG E FMS

Ata nº. 43/2013; Processo nº. 117/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA; C. FREITAS LEITE; CORSUL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DO SUL LTDA; GIZELE REGINA DA SILVA ME; L1 SERV. ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS CONGRESSOS E EVENTOS LTDA; MACRO MUNDY ATACADO LTDA ME; R S RICARDO ME; TAF DISTRIBUIDORA LTDA. Valor: R\$354.982,35; Data da Assinatura: 25/06/2013.

Ata nº. 43/2013; Processo nº. 117/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: C. FREITAS LEITE; CORSUL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DO SUL LTDA; HAMILTON MACADO ME; MACRO MUNDY ATACADO LTDA ME; TAF DISTRIBUIDORA LTDA. Valor: R\$197.689,56; Data da Assinatura: 25/06/2013.

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.516, de 20 de Junho de 2013.

LEI Nº 3.516, DE 20 DE JUNHO DE 2013.
DENOMINA DE RUA IRMÃOS KRAUSS VIA SITUADA NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua Irmãos Krauss a via que tem início na Rua Coronel Aristiliano Ramos, após o nº 199, lado esquerdo, distante 65,00 (sessenta e cinco metros) da Rua Eurico Fontes, Bairro Centro, Município de Gaspar.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 132,22m (cento e trinta e dois metros e vinte e dois centímetros);

II - largura de 10,00m (dez metros) de seu início até a extensão de 38,95m (trinta e oito metros e noventa e cinco centímetros);

III - caixa de rolamentos de 6,00m (seis metros) de seu início até a extensão de 38,95m (trinta e oito metros e noventa e cinco centímetros);

IV - largura de 12,00m (doze metros) a partir da extensão de 38,95m (trinta e oito metros e noventa e cinco centímetros) até seu final;

V - caixa de rolamento de 8,00m (oito metros) a partir da extensão

de 38,95 (trinta e oito metros e noventa e cinco centímetros) até seu final; e

VI - passeio de 2,00m (dois metros) de cada lado da via.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 20 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.516, de 19 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 5.516, DE 19 DE JUNHO DE 2013.
HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, cujo texto integra o presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, 19 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE
GASPAR - SC

Art. 1º - O Conselho Alimentação Escolar do Município de Gaspar, instituído pela Lei nº 1750/97, como Conselho Municipal de Alimentação Escolar Lei nº 11947, de 16/06/2009, pela Resolução nº 38 de 16/07/2009, é órgão de deliberação coletiva com sede no Município de Gaspar e jurisdição nas Instituições Educacionais pertinentes ao Sistema Municipal de Ensino.

Capítulo I - Das Competências

Art. 2º - O CAE, reformulado pela Lei nº Lei nº 11947, de 16/06/2009, como órgão colegiado de caráter deliberativo, de acompanhamento e de assessoramento ao Município de Gaspar, nas questões referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o objetivo de assegurar o controle social deste Programa, através da participação da sociedade civil local nas ações desenvolvidas pelo Poder Público. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar tem as seguintes atribuições:

I - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

II - Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

III - Receber e analisar a prestação de contas do PNAE (enviada pela Entidade Executora) e remeter ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira com parecer conclusivo sobre a regularidade da prestação de contas;

IV - Orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios na área de estoque;

V - Aprovar e participar da elaboração dos cardápios pela nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

VI - Comunicar a Entidade Executora a ocorrência de irregularidades

em relação aos gêneros alimentícios;

VII - Segundo a resolução nº 38 do FNDE, o CAE deve notificar qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE ao FNDE, à Secretaria Federal de Controle, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União;

VIII - Acompanhar a execução das formações continuadas desenvolvidas aos funcionários das unidades educacionais;

IX - Realizar vistorias nas unidades educacionais.

Parágrafo único - Cabe ao CAE desenvolver as atividades previstas na sua lei de criação.

Capítulo II - Da Composição e dos Mandatos

Art. 3º O CAE é constituído por 7 (sete) membros titulares, com a seguinte composição:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II - Dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - Dois representantes de pais de alunos, indicados pelas Associações de Pais e Professores. A escolha deve ser feita em reunião plenária com todas as APP's das escolas do Município sendo registrada em ata e ser assinada por todos os pais presentes;

IV - Dois representantes da Sociedade Civil, indicados pela própria Sociedade Civil. A escolha deve ser feita em reunião plenária de todas as Entidades Cíveis locais. A reunião deve ser registrada em ata e assinada por todos os presentes.

§ 1º - Cada membro titular deste Conselho terá 1 (um) suplente da mesma categoria representada que o substituirá em caso do impedimento;

§ 2º - Fica vedada a indicação do ordenador de despesas da Entidade Executora para compor o Conselho de Alimentação Escolar;

§ 3º - O mandato do CAE será de 4 (quatro) anos, podendo os membros ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos;

§ 4º - O exercício do mandato do conselheiro do CAE é considerado serviço Público relevante e não será remunerado.

§ 5º - Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

a) Mediante termo de renúncia expressa pelo conselheiro

b) Por deliberação do segmento representado através de cópia de ata da reunião;

c) Pelo não comparecimento às sessões do CAE em 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificção no ano vigente;

d) Pelo descumprimento das disposições previstas nesse Regimento.

§ 6º - Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Entidade Executora.

§ 7º - Caso ocorra substituição de conselheiros do CAE, o novo membro será indicado pelo segmento representado para o preenchimento do cargo.

§ 8º - Nos casos de substituição do conselheiro do CAE, o período do seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

Capítulo III - Da Organização

Art. 4º - O CAE terá uma Diretoria composta por 1 (um) presidente e 1 (um) respectivo vice e 1 (um) secretário;

§ 1º - A Diretoria do CAE será eleita e destituída pelo voto de 2/3

(dois terços) dos Conselheiros do CAE presentes em Assembléia Geral, especificamente convocada para este fim.

§ 2º - O presidente e o vice-presidente não poderão ser os representantes do Poder Executivo.

§ 3º - O presidente e o vice-presidente poderão ser destituídos em conformidade ao disposto no regimento interno do CAE, sendo imediatamente eleitos novos membros para completar o período restante do respectivo mandato. Situações previstas no Art. 3º

§ 5º. Caso da vacância da Presidência, o vice deverá assumir e completar o mandato. Um novo vice-presidente deverá ser eleito por maioria simples de votos.

Capítulo IV - Das Atribuições dos Componentes da Diretoria do CAE:

Art. 5º - Do Presidente:

I - Presidir as reuniões do CAE.

II - Tomar as providências necessárias às substituições de Conselheiros, nas suas ausências, impedimentos ou em virtude de dispensas.

III - Representar o Conselho.

IV - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

V - Solicitar as providências e os recursos necessários ao bom funcionamento do Conselho.

VI - Solicitar ao segmento representado a nomeação de um novo membro, quando houver afastamento definitivo de qualquer um dos Conselheiros.

VII - Comunicar à Secretaria Municipal de Educação o término do mandato dos membros do Conselho, para que a Entidade Executora providencie a substituição dos Conselheiros para o novo mandato.

Art. 6º - Do Vice-Presidente

I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos ou vacância de cargo, cabendo-lhe as mesmas atribuições do titular.

Art. 7º - Da Secretaria

I - Será composta pelo (a) Secretário (a).

II - Compete à Secretaria organizar em conjunto com o Presidente e Vice-Presidente a pauta das reuniões, convocação, correspondências, documentos, atas e posteriores encaminhamentos.

Capítulo V - Do Funcionamento

Art. 7º - As reuniões e as assembleias serão:

I - Ordinárias, uma vez por mês, em datas definidas previamente;

II - Extraordinárias, convocadas com antecedências de no mínimo 48 horas, pelo Presidente do CAE ou por solicitação de 1/3 de seus membros;

III - O CAE se reunirá observando-se o quorum de metade mais um de seus membros;

IV - Se após 15 (quinze minutos) do horário marcado para o início da reunião, não houver quorum suficiente, o Presidente do CAE marcará uma nova reunião, a qual será realizada com qualquer número de membros;

V - Acontecerá na 1ª reunião ordinária do ano a análise e emissão do parecer conclusivo sobre a prestação de contas do PNAE, apresentada pela Entidade Executora;

VI - Na ausência do Presidente e Vice-Presidente, ou do Secretário a reunião será presidida pelo Conselheiro indicado pelos demais presentes na reunião.

Art. 8º - As sessões terão os seguintes procedimentos:

I - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

II - Apresentação e discussão dos itens da pauta previstos para a reunião;

III - Apresentação e execução dos relatórios de vistoria;

IV - Apresentação de matérias extra-pauta (assuntos gerais);

V - Encerradas as matérias do dia, as mesmas serão submetidas

à votação simbólica ou nominal, com base no voto da maioria simples dos presentes.

Art. 9º - Este Regimento Interno poderá ser revisto e reformulado pelo voto de dois terços de seus membros, sempre que houver necessidade de inclusão de aspectos considerados essenciais.

Art. 10º - Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos mediante deliberação dos membros do CAE.

Art. 11º - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, março de 2011.

KELLI CRISTINE SILVA SANTOS

Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Decreto Nº 5.520, de 20 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 5.520, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Saúde, MÁRCIA ADRIANA CANSIAN, inscrita no CPF sob nº 887.771.469-72 e a servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do GO-VCONTA, das seguintes contas bancárias:

I - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624021-6;

II - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 186-4 e

III - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 189-9.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.121, de 20 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 3.121, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 04/2012, INSTAURADA PARA APURAR COMETIMENTO DE ATITUDES INDEVIDAS NO ÂMBITO DA EBB NORMA MÔNICA SABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

em relação à Sindicância nº 04/2012, instaurada para apurar cometimento de atitudes indevidas no âmbito da EBB Norma Mônica Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 3.125, de 21 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 3.125, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2013, INSTAURADA PARA APURAR O DESAPARECIMENTO DE UM NOTEBOOK NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 28 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2013, instaurada para apurar o desaparecimento de um notebook na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 3.124, de 20 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 3.124, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS DENUNCIADOS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, E SUA AUTORIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, considerando o teor do Memorando nº 48/2013, da Diretoria Geral de Trânsito - DITRAN,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada Sindicância para apurar os fatos denunciados no Jornal Cruzeiro do Vale, edição nº 1496, de 11 de junho de 2013, envolvendo o desaparecimento dos autos de infrações de trânsito de nº 55634940D a 55634945D, bem como o repasses destas informações ao referido meio de comunicação.

Art. 2º A Sindicância deve ser conduzida por Comissão composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8 e Dulcinéia dos Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de

60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria RH 44/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 44/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Rinaldo Tatsch dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Fundação Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 05/03/2008 a 19/03/2013, devendo folgar a partir de 06/06/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a seus efeitos a 06/06/2013.

Gaspar, 21 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Extrato da Inexigibilidade Nº 116/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Extrato da Inexigibilidade nº 116/2013

Objeto: Inscrição dos servidores Patrícia Scheidt, Márcia Cardoso e Eduardo Junkes, no Curso "Treinamento SICONV Completo", que realizar-se-á entre os dias 26 e 28 de junho de 2013, em Blumenau/SC. Contratado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM (08.940.383/0001-90). Valor Total Julgado: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Base legal: Art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/91.

Gaspar (SC), 18 de Junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 44/2013

RESOLUÇÃO Nº 44/2013

Autoriza a aquisição de equipamentos de informática.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de equipamentos de informática para o regular desenvolvimentos dos trabalhos legislativos;

CONSIDERANDO o resultado do procedimento licitatório realizado pela Edilidade nos termos do Edital de Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Gaspar a firmar contrato com as seguintes empresas:

I - Duraline Tecnologia Ltda - EPP, CNPJ sob nº 05.690.638/0001-15, para aquisição de 06 (seis) microcomputadores com processador de dois núcleos, cache de 3Mb e 3.3GHz de clock e 4Gb de RAM, pelo valor unitário de R\$ 1.915,00 (um mil novecentos e quinze reais), totalizando R\$ 11.490,00 (onze mil, quatrocentos e noventa reais);

II - Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, para aquisição de 04 (quatro) monitores de LED LCD 18,5", pelo valor unitário de R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais), totalizando R\$ 1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais); 04 (quatro) No-break com potência de 800VA, pelo valor unitário de R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais), totalizando R\$ 1.088,00 (um mil e oitenta e oito reais); e 04 (quatro) estabilizadores de 430VA, pelo valor unitário de R\$ 109,00 (cento e nove reais), totalizando R\$ 436,00 (quatrocentos e trinta e seis reais), tudo perfazendo um total de R\$ 2.916,00 (dois mil, novecentos e dezesseis reais); e

III - Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, para aquisição de 01 (um) Switch 24 portas 10/100/1000mbps, pelo valor de R\$ 729,00 (setecentos e vinte e nove reais).

Art. 2º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da seguinte dotação: Órgão: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 Legislativa; Subfunção: 031 Ação Legislativa; Programa: 0001 Manutenção do Legislativo; Projeto: 1.100001 Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 21 de junho de 2013.
Mesa Diretora
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Vereador - Presidente

MARCELO DE SOUZA BRICK
Vereador - Vice Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO
Vereador - Primeiro Secretário

MARLI IRACEMA SONTAG
Vereadora - Segunda Secretária

Guaramirim**PREFEITURA****Aviso de Licitação Rp Nº66/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 66/2013

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PREDIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 08/07/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 08/07/2013 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 24/06/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº23/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2013

Inexigibilidade de Licitação n.º 54/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS E ACADEMIA AO AR LIVRE.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação n.º 54/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC e Fundação do Meio Ambiente.

Fornecedor: CELSO MOACIR GOMES - ME.

CNPJ Nº 15.279.692/0001-26

Valor: R\$ 36.590,00 (trinta e seis mil e quinhentos e noventa reais)

Vigência: 20/06/2013 até 31/12/2013.

Guaramirim-SC, 25 de junho de 2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº24/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2013

Inexigibilidade de Licitação n.º 54/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS E ACADEMIA AO AR LIVRE.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação n.º 54/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC e Fundação do Meio Ambiente.

Fornecedor: KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP.

CNPJ Nº 80.125.305/0001-69

Valor: R\$ 17.180,00 (dezessete mil e cento e oitenta reais)

Vigência: 20/06/2013 até 31/12/2013.

Guaramirim-SC, 25 de junho de 2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Decreto Nº 2505/2013**

DECRETO Nº 2505, de 03 DE JUNHO DE 2013.

Convoca a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual n.º 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 25 de junho de 2013, sob a coordenação do procurador geral do município.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal Clóvis José Busatto e no seu impedimento, pelo procurador geral do município Dr. Melzi Cavazzola.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes da Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo Único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibiam - SC, 03 de junho de 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Secretário Municipal Adm. e Finanças

Edital Conferência das Cidades

EDITAL Nº 001/2013 DE CONVOCAÇÃO PARA A ETAPA MUNICIPAL PREPARATÓRIA DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

O Prefeito Municipal de Ibiam, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Decreto Municipal nº. 2505/13, de 03 de junho de 2013 e nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006; da Resolução Normativa nº. 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades; convoca a todos os segmentos organizados da sociedade municipal e demais cidadãos interessados para participar da Etapa Municipal Preparatória da 5ª Conferência Nacional das Cidades, designação oficial da Conferência, com o tema "Quem Muda as Cidades somos nós:

Reforma Urbana Já!" a realizar-se na Câmara Municipal de Ibiam, no dia 25 de junho de 2013, com início às 14:00 horas.

Edital Eleição Conselho Tutelar 2013

EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO DE ESCOLHA DE SUPLEN-
TES DO CONSELHO TUTELAR

Abre inscrições para a escolha de Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Ibiam, Santa Catarina, estabelece o Calendário Eleitoral e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº 482/2011, estão abertas as inscrições para o Processo de Eleição Complementar dos Conselheiros Suplentes do Conselho Tutelar de Ibiam, Santa Catarina, mandato 2012-2015, período 6/06/2012 a 5/06/2015.

1. DO CARGO E DAS VAGAS

1.1. As vagas de Conselheiros Suplentes a serem eleitos são de cinco (5) membros.

1.2. A função do Conselheiro Suplente, será exercida em caso de afastamento temporário ou exoneração do titular.

2. DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante, e a remuneração, conforme Lei Municipal Nº 482/2011 corresponde:

I - Vencimento de R\$678,00(seiscentos e setenta e oito reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - Cobertura previdenciária;

III - Gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30(trinta) dias, acrescidas de 1/3(um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - Licença-maternidade;

V - Licença-paternidade;

VI - Gratificação natalina

§1º Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta na Lei 482/2011 e alterações posteriores.

§2º A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do Conselheiro no mês de Dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

§3º A função do Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Ibiam.

2.4. Ficam assegurados ao servidor público Municipal eleito, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.5. O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7:30 as 11:30h e das 13:00 as 17:00h;

2.5.1. Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.2. Durante os plantões de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. O registro das Candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 24.06.2013 a 16.07.2013, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Av. 20 de Julho, 741, telefone (49)3534-0182.

3.2. Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencham os seguintes requisitos, comprovados no ato de inscrição:

I - Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - Idade superior a 21(vinte e um) anos;

III - Residir no Município de Ibiam, demonstrada através de comprovante de residência dos últimos 3(três) meses anteriores à publicação do Edital;

IV - Ser inscritos como eleitor no Município de Ibiam, comprovado através de título de eleitor;

V - Estar em dia com suas obrigações eleitorais, demonstrado através da apresentação do comprovante de votação da última eleição;

VI - Apresentar atestado médico que comprove estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;

VIII - (Demais requisitos da Lei Municipal).

IX - Apresentar uma foto 3 x 4 recente;

X - Ficha de inscrição devidamente preenchida com letra de forma, sem emendas, rasuras ou ressalvas e assinada, a qual será fornecida no local das inscrições.

3.3. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá apresentar requerimento endereçado ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, acompanhado da documentação comprobatória (originais e cópias) dos requisitos citados acima.

3.4. No requerimento de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, relacionados acima, o instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive e todo aquele que não foi penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar.

3.6. O Servidor público Municipal que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.7. Não será aceita inscrição, em nenhuma hipótese, com ausência de algum documento exigido neste Edital e que não atenda rigorosamente ao estabelecido no mesmo.

3.8. Não será aceita a inscrição do Conselheiro Tutelar que já cumpriu dois mandatos consecutivos, conforme determina o Art.132 da Lei Nº 8.069/1990.

3.9. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, terá como consequência a nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como serão nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.10. Nenhum registro será admitido fora do período de inscrição.

4. DA PUBLICAÇÃO DAS CANDIDATURAS.

4.1. Na data de 17.07.2013, será publicado edital, com a relação de candidatos inscritos, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum da Comarca de Tangará, para ciência pública.

4.2. A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica terá o período 18.07.2013 a 19.07.2013, em horário de atendimento ao público, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, para impugnar a candidatura, oferecendo prova do alegado.

4.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se sobre a impugnação, de forma escrita, no período de 22.07.2013 a 23.07.2013, em horário de atendimento ao público na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam.

4.4. A comissão eleitoral terá o período de 24.07.2013 a 25.07.2013, para apresentar resposta quanto às impugnações.

4.5. Na data de 26.07.2013, será publicado edital com a relação dos candidatos que tiverem suas inscrições aprovadas, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Ibiam e Câmara de Vereadores.

5. DA PROPAGANDA ELEITORAL

5.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados, em especial promessa de resolver eventuais demandas que não são atribuições do Conselho Tutelar.

5.2. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

5.3. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

5.4. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas de notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

5.5. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedada aos mesmos, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

6. DA ELEIÇÃO

6.1. A eleição será realizada no dia 10.08.2013, no horário de 08h00min às 17h00min, na Seção instalada no Centro Educacional Elisiane Titon.

6.2. A eleição será divulgada pela Comissão Eleitoral.

6.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

6.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

6.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, O Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

6.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

6.7. A eleição será fiscalizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

6.8. O eleitor votará uma única vez em até 5(cinco) candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

6.9. O sigilo do voto é assegurado mediante isolamento do eleitor em cabine apenas para efeito de votação do candidato.

6.10. A eleição será presidida e fiscalizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão Eleitoral.

7. DO VOTO

7.1. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Podem votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até 03(três) meses antes da eleição.

7.2. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabine indevassável.

7.3. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidatos(s) escolhido(s).

8. DA CÉDULA OFICIAL

8.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, com indicação do número e nome do(s) candidatos(s).

8.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

8.3. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

8.4. Constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número, na cabine indevassável.

9. DAS MESAS RECEPTORAS

9.1. A seção eleitoral corresponde a uma mesa receptora de votos, atuando os Membros da Comissão Eleitoral.

9.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um

Mesário e um Secretário, escolhidos pela comissão eleitoral.

9.3. O Primeiro Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhe, ainda assinar a ata da eleição.

8.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição.

9.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Primeiro Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

9.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, juntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

10. DAS MESAS RECEPTORAS

10.1. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir a Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

III - Proceder à apuração dos votos, através da contagem manual.

10.2. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

10.3. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

A) Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

B) O cônjuge ou o(a) companheiro(a) do candidato;

C) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

11. DA APURAÇÃO

11.1. A apuração dar-se-á manualmente pela contagem, no próprio local de votação, através dos membros das Mesas Receptoras de Votos, com a presença da Comissão Eleitoral.

11.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

11.3. Após o termino das votações Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

11.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

11.5. Serão considerados eleitos os 05(cinco) primeiros candidatos mais votados, ficando os 05(cinco) seguintes como suplentes, de acordo com o número de sufrágios recebidos.

11.6. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência a área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição;

11.7. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

12. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

12.1. O resultado da eleição será publicado no dia 12.08.2013, através de Edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Ibiam, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

12.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam.

12.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será na data de 16.08.2013.

12.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumira o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

12.5. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, sendo os suplentes também convidados a participar.

13. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1. Ter cumprido integralmente todas as etapas e requisitos constantes neste Edital e no Processo de Eleição dos membros dos Conselhos Tutelares.

13.2. Ter sido eleito Conselheiro Tutelar entre os cinco candidatos mais votados e em caso de vacância do cargo, os suplentes serão convocados na ordem crescente de classificação.

13.3. Assinar o termo de posse e exercício de cargo.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei Nº8.069/1990 e na Lei Municipal Nº482/2011, sem prejuízo das demais leis afetas.

14.2. O ato de inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

14.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

14.4. As datas e locais para a realização de eventos relativos ao presente Processo Eleitoral constantes neste Edital poderão sofrer alterações em casos especiais, o que será oportunamente publicado em novo Edital.

14.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam.

14.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam.

14.7. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

14.8. O Conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

14.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir as

questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.10. A integral do Edital poderá ser obtido no Site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 19 de junho de 2013.

CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Presidente

Ilhota

PREFEITURA

Decreto Nº 026/2013

Decreto nº 026/2013

cria e denomina de "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA GIANNA", UNIDADE EDUCACIONAL LOCALIZADA NA RUA ANTONIO BATISTA CURBANI, 125, NO BAIRRO CENTRO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 72, IV da Lei Orgânica, e considerando a necessidade de atendimento da demanda existente na área de educação infantil do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica criado um Centro de Educação Infantil, localizado na RUA ANTONIO BATISTA CURBANI, 125, CENTRO, vinculado à Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 2º A unidade educacional criada neste Decreto é denominada de "Centro de Educação Infantil Professora Gianna".

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 19 de junho de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Edital SEAGP Nº 051/2013

EDITAL SEAGP Nº 051/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo

Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Junho a 19 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 051/2013

Motorista

ADRIANO CARDOSO FARIAS

LEANDRO ANTUNES PINTO

Edital SEAGP Nº 052/2013

EDITAL SEAGP Nº 052/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Junho a 19 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar,

perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 052/2013

Agente Comunitária de Saúde área 08

MIRIAN DE SOUZA ALVES

Edital SEAGP Nº 053/2013

EDITAL SEAGP Nº 053/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Junho a 19 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 053/2013

Motorista

DEVID DOS SANTOS

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto N.º 2434/201

DECRETO N.º 2434/2013.

"Institui Comissão Especial para Avaliação de Imóveis no Município de Irineópolis e dá outras Providências."

O Prefeito Municipal de Irineópolis. Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, e, insculpidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis no Município.

Art. 2º A Comissão Especial de Avaliação de que trata este será tem como objetivos e atribuições identificar e dar valor a imóveis localizados no Município de Irineópolis, especialmente para fins de composição da Planta de Valores, desapropriações, permutas, investimentos, doações, compra e venda, dação em pagamento, cobrança de IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas, bem como todos e quaisquer atos administrativos que dependam de avaliação prévia.

§ 1º Para cumprir os objetivos fixados no caput deste artigo, a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis levará em consideração os seguintes critérios e fontes normativas para fins de elaboração dos respectivos laudos:

I. O preço praticado pelo mercado imobiliário, mediante pesquisas em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos, desconsiderados fatores que, comprovadamente, resultem da prática de distorções especulativas;

II. As normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

III. A localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias, atendidos os padrões de habitabilidade;

IV. Será considerado, para fins de cobrança de contribuição de melhoria, acréscimo de valor econômico, no patrimônio de particulares, localizados na área de influência das melhorias realizadas;

V. Nos conjuntos habitacionais, a vistoria das unidades autônomas será efetuada por amostragem;

VI. O preço apurado para os imóveis será reajustado pela variação do Índice Geral de Preços Médios - IPGM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, verificado entre a data de publicação do laudo de avaliação e a da sua aplicabilidade.

§ 2º A Comissão terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de solicitação do respectivo serviço, para a apresentação dos laudos finais de avaliação.

Art. 3º A Comissão Especial que trata o presente Decreto será composta pelos seguintes membros:

I - Presidente: Reinaldo Stasiak;

II - Secretário: Robson Luiz da Silva;
III - Membros:
a) Adilson Alcântara Jung;
b) Cintia Adriane Schapievski;
c) Francisco Eraldo Konkol;
d) José Alfredo Pinto;
e) Jullian Sidor;
f) Lindamir Coelho Figura;
g) Juliana Jacobovski.

Art. 4º A Comissão nomeada pelo artigo anterior terá validade para o biênio 2013/2014, podendo ser reconduzida.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de Junho de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Portaria Nº 222, de 21 de Junho de 2013

Dispõe sobre designação de responsável para representação e recebimento de equipamentos junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/SC.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a contemplação do município de Irineópolis/SC na ação de equipagem do Conselho Tutelar realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/SC;

Considerando a necessidade de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos do município de Irineópolis,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora WIANEY DE CÁSSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, portadora do RG nº 5.104.357-0 SSP/SC, e inscrita no CPF nº 811.060.769-15, para ser a representante da Prefeitura Municipal de Irineópolis/SC, junto à (SDH) Secretaria de Direitos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis/SC, 21 de junho de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 34/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Janaina dos Santos Martins Zucco- EPP, Luis Kaminski- ME, Máxima Papelaria Eireli, Papelaria São Bento Ltda- EPP.

Irineópolis, 21 de junho de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Homologação Processo N.º 08/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Janaina dos Santos Martins Zucco e Royal Distribuidora Ltda EPP.

Irineópolis, 24 de junho de 2013.
GISELI KEMPINSKI
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 95/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 95/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratado: Janaína dos Santos Martins Zucco- EPP

Objeto: Aquisição de materiais didáticos para as escolas da rede municipal para o ensino fundamental e ensino infantil, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 8.413,32(oito mil, quatrocentos e treze reais e trinta e dois centavos).

Vigência: 21/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 34/2013 - Pregão Presencial 17/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 96/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 96/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratado: Luis Kaminski- ME

Objeto: Aquisição de materiais didáticos para as escolas da rede municipal para o ensino fundamental e ensino infantil, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 14.425,85(quatorze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais, oitenta e cinco centavos).

Vigência: 21/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 34/2013 - Pregão Presencial 17/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 97/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 97/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratado: Máxima Papelaria Eireli

Objeto: Aquisição de materiais didáticos para as escolas da rede municipal para o ensino fundamental e ensino infantil, com entrega

parcelada.

Valor: R\$ 23.283,01(vinte e três mil, duzentos e oitenta e três reais e um centavo).

Vigência: 21/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 34/2013 - Pregão Presencial 17/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 98/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 98/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Papelaria São Bento Ltda- EPP

Objeto: Aquisição de materiais didáticos para as escolas da rede municipal para o ensino fundamental e ensino infantil, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 20.268,78(vinte mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Vigência: 21/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 34/2013 - Pregão Presencial 17/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Termo Aditivo

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Processo Licitatório nº 18/2012- Pregão Eletrônico Nº 16/2012. Objeto: Aquisição de medicamentos para uso e distribuição nas Unidades Sanitárias e PSF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Comercial Cirurgica Rioclaresense Ltda. Cláusula Primeira: Fica acrescido em 25% a homologação do item: Hidroclorotiazida 25 mg. Fica acrescido mais 87.500 comprimidos. 24/06/2013.

JUCEMARA SCHMITZ
Secretária Municipal da Saúde.

Itapoá

PREFEITURA

Convite Nº 08/2013 - Processo Nº 65/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 03/07/2013 às 11h00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 11h:30min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 65/2013, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a construção de cerca em tela galvanizada revestida de PVC para Creche Municipal Pró Infância localizada a Avenida José da Silva Pacheco - Balneário São José, conforme especificações constantes no Anexo I, Projeto Básico, ART, e Planilha Orçamentária, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br. Para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 24 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.329 de 20 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 4.329 DE 20 DE JUNHO DE 2013.
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CMDE, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, de que trata a Lei nº 3.721/07 e alterações, fica assim constituído:

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO OESTE CATARINENSE
ALEXANDRO BARCELLA - Titular
LUIS FERNANDO RIGHI - Suplente

REPRESENTANTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI - Titular
ALUIR FLEMMING - Suplente

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA - ASSAJHOL
DGIMI PARNO - Titular
DJALMA HENRIQUE HACK - Suplente

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL
LUIZ SERGIO BELLÓ - Titular
PABLO DE MENEZES CALLUANS - Suplente

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS DO VALE DO RIO DO PEIXE
MANOEL DALL'OGGIO DE MORAES - Titular
CASSIO CECCONELLO - Suplente

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE SANTA CATARINA - SUBSEÇÃO DE JOAÇABA
ELISANGELA SCHAITEI - Titular
FAUSTO OURIQUES - Suplente

REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE DO OESTE CATARINENSE - UNOESC
ALCIOMAR ANTÔNIO MARIN - Titular
TÂNIA APARECIDA DURIGON - Suplente

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DO DISTRITO INDUSTRIAL DE JOAÇABA - ASSEDIJ
ANTONIO LUIZ DE MIRANDA - Titular
NELSON FICAGNA - Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SDR JOAÇABA
ISRAEL CASAGRANDE - Titular
MAICON ESTEFANI PIOVESAN - Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO
JORGE RONALDO POHL - Titular
DANTE D'AGOSTINI - Suplente

REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DO
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EULO ANTONIO BALVEDI - Titular
SUELEN FERREIRA FRANÇA - Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
DELCIR DOTTI - Titular
JAISON STRAPASSOLA - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 20 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PL 55/2013/PMJ - PP 31/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 55/2013/PMJ,
- Modalidade: PP 31/2013/PMJ.

Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos, condicionadores de ar, utensílios de cozinha, persianas, móveis e brinquedos infantis, roupas de cama e outros materiais, destinados à manutenção das creches da rede municipal de ensino.

- Empresa Vencedora:

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

VALOR R\$ 4.866,00

DILSO LUIZ FRAPORTI

VALOR R\$ 100,00

KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME

VALOR R\$ 9.688,80

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 6.589,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

VALOR R\$ 2.286,60

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Nota de Anulação

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
NOTA DE ANULAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2013/FMS
EDITAL PP Nº 24/2013/FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de enfermagem das Unidades de Saúde (ESF's) do Município de Joaçaba, SC. MOTIVO: Considerando o conteúdo do parecer jurídico de 20/06/2013, emitido em resposta à impugnação feita pela empresa MF DE ALMEIDA E CIA LTDA em 19/06/2013, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo os pressupostos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

1. ANULAR o presente processo licitatório e determinar a abertura de outro na modalidade correspondente.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

MARCOS WEISS
Gestor do FAS

Contrato Nº 03/2013 - FAS - TA 01

CONTRATO Nº 03/2013 - FAS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Gestor e Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa GUILHERME BRAGHIROLI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.638.257/0001-27, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 440, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. OLMAR LUIZ BRAGHIROLI, portador da Carteira de Identidade nº 459.992 e CPF nº 294.839.219-53, residente e domiciliado na RUA LUIZ SPECHT, 270 - 1º ANDAR, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 03/2013/FAS, firmado em 16/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2012/FMAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 7/2012/FMAS, homologado no dia 16/01/2013, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços e projetos mantidos pela Secretaria Municipal de Ação Social pelo período de 06 (seis) meses, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

As despesas provenientes da execução deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO

11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações diretas

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações diretas

2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0050.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações diretas

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - PREFEITO

GILHERME BRAGHIROLI ME
OLMAR LUIZ BRAGHIROLI

SIMAE

Pregão JHL 0022/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0026/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2013
PROTOCOLO JHL 1383/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0022/2013 - Licitação 0026/2013, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE HIDRÔMETROS E CONEXÕES A SEREM UTILIZADOS NAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EFETUADAS PELO SIMAE - EXERCÍCIO 2013.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 05/07/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 05/07/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 25/06/2013 a 05/07/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 25 de Junho de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

PP 46 e 47-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 47-2013 PML

Objeto: Locação de Equipamentos para Fornecimento de Cópias, Impressões e Digitalizações de Documentos com Manutenção de Toners, Cartuchos e Papéis.

Tipo: Menor Preço Mensal ote
Abertura: 08/07/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 29.133,33

Modalidade: PP 47-2013 PML

Objeto: Fornecimento de Massa Asfáltica

Tipo: Menor Preço Global ote

Abertura: 09/07/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 155.000,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem Ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de junho de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Rerratificação PP 28/2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2013 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS PARA USO NA ZOONOSSES (USO VETERINÁRIO) NO ANO DE 2013.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

NO ITEM 16.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LEIA-SE:

16.4.1 Dos Fabricantes:

16.4.1.1 Cópia da Licença Sanitária, em vigência;

16.4.1.2 Cópia da Autorização de Funcionamento de Empresa, pertinente a atividade de industrialização;

16.4.1.3 Autorização Especial (AE);

16.4.1.4 inscrição no Conselho Regional de Farmácia (CRF);

16.4.1.5 Autorização de Funcionamento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);

16.4.1.6 Inscrição no Conselho Regional de Medicina veterinária (CRMV)

16.4.2 Das Distribuidoras:

16.4.2.1 Cópia da Licença Sanitária, em vigência;

16.4.2.2 Cópia da Autorização de Funcionamento de Empresa, pertinente a atividade de distribuição;

16.4.2.3 Autorização Especial (AE);

16.4.2.4 inscrição no Conselho Regional de Farmácia (CRF);

16.4.2.5 Autorização de Funcionamento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);

16.4.2.6 Inscrição no Conselho Regional de Medicina veterinária (CRMV).

16.4.3 Das Dispensadoras:

16.4.3.1 Cópia da Licença Sanitária, em vigência;

16.4.3.2 Cópia da Autorização de Funcionamento de Empresa, pertinente a atividade de dispensação, em vigência.

16.4.3.3 Autorização Especial (AE);

16.4.3.4 inscrição no Conselho Regional de Farmácia (CRF);

16.4.3.5 Autorização de Funcionamento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);

16.4.3.6 Inscrição no Conselho Regional de Medicina veterinária (CRMV)

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 21 de junho de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Extrato de Contrato 01/2013 - FME
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGES, inscrita no CNPJ sob nº 78.497.559/0001-66, com sede à Rua Antônio Ribeiro dos Santos, 400, anexo ao Ginásio Jones Minosso, nesta cidade.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DO PLANALTO SERRANO E EVENTOS ESPORTIVOS - AAPSEE, inscrita no CNPJ sob nº 11.415.464/0001-85, com sede na Praça Erasmo Furtado, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Prestação de Serviços de Arbitragem nos JOCOL - Jogos Comunitários de Lages/2013, de 374 partidas de Futebol de Campo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 04/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 71.557,42 (setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 01/2013 - FUNREBOM
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADO: SERGIO ANTONIO SILVA TODESCHINI, inscrito no CPF sob nº 250.656.969-34, residente e domiciliado à Rua do Rosário, 128 - Lages/SC - cep:88.502-240 - fone:49/99279958.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Profissional Autônomo na Área de Engenharia Civil, para Prestação de Serviços de Assessoria, Análise de Projeto de Prevenção contra Incêndio, Emissão de Parecer Técnico e Vistorias, na Seção de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros de Lages.

- Horário de trabalho: de segunda a sexta-feira das 13:00 às 19:00 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 15/03/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.599,00 (três mil , quinhentos e noventa e nove reais) por mês.

Lages, 12 de junho 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 34/2013 Hmhl
EDITAL DE PREGAO Nº034/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, através do Hospital Municipal Henrique Lage, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 05 de julho de 2013 às 09h

(RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Veterli, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de medicamentos e material hospitalar para Hospital Municipal Henrique Lage. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações e no site www.lauromuller.sc.gov.br, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de junho de 2013.
FABIO LEAL
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 040/2013

DECRETO Nº 040/2013 de 16 de maio de 2013.

Nomeia comissão responsável pela 1ª Conferencia Municipal das Cidades do município de Lebon Régis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Preparatória Municipal da 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, a se realizar no dia 28 de junho de 2013, na as de reuniões da Secretaria Municipal do Bem Estar Social, conforme abaixo segue:

Tito Hurbem de Melo

Rosane Regina de Souza

Cleuza M R Tomacheuski

Rosane Ap Pahl

Rosemeri Furtado Schefmacher

Marcos Antonio Ferreira

Adevilson Carlos Pires

Morgana Brocardo Dias

Eny Ap T. Cofferi

Tatiana Aparecida dos Santos Rosa

Art. 2º Fica designado para as atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal a Servidora Pública Municipal Rosane Souza.

Art. 3º As atividades da Comissão, instituída por este Decreto, terão duração até o mês de dezembro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 16 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 052/2013

DECRETO Nº 052/2013 21 de junho de 2013.

REGIMENTO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 1ª Conferência Municipal da Cidade do Município de Lebon Régis, convocada pelo Decreto 028/2013, de 26 de abril de 2013, será realizada nas dependências do CRAS, no dia 28 de junho de 2013, e terá as seguintes finalidades:

I - Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade lebonregense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de Lebon Régis;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização da conferência das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano em Lebon Régis;

V - deliberar sobre a natureza, composição e atribuições do Conselho Municipal das Cidades;

VI - avaliar o sistema de gestão e implementação da política urbana, tendo por base a relação com a sociedade na busca da construção de uma esfera público-participativa;

VII - avaliar os instrumentos de participação social na elaboração e implementação das diversas políticas públicas;

VIII - propor a periodicidade, a convocação e a organização das próximas Conferências das Cidades;

IX - eleger os delegados (as) para a etapa estadual.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO

Art. 2º - A Conferência Municipal das Cidades do município de Lebon Régis, adotará o tema nacional: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Parágrafo Único - A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, será integrada por representantes do Poder Público; dos Movimentos Populares; das Entidades Sindicais; das Entidades Empresariais; das Entidades Profissionais; das Organizações não Governamentais.

Art. 3º A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, tem abrangência local e, consequentemente, suas análises, formulações e proposições devem ter essa dimensão.

Parágrafo Único - Todos os (as) participantes presentes à 1ª

Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art. 4º A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, será realizada sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal juntamente com a Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

CAPÍTULO III

DO TEMÁRIO

Art. 5º A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis desenvolverá os seus trabalhos a partir do tema "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já".

Parágrafo Único - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.

Art. 6º A Comissão Preparatória se responsabilizará pela elaboração do documento sobre o temário central e textos de apoio, baseado no texto base nacional, que subsidiarão as discussões da 1ª Conferência.

Art. 7º A 1ª Conferência será composta de mesas de debates, plenária de deliberação, eleição dos delegados, e ato público.

Art. 8º A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Secretaria de Estado do Planejamento.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 9º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades a 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, terá uma Comissão Preparatória.

Art. 10 A Comissão Preparatória será composta por 10 membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 11. Cabe à Comissão Preparatória:

I - definir o Regimento, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados(as) para a etapa municipal e estadual, respeitadas as definições deste regimento e dos regimentos estadual e nacional, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 18;

II - definir data, local, temário e pauta da Conferência;

III - elaborar os documentos técnicos e textos de apoio;

IV - promover adequada divulgação da 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis;

V - elaborar o Relatório Final da 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis.

§ 1º A Comissão Preparatória Municipal enviará as informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário nacional, sem prejuízo das questões municipais, regionais e estaduais.

Art. 12 Os resultados da Conferência devem ser remetidos à Comissão Preparatória Estadual e à Comissão-Executiva Nacional, até 5 dias após a realização das mesmas.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 13 As despesas com a organização geral e com a realização da 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VI DOS PARTICIPANTES

Art. 14 A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, aberta ao público, deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do art. 18.

Art. 15 Os participantes da 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, elegerão os 04 (quatro) delegados municipais à 5ª Conferência Estadual das Cidades, conforme o Anexo I, constante do regimento da 1ª Conferência Estadual das Cidades;

Art. 16 Os(as) delegados(as) a serem eleitos(as) na 1ª Conferência deverão representar os diversos segmentos, citados no art. 18.

Parágrafo Único - a composição dos delegados (as) municipais obedecerá o parágrafo único do art. 14º, do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 17 Os participantes da 1ª Conferência poderão se distribuir em duas categorias:

I - representantes dos segmentos citados no art. 18, com direito a voz e voto;

II - observadores (as) com direito a voz.

Art. 18 A representação dos diversos segmentos na 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos municipais

II - organizações da sociedade civil

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais,

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano,

V - entidades profissionais, acadêmicas.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 21 de junho de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 28/2013

DECRETO Nº 028/2013 - De 26 de abril de 2013.

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Regis, a se realizar no dia 28 de junho de 2013, as 13:30 horas na sala de reuniões do Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, na Rua Waldir Ortigari nº 74, ao lado do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Bem Estar Social.

Art. 2º A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Régis desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já".

Art. 3º A 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Regis será presidida pelo Prefeito ou, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária Municipal de Bem Estar Social.

Art. 4º O Prefeito expedirá, Decreto, com o regimento da 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Regis.

Parágrafo Único - O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 1ª Conferência Municipal das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Lebon Regis, correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 28 de abril de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 419/2013

PORTARIA Nº 419 DE 24 DE JUNHO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LEANDRO CARLOS DE SOUZA, para exercer o cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 24/06/2013, ficando sua vaga

vinculada ao afastamento de Sandra Marcia Wildner.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 24 de junho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 420/2013

PORTARIA Nº 420 DE 24 DE JUNHO DE 2013

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JEFERSON BERTE DOS SANTOS, para exercer o cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 24/06/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Sonia Maeberg de Marafigo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 24 de junho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Extrato Decisão de Impugnação ao Edital

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo de Licitação n. 08/2013

Pregão: 05/2013

Impugnante: Líder Suprimentos para Informática Ltda.

Decisão da Pregoeira: Conhecer da impugnação e dar parcial provimento.

LEBON RÉGIS, 24 de junho de 2013.

Extrato Pregão Presencial Nº 21/2013 - Processo Licitatório Nº 37/2013

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Pregão Presencial nº 21/2013 - Processo Licitatório nº 37/2013

O Município de Lebon Régis leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global. Objeto: contratação de pessoa física ou jurídica habilitada e/ou credenciada junto à Federação Catarinense de Futebol, para prestar serviços de arbitragem em jogos do Campeonato Municipal de Futsal e Futebol de Campo. Recebimento da documentação e das propostas até as 10h do dia 05/07/2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 10h10min do mesmo dia. Obtenção do edital: lebonregis.sc.gov.br ou pelo fone/fax: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 24 de Junho de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira

Extrato Pregão Presencial Nº 22/2013 - Processo Licitatório Nº 38/2013

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Pregão Presencial nº 22/2013 - Processo Licitatório nº 38/2013

O Município de Lebon Régis leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM. Objeto: aquisição de Filtros e Óleos Lubrificantes com a finalidade de atender as necessidades de lubrificação e conservação dos veículos e maquinários pertencentes ao município de Lebon Régis-SC, conforme Termo de Referência, Anexo I do edital. Recebimento da documentação e das propostas até as 13h30 do dia 05/07/2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 13h40min do mesmo dia. Obtenção do edital: lebonregis.sc.gov.br ou pelo fone/fax: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 24 de Junho de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira

Retificação de Extrato de Edital

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Pregão Presencial nº 20/2013 - Processo Licitatório nº 36/2013

O Município de Lebon Régis leva ao conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO do Extrato de Edital do Pregão Presencial nº 20/2013 cujo objeto é contratação de empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar, conforme linha descrita no objeto (Linha11), destinado a discentes da rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Lebon Régis. Onde se lia: "Recebimento da documentação e das propostas até as 09h do dia 03/07/2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 9h10min do mesmo dia"; leia-se: "Recebimento da documentação e das propostas até as 08h30min do dia 05/07/2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 08h40min do dia 05/07/2013".

THACYANA CANALLE

Pregoeira

Leoberto Leal

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 046/2013 Pregão Presencial Nº 038/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2013

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa para organização, segurança, divulgação, sonorização, iluminação e banda musical para o evento da Festa do Colono e do Motorista, a realizar-se no dia 21 de Julho de 2013, no Município de Leoberto Leal, conforme especificações contidas no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 038/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 05 de julho de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 21/06/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1638

DECRETO Nº 1638 de 17 de junho de 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1076 de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, as Modalidades de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: 13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
R\$ 40.000,00

Categoria Econômica - 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
R\$ 12.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
R\$ 12.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 64.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: 13.FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
R\$ 64.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 64.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de junho de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1639

DECRETO Nº 1639 de 19 de junho de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22 da Lei nº 1.076, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.710,00 (hum mil e setecentos e dez reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 66 - Vigilância em Saúde criando a Modalidade de Aplicação e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2013, atribuído à atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.305.0016.2019 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos - 0.3.66 - Vigilância em Saúde
R\$ 1.710,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de junho de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

2º Apostilamento Arp PML.0008.12

2º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML. 0008/2012

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0008/2012 de 07/08/2012, proveniente do Processo Licitatório nº 0065/2012, Pregão nº 0031/2012, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CANSAN TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei

8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0008/2012 de 07/08/2012, proveniente do Processo Licitatório nº 0065/2012, Pregão nº 0031/2012, incluindo a dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.32.99 - Outros materiais de distribuição gratuita

EMEPNHAMENTO ORDINÁRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.305.0016.2019 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica

Reduzido 021

Fonte 0366 - Vigilância em Saúde

Luzerna(SC), 19 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 246/2013

PORTARIA n.º 246/2013

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRA CIVIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 266/2010 da senhorita SERGIANE BIFF, ocupante do cargo de Engenheira Civil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 13/05/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

Portaria N.º 247/2013

PORTARIA n.º 247/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ANGELA MARIA VALNIER DE LUCA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Cláudia Casagrande Gonçalves, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 248/2013

PORTARIA n.º 248/2013

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARJARA DE SOUZA RAMILIO DA SILVA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição à servidora Cláudia Casagrande Gonçalves, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Registro de Preços Nº 060/2013

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2013. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COBERTORES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 04/07/2013 - 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 40/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS OFICINAS DO CAPS (CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL) PARA AUXILIAR NO TRATAMENTO PSICOTERÁPICO E NA REINserção social DOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 05/07/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 05/07/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 25 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Ata Registro de Preço Nº 114/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços PMN nº 114/2012. O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 114/2012, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 114/2012 - contendo os preços registrados pelas empresas listadas abaixo:

Empresa: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
Valor: R\$ 120.840,56 (cento e vinte mil oitocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
Valor: R\$ 118.297,56 (cento e dezoito mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Empresa: METROMED - COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES LTDA.
Valor: R\$ 6.230,70 (seis mil duzentos e trinta reais e setenta

centavos).

Empresa: DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
Valor: R\$ 77.470,00 (setenta e sete mil quatrocentos e setenta reais).

Empresa: CREMER S/A
Valor: R\$ 201.615,60 (duzentos e um mil seiscentos e quinze reais e sessenta centavos).

Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Valor: R\$ 87.188,00 (oitenta e sete mil cento e oitenta e oito reais).

Empresa: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor: R\$ 623.802,00 (seiscentos e vinte e três mil oitocentos e dois reais).

Empresa: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES
Valor: R\$ 58.527,90 (cinquenta e oito mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa centavos)

Vigência: 10/06/2014.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 10 de junho de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço Nº 73/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 73/2013. O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 73/2013, relativa ao Pregão Presencial nº 73/2013 - contendo os preços registrados pela empresa BARKI DISTRIBUIDORA LTDA, no valor de R\$ 38.222,00 (trinta e oito mil duzentos e vinte e dois reais).

Vigência: 20/06/2014.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 20 de junho de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Legislativa Número 018/2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 018/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.
NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, Rogéria Moreira Inácio inscrita no CPF nº 850.663.389-34, para o cargo em comissão de

Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 18 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria Legislativa Número 021/2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 021/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.
NOMEIA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Senhora, Luciana Rocha Cardozo inscrita no CPF nº 854.003.359-34, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 01 de fevereiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Trento

PREFEITURA

Termo de Retificação e Ratificação

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NOVA TRENTO/ SC
TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
Chamamento Público Auxiliar de Enfermagem

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA o Chamamento Público para contratação de Auxiliar de Enfermagem, alterando a Especificação do Título, que passa a vigorar com a seguinte redação: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.
Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições do Chamamento permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 21 de Junho de 2013.
MAXILIANO DE OLIVEIRA
Secretário de Saúde

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei Nº 472/2013

Lei nº 472 de 20 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO I

DA NATUREZA E DO OBJETIVO

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, cujos membros, empossados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I. Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, acompanhando a sua execução;

II. Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar o Plano Municipal de Assistência Social e acompanhar a sua execução;

III. Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades e efetiva participação dos segmentos de representação no conselho;

IV. Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

V. Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos da esfera de governo estadual e ou federal, alocados no fundo municipal de assistência social;

VI. Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, o desempenho dos benefícios, dos serviços sócio-assistenciais, dos programas e projetos aprovados na Política de Assistência Social Nacional, Estadual, e Municipal;

VII. Aprovar o plano de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS);

VIII. Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social de âmbito municipal mediante Resolução específica e propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das mesmas que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

IX. Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social, para a proteção social básica e a proteção social especial;

X. Aprovar o Relatório Anual de Gestão;
XI. Elaborar e publicar seu Regimento Interno, o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento em prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
XII. Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;
XIII. Aprovar o pleito de habilitação do município;
XIV. Aprovar a Declaração do gestor municipal comprovando a estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento do benefício de prestação continuada/ BPC e benefícios eventuais;
XV. Emitir declaração comprovando o funcionamento da sistemática de monitoramento e avaliação de proteção social básica e proteção social especial;
XVI. Emitir declaração comprovando a existência de estrutura e de técnico de nível superior responsável pela Secretaria Executiva, do Conselho Municipal de Assistência Social;
XVII. Analisar e emitir parecer conclusivo acerca da regularidade de aplicação dos recursos no âmbito da Assistência Social;
XVIII. Aprovar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Físico-financeiro anual do governo federal no sistema SUAS/WEB;
XIX. Convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, num processo articulado com a Conferência Estadual e Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;
XX. Autorizar mediante resolução específica o pagamento de despesas com transporte, hospedagem e alimentação dos delegados municipais da sociedade civil eleitos na conferência municipal de Assistência Social para participar de conferências estaduais e nacionais;
XXI. Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;
XXII. Aprovar os instrumentos de Informação e Monitoramento instituídos pelos governos, estadual e federal;
XXIII. Propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;
XIX. Divulgar e promover a defesa dos direitos sócioassistenciais;
XX. Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.
XXI - Propor modificações nas estruturas organizacionais das secretarias municipais, órgãos da administração pública, ligadas a política de assistência social para a garantia da qualidade dos serviços executados.

Art. 3º - Compete ao município:

I - Co-financiar a política de Assistência Social com Estado e União devendo os recursos ser alocados no fundo de assistência social destinados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política.

II - Co-financiar com as demais esferas de governo os benefícios eventuais enquanto provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

III - Executar projetos de enfrentamento a pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

IV - Executar os serviços socioassistenciais da Política de Assistência Social de forma continuada visando a melhoria da qualidade de vida da população observando os objetivos, diretrizes e princípios estabelecidos na lei do SUAS.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO III

Art. 4º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, terá a seguinte composição:

I - Do Governo Municipal:

- a. Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b. Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c. Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- d. Um representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- e. Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

II - Da Sociedade Civil:

- a. Três representantes de Usuários vinculados aos programas, projetos e serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade no âmbito municipal escolhidos de forma democrática através de fóruns;
- b. Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- c. Um representante de clubes de serviços.

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 2º Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§ 3º Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas, e em regular funcionamento.

§ 4º Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente, enquanto novas entidades surjam, que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.

§ 5º Os representantes da Sociedade Civil, serão eleitos em fórum próprio e/ou fórum único.

Art. 5º A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I. O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II. Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

III. Cada membro titular do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

IV. As decisões do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções;

V. O CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

VI. O CMAS buscará aplicar o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil.

VII. Os conselheiros que faltarem injustificadamente a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas, serão afastados bem como a entidade a que representa, assumindo o representante da entidade suplente.

VIII - Os conselheiros de entidades não governamentais e do órgão governamental poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao CMAS.

Art. 6º - O CMAS terá a seguinte estrutura:

I - Mesa diretora composta pelo Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º secretário;

II - Secretaria Executiva como unidade de apoio ao funcionamento do CMAS e será coordenada por um servidor designado pelo Chefe do Poder Executivo e com assessoria técnica quando necessário;

III - Plenária;

IV - Comissões Temáticas.

Parágrafo Único: Os cargos referente a mesa diretora serão ocupados através de eleição que se dará entre os membros titulares que compõem o CMAS.

Art. 7º - O CMAS será empossado pelo Prefeito Municipal, num prazo máximo de 10 dias a contar do ato de nomeação através de Decreto Municipal realizado pelo chefe do poder público municipal.

CAPÍTULO II

SEÇÃO III

Art. 8º O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento

Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I- Plenário como deliberação máxima;

II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 9º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - Consideram-se colaboradores do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III - Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por membros do CMAS e com assessoria técnica para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

CAPITULO III

SEÇÃO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 10 - Fica instituído o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações da Política de Assistência social, destacadas na LOAS como benefícios, serviços, programas e projetos da área de assistência social.

Art. 11 - Cabe à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e Habitação, órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social a gestão de Fundo municipal de Assistência Social - FMAS, sob orientação, controle e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 12 - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotação orçamentárias do município e recursos adicionais que a lei estabelece no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma de Lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamento das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras, transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social receber por força da lei e convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécies feitas diretamente ao FMAS;

VIII - receitas provenientes da alienação de bens móveis do município, no âmbito da Assistência Social;

IX - transferências de outros Fundos;

X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - É vedada a transferência de recursos para o funcionamento de ações e serviços não previsto no plano municipal de Assistência Social.

§ 2º - Os recursos que compõem o Fundo municipal de Assistência Social serão depositados em Bancos oficiais, em conta especial, com CNPJ próprio, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e sob a fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS poderão ser aplicados em:

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social, ou por órgão equivalente;

II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução da Política de Assistência Social;

III - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros

insumos necessários ao desenvolvimento de programas;

IV - Construção, reformas, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para execução da Política de Assistência Social;

V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da Assistência Social;

VII - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social;

VIII - Pagamento de recursos humanos na área da assistência social.

Art. 14 - Fica autorizado o Poder Público Municipal a utilizar recursos do FMAS para pagamento de deslocamento, estadia e alimentação de Delegados da Sociedade Civil eleitos nas conferências municipais de assistência social para participar em conferência estadual e federal.

§ Parágrafo Único: Os recursos repassados através de convênios ou Fundo a Fundo deverão ser aplicados conforme orientação específica de cada recurso repassado.

Artigo 15. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo Horizonte em 20 de junho de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Lei Nº 473/2013

Lei 473 de 20 de junho de 2013.

IMPLANTA E REGULAMENTA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ELI MARIOTT Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º.

Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de Proteção Social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, prestados aos cidadãos em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade e de calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

§ 2º O município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

§ 4º A prioridade na concessão dos benefícios eventuais será para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º Os critérios de enquadramento de renda mensal per capita e demais critérios de acesso aos benefícios eventuais, bem como valores pagos a cada benefício serão definidos por Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e será concedido

mediante estudo sócio econômico realizado por assistente social.
Parágrafo Único: Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º São formas de benefício eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III- Auxílio Passagem;

IV - outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, os quais deverão estar de acordo com o Art. 8º da presente lei.

Art. 6º O Auxílio Natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I -necessidades do recém-nascido;

II - apoio à família nos casos de natimorto e morte do recém nascido, através do auxílio funeral, conforme art. 7º.

III-apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - Comprovante de residência;

IV - Comprovante de renda de todos os membros da família;

V - Documentos pessoais.

§2º O requerimento do auxílio natalidade poderá ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

§3º O valor conferido ao auxílio natalidade será definido por resolução própria do CMAS, limitado ao valor de um salário mínimo vigente.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá:

I - despesas com urna funerária, velório, sepultamento e traslado;

II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III - ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fizer necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - Atestado de óbito;

II - Comprovante de residência;

III - Comprovante de renda de todos os membros da família;

IV - Documentos pessoais.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício em nome do falecido, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer e o pagamento do auxílio será realizado diretamente à funerária.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será definido por resolução própria do CMAS, limitado ao valor máximo de um salário mínimo vigente.

Art. 8º. Os benefícios natalidade e funeral podem ser concedidos

diretamente a um integrante da família beneficiária.

Art. 9º - O auxílio passagem será fornecido no caso de atendimento a pessoa em situação de vulnerabilidade temporária que necessita de deslocamento.

Art. 10º - O auxílio alimentação será fornecido a famílias em situação de vulnerabilidade social mediante cadastro socioeconômico na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único: Caberá ao CMAS definir critérios de concessão para cada auxílio e benefício eventual especificado nesta lei.

Art. 11. Entende-se por outros benefícios eventuais as ações emergenciais de caráter transitório em forma de pecúnia ou de bem material para reposição de perdas com a finalidade de atender a vítimas de calamidades e enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia através de redução de vulnerabilidade e impactos decorrentes de riscos sociais.

Art. 12. Para atendimento de vítimas de calamidade pública, o benefício eventual deve assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, podendo ser advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 13. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 14. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

II - fiscalizar a aplicação do Benefício Eventual, se os critérios para seu acesso estão sendo respeitados;

IV - rever o valor do Benefício Eventual anualmente, corrigindo defasagens.

Art. 15. Os casos omissos serão encaminhados para parecer do conselho municipal de assistência social.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pela dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária anual da Assistência Social.

Art. 17. As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios afetos ao campo da saúde, educação, integração nacional e demais políticas setoriais, não se incluem na condição de benefícios eventuais da assistência social conforme prevê Resolução CNAS nº 39/2010.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte em 20 de junho de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Lei Nº 474/2013

Lei nº 474 de 20 de junho de 2013.

INSTITUI O PROGRAMA DE ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DENOMINADO "PROGRAMA FAMÍLIA ACOlhEDORA".

ELI MARIOTT Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Novo Horizonte, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

Dos Objetivos e Competência

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes denominado "PROGRAMA FAMÍLIA ACOlhEDORA" para atender o disposto no art. 227 caput, §1º inciso VI, §7º da Constituição Federal, nos artigos 19 e seguintes do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, na Lei 12.345 que institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e determinada na Política Nacional de Assistência Social, como serviço socioassistencial da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, denominado Acolhimento Familiar.

Art. 2º - O Programa será vinculado ao Departamento Municipal de Promoção Social e tem por objetivo:

I - garantir às crianças e adolescentes em situação de risco e que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;

III - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Parágrafo único - A colocação em família substituta de que trata o inciso III dar-se-á através das modalidades de tutela ou guarda, e são de competência exclusiva do Juízo da Infância e da Juventude da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, com a cooperação de equipe técnica do Departamento Municipal de Promoção Social do município de Novo Horizonte/SC e assistente social forense.

Art. 3º - O programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 (zero) a 18 anos do Município de Novo Horizonte/SC que estejam em situação de risco social e/ou pessoal e que necessitem de proteção integral, sempre com determinação judicial.

Art. 4º - Compete à autoridade judiciária determinar o acolhimento familiar, encaminhando a criança ou adolescente para a inclusão no Programa Família Acolhedora.

Parágrafo único - É vedada a adoção ou guarda definitiva das crianças e adolescentes acolhidos por família do Programa Família Acolhedora que os acolher.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Art. 5º - O Programa ficará vinculado ao Departamento Municipal

de Promoção Social, sendo parceiros:

I - o Poder Judiciário;

II - o Ministério Público;

III - o Conselho Tutelar;

IV - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

V - o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

Art. 6º - A criança ou adolescente cadastrado no Programa, receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes, devendo cada política pública atender as especificidades de cada caso;

II - acompanhamento psicossocial pelo Programa Família Acolhedora;

III - prioridade entre os processos que tramitam no Juízo da Infância e da Juventude, primando pela provisoriedade do acolhimento;

IV - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

V - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

CAPÍTULO III

DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 7º - Os profissionais responsáveis pela execução técnica do Serviço de Acolhimento Familiar serão designados pelo Departamento Municipal de Promoção Social, sendo no mínimo um assistente social e um psicólogo.

CADASTRO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 8º - A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, apresentando os documentos abaixo indicados:

I - Carteira de Identidade;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento;

III - Comprovante de Residência;

IV - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

Parágrafo único - Não se incluirá no Programa pessoa com vínculo de parentesco com a criança ou adolescente.

Art. 9º - A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário não gerando vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Programa.

Art. 10 - Para participar do Programa Família Acolhedora os interessados deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ter idade mínima de 21 anos, sem restrição de sexo e estado civil;

II - firmar declaração de desinteresse na adoção;

III - comprovar a concordância de todos os membros da família;

IV - residir no Município de Novo Horizonte;

V - ter disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção às crianças e adolescentes.

Art. 11 - As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínuos voltados ao desempenho de seu papel, sobre responsabilidade compartilhada com a família biológica, reunificação com os pais ou família extensa, orientações sobre os objetivos do programa, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças.

Parágrafo único - A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

- I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;
- II - participação nos encontros de estudo e troca de experiências com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intra familiares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;
- III - participação em cursos e eventos de formação.

CAPÍTULO IV PERÍODO DE ACOLHIMENTO

Art. 12 - O período de acolhimento em Família Acolhedora será determinado pelo poder judiciário, sempre considerando o caráter provisório da medida, definido a partir do histórico de cada criança ou adolescente.

Art. 13 - Os profissionais do Programa Família Acolhedora, efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

Art. 14 - O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda e Responsabilidade" concedido à família acolhedora por determinação judicial.

Art. 15 - O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente dar-se-á por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

- I - acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;
- II - orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família de origem;
- III - comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude, quando ocorrer o desligamento da família de origem do Programa.

CAPÍTULO V RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 16 - A família acolhedora tem responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, obrigando-se a:

- I - prestar assistência material, de saúde, moral e educacional à criança e ao adolescente, nos termos do Art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
 - II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;
 - III - prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;
 - IV - contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Família Acolhedora;
 - V - proceder à desistência formal da guarda, nos casos de inadaptação, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será indicado pela Equipe Técnica e determinado pela autoridade do Poder Judiciário;
- § 1º - A transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento técnico de profissionais capacitados para esse fim.
- § 2º - A obrigação de assistência material pela família acolhedora ocorrerá com base no subsídio financeiro oferecido pelo Programa.

CAPÍTULO VI RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA

Art. 17 - A Equipe Técnica será formada por profissionais

capacitados para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal, a qual receberá capacitação periódica para o seu aprimoramento.

Art. 18 - A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança ou ao adolescente acolhido e à família de origem, com o apoio do Departamento Municipal de Promoção Social, a qual deverá priorizar:

- a- A Contrarreferência do atendimento à família de origem no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, inclusão em programas complementares como Bolsa Família, Benefício da Prestação Continuada - BPC e em outros programas específicos;
- b - a inclusão da criança ou adolescente nos serviços executados pela Secretaria;
- c - a concessão de benefícios eventuais aos pais;
- d - Qualificação profissional quando se tratar de adolescente em acolhimento familiar;
- e- a emissão de relatório dos resultados dos acompanhamentos prestados aos pais.

Art. 19 - O acompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue:

- I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;
- II - atendimento psicológico;
- III - presença das famílias acolhedoras com a criança nos encontros de preparação e acompanhamento.

Art. 20 - O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança será realizado pela Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora.

§ 1º - Os profissionais acompanharão as visitas entre criança ou adolescente e família de origem e a família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro.

§ 2º - A participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família.

§ 3º - Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como, poderá ser encaminhado relatório com apontamentos das vantagens e desvantagens da medida, objetivando subsidiar as decisões judiciais.

§ 4º - Quando entender necessário, visando a agilidade do processo e a proteção da criança, a Equipe Técnica prestará informações ao Juízo sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VII DA BOLSA AUXÍLIO

Art. 21 - As famílias acolhedoras cadastradas no Programa Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, tem a garantia do recebimento de subsídio financeiro mensal de um salário mínimo vigente por criança ou adolescente em acolhimento.

Art. 22 - A bolsa auxílio será repassada por criança ou adolescente às famílias acolhedoras proporcional ao período de acolhimento e será subsidiada pelo Município através do Departamento de Promoção Social, prevista na dotação orçamentária.

Art. 23 - A família acolhedora que tenha recebido a bolsa auxílio e não tenha cumprido as prerrogativas desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 - A manutenção e vinculação do Programa Família Acolhedora será através de recursos financeiros do Município de Novo Horizonte, através do Departamento de Promoção Social e convênios com Estado, União e outros órgãos públicos e privados.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte em 20 de junho de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

Decreto N. 3.548 - Abre Credito Suplementar por Provável Excesso de Arrecdação

DECRETO N.º 3.548 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

08.02- Departamento de Serviços Urbanos

2.023 -- Manutenção dos Serviços Urbanos

F.R. - 01.0180- Transf. de Convênios União - Outros

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 24.500,00

TOTAL R\$ 24.500,00

Art.2º. Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação na seguinte Rubrica Orçamentária:

4.1.7.6.1.99.01 - Convênio União - Justiça Federal

F.R. - 01.0180 - Convenio União - Outros R\$ 24.500,00

TOTAL R\$ 24.500,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, SC, 03 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto 3.506 - Repasse Unibave

DECRETO Nº 3.506 DE 03 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA O § 1º E § 2º DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3.365 DE 11 DE MAIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 68, Inciso VI da Lei Orgânica do Município e, considerando a Lei Municipal nº 2.435, de 05 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º O § 1º do Decreto nº 3.365 de 11 de Maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O valor a ser repassado a UNIBAVE, para atender o previsto na Lei nº 2.435 de 8 de maio de 2012, será de R\$ 225.200,00 (duzentos e vinte cinco mil e duzentos reais), em 10 (dez) parcelas mensais, de março a dezembro de 2013".

"§ 2º - As parcelas vencidas serão pagas em uma só vez, até o final do mês de abril/2013".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de abril de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Errata do Decreto 3.550 - Suspende Benefício da Função Gratificada e Dá Outras Providencias

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.550 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

SUSPENDE O BENEFÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Anexo VII, Grupo VI, etc. e,

CONSIDERANDO a necessidade de redução de despesas com pessoal;

CONSIDERANDO a disposição constante do art. 59, § 1.º, II da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece o limite de alerta de despesas com pessoal ao patamar de 48,6% da receita corrente líquida;

CONSIDERANDO que atualmente a folha de pagamento compromete 50,13% da receita corrente líquida, com a despesa total com pessoal;

DECRETA:

Art.1.º Ficam suspensas as funções Gratificadas, a saber: as FG 01, FG 03 E FG Contador, inclusive as da Lei n. 2.155/2007, a contar a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de junho de 2013; 128º da Fundação e 99º da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 17.298,22 (Dezessete mil e duzentos e noventa e oito reais e vinte dois centavos).

Destinação: 4º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR.

Data liberação: 20/06/2013

Passos Maia - SC, 21 de junho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 262/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 262/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 215/2013, que designou a Servidora Pública Municipal, Zenita Feliciano da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 040.811.989-69, matrícula nº 10729, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Administração, para responder sem ônus, pela Secretaria Municipal de Finanças.

Município de Paulo Lopes-SC, em 24 Junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Carta Convite 45/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CARTA CONVITE 45/2013

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade CONVITE, do tipo menor preço Global, para Conserto de MBB Sprinter 413 - MHV 0136, com fornecimento de peças e mão de obra. Com abertura das propostas às 10:30 horas do dia 03 de junho de 2013, na Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua Santa Catarina, 196, Centro, Paulo Lopes/SC. Edital Completo disponível no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no telefone (48) 3253-0161.

Paulo Lopes, 25 de junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 44/13

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/13

HOMOLOGAÇÃO: 21/06/13

CONTRATADO: DMI - Diagnóstico Médico por Imagem

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

OBJETO: O objeto desta inexigibilidade é a contratação de empresas

prestadoras de serviços: exames de alta e media complexidade, com

fulcro no credenciamento 001/2013

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.493,30 (treze mil quatrocentos e noventa e três reais e trinta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

DATA: 21/06/13

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Classificação do Processo Seletivo No 006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO No 006/2013 PARA O CARGO DE ENFERMEIRO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMERGENCIAL - 30HS.

A Secretaria de Saúde do Município de Paulo Lopes, em decorrência da autorização contida na Lei no 1473 de 16 de Novembro de 2011 - contratação temporária de pessoal, torna público o resultado parcial do processo seletivo 006/2013.

Classificação:		
1.	Daiane Cristina Leopoldo:	12 pontos
2.	Adenilda Huhl:	4,0 pontos
3.	Roberta Cristina Pacheco Corrêa:	3,5 pontos
4.	Marcos Levi de Souza Junior:	3,5 pontos
5.	Jamile Carvalho Dias:	2,0 pontos

Paulo Lopes, 25 de junho de 2013.

CLEUSA ANTÔNIO VIEIRA

JULIANA DERNER WILSON BATISTA

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 39/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 17/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 39/2013 - Pregão Presencial 17/2013, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais permanentes para a Secretaria de Administração

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 09 de Julho de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 24 de Junho de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.095/2013

DECRETO Nº 1.095/2013

CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 2ª Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a ser realizada no dia 09 de julho de 2013, no Centro de Convivência da Melhor Idade, situado na Rua Aristides R. Guerreiro s/n, esquina com a Rua Emilio George, Bairro Perequê, sob a coordenação da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º - A 2ª Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue.

Art. 3º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 4º - A 2ª Conferência Municipal de Cultura será presidida pela Presidente da Fundação Municipal de Cultura e, na sua ausência ou impedimento, por um membro da diretoria da Fundação Municipal de Cultura por ela indicado.

Art. 5º - A Fundação Municipal de Cultura expedirá o regulamento da 2ª Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da 2ª Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 6º - As despesas com a realização da 2ª Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2013.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 232/2013

DECRETO Nº 232, de 17 de junho de 2013.

Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 03 de julho de 2013, tendo como tema central: "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS".

Art. 2º A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por toda a atividade de sua execução.

Art. 3º A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

I- Lubina Oleinik;

II- Luciana Cristina Kauva;

III- Marcia Maria Baggio Caus;

IV- Neusa Lucia Benoni.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente do CMAS

Decreto Nº 235/2013

DECRETO Nº 235, de 21 de junho de 2013.

Estabelece medidas administrativas para a recondução da Despesa com Pessoal ao limite legal no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas;

CONSIDERANDO o comportamento das receitas do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as despesas à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

CONSIDERANDO que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ato;

CONSIDERANDO o limite de comprometimento com pessoal, conforme determina a Lei Complementar 101/2000 (LRF), alínea b, inciso III do art. 20 e parágrafo único do art. 20 da mesma LEI; CONSIDERANDO que os gastos com pessoal atingiu o limite prudencial previsto em Lei, o que determina a readequação das despesas com pessoal para se enquadrar na legislação prevista;

CONSIDERANDO que as medidas contidas nesse ato visam salvaguardar o recebimento de Transferências Voluntárias junto os Governo Estadual e Federal;

CONSIDERANDO parecer contábil e financeiro anexo; e

CONSIDERANDO o índice do Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, do Relatório da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Estão vedados, pelo período de 90 (noventa) dias após a publicação deste Decreto, ou até a recondução do limite com gastos com pessoal previsto na alínea b, inciso III, do art. 20 e parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000:

I- concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual prevista no inciso X, do art. 37, da Constituição Federal;

II- criação de cargo, emprego ou função;

III- alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV- provimento de cargo público, admissão, cargo comissionado ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança ou expressamente autorizadas pelo Prefeito, que justifique excepcional interesse.

Parágrafo único. Haverá redução de 10% (dez por cento) nas horas extras no período de 30 (trinta) dias, e de mais 10% (dez por cento) nos 30 (trinta) dias subsequentes, totalizando a redução de 20% (vinte por cento) nas horas extras no período de 60

(sessenta) dias.

Art. 2º Nos casos de urgência e emergência, em que seja necessária e imprescindível a realização de horas extras não programadas, estas deverão ser justificadas posteriormente pelos Secretários Municipais.

Art. 3º Ficam igualmente suspensos pelo período mencionado no caput do Art. 1º:

I- novos afastamentos ou cessão de servidores, com ônus para o Município, para órgãos federais, estaduais ou municipais;

II- concessão de diárias e ajuda de custo, salvo expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

III- concessão de novas gratificações;

IV- concessão de licenças para tratar de interesses particulares e licença prêmio, quando implicarem em nomeações para substituição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ALOÍSIO FRANCISCO SALVATTI

Vice-Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH JOSÉ CARLOS GONÇALVES

Secretário Municipal de Administração Secretário Municipal de Cultura e Esporte e Turismo

RICARDO DRAGONI RUY BREYER DE CARVALHO

Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Transportes, e Contabilidade Obras e Serviços Públicos

BENTO TRINDADE JÚNIOR ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Educação Secretário Municipal de Agricultura

CLAÚDIO TILGNER DE SOUZA JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Planejamento Secretário Municipal de Saúde

CHRISTIAN AGENOR MARTINS MARCOS ANTÔNIO VIEIRA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Econômico Sustentável e Meio Ambiente

Decreto Nº 236/2013

DECRETO Nº 236, de 21 de junho de 2013.

Altera os Incisos I e II, do Artigo 1º, do Decreto nº 220, de 29 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os Incisos I e II, do Artigo 1º, do Decreto nº 220, de 29 de maio de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º ()

I-()

a) ()

b)()

c)()

d)()

e)()

f) Representantes das Instituições de Pesquisa e Ensino Superior:

Titular: Cleusa Dallazuana;

Suplente: Marcelo José Boldori.

g)()

II-()

a) Representantes de Escolas de Ensino Regular que já estejam desenvolvendo a inclusão da pessoa com deficiência (rede estadual de ensino):

Titular: Roseli Monte Ferreira;

Suplente: Eliane Bradoski dos Santos.

b) ()

c) ()

d) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Maria Cristina Haneiko;

Suplente: Alice Christiane do Nascimento Sczemberg.

e) ()

f) ()

g) Representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade:

Titular: Andriele Marina Giacomini;

Suplente: Sofia Sydol."

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 220, de 29 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 21 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 498/2013 - RH

PORTARIA Nº 498, de 02 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Alfredo Oscar Koch, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 02 de maio a 18 de dezembro de 2013, com vencimentos na Classe "C", referência "05", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Projeto P.A.C.A. - Programa Aprendendo Com a Árvore, conforme convenio firmado entre a Rigesa Celulose, Papel e Embalagens LTDA.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 02 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Termo de Revogação do Pregão Presencial 044/2013 - Prefeitura

Termo de Revogação do Pregão Presencial 044/2013 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 064/2013 - PREFEITURA

Pregão Presencial 044/2013 - PREFEITURA

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 20 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3439

DECRETO Nº 3439, de 13 de junho de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 037/2013, de 22.05.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Acosta Supermercado Ltda EPP;
- Marlon Eising Atacadista ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

13 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 3439/2013

Pregão Presencial Nº 037/2013 de 22.05.2013.

Objeto da Licitação: Aquisição de gêneros alimentícios diversos para atender pessoal do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul. Cozinha do Quartel.

Participantes: - Acosta Supermercado Ltda EPP;
- Marlon Eising Atacadista ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores

os licitantes:

- Acosta Supermercado Ltda EPP;
- Marlon Eising Atacadista ME.

Decreto 3453

DECRETO Nº 3453, de 19 de junho de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 057/2013.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3233/2013, o resultado da Carta Convite nº 057/2013, de 17.05.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- Vanderlei Ferreira Paisagem ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

19 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3453/2013

Carta Convite nº 057/2013, de 17.05.2013

Objeto da Licitação: Contratação de serviços gerais de roçadas, corte e podas de árvores ou ajardinamento de vias públicas. Secretaria de Obras.

Participantes: - Jaime Klehm ME;

- Jugma Transportes Ltda;

- Vanderlei Ferreira Paisagem ME

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- Vanderlei Ferreira Paisagem ME

Decreto 3454

DECRETO Nº 3454, de 19 de junho de 2013.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa TONET MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, Localizada a SC 350, Nº 2.500 neste município, cadastro imobiliário nº 5937 Cadastro econômico nº 704, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 26372, inserido nos autos do Protocolo nº 140665/2013, incentivo econômico na forma que segue

conforme a Lei Nº 4.541 de 17 de abril de 2007.
- 10 HORAS - Máquina - Rolo Compactador

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
19 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

SERGIO LUIZ CENSI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Decreto 3458

DECRETO Nº 3458, de 24 de junho de 2013.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO TOMADA DE PREÇOS 067/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3233/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 067/2013, de 05.06.2013 cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- Construtora Gutjahr LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
24 de junho de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO AO DECRETO Nº 3458/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 67/2013 de 05.06.2013

Objeto da Licitação: - Contratação de serviços e materiais para construção de praças no bairro Bela Aliança, revitalização das praças: Ermembergo Pellizzetti(bairro centro) e Felix Deeke (bairro Budag) Secretaria de Obras.

Participantes: - Construtora Gutjahr LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou o vencedor o licitante:
- Construtora Gutjahr LTDA.

Decreto 3442

DECRETO Nº 3442, de 13 de junho de 2013.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 021/2013 FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2013FMS, de 22.05.13, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Comercial Automotiva SA;
- JK Pneus Ltda.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
13 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 3442/2013

Pregão Presencial 021/2013 de 22.05.2013

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de pneus para frota da Secretaria de Saúde

Participantes:
- Comercial Automotiva SA;
- JK Pneus Ltda.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor os licitantes:

- Comercial Automotiva SA;
- JK Pneus Ltda.

Portaria Nº 0658/RH

PORTARIA Nº. 0658/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JONAS HENRIQUE SALVADOR para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0738/RH
PORTARIA Nº. 0738/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, FRANCIANE SEMEONI para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0739/RH
PORTARIA Nº. 0739/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SIMONE DIGIAMPIETRI para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0758/RH
PORTARIA Nº. 0758/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0656/2013/RH de

08/05/2013, a qual nomeia SCHEILA MARIA PIRES VIANA para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0759/RH
PORTARIA Nº. 0759/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, DANIEL AUGUSTO SCHMOLLER para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0760/RH
PORTARIA Nº. 0760/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, PATRICIA IVANA BECKER NAGEL para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0779/RH
PORTARIA Nº. 0779/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0657/2013/RH de 08/05/2013, a qual nomeia ANA CLAUDIA VIEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Editais de Alteração - Pregão Presencial 22/2013

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
EDITAL DE ALTERAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 22/2013 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar com os seguintes dizeres o Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 22/2013 FMS, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 05/07/2013, às 08:30 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30 horas do dia 05/07/2013.

Inclui-se no item 4.1.1 - DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C - A licitante que apresentar proposta nos itens 21, 22, 23 ou 24, deverá apresentar registro ou inscrição no CREA, em nome da licitante; bem como comprovação de que possui responsável técnico registrado no CREA.

Rio do Sul, 24 de março de 2013.
LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Contrato 25/2013 FMS

CONTRATO Nº. 25/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, BRUNO HAFEMANN MOSER, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CIRURGIA GERAL CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 02/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob

o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, BRUNO HAFEMANN MOSER, inscrito no CPF sob nº 047.464.009-46, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS especializados em CIRURGIA GERAL, aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor Unitário
03.01.01.007-2	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo profissional médico BRUNO HAFEMANN MOSER, inscrito no CPF sob nº 047.464.009-46, com registro no Conselho Regional de Medicina/CREMESC sob o nº. 19126, e deverá ser executado nas dependências da Policlínica de Referência do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de

qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não incluem nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade: 2.080 - BLMAC - MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independarão de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos

administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 13 de Junho de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

DRº BRUNO HAFEMANN MOSER

Contratado

Testemunhas:

1) LUCIANE ARAUJO MATTANA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

2) DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

Resumos dos Contratos 114 - 115 - 116/2013

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 114/2013

Tomada de Preços nº 067/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Gutjahr Ltda.

Objeto: Execução da praça localizada na Rua Conselheiro Willy Hering, Bela Aliança com área total de 3.019,04 m²., em conformidade com o que é indicado no memorial descritivo e planilhas de quantidades que compõe as especificações técnicas de serviços e obras anexo ao edital de Licitação.

Valor: R\$ 172.111,54 (cento setenta dois mil cento onze reais cinquenta quatro centavos).

Condições de Pagamento: Até 15 (quinze) dias após entrega da Nota Fiscal;

Prazo de execução: 120 (cento vinte) dias, contados da expedição da Ordem de Serviço inicial.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 115/2013

Tomada de Preços nº 067/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Gutjahr Ltda.

Objeto: Revitalização da Praça Felix Deeke, sito rua Governador Jorge Lacerda com a rua Artur Siewert, bairro Budag, com área total de 1.157,52m²., em conformidade com o que é indicado no memorial descritivo e planilhas de quantidades que compõe as especificações técnicas de serviços e obras anexo ao edital de Licitação.

Valor: R\$ 96.178,37 (noventa seis mil cento setenta oito reais trinta sete centavos).

Condições de Pagamento: Até 15 (quinze) dias após entrega da Nota Fiscal;

Prazo de execução: 90 (noventa) dias, contados da expedição da Ordem de Serviço inicial.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 116/2013

Tomada de Preços nº 067/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Gutjahr Ltda.

Objeto: Revitalização da Praça Ermembergo Pellizzetti, Centro, com área total de 1.124,49m²., em conformidade com o que é indicado no memorial descritivo e planilhas de quantidades que compõe as especificações técnicas de serviços e obras anexo ao edital de Licitação.

Valor: R\$ 97.241,03 (noventa sete mil duzentos quarenta um reais três centavos).

Condições de Pagamento: Até 15 (quinze) dias após entrega da Nota Fiscal;

Prazo de execução: 90 (noventa) dias, contados da expedição da Ordem de Serviço inicial.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Termo de Convocação Daniel Augusto Schmoller

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DANIEL AUGUSTO SCHMOLLER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0759/RH de 13/06/2013, publicada em 25/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 24 de junho de 2013.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação Franciane Semeoni

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FRANCIANE SEMEONI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0738/RH de 12/06/2013, publicada em 25/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veiculo Leve
Operador De Equipamentos
Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 24 de junho de 2013.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação Jonas Henrique Salvador TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JONAS HENRIQUE SALVADOR, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0658/RH de 08/05/2013, publicada em 25/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo
Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais
Calceteiro
Carpinteiro
Coveiro
Eletricista
Motorista De Caminhão
Motorista De Veiculo Leve
Operador De Equipamentos
Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 24 de junho de 2013.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação Patricia Ivana Becker Nagel TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PATRICIA IVANA BECKER NAGEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0760/RH de 13/06/2013, publicada em 25/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo
Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais
Calceteiro
Carpinteiro
Coveiro
Eletricista
Motorista De Caminhão
Motorista De Veiculo Leve
Operador De Equipamentos
Pedreiro
HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 24 de junho de 2013.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação Simone Digiampietri
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SIMONE DIGIAMPIETRI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PSICÓLOGO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0739/RH de 12/06/2013, publicada em 25/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo
Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais
Calceteiro
Carpinteiro
Coveiro
Eletricista
Motorista De Caminhão
Motorista De Veículo Leve
Operador De Equipamentos
Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demaís Cargos
HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 24 de junho de 2013.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 031, de 28 de Maio de 2013

Decreto nº 031, de 28 de maio de 2013.

Nomeia membros do Município para comporem o Conselho de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 52, inciso V da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá como representante do Município de Santa Rosa do Sul:

Membros Natos:

- I - NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal e
- II - ANSELMO DE SOUZA BITENCOURT - Presidente da Câmara de Vereadores.

Membros da Sociedade Civil:

- I - CARLOS ANTONIO KRAUSE - Diretor do IFC - Campus Santa Rosa do Sul e
- II - GIUVAGO DE SOUZA - Presidente do CDL

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de maio de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE;

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Decreto N° 037 de 17 de Junho de 2013

Decreto nº 037 de 17 de junho de 2013.

Cria e nomeia Grupo Permanente de Estudos de viabilidade de ampliação do Perímetro Urbano - PU e do programa de Regularização Fundiária no município - RF .

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com artigo 6º da Lei Municipal nº 92 de 05 de dezembro de 1991 e artigo 52, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo Permanente de Estudos de viabilidade de ampliação do Perímetro Urbano - PU e programa de Regularização Fundiária - RF, no âmbito do Município.

Art. 2º Para comporem o Grupo de Estudos ficam nomeados as seguintes pessoas:

- I - NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal;
- II - WILFRIED HEMMER, Secretário da Administração e Finanças;
- III - JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS, Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos;

- IV - ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Vereador;
V - LUIS SANTOS GONZAGA, Engenheiro Civil;
VI - PEDRO PAULO DE BITENCOURT, Engenheiro Agrimensor;
VII - LEONARDO RODRIGO DA SILVA, Assessor Jurídico;
VIII - RUDI ADALBERTO WINCK - Consultor Técnico;
IX - GIUVAGO DE SOUZA, Presidente do CDL;
X - FRANCISCO DOS SANTOS FARIAS, Corretor de Imóveis;
XI - ADEMAR FARIAS DE BORBA, Empresário da Construção Civil.

Art. 3º No prazo de 15 dias a contar da publicação do presente Decreto, a Comissão deverá apresentar o Plano de Trabalho e eleger entre seus pares, o Presidente e o Relator.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de junho de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Convenio 01/2013

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC E A UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, com sede à Avenida Tancredo Neves, 337, Centro, na cidade de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.847/0001-90, neste ato representado por JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente, CONVENIENTE e a UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA, mantenedora da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ - UNOPAR, com sede nesta cidade de Londrina-PR, à Rua Marselha, 183, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.234.583/0001-14, por seu representante legal, doravante denominada simplesmente, CONVENIADA, têm entre si, ajustado o presente Convênio de Cooperação, que se regerá pelas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem por finalidade estabelecer ação articulada entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA, tendo por objetivo a cooperação mútua para incentivo ao desenvolvimento técnico profissional, através da divulgação dos cursos da CONVENIADA, concessão de desconto especial aos servidores do CONVENIENTE, extensivo aos cônjuges e filhos dependentes, assim considerados nos termos do imposto de renda.

CLÁUSULA SEGUNDA

A CONVENIADA se compromete a conceder aos servidores, filhos dependentes e cônjuges, referidos na cláusula anterior, desconto

nas mensalidades dos Cursos de graduação, sequenciais e pós-graduação lato sensu.

CLÁUSULA TERCEIRA

O desconto mencionado na Cláusula Primeira, a ser concedido pela CONVENIADA, aplicável a partir da segunda parcela, não retroativo, dependerá do número de matrículas dos beneficiários a cada período letivo da UNOPAR (semestre/ano), na modalidade de ensino a distância (graduação, sequencial e pós-graduação lato sensu), conforme critérios definidos abaixo.

I. número mínimo de 05 (cinco) alunos, desconto de 10% (dez por cento);

II. o desconto referente ao inciso I, desta cláusula, será aplicado e mantido a cada período letivo (semestral/anual) somente quando o número de alunos beneficiários matriculados atingir as condições previstas;

III. ocorrendo a perda de desconto, em determinado período letivo, decorrente do índice mínimo de matrículas não alcançado, o benefício poderá ser reativado, a partir do período letivo que tenha as exigências sanadas, a qualquer tempo, sem direito retroativo do benefício;

IV. o desconto nas mensalidades dos cursos previstos neste Convênio, não será cumulativo com outros descontos concedidos pela CONVENIADA, prevalecendo o de maior benefício, exceto para o desconto de pontualidade que será mantido para os cursos de graduação e sequenciais, na forma prevista no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado com o aluno, podendo o desconto total alcançar até 20%;

V. o desconto nas mensalidades dos cursos de pós-graduação lato sensu previsto neste convênio, não será cumulativo com os demais descontos concedidos pela CONVENIADA, prevalecendo o de maior valor;

VI. ao aluno egresso da UNOPAR, matriculado no curso de pós-graduação lato sensu, que não tenha obtido o desconto em razão do número mínimo exigido no inciso I da Cláusula Terceira deste convênio, será concedido o desconto de 10% para os cursos iniciados a partir do segundo semestre de 2011, contado da segunda parcela, não retroativo.

CLÁUSULA QUARTA

Em cada semestre, no ato da matrícula ou sua renovação, o aluno com direito a usufruir do desconto especial de que trata este Convênio, fará prova de seu vínculo, entre os previstos na Cláusula Primeira, por meio de documento próprio, inequívoco e eficaz, ou documento expedido pelo CONVENIENTE, conforme o caso.

Parágrafo Único. Além da comprovação do determinado vínculo, o aluno deverá atender a outros requisitos eventualmente necessários, exigidos pela CONVENIADA.

CLÁUSULA QUINTA

O desconto especial de que trata a Cláusula Terceira, deixará de ser concedido:

I. nas mensalidades quitadas após o vencimento, respeitadas as opções da pontualidade;

II. nas disciplinas cumpridas por dependência;

III. na ocorrência de reprovação do aluno na série cursada; e

IV. na ocorrência de exoneração ou da rescisão do contrato de trabalho do servidor beneficiário, abrangendo seus demais beneficiários.

CLÁUSULA SEXTA

O presente Convênio terá vigência pelo prazo de 36 meses, a partir da data de sua assinatura, ficando pactuado que sua rescisão poderá ocorrer por acordo das partes ou por iniciativa de uma delas, mediante simples notificação extrajudicial à outra, com antecedência mínima de trinta (30) dias, o que não constituirá qualquer direito de indenizações decorrentes da rescisão, a qualquer título que seja, entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA e demais beneficiados por este Convênio.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo a rescisão do Convênio, ou o desligamento do servidor perante o CONVENIENTE, o desconto especial será mantido até o final do período letivo em andamento (semestre ou ano).

Parágrafo Segundo. O CONVENIENTE dará ciência deste convênio aos seus servidores.

Parágrafo Terceiro. A CONVENIADA poderá divulgar este convênio em seus meios institucionais.

CLÁUSULA SÉTIMA

O CONVENIENTE não se responsabiliza por quaisquer ônus que o aluno beneficiado por este Convênio venha a assumir com a CONVENIADA.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da cidade e comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas deste Convênio, que não sejam resolvidas entre as partes.

Para que surtam os efeitos desejados, as Partes assinam o presente Termo de Convênio, em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 14 de Março de 2013.
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
CONVENIENTE

União Norte do Paraná de Ensino
CONVENIADA

Testemunhas:

Nome: ELISEU SPISCKER
CPF: 077.490.699-50

Nome: ERONI ALLEBRANDT
CPF: 867.248.949-72

Convenio 02/2013

CONVÊNIO Nº 002/2012 DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Termo de convênio celebrado entre a Cooperativa Escola do Centro de Educação Profissional Campo Erê e o Município de Santa Terezinha do Progresso, para aquisição de vagas.

Aos quatro dias do mês de Junho de 2013, na sede Cooperativa Escola do Centro de Educação Profissional Campo Erê, SC, localizado na SC 469, Km 07, em Campo Erê, SC, aqui representado pela sua Presidente, Senhora KARINA ISABEL DE CARVALHO, doravante denominado simplesmente COECEL e o Município de Santa Terezinha do Progresso, doravante denominada MUNICIPIO, aqui representada pelo Prefeito Municipal, Senhor JACOB GILMAR JUNGES, resolvem de comum acordo celebrar o presente termo de convênio para aquisição de vagas no referido Colégio, de acordo com o inciso XXXV, do artigo 41, da lei Orgânica do Município e o disposto na lei n. 445, de 10 de março de 2003, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto do Convênio

O objeto deste convênio é a aquisição de 14 vagas (envolvendo matrículas e manutenção), sendo que destas, 02 vagas tratam-se de regime interno e 12 vagas de regime semi-interno, pelo MUNICIPIO, no Ensino Médio Profissionalizante, na área de agricultura, para os alunos do Município, no ano letivo de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Natureza

Para o cumprimento dos objetivos do presente Convênio, o

MUNICIPIO adquire do CEDUP as vagas da Cláusula Primeira, com as seguintes condições:

I - Ficará a critério do Município a inscrição dos ocupantes das 14 vagas conveniadas, nas seguintes condições:

a) O aluno indicado será submetido a um período de avaliação de 05 dias, com o objetivo de se conhecer suas condições de adaptação ao curso. Findo este período, o CEDUP poderá exigir a substituição do aluno, quando este não demonstrar a aptidão necessária;

b) Ao indicar o aluno, o MUNICIPIO assume a obrigação de manter sua contribuição durante três anos;

c) no caso do aluno desistir do curso, por quaisquer motivos, ou ter aproveitamento escolar insuficiente, desde que atestado pelo CEDUP, a vaga será cancelada, sendo novamente preenchida pelo Município mediante a indicação de outro aluno, nas mesmas condições e com os mesmos compromissos assumidos quando indicou o aluno desistente ou com aproveitamento insuficiente.

II - As vagas conveniadas envolvem a alimentação e alojamento, por um período consecutivo de um ano no CEDUP Campo Erê, correspondente ao Curso de Ensino Médio.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Gerais

I - Com a assinatura do presente Convênio o MUNICIPIO passará a ter o direito às vagas no CEDUP, correspondentes a indicação de 14 vagas, sendo que essas serão mantidas na medida em que houver o implemento das obrigações de ambas as partes;

II - O CEDUP encaminhará ao Município relatório bimestral sobre a participação e rendimento dos alunos conveniados no processo de aprendizagem;

III - O aluno a título de retribuição pelo benefício recebido, poderá em comum acordo com a Prefeitura, prestar serviços relacionados com a Assistência Técnica aos agricultores e pecuaristas no Município, sem ônus para o erário Municipal, no período de férias.

CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade Financeira

I - O presente Convênio importa a quantia de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), valor referente a 50% do valor anual de 14 vagas, sendo que o Município fornecerá os recursos financeiros necessários à execução do presente Convênio.

Parágrafo único - As despesas do presente convênio correrão por conta do orçamento municipal vigente.

II - O pagamento será efetuado em 04 parcelas anuais, de R\$ 1.800,00, no decorrer de 03 de Junho a 31 de Dezembro de 2013.

III - A COECEL prestará contas de cada parcela repassada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único - O Município observará os prazos fixados no presente Convênio e encaminhará os valores em favor da Cooperativa Escola do Centro de Educação Profissional Campo Erê COECEL, para a Conta Corrente n. 9949-X, Agência 1718-3, Banco do Brasil S/A, de Campo Erê, sendo que todas as parcelas deverão ser repassadas até 31 de Dezembro de 2013.

CLÁUSULA QUINTA - Da Vigência

O prazo de vigência do presente Convênio será 04 de Junho de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA QUINTA - Da Rescisão e/ou alterações

Este Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de qualquer das obrigações estipuladas, independente de interpelação judicial. Poderá também sofrer alterações mediante o aumento ou diminuição do número de vagas mediante termo de supressão de valores ou adição.

CLÁUSULA SEXTA - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê, SC, para dirimir as questões decorrentes do presente Convênio.
E por assim estarem acordes, firmam o presente instrumento, junto com duas testemunhas.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 04 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito municipal

KARINA ISABEL DE CARVALHO

Presidenta da COECEL

TESTEMUNHAS:

ERONI ALLEBRANDT

SERVIDOR PÚBLICO

CPF 867.248.949-72

LARI JOÃO WESCHENFELDER

SERVIDOR PÚBLICO

CPF 024.138.359-54

Convênio 03/2013

CONVÊNIO Nº 003/2013.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Tancredo Neves, 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso-SC, inscrito no CNPJ N.º 01.612.847/0001-90, representado por seu Prefeito Municipal Senhor JACOB GILMAR JUNGES, doravante denominado de Município, e de outro lado Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entidade legalmente constituída, com sede na , Rua Presidente Juscelino, 215, Centro, cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ N.º 78.472.545/0001-98, neste ato representada por sua presidente, Senhora LILIAN ESTER KRUGER BECKER, doravante denominada de Conveniada , resolvem celebrar de comum acordo o presente convênio de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Convênio está fundamentado de acordo com o inciso XXXV, do artigo 41, da lei Orgânica do Município e o disposto na lei n. 445, de 10 de março de 2003.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O Objeto do presente convênio consiste na cooperação técnica e financeira entre o Município e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, visando à manutenção e funcionamento da entidade localizada na Rua Presidente Juscelino, 215, CEP: 89874-000, na cidade de Maravilha - SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do objeto deste Convênio, o Município repassará a Conveniada, a importância de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), de acordo com o Cronograma de Desembolso/Plano de Aplicação, Anexo I do presente, correndo as despesas à conta do orçamento vigente do Município de Santa Terezinha do Progresso - SC.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município obriga-se a efetuar o repasse dos recursos financeiros, em quatro parcelas iguais de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) cada, depositados diretamente na conta da conveniada, sendo agência 8583, Conta Corrente 47600-5, com depósito da primeira parcela no dia 10 de Julho do corrente, e as demais nos meses subsequentes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

São Obrigações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

I - responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos através do presente, quando não se comprovar a sua adequada utilização;

III - responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos, ou seja, realizar a despesa após a liberação dos recursos e em até 30 dias;

V - não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades, servidores ou de representantes de entidades;

VI - encaminhar a Secretaria Municipal da Fazenda, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento dos mesmos;

VIII - manter conta corrente específica para o presente convênio junto ao Banco do Brasil - BB, para a movimentação dos recursos financeiros repassados;

IX - aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizar, em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês ou em fundo de aplicação financeira a curto prazo ou operações de mercado aberto, lastreado em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos menores que um mês;

X - computar, obrigatoriamente, a crédito do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do presente;

XI - devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pelo MUNICÍPIO;

XII - utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Segunda deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao MUNICÍPIO, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente dos procedimentos judiciais;

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira será elaborada de acordo com as normas da Contabilidade da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso composta das seguintes documentações:

I - ofício de encaminhamento ao Prefeito Municipal;

II - balancete de Prestação de Contas - Anexo TC-28 do Tribunal de Contas de SC;

III - documentos comprobatórios da despesa realizada em nome da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, sem emendas, rasuras ou ressalvas, com o atestado de recebimento da mercadoria ou serviços, devidamente datado e assinado;

IV - extrato bancário da conta especificada, com a movimentação completa do período;

V - conciliação bancária, se for o caso;

VI - guia de recolhimento de saldo não aplicado, em nome do Município de Santa Terezinha do Progresso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO.

Cabe ao Município decidir sobre a oportunidade e a conveniência de proceder fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES.

A ocorrência de penalidades que impliquem descumprindo de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo Município, independente de procedimentos jurídicos.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, por mútuo acordo entre as partes, por inadimplência de quaisquer cláusulas e condições ou, ainda, por superveniência de norma ou fato legal, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para execução deste convênio inicia em 12 de Junho e encerrando-se em 31 de Dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilégio que seja ou possa ser.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo:

Santa Terezinha do Progresso-SC, aos 12 dias do mês de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

LILIAN ESTER KRUGER BECKER
Presidente

Testemunhas:

ERONI ALLEBRANDT
SERVIDOR PÚBLICO
CPF 867.248.949-72

LARI JOÃO WESCHENFELDER
SERVIDOR PÚBLICO
CPF 024.138.359-54

PLANO DE TRABALHO

ANEXO I

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PLANO DE APLICAÇÃO

ANO 2013		
Parcelas	Mês	Valor em R\$
01	Julho	950,00
02	Agosto	950,00
03	Setembro	950,00
04	Novembro	950,00
Total:	R\$ 3.800,00	

Aplicação dos Recursos:

- Gêneros alimentícios e correlatos;
- Material Escolar e didático;
- Material para Educação Física e Desportos;

- Medicamentos;
- Material para manutenção e conservação e mão de obra para pequenos reparos;
- Pagamento de serviços de terceiros;
- Material de higiene e limpeza;
- Utensílios de cozinha; (exceto materiais permanentes)
- Vestuário;
- Gás de cozinha;
- Pessoal e encargos sociais ;
- Seguro Veículo.

EM HIPÓTESE ALGUMA SERÁ ACEITA PRESTAÇÃO DE CONTAS QUE INCLUA

- Aquisição de equipamentos em geral, móveis, aparelhos, veículos (inclusive peças, acessórios e combustíveis) e material permanente.
- Despesas com linha telefônica e despesas com juros e correção monetária.
- Despesas bancárias: multas, juros, ou correção monetária inclusive, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo.
- Despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.
- Despesas realizadas com data anterior à vigência deste convênio.
- Utilização de recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência.
- Despesa de publicidade, salva as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não contem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Convênio 04/2013

CONVÊNIO Nº 004/2013.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de santa Catarina, com sede na Av. Tancredo Neves, 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso - SC, inscrito no CNPJ N.º 01.612.847/0001-90, representado por seu Prefeito Municipal Senhor JACOB GILMAR JUNGES, doravante denominado de Município, A.C.F.R - Associação da Casa Familiar Rural de Modelo, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa própria, localizada em Linha Salete, Modelo - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 01.411.151/0001-03, neste ato representada por sua presidente, Sra. MARCIA WENDLING RUDIGER, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 1.855.804 e do CPF nº 505.040.530-00, doravante denominada de Conveniada, resolvem celebrar de comum acordo o presente convênio de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente convênio tem como objetivo a transferência de recursos financeiros para manutenção das atividades da CFR, incluindo a regularização de obrigações assumidas; o pagamento de despesas com serviços profissionais, conforme descrito Plano de Aplicação efetuada pela CFR, a qual é parte integrante deste convênio; o estabelecimento de ações básicas de Cooperação Técnico Financeira em regime de parceria entre a CFR e o Município de Santa Terezinha do Progresso, tudo visando o regular funcionamento e desenvolvimento dos programas e dos objetivos da CRF.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

Para a execução do presente convênio, o Município de Santa Terezinha do Progresso se obriga em transferir o valor de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais) a serem pagos em até 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas, de julho a dezembro de 2013, sendo:

- R\$ 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), até o dia 15 de Julho de 2013;
- R\$ 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta

centavos), até o dia 15 de Agosto de 2013;
- R\$ 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), até o dia 15 de Outubro de 2013;
- R\$ 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), até o dia 15 de Novembro de 2013;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:

O Município obriga-se em efetuar o repasse dos recursos de que trata a Cláusula Segunda à CFR, até o dia 15 (quinze) do mês. Os recursos serão repassados, através de depósito bancário, na conta corrente da CFR.

CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:

O presente convênio terá vigência de 21 de Julho de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

O Município obriga-se em:

- Repassar até a data fixada, os valores estabelecidos no convênio;
- Acompanhar, analisar e emitir pareceres, quando necessário, das prestações de contas e atividades da CFR;
- Apoiar, através da Secretaria Municipal da Agricultura e Educação, as matrículas e definir o número dos alunos para frequentar a CFR;
- Manter intercâmbios com os técnicos e atividades em prol do desenvolvimento dos programas da CFR;
- Solicitar os relatórios do número de alunos que estarão estudando na CFR no exercício de 2013 oriundos do Município de Santa Terezinha do Progresso.
- Propiciar condições de boa parceria com a CFR;
- Promover política que favoreça o desenvolvimento das atividades da CFR em parceria com as metas da Secretaria Municipal da Agricultura e da Educação do Município;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CFR:

A CFR obriga-se em:

- Promover o desenvolvimento das atividades conforme determinações legais e técnicas da CFR;
- Efetuar os pagamentos conforme plano de aplicação e condições estabelecidas neste convênio.
- Aplicar e prestar contas dos recursos recebidos, até 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, de conformidade com as normas legais e orientação do setor contábil do município;
- Efetuar as matrículas dos alunos para a CFR, em parceria com a Secretaria da Agricultura e da Educação do Município, observada os critérios estabelecidos com referência a tempo de residência, número de alunos, documentos e outros estabelecidos pelo município.
- Permitir a fiscalização e acompanhamento do município nas atividades da CFR;
- Propiciar condições boa parceria com o Município e atender as determinações deste convênio e solicitações do Município para a execução do mesmo;
- Encaminhar ao Município, na assinatura do convênio, o plano de trabalho anual da CFR.
- A CFR é responsável pela assistência e previdência integral dos empregados por ela admitidos e os demais com vínculo a outra esfera, a quem pertencer.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

O Município e a CFR, por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, poderão, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, por escrito, rescindir o presente convênio, por interesse ou por inadimplência de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do cumprimento do presente convênio pelo Município, estão consignadas em dotação própria do

orçamento de 2013, no Departamento de Educação e da Agricultura.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES:

A qualquer tempo, as partes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, prorrogar o tempo de vigência, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA DECIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

O presente convenio não gera com o Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, nenhum vínculo empregatício, social ou trabalhista e nem gera qualquer direito que venha a ser requerido pela CFR ou de seus empregados e a serviço da mesma.

O presente convênio fica expressamente vinculado a Lei Municipal nº 445, de 10 de março de 2003.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilégio que seja ou possa ser.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo:

Santa Terezinha do Progresso - SC, aos 21 dias do mês de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

LILIAN ESTER KRUGER BECKER

Presidente

Testemunhas:

ERONI ALLEBRANDT

SERVIDOR PÚBLICO

CPF 867.248.949-72

LARI JOÃO WESCHENFELDER

SERVIDOR PÚBLICO

CPF 024.138.359-54

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 2574/2013

PORTARIA Nº 2574, DE 21 DE JUNHO DE 2013

SUPRIME MEMBRO DE COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Suprimir, a pedido, o servidor público LEANDRO ANTONIO DE OLIVEIRA, ocupando do cargo de Fiscal da Fazenda, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, como membro da Comissão Municipal de Tomada de Contas Especial, nomeado pela Portaria nº 1558, de 26 de março de 2013, conforme processo nº 4643/2013.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Errata (Desconsidere-Se No Dom/SC Edição 1265 de 24/062013 Pgs 283 a 287, a Publicação da Retificação de Editais Semus, Considerando Esta).

**RETIFICAÇÃO DE EDITAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

No Edital de Chamada Pública nº **001/2009**, de 14 de setembro de 2009, item 4 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, fica acrescido o parágrafo, nos seguintes termos:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde cujos valores não constam na Tabela de Procedimentos SIA/SUS e/ou estejam com preços defasados, descritos no Anexo II, serão acordados entre as partes, tendo a tabela nacional do SUS como referência mínima, havendo codificação, conforme prerrogativa de complementação financeira descrita na Portaria MS/GM 1.606, de 11 de setembro de 2001, como segue:

DESCRIÇÃO	Quantidade Exames Anual (Média)	Valor SUS Anual	Valor Complemento Anual (Fixo)	Valor Complemento Anual conforme Autorização	TOTAL GERAL (R\$)
Exames de Análises Clínicas	36.000	R\$ 168.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 198.000,00
MÉDIA MENSAL	3000	R\$ 14.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 500,00	R\$ 16.500,00

No Edital de Chamada Pública nº **002/2009**, de 17 de setembro de 2009, item 4 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, fica acrescido o parágrafo, nos seguintes termos:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde cujos valores não constam na Tabela de Procedimentos SIA/SUS e/ou estejam com preços defasados, descritos no Anexo II, serão acordados entre as partes, tendo a tabela nacional do SUS como referência mínima, havendo codificação, conforme prerrogativa de complementação financeira descrita na Portaria MS/GM 1.606, de 11 de setembro de 2001, como segue:

DESCRIÇÃO	Quantidade sessões (média)	Quantidade de paciente mês	Valor SUS Anual	Valor Complemento Anual (Fixo)	Valor Avaliação Anual (Por Produção)	TOTAL GERAL (R\$)
Atendimento Fisioterápico	7.200	60	R\$ 48.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 4.800,00	R\$ 64.800,00
MÉDIA MENSAL			R\$ 4.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 400,00	R\$ 5.400,00

No Edital de Chamada Pública nº **003/2009**, de 30 de outubro de 2009, item 4 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, fica acrescido o parágrafo, nos seguintes termos:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde cujos valores não constam na Tabela de Procedimentos SIA/SUS e/ou estejam com preços defasados, descritos no Anexo II, serão acordados entre as partes, tendo a tabela nacional do SUS como referência mínima, havendo codificação, conforme prerrogativa de complementação financeira descrita na Portaria MS/GM 1.606, de 11 de setembro de 2001, como segue:

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor Unitário SUS	Valor Unitário	Valor Unitário	FPO ANUAL			
			Complemento	TOTAL	Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
030101007-2	Consulta – Vascular	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	720	7.200,00	20.160,00	27.360,00
020501004-0	U.S. Doppler Colorido de até 3 vasos (por membro)	R\$ 39,60	R\$ 136,40	R\$ 176,00	90	3.564,00	12.276,00	15.840,00
030101007-2	Consulta – Neurologia	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	2.664	26.640,00	74.592,00	101.232,00
021105002-4	EEG em vigília com ou sem foto estímulo	R\$ 11,34	R\$ 76,66	R\$ 88,00	144	1.632,96	11.039,04	12.672,00
021105003-2	EEG com sono induzido com ou sem medicamento	R\$ 25,00	R\$ 74,00	R\$ 99,00	120	3.000,00	8.880,00	11.880,00
030101007-2	Consulta – Ortopedia	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	1.080	10.800,00	30.240,00	41.040,00
030101007-2	Consulta – Proctologia	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	180	1.800,00	5.040,00	6.840,00
020901002-9	Colonoscopia	R\$ 112,66	R\$ 217,34	R\$ 330,00	216	24.334,56	46.945,44	71.280,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Rígida	R\$ 23,13	R\$ 86,87	R\$ 110,00	10	231,30	868,70	1.100,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Flexível	R\$ 23,13	R\$ 174,87	R\$ 198,00	6	138,78	1.049,22	1.188,00
TOTAL						79.341,60	211.090,40	290.432,00
VALOR MENSAL						6.611,80	17.590,87	24.202,67

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor Unitário SUS	Valor Unitário Complemento	Valor Unitário TOTAL	FPO ANUAL			
					Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
030101007-2	Consulta	10	22,5	32,5	1.080	10.800,00	24.300,00	35.100,00
030106006-1	Atendimento de Urgência	11	22,5	33,5	96	1.056,00	2.160,00	3.216,00
021106012-7	Mapeamento	24,24	-	24,24	1.080	26.179,20	0,00	26.179,20
021106025-9	Tonometria	3,37	-	3,37	1.080	3.639,60	0,00	3.639,60
	Campimetria	40	-	40	144	5.760,00	0,00	5.760,00
	Topografia	24,24	-	24,24	84	2.036,16	0,00	2.036,16
TOTAL						49.470,96	26.460,00	75.930,96
VALOR MENSAL						4.122,58	2.205,00	6.327,58

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor Unitário SUS	Valor Unitário	Valor Unitário	FPO ANUAL			
			Complemento	TOTAL	Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
020904004-1	*Videolaringoscopia	R\$ 45,50	R\$ 15,00	R\$ 60,50	60	R\$ 2.730,00	R\$ 900,00	R\$ 3.630,00
021107003-3	Audiometria em Campo	R\$ 20,13	R\$ 10,00	R\$ 30,13	24	R\$ 483,12	R\$ 240,00	R\$ 723,12
021107004-1	Audiometria Tonal Limiar (via aérea/óssea)	R\$ 21,00	R\$ 10,00	R\$ 31,00	24	R\$ 504,00	R\$ 240,00	R\$ 744,00
021107020-3	Imitanciometria/impedanci	R\$ 23,00	R\$ 0,00	R\$ 23,00	48	R\$ 1.104,00	R\$ 0,00	R\$ 1.104,00
030106006-1	Atend. Urgência Em Atenção Especializada	R\$ 11,00	R\$ 39,00	R\$ 50,00	3	R\$ 33,00	R\$ 117,00	R\$ 150,00
040401031-8	Retirada Corpo Estranho Ouvido/Faringe/Laringe/N	R\$ 26,42	R\$ 0,00	R\$ 26,42	3	R\$ 79,26	R\$ 0,00	R\$ 79,26
TOTAL						R\$ 4.933,38	R\$ 1.497,00	R\$ 6.430,38
VALOR MENSAL						R\$ 411,12	R\$ 124,75	R\$ 535,87

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor Unitário SUS	Valor Unitário Complemento	Valor Unitário TOTAL	FPO ANUAL			
					Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
021108001-2	Espirometria/ Espirometria	R\$ 2,78	R\$ 15,22	R\$ 18,00	175	R\$ 486,50	R\$ 2.663,50	R\$ 3.150,00
TOTAL						R\$ 486,50	R\$ 2.663,50	R\$ 3.150,00
MÉDIA MENSAL						R\$ 40,54	R\$ 221,95	R\$ 262,50

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor Unitário SUS	Valor Unitário Complemento	Valor Unitário TOTAL	FPO ANUAL			
					Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
030104003-6	Terapia em Grupo	6,15	21,00	27,15	360	2.214,00	7.560,00	9.774,00
030104004-4	Terapia Individual	2,81	22,50	25,31	300	843,00	6.750,00	7.593,00
030108016-0	Atendimento em Psicoterapia de Grupo	5,59	21,00	26,59	192	1.073,28	4.032,00	5.105,28
030108017-8	Atendimento Individual em Psicoterapia	2,55	22,50	25,05	480	1.224,00	10.800,00	12.024,00
030108015-1	Atendimento em Oficina Terapêutica II-Saúde Mental	23,16	42,00	65,16	587	13.594,92	24.654,00	38.248,92
TOTAL					1919	18.949,20	53.796,00	72.745,20
VALOR MENSAL						1579,10	4483,00	6062,10

No Edital de Chamada Pública nº **004/2009**, de 13 de novembro de 2009, item 4 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, fica acrescido o parágrafo, nos seguintes termos:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde cujos valores não constam na Tabela de Procedimentos SIA/SUS e/ou estejam com preços defasados, descritos nos Anexos I e II, serão acordados entre as partes, tendo a tabela nacional do SUS como referência mínima, havendo codificação, conforme prerrogativa de complementação financeira descrita na Portaria MS/GM 1.606, de 11 de setembro de 2001, como segue:

Código SUS	Sub-Grupo 01 – Coleta de Material	SUS	Complemento	Valor Unitário TOTAL	FPO ANUAL			
					QTDE	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
02.01.01.021-6	BIOPSIA DE FIGADO POR PUNÇÃO (CORE BIOPSY)	R\$ 71,15	R\$ 348,85	R\$ 420,00	12	R\$ 853,80	R\$ 4.186,20	R\$ 5.040,00
02.01.01.041-0	BIOPSIA DE PROSTATA (CORE BIOPSY)	R\$ 92,38	R\$ 307,62	R\$ 400,00	12	R\$ 1.108,56	R\$ 3.691,44	R\$ 4.800,00
02.01.01.043-7	BIOPSIA DE RIM POR PUNÇÃO (CORE BIOPSY)	R\$ 46,19	R\$ 373,81	R\$ 420,00	12	R\$ 554,28	R\$ 4.485,72	R\$ 5.040,00
02.01.01.060-7	PUNÇÃO DE MAMA POR AGULHA GROSSA (CORE BIOPSY)	R\$ 68,43	R\$ 351,57	R\$ 420,00	1	R\$ 68,43	R\$ 351,57	R\$ 420,00
02.01.01.047-0	BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE (PAAF)	R\$ 23,73	R\$ 186,27	R\$ 210,00	1	R\$ 23,73	R\$ 186,27	R\$ 210,00
02.01.01.058-5	PUNÇÃO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA (PAAF)	R\$ 33,24	R\$ 176,76	R\$ 210,00	1	R\$ 33,24	R\$ 176,76	R\$ 210,00
TOTAL SUB-GRUPO								R\$ 15.720,00
CÓDIGO	Sub-Grupo 04 – Diagnóstico por Radiologia	SUS	Complemento	TOTAL	QTDE	TOTAL SUS	TOTAL COMPL	VALOR TOTAL
02.04.03.003-0	MAMOGRAFIA UNILATERAL	R\$ 22,50	R\$ 7,50	R\$ 30,00	40	R\$ 900,00	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	R\$ 45,00	R\$ 15,00	R\$ 60,00	1080	R\$ 48.600,00	R\$ 16.200,00	R\$ 64.800,00
02.04.05.006-5	HISTEROSSALPINGOGRAFIA	R\$ 45,34	R\$ 94,66	R\$ 140,00	12	R\$ 544,08	R\$ 1.135,92	R\$ 1.680,00
02.04.02.010-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	R\$ 9,73	R\$ 45,27	R\$ 55,00	48	R\$ 467,04	R\$ 2.172,96	R\$ 2.640,00
02.04.06.003-6	ESCANOMETRIA	R\$ 7,77	R\$ 47,23	R\$ 55,00	96	R\$ 745,92	R\$ 4.534,08	R\$ 5.280,00
TOTAL SUB-GRUPO								R\$ 75.600,00
CÓDIGO	Sub-Grupo 05 – Diagnóstico por Ultrasonografia	SUS	Complemento	TOTAL	QTDE	TOTAL SUS	TOTAL COMPL	VALOR TOTAL
02.05.02.004-6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 37,95	R\$ 22,05	R\$ 60,00	240	R\$ 9.108,00	R\$ 5.292,00	R\$ 14.400,00
02.05.02.003-8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VES)	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00	924	R\$ 22.360,80	R\$ 16.447,20	R\$ 38.808,00
02.05.02.005-4	ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.006-2	ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.007-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.008-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MONOC)	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.009-7	ULTRA-SONOGRAFIA MAMA BILATERAL	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.010-0	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.012-7	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.013-5	ULTRA-SONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00	924	R\$ 22.360,80	R\$ 16.447,20	R\$ 38.808,00
02.05.02.016-0	ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				

	(GINECOLÓGICA)							
02.05.02.017-8	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSFONTANELA	R\$ 24,20	R\$ 17,80	R\$ 42,00				
02.05.02.018-6	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R\$ 24,20	R\$ 35,80	R\$ 60,00	260	R\$ 6.292,00	R\$ 9.308,00	R\$ 15.600,00
02.05.02.011-9	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 24,20	R\$ 35,80	R\$ 60,00	60	R\$ 1.452,00	R\$ 2.148,00	R\$ 3.600,00
SUB-TOTAL								R\$ 72.408,00
TOTAL GERAL								R\$ 163.728,00

No Edital de Chamada Pública nº **001/2010**, de 25 de fevereiro de 2010, no item DO OBJETO, fica acrescido “pessoa física”, nos seguintes termos:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde e exames complementares de diagnóstico e terapêutica, especializados, conforme especificado abaixo, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul.

No item 5 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, fica acrescido o parágrafo, nos seguintes termos:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde cujos valores não constam na Tabela de Procedimentos SIA/SUS e/ou estejam com preços defasados, descritos no Anexo II, serão acordados entre as partes, tendo a tabela nacional do SUS como referência mínima, havendo codificação, conforme prerrogativa de complementação financeira descrita na Portaria MS/GM 1.606, de 11 de setembro de 2001, como segue:

020501004-0	U.S. Doppler Colorido de até 3 vasos (por membro)	R\$ 39,60	R\$ 136,40	R\$ 176,00	90	3.564,00	12.276,00	15.840,00
030101007-2	Consulta – Neurologia	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	2.664	26.640,00	74.592,00	101.232,00
021105002-4	EEG em vigília com ou sem foto estímulo	R\$ 11,34	R\$ 76,66	R\$ 88,00	144	1.632,96	11.039,04	12.672,00
021105003-2	EEG com sono induzido com ou sem medicamento	R\$ 25,00	R\$ 74,00	R\$ 99,00	120	3.000,00	8.880,00	11.880,00
030101007-2	Consulta – Ortopedia	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	1.080	10.800,00	30.240,00	41.040,00
030101007-2	Consulta – Proctologia	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	180	1.800,00	5.040,00	6.840,00
020901002-9	Colonoscopia	R\$ 112,66	R\$ 217,34	R\$ 330,00	216	24.334,56	46.945,44	71.280,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Rígida	R\$ 23,13	R\$ 86,87	R\$ 110,00	10	231,30	868,70	1.100,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Flexível	R\$ 23,13	R\$ 174,87	R\$ 198,00	6	138,78	1.049,22	1.188,00
TOTAL						79.341,60	211.090,40	290.432,00
VALOR MENSAL						6.611,80	17.590,87	24.202,67

No Edital de Chamada Pública nº **002/2010**, de 18 de junho de 2010, item 5 DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, fica acrescido o parágrafo, nos seguintes termos:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde cujos valores não constam na

Tabela de Procedimentos SIA/SUS e/ou estejam com preços defasados, descritos no Anexo II, serão acordados entre as partes, tendo a tabela nacional do SUS como referência mínima, havendo codificação, conforme prerrogativa de complementação financeira descrita na Portaria MS/GM 1.606, de 11 de setembro de 2001, como segue:

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor Unitário SUS	Valor Unitário	Valor Unitário	FPO ANUAL			
			Complemento	TOTAL	Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
030101007-2	Consulta – Vascular	R\$ 10,00	R\$ 28,00	R\$ 38,00	720	7.200,00	20.160,00	27.360,00

São Bento do Sul, 10 de junho de 2013.

Deodato Raul Hruschka
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria Nº 2575/2013

PORTARIA Nº 2575, DE 21 DE JUNHO DE 2013
SUPRIME MEMBRO DE COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Suprimir, a pedido, o servidor público LINDOMAR ROSÁ, ocupando do cargo de Analista de Sistemas, lotado na Secretaria Municipal de Administração, como membro da Comissão Municipal de Tomada de Contas Especial, nomeado pela Portaria nº 1558, de 26 de março de 2013, conforme processo nº 4657/2013.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

Decreto Nº 1330, de 19 de Junho de 2013.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90;
3. Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada;
4. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/12;
5. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98 atualizada;
6. Pela lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada;
7. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/12;

-Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado ACT nº 002/2012, para o Magistério Público Municipal e Agente Educativo;

-Considerando o Decreto nº 1213, de 07 de fevereiro de 2013, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 002/2012;

-Considerando o Sétimo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado ACT nº 002/2012 para o Magistério Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Adaiane Quadri, para exercer o cargo de Professor PD/B-II (Professor de Séries Iniciais), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante a licença para tratamento de saúde legalmente concedida, a servidora pública municipal, Ivete Valentini de Souza, até perdurar a licença Saúde concedida pelo INSS.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1459, de 11 de Junho de 2013.

Designa servidor público municipal como Coordenador da Assessoria Jurídica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

Considerando a necessidade de orientação, coordenação e supervisão dos atos e decisões do Setor Jurídico do Município;

Considerando a necessidade de unificação de procedimentos adotados pelo Setor Jurídico do Município;

Considerando a necessidade de organização dos trabalhos do Setor Jurídico nos âmbitos judicial e administrativo;

Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal Vinicius Augusto Andrioli, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, para coordenar o Setor Jurídico deste Município de São Domingos (SC), com poderes para orientar procedimentos e supervisionar os atos praticados.

Parágrafo único. Pelo exercício da função acima mencionada fica concedida ao referido servidor a Gratificação de Função GF-04, Código 58, do Anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 018, de 28/01/2008, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta Portaria correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1461, de 17 de Junho de 2013.

Concede férias a servidoras públicas municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS as servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Andreia Scheffer Mazurek	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2012-13	05	17/06/2013 a 21/06/2013
Luana Ribeiro Ferreira	Monitor de Programas Sociais	16/04/2012-13	05	17/06/2013 a 21/06/2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis(SC) para São Domingos (SC), 17 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Aditivo Prefe N. 049/2013 de 03/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: Junho

TERMO ADITIVO: PREFE N. 049/2013 de 03/06/2013- 4º Termo Aditivo ao Contrato n. 038/2011 de 05 de julho de 2011.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2013

VALOR DO ADITIVO: R\$ 96.018,09 (noventa e seis mil dezoito reais e nove centavos).

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 020/2011, Modalidade Tomada de Preços n. 004/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CPF/CNPJ: 09.544.243/0001-65

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 04/07/2013

Termo Aditivo Prefe Nº 060/2013, de 18/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JUNHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 060/2013, de 18/06/2013 (3º Aditivo ao Contrato PREFE nº 070/2011, de 30/12/11).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 243.750,00 R\$ 76.214,88 = R\$ 319.964,88

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/06/2013.

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar o item 4.1 da Cláusula Quarta - Do Valor, do Contrato de Repasse nº 373.563-85/2011, de 30/12/11, realizado segundo os termos dos Programas de Finalidades Turísticas do Ministério do Turismo - MTUR (Pavimentação Asfáltica de trecho da Rua Rui Barbosa).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/MTUR/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 30/03/14.

Termo Aditivo Prefe Nº 061/2013, de 19/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JUNHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 061/2013, de 19/06/2013 (3º Aditivo ao Contrato PREFE nº 071/2011, de 30/12/11).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 487.500,00 R\$ 42.738,26= R\$

530.238,26

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/06/2013.

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar o item 4.1 da Cláusula Quarta - Do Valor, do Contrato de Repasse nº 375.264-17/2011, de 30/12/11, realizado segundo os termos do Programa TURISMO NO BRASIL do Ministério do Turismo - MTUR (Pavimentação Asfáltica em trechos das Ruas Ademir de Barros e Barão do Rio Branco).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/MTUR/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 30/03/14.

Termo Aditivo Prefe Nº 062/2013 de 19/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JUNHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 062/2013 de 19/06/2013 (3º Aditivo ao Contrato PREFE nº 072/2011, de 30/12/11).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 390.000,00 R\$ 165.973,81= R\$ 555.973,81

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/06/2013.

LICITAÇÃO:

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar o item 4.1 da Cláusula Quarta - Do Valor, do Contrato de Repasse nº 373.508-03/2011, realizado segundo os termos dos Programas de Finalidades Turísticas do Ministério do Turismo (Pavimentação Asfáltica em trechos das Ruas Pedro Álvares Cabral e Ricardo Bortoli).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 30/03/2014.

São João do Sul

PREFEITURA

Licitação Nº 048/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 048/2013

Modalidade - Leilão nº 001/2013

Objeto: A VENDA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, QUE SERÃO VENDIDOS NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM.

Credenciamento: Poderão ser entregues até às 09:00 horas do dia 10/07/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, no setor de Licitações, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou pelo Fone: (0**48) 3539-0113 e ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br.

São João do Sul - SC, em 25 de Junho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Resolução Nº. 057/2013

RESOLUÇÃO Nº. 057/2013

ALTERA O ARTIGO PRIMEIRO DA RESOLUÇÃO 036/2013, PRORROGANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONVÊNIOS DAS AÇÕES NÃO TIPIFICADAS ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO DE 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 13 de junho do ano de 2013,

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, Da Assistência Social;

Considerando a Resolução Diretora Colegiada Nº 101/01, da AN-VISA, publicada em 31 de maio de 2001 que trata do funcionamento de Comunidade Terapêuticas;

Considerando o ofício 723/2013//SAS que solicita revisão de prazo de convênio das ações não tipificadas.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração do artigo primeiro da Resolução 057/2013, que trata da renovação das vagas dos convênios das ações não tipificadas, inclusive das comunidades terapêuticas, do ano de 2012 para 2013, prorrogando o prazo de vigência dos referidos convênios até o mês dezembro do ano de 2013.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 13 de junho de 2013.

LEDIO COELHO

Presidente do CMAS/SJ

Resolução Nº. 058/2013

RESOLUÇÃO Nº. 058/2013

APROVA O PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL / SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ANO 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 13 de junho do ano de 2013,

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, Da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão à política de capacitação dos trabalhadores públicos e da Rede prestadora de serviços socioassistenciais;

Considerando a Resolução Conjunta Nº 1, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS / CONANDA, que Aprova o Plano Nacional de

Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal para o Sistema único da Assistência Social ano 2013.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 13 de junho de 2013.

LEDIO COELHO

Presidente do CMAS/SJ

Resolução Nº. 059/2013

RESOLUÇÃO Nº. 059/2013

APROVA O PLANO DE REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE ACOGLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 13 de junho do ano de 2013,

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, Da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua, conforme apresentado em plenária ordinária (anexo).

Art. 2º - O referido Plano foi aprovado com a ressalva que deve ser respeitada e contemplada a proposta de Recursos Humanos, conforme a NOB RH / SUAS.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 13 de junho de 2013.

LEDIO COELHO

Presidente do CMAS/SJ

Resolução Nº. 060/2013

RESOLUÇÃO Nº. 060/2013

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO DOS SALDOS REMANESCENTES DE RECURSOS PROVENIENTES DO ESTADO - FEAS.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 13 de junho do ano de 2013,

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, Da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 269, de 13 de dezembro de 2006 - NOB/SUAS que faz alusão à política de capacitação dos trabalhadores públicos e da Rede prestadora de serviços socioassistenciais;

Considerando a Resolução Conjunta Nº 1, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS / CONANDA, que Aprova o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Saldos Remanescentes de Recursos provenientes do Estado - FEAS, conforme Planilha apresentada (anexa).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 13 de junho de 2013.

LEDIO COELHO

Presidente do CMAS/SJ

Resolução Nº. 061/2013

RESOLUÇÃO Nº. 061/2013

APROVA A PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES PARA INCLUSÃO PRODUTIVA COM A ENTIDADE AÇÃO SOCIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 13 de junho do ano de 2013,

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, Da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar proposta de ampliação das ações para inclusão produtiva com a entidade Ação Social São Francisco de Assis para atendimento de mais 30 (trinta) jovens, com Projeto de Artesanato e Oficinas para confecção de material de limpeza.

Art. 2º - A Proposta de Convênio, ora aprovada, destina-se a prestação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para jovens, objetivando 30 (trinta) vagas conveniadas para o atendimento de jovens e suas famílias da Região de Forquilha e suas adjacências, com valor per capita de R\$50,00 (cinquenta reais), perfazendo um valor mensal de R\$1.500,00 (um mil, e quinhentos reais), repassado em seis parcelas, totalizando um valor anual de R\$9.000,00 (nove mil reais).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 13 de junho de 2013.

LEDIO COELHO

Presidente do CMAS/SJ

Resolução Nº. 062/2013

RESOLUÇÃO Nº. 062/2013

APROVA A PROPOSTA DE CONVÊNIO COM A ENTIDADE SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião ordinária do dia 13 de junho do ano de 2013,

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, Da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar proposta de convênio com a entidade Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças - Projeto Despertar.

Art. 2º - A Proposta de Convênio, ora aprovada, destina-se a prestação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, objetivando a capacidade instalada de 40 (quarenta) vagas conveniadas para o atendimento de crianças com idades compreendidas entre 06 e 11 anos, com piso de R\$50,00 (cinquenta reais), perfazendo um valor mensal de R\$2.000,00 (dois mil reais), repassado em seis parcelas, totalizando um valor anual de R\$12.000,00 (doze mil reais), com vigência de 01 de julho de 2013 a 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 13 de junho de 2013.

LEDIO COELHO

Presidente do CMAS/SJ

IX Conferência Municipal de Assistência Social

IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeita Municipal de São José, Sra. ADELIANA DAL PONT, e o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sr. LEDIO COELHO, no uso de suas atribuições e de conformidade com Lei Municipal nº 4.308/05, vêm através do presente convidar a Rede Municipal de Assistência Social, governamental e não governamental, bem como os usuários da Assistência Social e os trabalhadores sociais à participarem da IX Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS", que realizar-se-á nos dias 05 e 06 de agosto de 2013, no Centro de Atenção à Terceira Idade/CATI, sito à Avenida Beira Mar de São José. A Conferência terá como objetivo geral: analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social- SUAS, reconhecendo a corresponsabilidade da gestão municipal em relação à Política de Assistência Social. Como objetivo específico: Avaliar o atual quadro da gestão orçamentária e financeira; Fortalecer e afirmar junto aos gestores o compromisso do cofinanciamento da política social; Avaliar, compreender, discutir e analisar a concepção e operacionalização da vigilância socioassistencial; Processos de planejamento, monitoramento e

avaliação, para o aprimoramento da gestão no SUAS; Avaliar e discutir a concepção do trabalho para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios; Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre os serviços, programas e projetos, tomando como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS, Proteção Social Básica e Especial; Avaliar e fortalecer do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda na Assistência Social; Promover debates da intersectorialidade das políticas públicas, na perspectiva da regionalização; Reconhecer as diversas realidades econômicas, culturais e étnicas, na perspectiva da regionalização, tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais.

São José, 18 de junho de 2013.

LÉDIO COELHO ADELIANA DAL PONT

Presidente do CMAS/SJ Prefeita Municipal
CMAS/SJ

Conselho Municipal de Assistência Social de São José/SJ

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.671, de 24 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 4.671, DE 24 DE JUNHO DE 2013.

Convoca a 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base na Portaria nº 33, de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura e demais disposições relacionadas à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 2ª (Segunda) Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina, etapa preparatória da 3ª (Terceira) Conferência Nacional de Cultura, a realizar-se na data de 08 de julho de 2013, no auditório da AMNOROESTE, situada na rua Jarbas Mendes, nº 270, Galeria Martini, sala 09, bairro Brasília, no município de São Lourenço do Oeste/SC, sob a coordenação da Comissão Preparatória composta pelos seguintes membros:

I - representantes da Sociedade Civil:

- a) Alexandro Stoco - Professor de Música do Município de São Lourenço do Oeste;
- b) Giovane Ferreira - Professor de Música do Município de São Lourenço do Oeste;
- c) Marcos Antonio Marmentini - Professor de Artes do Município de Coronel Martins;
- d) Lauri Novacoski - Músico Amador do Município de Galvão;
- e) Luan Rossoni - Músico Amador do Município de Jupiá;
- f) Jorge Feix - Músico Profissional do Município de São Bernardino;
- g) Eduardo Pedro Janceski - Associação de Pais e Professores do Município de Novo Horizonte.

II - representantes do Poder Governamental:

- a) Altamir Jorge Lemes da Rosa - Gerente Executivo do Instituto Cultural de São Lourenço, no Município de São Lourenço do Oeste;
- b) Ederson Bevilaqua - Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de São Bernardino;
- c) Seni Antonia Brun Dalzochio - Secretária de Educação, Cultura

e Esporte do Município de Novo Horizonte;

- d) Sandra Regina Previatti - Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Coronel Martins;
- e) Edjane Borella de Almeida - Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Galvão;
- f) Eliani Kunz Verza - Secretária Municipal de Educação do Município de Jupiá.

Art. 2º A 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA".

Art. 3º Com vistas aos princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura (PNC), definidos na Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com suas diretrizes e metas e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - Eixo I: Implementação do Sistema Nacional de Cultura, tendo como foco os Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios):

- a) Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os princípios constitucionais do SNC;
- b) Qualificação da Gestão Cultural, mediante o Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura, Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;
- c) Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;
- d) Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - Eixo II: Produção Simbólica e Diversidade Cultural, tendo como foco o fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial:

- a) Criação, Produção, Preservação, Intercâmbio e Circulação de Bens Artísticos e Culturais;
- b) Educação e Formação Artística e Cultural;
- c) Democratização da Comunicação e Cultura Digital;
- d) Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - Eixo III: Cidadania e Direitos Culturais, tendo como foco a garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial:

- a) Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;
- b) Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;
- c) Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;
- d) Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - Eixo IV: Cultura e Desenvolvimento, tendo como foco a economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável:

- a) Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;
- b) Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;
- c) Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e

Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da

Sustentabilidade;

d) Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 4º A 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, envolverá os seis municípios que compõem-na, sendo estes: Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino e São Lourenço do Oeste.

Art. 5º A 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina será presidida pelo Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Sr. Geraldino Cardoso e na sua ausência ou impedimento, pelo Presidente do Colegiado de Cultura da AMNOROESTE, Gerente Executivo do Instituto Cultural do Município de São Lourenço do Oeste, Sr. Altamir Jorge Lemes da Rosa.

Art. 6º O Regulamento aprovado pela Comissão Preparatória da 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina será expedido por meio de Portaria.

Parágrafo único. A minuta do Regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 7º As despesas decorrentes da realização da 2ª Conferência Intermunicipal de Cultura dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina ocorrerão por conta dos recursos orçamentários da AMNOROESTE.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de junho de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo Nº 116/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/07/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA NÚCLEOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Nula a Publicação Referente ao Aviso de Licitação -FMS Pag Nº 380 Edição Nº 1264

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, TORNA NULA A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÕES - FMS AO PROCESSO Nº 28, PUBLICADO EM 21 DE JUNHO DE 2013 EDIÇÃO Nº 1264.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 20/06/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 20/06/2013 até 20/06/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		135.388,67
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	169.235,83
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	169.235,83
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	169.235,83
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	101.541,50
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	42.308,96
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	25.385,37
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-33.847,16
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-33.847,16
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-33.847,16

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 24/06/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 5.155/2013, de 21 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 5.155/2013, DE 21 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora Fabieli Pilatti, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº044.593.891-66, CREA-SC 093.485-5 SC, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de serviços para construção de área para copa e cozinha e fechamento lateral no Galpão anexo ao Ginásio Alfredo Pasold do Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações no Contrato nº. 122/2013 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 02/2013-PMS, Processo nº. 88/2013-PMS - empresa ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº. 07.103.065/0001-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 21 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Dispensa 49/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2013 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 110/2013
Data: 21/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: HUMANITY CENTRO DE NEGOCIOS PESQUISA E DESV. SOCIA

Código: 12624

Endereço: AV.JOÃO SACAVEM, Nº 85 ANADAR1**Cidade:** Navegantes - SC**CNPJ:** 10.640.600/0001-78

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para assessoria e acompanhamento das políticas públicas do programa "PAR" - Plano de Ações Articulares para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	40,00	Assessoria e acompanhamento das políticas públicas do programa "PAR" - Plano de Ações Articulares	HR	193,75	7.750,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

EMPRESA IRÁ REVISAR, ESTUDAR, ALÉM DE TRABALHAR NA RESOLUÇÃO DE PENDÊNCIAS E DILIGÊNCIAS, CONSTRUÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO É MONITORAMENTO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS.

Schroeder, 21 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2013 - DL**

Processo Nr.: 110/2013
Data: 21/06/2013

Folha: 2/2

11/6/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Junho de 2013

Valor da Despesa: 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Errata de Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 72/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Errata de Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 72/2013-FMS

Processo de licitação nº. 25/2013 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000,

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	Suporte para soro de parede; suporte em chapa de aço; haste em tubo redondo com os ganchos;pintura eletroestática(branca) a pó; Dimensões: haste: 1,00m; haste giratória: até 180 graus.	7	Unidade	31,868	223,08
14	Mesa antropométrica, estrutura em tubo de aço 31,75mm x 1,20mm, com leito compensado de 15mm, estofado em corvim, espuma de 05 cm na densidade 26, sem cabeceira, provida de escala métrica com cursor deslizante, pés com ponteira de PVC antiderrapante, em pintura eletrostática pó (epóxi). Dimensões: 1,10 cm comprimento, 0,50cm largura e 0,85 altura.	3	Unidade	369,892	1.109,68
21	Mesa Ginecológica Metal Simples Leito Estofado balde e gaveta pintados 207-C. Mesa Ginecológica, com assento fixo estofado com espuma D23 revestido em curvim lavável, tubos de 1 1/4" x 1,06mm com porta coxa, balde e gaveta pintados. Dimensões:Comprimento 1,70m x Largura 0,55m x Altura 0,80m.	1	Unidade	503,914	503,91

22	Negatoscópio Corpo em chapa de aço Dimensões: 0,38 x 0,50M. esmaltado,frente em acrílico, 220 volts com reator eletrônico de partida rápida.	3	Unidade	143,369	430,11
33	Armário vitrine 2 portas com vidro, dimensões: 1,60 x 0,60 x 0,40m. Peso:80kg. Cubagem:0,442m³ . Dimensões dos vidros: Descrição Quantidade Medidas (cm) porta 02 19,5x 111,0 Laterais 02 35,5 x 119,5 Prateleiras: 04 35,5 x 57,7. Fabricado em tubode aço quadrado 20x 20mm, com parede de 1,20mm de espessura, fechamento superior, inferior e fundo em chapa de aço nº 19 de 1,06mm de espessura. Portas em perfil . Portas em perfil TEE 55 x 15 x 1,20 mm. Acabamento com pintura eletrostática a pó (epóxi) após tratamento antiferruginoso. o armário possui 4 suportes para prateleiras, laterais com baguetes 3/8" x 3/8" x 1,20 mm. Portas com fechadura YALE e pés com ponteiros de PVC.	4	Unidade	402,358	1.609,43
VALOR R\$ 3.876,21					

Valor do contrato: R\$ 3.876,21 (três mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos).

Data da Assinatura: 13/06/2013 - Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 124/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 124/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 49/2013-PMS - Processo nº. 110/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HUMANITY CENTRO DE NEGOCIOS, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.640.600/0001-78, estabelecida na Avenida João Sacavem, nº 85, 1º andar, Centro, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.375-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa

especializada para assessoria e acompanhamento das políticas públicas do programa "PAR" - Plano de Ações Articulares para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDA-DE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Assessoria e acompanhamento das políticas públicas do programa "PAR" - Plano de Ações Articulares	40	Horas	193,75	7.750,00
TOTAL R\$ 7.750,00					

Valor do contrato: R\$ 7.750,00 (sete mil e setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 21/06/2013 - Vigência: 21/09/2013
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A07/2013 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A07/2013 - FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2012 -FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 94.894.169/0001-86, estabelecida Rua Samuel Kruchim, nº. 200, Bairro Patronato, na cidade de Santa Maria, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 97.020-670, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Daniel Desiderio, inscrito no CPF sob o nº. 046.812.778-00, portador da Carteira de Identidade nº. 17.452.363.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 58/2012-FMS, celebrado em 21 de novembro de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 24/2012 - FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2012- FMS, o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de desistência do item 24 pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, devidamente aceito pela administração, de acordo com Parecer da Procuradoria nº 0037/2013-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 24 é a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance. Onde a administração possui um saldo de 2.000 (duas mil) unidades, no valor unitário de R\$ 0,286 (vinte e oito centavos e seis centésimos de centavo), totalizando o valor de R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais),

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo

entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 24, a quantidade de 2.000 (duas mil) unidades, no valor unitário no valor unitário de R\$ 0,286 (vinte e oito centavos e seis centésimos de centavo), totalizando o valor de R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	SALDO LICITADO	VALOR R\$ UNITÁRIO	UNID.	VALOR R\$ TOTAL
09	METRONIDAZOL 400MG COMP	2.000	0,286	COMP	572,00
VALOR R\$ TOTAL 572,00					

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 58/2012-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de junho de 2013.
CONTRATADA:

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Daniel Desiderio
CPF nº. 046.812.778-00
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
NOME: ORLANDO TECILLA
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
NOME: DANIELA SAMULESCKI
CPF nº. 053.350.739-18

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial 36-2013

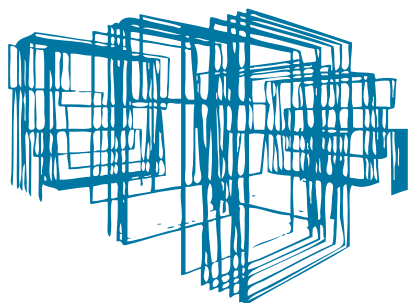
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de material escolar para distribuição gratuita aos alunos que freqüentam as Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Infantil, e material de consumo (expediente) para manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, bem como das Escolas Municipais.

Entrega dos Envelopes : 08:15 horas do dia 09 de julho de 2013.
Abertura dos Envelopes : 08:45 horas do dia 09 de julho de 2013.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>
ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,
nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15horas.

SERRA ALTA, 25 de junho de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

Timbó**PREFEITURA****Editais de Notificação de Imposição de Penalidade
Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 410/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAS4417	8756028598	6050/3	27/01/2013	R\$ 191,53	208
AFG9809	8756029889	7455/0	08/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AHM1867	8756029771	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKW1031	8756028459	7455/0	22/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
AKY4609	8756030915	6050/3	02/04/2013	R\$ 191,53	208
AQX0376	8756030175	7455/0	16/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AUK4780	8756030057	7455/0	13/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CAW4319	8756029779	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CRF7754	8756030136	6050/3	15/03/2013	R\$ 191,53	208
CSC2896	8756028034	7455/0	18/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
CTH5738	8756030114	7455/0	13/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CTH5738	8756030154	7455/0	12/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CTP3699	8756029737	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CVE2687	8756030823	5673/2	31/03/2013	R\$ 85,12	183
DAU7825	8756029787	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
DIL8886	8756030661	7455/0	25/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
ICM7838	8756028829	7455/0	08/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
IGH7034	8756028169	7455/0	18/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
IJM3186	8756030146	7455/0	10/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
INN5911	8756030147	7455/0	10/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
JNO9230	8756030089	7455/0	16/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
KLF9188	8756029964	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWY0764	8756028601	6050/3	30/01/2013	R\$ 191,53	208
LXA5753	8756029778	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXD4750	8756030151	7455/0	12/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXK3782	8756030005	7463/0	12/03/2013	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXM5979	8756029023	7455/0	13/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXM5979	8756029986	7455/0	08/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXN9011	8756029730	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXW7478	8756029659	7455/0	02/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYM4468	8756030864	7455/0	01/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYN0831	8756030060	7463/0	12/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYN0831	8756030078	7471/0	10/03/2013	R\$ 574,61	218 * III
LYN0831	8756030081	7471/0	11/03/2013	R\$ 574,61	218 * III
LYN0831	8756030087	7471/0	14/03/2013	R\$ 574,61	218 * III
LYN0831	8756030091	7463/0	13/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYN0831	8756030094	7463/0	14/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYO9209	8756030875	7455/0	31/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYV2737	8756029282	7455/0	18/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYX0234	8756029781	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZB9090	8756028379	7463/0	24/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZK2148	8756028374	7463/0	22/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZU0743	8756029982	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAA9098	8756028541	7455/0	28/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAB5535	8756029929	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAI9383	8756029835	5673/2	07/03/2013	R\$ 85,12	183
MAO3791	8756028011	7463/0	15/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAT3010	8756030043	5673/2	10/03/2013	R\$ 85,12	183
MAU4126	8756030006	7455/0	12/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756029873	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAZ6206	8756027990	7455/0	15/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBC3801	8756028499	7455/0	26/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBE2459	8756028539	7463/0	28/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBM7002	8756029833	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBN2708	8756028333	6050/3	26/01/2013	R\$ 191,53	208
MCA5978	8756028668	7455/0	29/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCA5978	8756028739	7455/0	30/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCA5978	8756028896	7455/0	03/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCG4143	8756029859	5673/2	07/03/2013	R\$ 85,12	183
MCH2832	8756028720	7455/0	27/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCL8921	8756029880	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCO2586	8756029939	7455/0	08/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCS7299	8756028229	7455/0	22/01/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCV3211	8756029365	7455/0	20/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX7015	8756029512	7463/0	01/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDA6265	8756028660	7455/0	28/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDP2050	8756028318	7463/0	25/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDR1429	8756028629	7455/0	01/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU3268	8756029633	7455/0	27/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU5651	8756029803	7463/0	11/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDV2850	8756029464	7455/0	27/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW4716	8756029992	6050/3	09/03/2013	R\$ 191,53	208
MDY5604	8756030119	7455/0	14/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDZ7288	8756029320	7463/0	20/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDZ7288	8756029326	7455/0	20/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDZ7288	8756029328	7455/0	20/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDZ7288	8756029329	7463/0	20/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDZ7288	8756029331	7471/0	20/02/2013	R\$ 574,61	218 * III
MDZ7288	8756029332	7463/0	20/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDZ7288	8756029333	7455/0	20/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDZ7288	8756029336	7471/0	20/02/2013	R\$ 574,61	218 * III
MEI7667	8756028713	7455/0	27/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEI7667	8756028849	7455/0	03/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEJ8900	8756027987	7455/0	15/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEM6306	8756029807	7471/0	11/03/2013	R\$ 574,61	218 * III
MER6938	8756029822	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET5252	8756029847	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEW4607	8756029116	7455/0	05/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEY9147	8756029952	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFE2120	8756028446	6050/3	20/01/2013	R\$ 191,53	208
MFN4959	8756029721	7455/0	06/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFT6953	8756030009	7463/0	12/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGA0550	8756028438	6050/3	24/01/2013	R\$ 191,53	208
MGC9527	8756029905	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGD5805	8756028924	7455/0	07/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGJ6284	8756028098	5673/2	19/01/2013	R\$ 85,12	183
MGK6727	8756030960	7463/0	06/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGL3363	8756028490	7455/0	26/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGM2809	8756029918	7455/0	04/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGM2809	8756029919	7455/0	05/03/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGM2809	8756029963	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGP5733	8756029804	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGR4945	8756030098	7455/0	10/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS8445	8756030055	7455/0	12/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGX2933	8756030101	7455/0	10/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGY7033	8756028871	6050/3	06/02/2013	R\$ 191,53	208
MGZ0997	8756030123	7455/0	14/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHD0341	8756028778	7455/0	03/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHI8674	8756030088	7455/0	15/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHL4980	8756029954	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHP2507	8756029882	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHW1184	8756029826	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHX1436	8756029949	6050/3	04/03/2013	R\$ 191,53	208
MID7829	8756028390	7455/0	20/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIE1765	8756030113	7455/0	13/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIE1765	8756030167	7455/0	14/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIH8800	8756028830	7455/0	04/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIO7418	8756028077	7463/0	18/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIQ2308	8756029892	7455/0	05/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2308	8756029893	7463/0	06/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIS9840	8756030177	6050/3	16/03/2013	R\$ 191,53	208
MJC0459	8756030180	7455/0	16/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJD7657	8756029911	7455/0	03/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJN1609	8756028007	7455/0	15/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJN1609	8756030134	6050/3	12/03/2013	R\$ 191,53	208
MJP1609	8756028309	7463/0	25/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJP7729	8756028711	6050/3	02/02/2013	R\$ 191,53	208
MJP9586	8756028994	7455/0	10/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJV1210	8756029581	7455/0	26/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJX1237	8756028212	7455/0	18/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJY6107	8756028913	6050/3	05/02/2013	R\$ 191,53	208
MKM0699	8756027956	7455/0	15/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKM4218	8756030550	7455/0	28/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKT7821	8756030959	6050/3	06/04/2013	R\$ 191,53	208
MKW7397	8756029369	7455/0	20/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKY6308	8756030054	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLE9781	8756030702	7463/0	26/03/2013	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMM6663	8756029995	7455/0	09/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MTM9653	8756029712	6050/3	02/03/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 412/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABW4924	8756028617	7455/0	01/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIN8564	8756029092	7455/0	16/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALL5667	8756030571	6050/3	24/03/2013	R\$ 191,53	208
AMB1612	8756030230	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
ASP6006	8756027871	6050/3	08/01/2013	R\$ 191,53	208
BJB4806	8756029990	6050/3	09/03/2013	R\$ 191,53	208
BOM9469	8756029459	7455/0	25/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
BUF5197	8756030441	6050/3	25/03/2013	R\$ 191,53	208
BVR6127	8756029576	7455/0	01/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CHS3246	8756028110	7455/0	17/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
CTH5738	8756030405	7455/0	19/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
DFR4726	8756029809	7463/0	11/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
DMS7059	8756028564	7463/0	28/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
DON6615	8756029798	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
ESL1811	8756030466	6050/3	30/03/2013	R\$ 191,53	208
GZX2951	8756030565	7455/0	29/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
HBS7389	8756029765	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
HFN3688	8756030170	7455/0	14/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
IKS8992	8756028527	7463/0	28/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
IMQ1169	8756030563	7455/0	29/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LKU7250	8756031179	7455/0	11/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWX2481	8756030606	7455/0	29/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXK7604	8756030347	7455/0	20/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXK7604	8756030421	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXM2513	8756029851	7455/0	07/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYN4565	8756030496	7455/0	29/03/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW9616	8756030305	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZE2020	8756029054	7455/0	10/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZI8378	8756030517	7455/0	28/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAJ6746	8756030020	7455/0	13/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAS8375	8756030619	7455/0	30/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAX1121	8756028702	7455/0	02/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBB4630	8756028570	7455/0	29/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCW0032	8756029115	7455/0	05/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY6305	8756031128	7455/0	07/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDP4042	8756028966	7455/0	12/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDP5420	8756030260	6050/3	23/03/2013	R\$ 191,53	208
MDP7868	8756029860	6050/3	08/03/2013	R\$ 191,53	208
MDR2211	8756023825	7455/0	22/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDY1118	8756030605	6050/3	29/03/2013	R\$ 191,53	208
MED7652	8756029834	5673/2	06/03/2013	R\$ 85,12	183
MEF7872	8756028688	7455/0	02/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEF7872	8756028741	7455/0	30/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEH8150	8756030531	7455/0	25/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEI4457	8756030401	6050/3	18/03/2013	R\$ 191,53	208
MEJ3458	8756030341	7455/0	18/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEK6310	8756030245	7471/0	22/03/2013	R\$ 574,61	218 * III
MEX0057	8756030570	6050/3	30/03/2013	R\$ 191,53	208
MFB6582	8756029891	7463/0	04/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFM1933	8756030529	7463/0	24/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFR2170	8756030319	7455/0	18/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY4443	8756031376	7455/0	18/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY6173	8756030615	7455/0	29/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFZ7253	8756030288	7455/0	20/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGW8927	8756029272	7463/0	22/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGX0374	8756029540	5673/2	01/03/2013	R\$ 85,12	183
MHQ2448	8756030220	7463/0	22/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIC9042	8756031007	5673/2	09/04/2013	R\$ 85,12	183
MIE1859	8756030129	6050/3	10/03/2013	R\$ 191,53	208
MIK2745	8756029841	5673/2	05/03/2013	R\$ 85,12	183
MIS4660	8756031375	7455/0	18/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJC0658	8756030342	7455/0	18/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJL8926	8756030272	5673/2	22/03/2013	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJM2476	8756029469	7471/0	27/02/2013	R\$ 574,61	218 * III
MJQ4574	8756028760	7455/0	02/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJU6525	8756029973	7455/0	04/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKB6969	8756029083	7455/0	15/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKK8157	8756028923	7455/0	07/02/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1490/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMH5935	55371950D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
IAU9726	55371910D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
LZI3799	55371925D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
LZK7032	55371940D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
LZV0118	55371944D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
MGP0200	55371921D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1491/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DAS6695	55643491D	5185/1	22/03/2013	R\$ 127,69	167
HAB0976	55371853D	5185/1	24/01/2013	R\$ 127,69	167
KFH2275	55643307D	5185/1	04/02/2013	R\$ 127,69	167
LXM6751	55643452D	5185/1	07/03/2013	R\$ 127,69	167
MAO3791	55369833D	5185/1	24/01/2013	R\$ 127,69	167
MAT3581	54544052E	5967/0	03/04/2013	R\$ 191,53	203 * V
MCX2693	54544064E	5967/0	08/04/2013	R\$ 191,53	203 * V
MDL5804	55643283D	7366/2	28/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHW4047	55643222D	5967/0	21/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MIH9731	55643406D	5185/1	21/02/2013	R\$ 127,69	167
MJX1988	55643388D	5185/1	21/02/2013	R\$ 127,69	167
MKA9865	55643479D	5967/0	22/03/2013	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1494/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOD4285	55371908D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
GVX2334	55371012D	6610/2	21/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
GVX2334	55371013D	5010/0	21/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
GVX2334	55371014D	6912/0	21/03/2013	R\$ 53,20	232
IJI1001	55370820D	5169/1	21/04/2013	R\$ 1.915,38	165
MAC5724	55371041D	6610/2	22/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCE7067	55371011D	5010/0	21/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCL6447	54762881C	6599/2	19/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCL6447	54762882C	5010/0	19/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEI0637	55371539D	6920/0	05/03/2013	R\$ 127,69	233
MID1482	55371817D	6920/0	02/04/2013	R\$ 127,69	233
MIK5237	55370954D	6599/2	26/03/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1495/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFZ6257	55643423D	5185/1	27/02/2013	R\$ 127,69	167
AUD3070	55643204D	5967/0	18/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
BQY7330	54544030E	5967/0	28/03/2013	R\$ 191,53	203 * V
DQP4821	55643437D	5541/1	06/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IJI1001	55370821D	5207/0	21/04/2013	R\$ 53,20	169
LYM5111	55643486D	5185/1	22/03/2013	R\$ 127,69	167
MAZ2079	55643441D	5185/1	06/03/2013	R\$ 127,69	167
MBW7539	55643376D	5185/1	19/02/2013	R\$ 127,69	167
MGK0094	54544026E	7366/2	26/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MID1482	55643320D	5967/0	05/02/2013	R\$ 191,53	203 * V
MJJ9433	54544027E	7366/2	26/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKF0973	55371788D	5185/1	02/04/2013	R\$ 127,69	167
MKF0973	55371789D	5835/0	02/04/2013	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1488/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JPG0043	55371059D	6920/0	02/05/2013	233
LYC4315	55371847D	6920/0	02/05/2013	233
MBT1154	55371662D	6556/1	23/05/2013	230 * I
MBT1154	55371663D	6912/0	23/05/2013	232
MBT1154	55371664D	5061/0	23/05/2013	163 c/c 162 * I
MCG2977	55370876D	5169/1	26/04/2013	165
MCI2542	55371833D	6920/0	02/05/2013	233
MFG6512	55371209D	6599/2	23/05/2013	230 * V
MFN1126	55371054D	6920/0	02/05/2013	233
MIV9978	55369690D	6599/2	17/05/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1489/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZX9588	54544071E	5541/1	15/04/2013	181 * XVII
MHU1694	54544103E	5967/0	30/04/2013	203 * V
MJS2623	55371706D	5550/0	25/05/2013	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1492/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFQ9499	55326514B	5010/0	31/05/2007	162 * I
AHV6472	55371113D	6599/2	02/06/2013	230 * V
AHV6472	55371114D	5169/1	02/06/2013	165
ALR6473	55371093D	6920/0	03/06/2013	233
CAE2950	55370962D	6599/2	13/05/2013	230 * V
CAE2950	55370963D	6556/1	13/05/2013	230 * I
CAE2950	55370964D	6610/1	13/05/2013	230 * VII
CAE2950	55370966D	6610/2	13/05/2013	230 * VII
CHS9349	55371045D	6610/2	26/04/2013	230 * VII
CHS9349	55371046D	5045/0	26/04/2013	162 * V
ICN8174	55370830D	5169/1	08/05/2013	165
ILK0452	55371080D	6920/0	03/06/2013	233
LCX0667	55370956D	6700/0	03/04/2013	230 * XVI
LYM2638	55371088D	6920/0	03/06/2013	233
MAZ3419	55371098D	6920/0	03/06/2013	233
MBG7240	55371072D	6920/0	03/06/2013	233
MBK2529	55371071D	6920/0	03/06/2013	233
MBX9684	55370885D	6742/0	03/06/2013	230 * XX
MCV6818	55370833D	5169/1	11/05/2013	165
MCY5627	55371161D	5045/0	28/05/2013	162 * V
MCY6620	54544164E	6912/0	07/06/2013	232
MEJ5654	55371355D	6920/0	05/06/2013	233
MHE3470	55371710D	5169/1	02/06/2013	165
MJH9185	55371205D	5010/0	26/04/2013	162 * I
MMJ1380	55371351D	6920/0	05/06/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1493/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALX9321	54544137E	5541/1	28/05/2013	181 * XVII
ICN8174	55370829D	5738/0	08/05/2013	186 * II
LYY6878	54544112E	5541/1	09/05/2013	181 * XVII
MBN2708	55371251D	5738/0	11/05/2013	186 * II
MBN4894	54544129E	7366/2	23/05/2013	252 * VI
MCY5627	55371162D	5185/1	28/05/2013	167
MGB0375	54544177E	5487/0	10/06/2013	181 * XI
MMF8130	54544125E	7366/2	13/05/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 409/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN7568	8756032371	5673/2	16/05/2013	183
AKH7377	8756032454	7455/0	12/05/2013	218 * I
AKV9586	8756032341	7455/0	10/05/2013	218 * I
APV1366	8756031692	5673/2	30/04/2013	183
ASS6822	8756031378	7455/0	20/04/2013	218 * I
BNK6360	8756031983	7455/0	02/05/2013	218 * I
BOR9700	8756031727	7463/0	29/04/2013	218 * II
CYG6213	8756032283	7455/0	07/05/2013	218 * I
DNU2460	8756031301	7463/0	23/04/2013	218 * II
DUI3451	8756032405	7455/0	13/05/2013	218 * I
IFI7419	8756032468	7455/0	13/05/2013	218 * I
KMV4288	8756032404	7455/0	12/05/2013	218 * I
KNO5102	8756032278	7455/0	07/05/2013	218 * I
LWU8842	8756031995	7463/0	02/05/2013	218 * II
LXH5405	8756031652	6050/3	24/04/2013	208
LXM5979	8756032312	7455/0	10/05/2013	218 * I
LXM5979	8756032366	6050/3	15/05/2013	208
LYS1725	8756031788	7455/0	01/05/2013	218 * I
LYW9616	8756032420	7455/0	12/05/2013	218 * I
LZA4423	8756031746	7455/0	02/05/2013	218 * I
LZA4927	8756032295	7455/0	07/05/2013	218 * I
LZF1351	8756031597	7455/0	24/04/2013	218 * I
LZF5771	8756031656	6050/3	24/04/2013	208
LZH4736	8756031468	7455/0	17/04/2013	218 * I
LZN7383	8756032461	7455/0	12/05/2013	218 * I
LZX6300	8756031547	7455/0	27/04/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAG3815	8756031444	7455/0	14/04/2013	218 * I
MAM6309	8756031639	7455/0	21/04/2013	218 * I
MAQ6352	8756032368	5673/2	16/05/2013	183
MAZ8290	8756032355	7455/0	12/05/2013	218 * I
MBD9946	8756032292	7455/0	07/05/2013	218 * I
MBM7552	8756031490	7455/0	20/04/2013	218 * I
MBP2771	8756031672	5673/2	28/04/2013	183
MBP9582	8756032412	6050/3	13/05/2013	208
MBQ3681	8756031873	7455/0	24/04/2013	218 * I
MBX9684	8756032294	7455/0	07/05/2013	218 * I
MCB1614	8756032339	7471/0	10/05/2013	218 * III
MCE3931	8756032436	7455/0	17/05/2013	218 * I
MCG0252	8756032407	7455/0	15/05/2013	218 * I
MCI0647	8756032056	7455/0	03/05/2013	218 * I
MCK2292	8756032028	7455/0	02/05/2013	218 * I
MCN5716	8756032284	7455/0	07/05/2013	218 * I
MCX4166	8756031531	7455/0	23/04/2013	218 * I
MCY3366	8756031556	7455/0	21/04/2013	218 * I
MCY9104	8756032444	7455/0	18/05/2013	218 * I
MDC3201	8756032406	7455/0	14/05/2013	218 * I
MDK9184	8756032373	7455/0	13/05/2013	218 * I
MDK9184	8756032374	7455/0	14/05/2013	218 * I
MDQ2834	8756031761	7455/0	28/04/2013	218 * I
MDY5604	8756032499	7455/0	17/05/2013	218 * I
MEH6782	8756031805	6050/3	04/05/2013	208
MEM6306	8756032266	7455/0	07/05/2013	218 * I
MEX6680	8756031767	7455/0	28/04/2013	218 * I
MFA1027	8756031919	7455/0	29/04/2013	218 * I
MFC7386	8756031599	7455/0	25/04/2013	218 * I
MFI5516	8756032465	7455/0	12/05/2013	218 * I
MFQ7866	8756032281	7455/0	07/05/2013	218 * I
MFS4298	8756032307	7455/0	10/05/2013	218 * I
MFW6538	8756032318	7455/0	10/05/2013	218 * I
MGG1758	8756032058	7455/0	03/05/2013	218 * I
MGK0120	8756031566	7463/0	21/04/2013	218 * II
MGS0770	8756032357	7455/0	13/05/2013	218 * I
MGU7544	8756031554	7455/0	22/04/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGY7033	8756031777	7455/0	30/04/2013	218 * I
MHC6396	8756032076	5673/2	08/05/2013	183
MHF3257	8756031774	7455/0	29/04/2013	218 * I
MHF5673	8756031383	7455/0	20/04/2013	218 * I
MHN0403	8756032403	7455/0	12/05/2013	218 * I
MHO5331	8756031580	7455/0	22/04/2013	218 * I
MHP4488	8756031478	7455/0	18/04/2013	218 * I
MHS9257	8756031694	5673/2	01/05/2013	183
MHT7375	8756032481	7455/0	14/05/2013	218 * I
MHX1601	8756032504	6050/3	17/05/2013	208
MIC8605	8756032479	7455/0	14/05/2013	218 * I
MIJ5139	8756031609	7455/0	26/04/2013	218 * I
MIM1842	8756032289	7455/0	07/05/2013	218 * I
MIM8081	8756031771	7455/0	29/04/2013	218 * I
MIP3767	8756031826	6050/3	30/04/2013	208
MIV1613	8756031969	7455/0	02/05/2013	218 * I
MIV7935	8756032286	7455/0	07/05/2013	218 * I
MJA7143	8756032351	5673/2	15/05/2013	183
MJB0867	8756032271	7455/0	07/05/2013	218 * I
MJC9843	8756032018	7463/0	02/05/2013	218 * II
MJD0681	8756031513	5673/2	27/04/2013	183
MJE0046	8756032485	6050/3	15/05/2013	208
MJG4337	8756032270	7455/0	07/05/2013	218 * I
MJG4631	8756031443	7455/0	14/04/2013	218 * I
MJH0909	8756031732	7463/0	03/05/2013	218 * II
MJH1599	8756031850	7455/0	03/05/2013	218 * I
MJL6354	8756032055	7455/0	03/05/2013	218 * I
MJM3745	8756031540	7455/0	21/04/2013	218 * I
MJP7729	8756031718	7455/0	02/05/2013	218 * I
MJR0895	8756031107	7455/0	11/04/2013	218 * I
MKC5164	8756032279	7455/0	07/05/2013	218 * I
MKE3811	8756032109	5673/2	07/05/2013	183
MKG8336	8756032429	7455/0	16/05/2013	218 * I
MKI5333	8756032021	7471/0	02/05/2013	218 * III
MKN9452	8756032300	7463/0	10/05/2013	218 * II
MKP6588	8756031772	7455/0	29/04/2013	218 * I
MLF5358	8756031625	6050/3	21/04/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLX2580	8756031292	7455/0	23/04/2013	218 * I
MWW4799	8756032472	7455/0	13/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 411/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADA9785	8756033002	7455/0	01/06/2013	218 * I
ADB1434	8756031982	7455/0	02/05/2013	218 * I
AIA6379	8756032824	7455/0	23/05/2013	218 * I
AIF4812	8756031480	6050/3	19/04/2013	208
AKV3315	8756032998	6050/3	31/05/2013	208
AMD2035	8756031994	7455/0	02/05/2013	218 * I
APF9995	8756031775	6050/3	29/04/2013	208
APF9995	8756031800	6050/3	03/05/2013	208
APS5606	8756032958	6050/3	30/05/2013	208
BAD0343	8756032179	6050/3	09/05/2013	208
BND4932	8756032074	5673/2	07/05/2013	183
CTZ9315	8756030348	7455/0	21/03/2013	218 * I
DIT0751	8756031955	7455/0	30/04/2013	218 * I
DVL6336	8756032581	7463/0	14/05/2013	218 * II
HSP2904	8756032953	7455/0	31/05/2013	218 * I
IBH7094	8756032971	6050/3	28/05/2013	208
IBW5503	8756032724	7455/0	20/05/2013	218 * I
IFI7419	8756032966	7463/0	27/05/2013	218 * II
JZK7170	8756032110	5673/2	08/05/2013	183
KNO5102	8756032923	7455/0	26/05/2013	218 * I
LON4461	8756032743	7455/0	24/05/2013	218 * I
LXM7237	8756032962	7455/0	26/05/2013	218 * I
LXS3249	8756032856	7455/0	28/05/2013	218 * I
LXT5543	8756032598	7463/0	15/05/2013	218 * II
LXW6327	8756032141	7455/0	09/05/2013	218 * I
LXW7106	8756032714	6050/3	25/05/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW7106	8756032801	6050/3	25/05/2013	208
LYA2408	8756032871	5673/2	27/05/2013	183
LYF8728	8756031944	7455/0	30/04/2013	218 * I
LYH3925	8756032107	5673/2	05/05/2013	183
LYJ6367	8756032823	7463/0	23/05/2013	218 * II
LYO2469	8756032178	7455/0	08/05/2013	218 * I
LYO6754	8756031518	5673/2	27/04/2013	183
LYV0345	8756032956	6050/3	27/05/2013	208
LYW9616	8756032722	7455/0	19/05/2013	218 * I
LZF3616	8756032838	7463/0	23/05/2013	218 * II
LZG2384	8756032586	7455/0	14/05/2013	218 * I
LZH3738	8756032777	7455/0	21/05/2013	218 * I
LZS5849	8756032510	7455/0	13/05/2013	218 * I
LZW4204	8756031673	5673/2	28/04/2013	183
MAR1743	8756032741	7455/0	24/05/2013	218 * I
MAS8338	8756032784	7463/0	22/05/2013	218 * II
MAS8679	8756032103	5673/2	10/05/2013	183
MBB1031	8756032914	7455/0	01/06/2013	218 * I
MBB7172	8756032547	7455/0	14/05/2013	218 * I
MBD1129	8756032799	6050/3	25/05/2013	208
MBP2144	8756033000	7455/0	31/05/2013	218 * I
MBQ9231	8756031792	7455/0	02/05/2013	218 * I
MBU6878	8756032965	6050/3	26/05/2013	208
MBX9684	8756032839	7463/0	23/05/2013	218 * II
MCE6066	8756032142	7471/0	06/05/2013	218 * III
MCE6066	8756032143	7463/0	07/05/2013	218 * II
MCJ2782	8756032903	7463/0	31/05/2013	218 * II
MCK0811	8756031798	7455/0	03/05/2013	218 * I
MCK0811	8756032175	7455/0	07/05/2013	218 * I
MCQ4684	8756032906	7455/0	28/05/2013	218 * I
MCZ9612	8756032980	7455/0	29/05/2013	218 * I
MDE6848	8756032082	5673/2	11/05/2013	183
MDP3226	8756031682	6050/3	03/05/2013	208
MDQ0056	8756032258	6050/3	11/05/2013	208
MDQ8322	8756031816	7455/0	28/04/2013	218 * I
MDV0121	8756032665	7455/0	22/05/2013	218 * I
MDW2743	8756032771	7455/0	20/05/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEA0332	8756032553	7455/0	14/05/2013	218 * I
MEE3644	8756032736	6050/3	24/05/2013	208
MEP2905	8756032788	7455/0	23/05/2013	218 * I
MEP4004	8756032660	7463/0	22/05/2013	218 * II
MEW1925	8756032879	6050/3	26/05/2013	208
MEX8813	8756032991	7455/0	30/05/2013	218 * I
MFE6173	8756031990	7455/0	02/05/2013	218 * I
MFT9439	8756031802	7455/0	04/05/2013	218 * I
MFY2592	8756032759	7455/0	19/05/2013	218 * I
MGB6254	8756032161	7463/0	05/05/2013	218 * II
MGH3147	8756031953	7463/0	30/04/2013	218 * II
MGI1221	8756032671	5673/2	19/05/2013	183
MGK3674	8756032822	7455/0	23/05/2013	218 * I
MGL1094	8756030953	6050/3	05/04/2013	208
MGL4593	8756031601	7455/0	25/04/2013	218 * I
MGM2809	8756032976	7463/0	28/05/2013	218 * II
MGM3096	8756032546	7455/0	14/05/2013	218 * I
MGT5286	8756032044	7471/0	03/05/2013	218 * III
MGT6448	8756031708	7455/0	29/04/2013	218 * I
MGY7033	8756032170	7463/0	07/05/2013	218 * II
MGY7033	8756032176	7455/0	08/05/2013	218 * I
MHN2960	8756032776	6050/3	21/05/2013	208
MHU0411	8756032726	7463/0	20/05/2013	218 * II
MHX9600	8756032778	7455/0	21/05/2013	218 * I
MHY2969	8756032116	6050/3	11/05/2013	208
MIA7848	8756032764	7455/0	19/05/2013	218 * I
MIF3010	8756032861	7455/0	29/05/2013	218 * I
MIG3816	8756032968	7455/0	27/05/2013	218 * I
MIH8146	8756031861	6050/3	04/05/2013	208
MIH8748	8756032945	7455/0	30/05/2013	218 * I
MIK4191	8756031907	7463/0	29/04/2013	218 * II
MIO8052	8756032963	6050/3	26/05/2013	208
MIO9949	8756032920	7455/0	01/06/2013	218 * I
MIR6236	8756032550	7455/0	14/05/2013	218 * I
MJC4082	8756032729	6050/3	21/05/2013	208
MJH8889	8756032951	7455/0	31/05/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJI2311	8756032699	7463/0	23/05/2013	218 * II
MJR0140	8756032698	7455/0	21/05/2013	218 * I
MJR0140	8756032916	7455/0	28/05/2013	218 * I
MJT5154	8756032164	7455/0	06/05/2013	218 * I
MJT9504	8756031888	7455/0	25/04/2013	218 * I
MJU7809	8756032748	6050/3	21/05/2013	208
MJX9174	8756032041	7463/0	02/05/2013	218 * II
MJY8875	8756032255	7463/0	11/05/2013	218 * II
MJZ8193	8756032750	6050/3	21/05/2013	208
MKB4739	8756031697	5673/2	01/05/2013	183
MKG8336	8756032934	7455/0	27/05/2013	218 * I
MKN2223	8756032814	7455/0	23/05/2013	218 * I
MKO2310	8756031960	7471/0	30/04/2013	218 * III
MKP0507	8756032525	7455/0	13/05/2013	218 * I
MKQ2443	8756032180	7455/0	09/05/2013	218 * I
MKW7397	8756032097	7455/0	08/05/2013	218 * I
MLM1313	8756031845	6050/3	02/05/2013	208
MLQ5943	8756032661	7455/0	22/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 24 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Turvo

PREFEITURA

Lei 2162/2013

Lei nº 2.162/13, de 17 de Junho de 2013.

DISPOE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominado de "Rua BENONI ZACCARON", a rua nº. 103, localizada no bairro Cidade Alta.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo (SC), 17 de junho de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL
Secretário de Adm. e Finanças
designado.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 939 de 19 de Abril de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 939 DE 19 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

MELÂNIA APARECIDA RONAM MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, faz saber que, Câmara Municipal aprova e a Prefeita sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura e Obras para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante projetos específicos.

Art. 2º- Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de devolução integral em espécie; devolução percentual em espécie; em produto para instituições municipais; em óleo diesel dentre outras formas regulares, após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º - Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º - O valor utilizado pelos produtores terá um custo (juros e

correção monetária) que garantam minimamente a remuneração e correção dos valores.

Art. 5º - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, localizados no Município de Vargem Bonita. .

Art. 6º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 7º - Cada produtor terá direito a 10 (dez) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

Art. 8º - Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.

Parágrafo primeiro - Os valores estipulados no artigo 7º poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

Parágrafo segundo - O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.

Art. 9º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, por um membro representante da Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal, um membro de entidades de extensão Rural, um membro da EPAGRI, dois membros da Câmara Municipal de Vereadores que sejam Vereadores em exercício escolhidos pela Câmara Municipal e um membro de entidades representativas do setor produtivo rural.

Art. 10º - Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 11º - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita SC, 19 de abril de 2013.
MELÂNIA APARECIDA RONAM MENEHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº 940, de 30 de Abril de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 940, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO NÃO REMUNERADO DE BEM PÚBLICO"

MÊLANIA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso não remunerado de bem público, bem como firmar contrato com o mesmo objetivo, de parte do espaço físico do imóvel recebido por doação da empresa Celulose Irani S.A., através da Lei Municipal n. 548/2003, (antigo Hospital), com área total 57,60 metros quadrados na parte inferior do prédio, para a Associação de Artesanato Broto do Galho, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n. 12.128.200/0001-03.

Parágrafo Único. A Associação utilizará a área concedida exclusivamente para atendimento de seus associados.

Art. 2º. O prazo da concessão será de 10(dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período, através de termo aditivo, no interesse da administração pública.

Art. 3º Fica a presente concessão de uso dispensada de licitação ante a existência do interesse público devidamente justificado.

Art. 4º As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revoga-se a Lei nº 918/2012 de 12 de novembro de 2012.

Vargem Bonita, 30 de abril de 2013.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Lei Municipal Nº 941, de 07 de Maio de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 941, DE 07 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos e agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Vargem Bonita.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica estabelecido o índice de 7,29% (sete vírgula vinte e nove por cento) para revisão geral das remunerações dos servidores públicos dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Vargem Bonita, aposentados e pensionistas pagos pelo Município.
Parágrafo único - o índice fixado no caput deste artigo considera o período de correção de maio de 2012 a abril de 2013.

Artigo 2º - O índice fixado no artigo 1º será aplicado sobre os subsídios dos agentes políticos proporcionalmente ao tempo decorrente da entrada em vigor da Lei nº 906/2012 (01 de janeiro de 2013 a 30 de abril de 2013), aplicando-se o índice de 2,43% (dois vírgula quarenta e três por cento).

Artigo 3º - A efetiva revisão geral prevista na presente Lei observará as seguintes condições:

I - será aplicada sobre a folha de pagamento do mês da entrada em vigor da presente lei;

II - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

III - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pela Unidade Gestora;

IV - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o artigo 169 da Constituição e a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

V - no prazo de trinta dias contados da vigência desta Lei o Poder Executivo Municipal fará publicar as novas tabelas de vencimentos

e subsídios que vigorarão no respectivo período.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita (SC), 07 de maio de 2013.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Lei Municipal Nº 942, de 10 de Maio de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 942, DE 10 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE 2.037 - Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde
Modalidade 33500000000000000001.0002.00 - Aplicações Diretas
R\$ 3.600,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE 2.037 - Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde
Modalidade 31710000000000000000.0002.00 - Aplicações Diretas
R\$ 3.600,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita (SC), em 10 de maio de 2013.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Lei Municipal Nº 943, de 20 de Maio de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 943, DE 20 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à doação dos seguintes bens móveis inservíveis de propriedade do Município, à APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VARGEM BONITA, situado a Rua Jose de Alencar, Bairro Bela Vista, com o CNPJ nº 10.324.639/0001-86.

Cadastro Patrimonial	Descrição do Bem	Valor R\$
3240	Bebedouro/Filtro de água Soft Everest	1.200,00
3247	Armário de Form. Marfin 6 portas e 3 gavetas 2m - Dalprá	599,00

3253	Freezer horizontal 2 portas Eletrolux H500	1.630,00
3254	Refrigerador Frost Free 2P Dako Redk36	1.389,00
3259	Fogão Industrial 6 bocas c/ forno Monte Castelo	1.190,00
3260	Fogão a Gas 6 bocas Realce	730,00
Total dos Bens 6.738,00		

Art. 2º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à baixa do Patrimônio Municipal, dos bens ora doados.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento do presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita (SC), 20 de maio de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Lei Municipal Nº 944, de 24 de Maio de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 944, DE 24 DE MAIO DE 2013.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA - UNIASSELVI"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso e cumprimento de atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, faço saber, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA - UNIASSELVI.

Art. 2º. O presente convênio tem por finalidade estabelecer ação articulada entre as partes, tendo por objetivo a cooperação mútua para o incentivo e o desenvolvimento técnico profissional, através da divulgação dos cursos da IES e concessão de desconto especial a todos os funcionários municipais de Vargem Bonita - SC.

Parágrafo Único. A sociedade conveniada se compromete a conceder desconto nas mensalidades dos Cursos de Graduação na modalidade de Educação a Distância, devidamente autorizados e/ou reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e oferecidos em seus Pólos de Apoio Presencial.

Art. 3º. O desconto mencionado nas cláusulas anteriores será de 10% (dez por cento) sobre o valor da mensalidade normal.

Art. 4º. O prazo de vigência do convênio será indeterminado, sendo que sua rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo por acordo das partes ou por iniciativa unilateral de acordo com interesse da administração municipal.

Art. 5º. O convenio poderá sofrer alterações mediante Termo Aditivo, preservando-se sempre o mesmo objeto.

Art. 6º. O presente convênio não acarreta despesas ao erário público.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita (SC), 24 de maio de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Lei Municipal Nº 945, de 24 de Maio de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 945, DE 24 DE MAIO DE 2013.

HOMOLOGA O RECEBIMENTO DE BENS POR DOAÇÃO E POR COMODATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica homologado o contrato de doação de equipamento odontológico, subscrito pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e a Empresa Celulose Irani S.A. CNPJ nº 92.791.243/0002-94, conforme termo em anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 1º - Fica homologado o contrato de comodato de equipamento odontológico, subscrito pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e a Associação de Moradores da Campina da Alegria CNPJ nº 00.157.457/0001-04, conforme termo em anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à inscrição no Patrimônio Municipal, do bem ora recebido em doação e empenhar despesas de manutenção do bem recebido em comodato.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento do presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 24 de maio de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Lei N. 946, de 18 de Junho de 2013

Lei n. 946, de 18 de junho de 2013

AUTORIZA A BAIXA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Setor de Controle do Patrimônio, autorizado a proceder a baixa do Patrimônio Municipal, dos bens móveis inservíveis, constantes do anexo a presente LEI.

Art. 2º - Os referidos bens, objeto de avaliação através de Comissão Especial, nomeados pelo Decreto Municipal nº 020/2013, não serão objeto de processo de alienação, em virtude das precárias condições dos mesmos e considerados sem valor comercial.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento do presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 18 de junho de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita

Lei Nº 936 de 03 de Abril de 2013.

Lei nº 936 de 03 de abril de 2013.

Autoriza o Município Vargem Bonita a filiar-se à Federação Catarinense de Municípios - FECAM e dá outras providências.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores apreciou, votou, aprovou e, fica sancionada a seguinte lei:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, administrado pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM, portadora do CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270 - Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei ocorrerão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de abril de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 937 de 03 de Abril de 2013.

Lei nº 937 de 03 de abril de 2013.

Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial e dá outras providências.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores apreciou, votou, aprovou e, fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º- Fica instituído, além do mural Público na Prefeitura, o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais, administrativos e atos normativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º- A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º- Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da data da publicação do Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 4º- O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de abril de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 938, de 03 de Abril de 2013.

LEI Nº 938, DE 03 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o ingresso do Município de Vargem Bonita no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Vargem Bonita, no consórcio público denominado de Agência Reguladora

Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Revogam-se as Disposições em contrário

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita SC, 03 de abril de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Lei Nº 947 de 18 de Junho de 2013

Lei nº 947 de 18 de junho de 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO A DAR EM COMODATO COMPARTILHADO O BEM QUE ESPECIFICA.

Faço saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Vargem Bonita a dar em comodato para uso compartilhado com o Município o consultório odontológico, recebido parte em doação e parte por comodato, respectivamente da Empresa Celulose Irani S.A. CNPJ nº 92.791.243/0002-94 e da Associação de Moradores da Campina da Alegria CNPJ nº 00.157.457/0001-04, concedendo tal uso aos profissionais conveniados a Uniodonto Planos Odontológicos, CNPJ nº 02.338.268/0001-63, para atendimento da população residente na Vila Campina da Alegria.

Art. 2º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Vargem Bonita, 18 de junho de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Associações

AMUREL

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de junho de 2013, às 14 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 14:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, no Auditório da TRACTEBEL Energia - GDF SUEZ, localizada na Av. Paulo Santos Mello, Capivari de Baixo, SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da ata anterior;
- II. Prestação de contas do 2º bimestre de 2013;
- III. Mobilização para participação da MARCHA dos prefeitos a Brasília;
- IV. Baixa de bens e doação de impressora a Pescaria Brava;
- V. Programa Brasil Transparente - CGU - FECAM;
- VI. Apresentação do Parque TRACTEBEL;
- VII. Assuntos diversos.

Tubarão, 13 de junho de 2013.

EVERALDO DOS SANTOS
Presidente da AMUREL
Prefeito de Laguna

EGEM

Edital N° 52/2013 - Regularização Fundiária

EDITAL N° 52/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1. OBJETIVO DO CURSO

O curso propõe capacitar os agentes envolvidos nas políticas habitacionais e também na elaboração de planos diretores municipais, de forma a atingir como meta de aprendizagem o conhecimento da regularização fundiária, os principais termos envolvidos, o marco legal existente, reconhecer as etapas de um projeto, bem como, por meio de vivências práticas, relacionar situações cotidianas, com os instrumentos disponíveis atualmente.

A proposta do curso é multidisciplinar e prevê participação de engenheiros, arquitetos, advogados, administradores, assistentes sociais, consultores, estudantes e gestores, responsáveis por projetos na área.

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais da administração pública da União, Estados e Municípios, profissionais com atuação em projetos habitacionais e planos diretores, gestores públicos e gestores de Organizações não governamentais; estudantes interessados no assunto.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Blumenau/SC Auditório da AMMVI (Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí) Rua Alberto Stein nº 466 Bairro: Velha Blumenau
Período das inscrições	25/06 à 02/09/2013
Vencimento do boleto de cobrança	02/09/2013
Homologação das inscrições	04/09/2013
Período de realização	17 e 18/09/2013
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	80 vagas

Cidade/Local	Florianópolis / SC A definir (acompanhar no site da EGEM)
Período das inscrições	25/06 à 16/09/2013
Vencimento do boleto de cobrança	16/09/2013
Homologação das inscrições	18/09/2013
Período de realização	03 e 04/10/2013
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	80 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia

constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
08h30 às 12h	Causas e consequências da informalidade
	Assentamentos irregulares
	Conceito, aspectos essenciais e etapas
13h30 às 17h30	Marco Legal: Estatuto das Cidades e Plano Diretor
	Instrumentos de ampliação de acesso à terra urbanizada: ZEIS
	Preempção
	Parcelamento
	Edificação e Urbanização Compulsórios - PEUC
	Outorga onerosa de alteração de uso e de direito de construir
Segundo Dia	Transferência do Direito de construir e Operações Urbanas
08h30 às 12h	Instrumentos de regularização fundiária: Usucapião Individual e coletivo
	Legitimação na posse da lei 11.977/2009.

13h30 às 17h30	Planos de Regularização fundiária Vivência de aplicação dos instru- mentos de regularização fundiária
----------------	---

7. PALESTRANTES

BEATRIZ KAUDUINSKI CARDOSO

Graduada em Ciências Contábeis pela UFSC, especialista em finanças pela FEPESE/UFSC, especialista em Gestão Urbana e Habitacional pela ÚNICA/ESAG, Mestre em Engenharia Civil pela UFSC na área de Gestão Urbana e Cadastro Multifinalitário, colaboradora da Caixa Econômica Federal desde 1989, com atuação na área de desenvolvimento, especialmente em habitação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

CINCO

Aviso Edital Pregão Eletrônico Nº 0010/2013 Rp 0013 - Pneus

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira, durante o período de 10 de julho à 31 de agosto de 2013. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 25/06/2013 até às 09:00 horas do dia 08/07/2013. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 08/07/2013. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 08/07/2013. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Aviso Edital Chamamento Público Nº 0006/2013 - Pneus

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2013.

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, Câmaras de ar e protetores interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO.

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0006/2013
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Ibiam, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará e Videira, durante o período de 21/06/2013 à 30/09/2013.

FORNECEDOR:

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1002;

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1003;

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1004;

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1005;

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1006;

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1007;

CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1008.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 21.06.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços PP 0002/2013
- Consulta Macieira

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0002/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de móveis diversos para escritório e ar condicionados, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Macieira, durante o período de 21/06/2013 à 31/08/2013.

FORNECEDOR:

SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - Ata nº AT13CINCO01001.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 21.06.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0010/2013 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

**Programa de
Gestão Tributária**



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- **ADESÃO AO PGT** – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- **REGIN** – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- **SIMPLES NACIONAL** – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- **ITBI** – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br